



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 606 - Maio/2023
Resoluções - Nº 504 e 505/2024
(CEPEX/UFPI)

30 de Maio de 2023



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI N° 504, DE 29 DE MAIO DE 2023

Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Portugêses (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Piauí, a ser implantado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum** do mesmo Conselho e, considerando:

- o processo eletrônico n° 23111.026127/2023-09;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Portugêses (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Piauí, junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, referente a 1(uma) turma a ser implantada no município de Luzilândia, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando a urgência para que sejam adotadas as medidas prévias necessárias à oferta de disciplinas e à matrícula curricular, de modo a se cumprirem os prazos previstos no Calendário Acadêmico do PARFOR/UFPI para os períodos letivos 2023.1 e 2023.2.

Teresina, 29 de maio de 2023

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

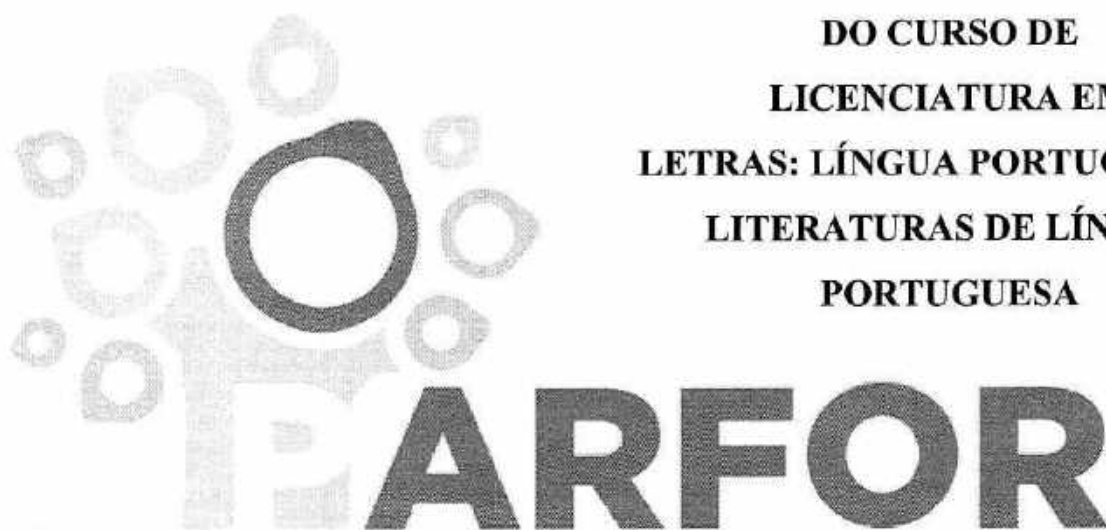


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA -
PARFOR

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
LICENCIATURA EM
LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA**



PARFOR

LUZILÂNDIA

LUZILÂNDIA, 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras-Português (1ª Licenciatura) da Universidade Federal do Piauí do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina – Piauí, a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, no período 2023.1, no município de Luzilândia.

Luzilândia, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
Campus Ministro Petrônio Portella | Teresina-PI

REITOR:

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR:

Profa. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO:

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes


PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO:

Prof. Dr. Luis Carlos Sales

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO:

Dra. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO:

Prof. Dr. Luiz Sousa Santos Junior 

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA:

Profa. Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS:

Prof. Dr. Willams Costa Neves

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Silvana Santiago da Rocha

Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosalia Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leoma Albuquerque Matos

Diretor de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Josânia Lima Portela Carvalhedo

Coordenadora de Seleção e Programas Especiais

Maria da Glória Duarte Ferro

Coordenadora do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, na UFPI

Ana Caroline Moura Teixeira

Assistente da Pró-Reitoria

COORDENADORA LOCAL DO PARFOR EM LUZILÂNDIA

Profa. Esp. Isabela Cristina Caldas Castro Barros

COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS DO PARFOR/UFPI

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

COORDENADORA DO CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS DO CAMPUS MIN. PETRÔNIO PORTELLA

Profa. Dra. Maria Angélica Freire de Carvalho

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC:

Prof. Dr. Carlos André Pinheiro

Prof. Dr. Francisco Alves Filho

Prof. Dr. Naziozênio Antônio Lacerda

Profa. Ma. Raimunda Maria dos Santos

Profa. Dra. Maria Goreth de Sousa Varão

Profa. Dra. Carolina de Aquino Gomes

Prof. Me. Hermito Leite de Carvalho Filho

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

Profa. Dra. Maria Elvira Brito Campos

Profa. Ma. Jasmine Soares Ribeiro Malta

Profa. Dra. Iveuta de Abreu Lopes Prado



ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS EM TERESINA:

Luane Pereira de Carvalho

REVISOR:

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí – UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro:
Ininga, s/n. Teresina-PI. CEP: 64049-550.

CIDADE: Teresina-PI

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa

CÓDIGO DO CURSO: 32832

RECONHECIMENTO DA CRIAÇÃO DO CURSO: DECRETO: Senado Federal | Presidência da República - 54.038, de 23 de julho de 1964 e **PUBLICAÇÃO:** 23 de julho de 1964.

RECONHECIMENTO DO CURSO: PORTARIA MEC nº 922, de 27 de dezembro de 2018; **PUBLICAÇÃO:** DOU - 28 de dezembro de 2018, Edição 249, Seção 1, página 283

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa

MODALIDADE: Ensino presencial

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO:

MÍNIMO: 4 anos

MÉDIA: 4 anos e meio

MÁXIMO: 6 anos

PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: mínimo de 4 anos e máximo de 7 anos.

ACESSO AO CURSO: Cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: Créditos (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

TURNOS DE OFERTA: Integral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 55 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR

| COMPONENTES CURRICULARES | CARGA HORÁRIA | CRÉDITOS |
|--|---------------|------------|
| DISCIPLINAS TEÓRICAS | | |
| Obrigatórias | 1.860 | 124 |
| Optativas | 135 | 9 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | 30 | 2 |
| Subtotal de Disciplinas Teóricas (A) | 2.025 | 135 |
| PRÁTICA PEDAGÓGICA | | |
| Prática dos componentes curriculares | | |
| Obrigatórias | 285 | 19 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | 120 | 8 |
| Subtotal de Prática como Componente Curricular (B1) | 405 | 27 |
| Estágio Supervisionado | | |
| Estágio Supervisionado | 405 | 27 |
| Subtotal Estágio Supervisionado (B2) | 405 | 27 |
| TOTAL PRÁTICA PEDAGÓGICA B (B1+B2) | 810 | 54 |
| ACC – ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (D) | 200 | - |
| ACE – ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (10%) (E) | 345 | 23 |
| TOTAL GERAL DO CURRÍCULO (A+B+C+D+E) | 3.380 | 212 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 Justificativa | 11 |
| 1.2 Contexto Regional e Local | 14 |
| 1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso | 16 |
| 2 CONCEPÇÃO DO CURSO | 19 |
| 2.1 Princípios Curriculares | 19 |
| 2.1.1 Opções Teóricas | 19 |
| 2.1.2 Opções Metodológicas | 20 |
| 2.2 Objetivos do Curso | 21 |
| 2.2.1 Objetivo Geral | 21 |
| 2.2.2 Objetivos Específicos | 21 |
| 2.3 Perfil do Egresso | 21 |
| 2.3.1 Competências e Habilidades | 23 |
| 2.3.2 A Prática Pedagógica | 24 |
| 3 PROPOSTA CURRICULAR | 25 |
| 3.1 Estrutura e Organização Curricular | 26 |
| 3.1.1 Matríz Curricular | 27 |
| 3.1.1.1 Relação de Disciplinas Optativas | 31 |
| 3.1.1.2 Prática Pedagógica | 32 |
| 3.1.1.3 Relação de Disciplinas - Prática como Componente Curricular | 34 |
| 3.1.1.4 Relação de Disciplinas e seus Respectiveivos Conteúdos Transversais | 35 |
| 3.1.2 Fluxograma | 37 |
| 3.2 Estágio, Atividades Complementares, Extensão e TCC | 38 |
| 3.2.1 Estágio Obrigatório | 38 |
| 3.2.1.1 Fundamentos Legais | 38 |
| 3.2.1.2 Sistemática de Operacionalização - Objetivos e Caracterização | 40 |
| 3.2.1.3 Organização Administrativa e Didático-Pedagógica | 40 |
| 3.2.1.4 Formas de Operacionalização | 42 |
| 3.2.2 Atividades Curriculares Complementares – ACC | 45 |

| | |
|---|-----------|
| 3.2.2.1 Atividades de Iniciação à Docência: estágios não obrigatórios, experiências profissionais e monitorias..... | 46 |
| 3.2.2.2 Atividades de Pesquisa: programas de iniciação científica | 46 |
| 3.2.2.3 Atividades de Gestão | 47 |
| 3.2.2.4 Programas de Extensão: cursos/atividades em áreas afins, aprovação ou premiação em concursos..... | 47 |
| 3.2.2.5 Trabalhos Publicados | 48 |
| 3.2.2.6 Atividades Artístico-Culturais, Esportivas e Produções Técnico-Científicas | 48 |
| 3.2.2.7 Registro das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais..... | 48 |
| 3.2.3 Atividades Curriculares de Extensão – ACE..... | 55 |
| 3.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC..... | 58 |
| 3.3 Metodologia..... | 60 |
| 3.3.1 O Papel do Aluno..... | 61 |
| 3.3.2 O Papel do Professor | 62 |
| 4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS | 62 |
| 4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão..... | 63 |
| 4.2 Apoio ao Discente | 64 |
| 4.2.1 Previsão de Atendimento a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais | 64 |
| 5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO | 65 |
| 5.1 Avaliação da Aprendizagem | 65 |
| 5.1.1 Avaliação Institucional..... | 66 |
| 5.1.2 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI | 66 |
| 5.1.3 Desenvolvimento Metodológico | 67 |
| 5.1.4 A avaliação do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa..... | 68 |
| 5.1.5 A Avaliação da Aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa | 68 |
| 5.2 Avaliação do PPC..... | 69 |
| 6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS..... | 69 |
| 6.1 ÁREA: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA..... | 69 |
| 6.1.1 Disciplinas obrigatórias | 69 |
| 6.2 ÁREA: LINGUÍSTICA..... | 76 |
| 6.2.1 Disciplinas obrigatórias | 76 |
| 6.2.2 Disciplinas optativas | 88 |

| | |
|--|-----|
| 6.3 ÁREA: ESTUDOS LITERÁRIOS | 98 |
| 6.3.1 Disciplinas obrigatórias | 98 |
| 6.3.2 Disciplinas optativas | 105 |
| 6.4 Atividades Curriculares de Extensão | 114 |
| 7 CORPO DOCENTE | 120 |
| 7.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE | 120 |
| 7.2 Atuação e Regime de Trabalho do Coordenador do Curso | 121 |
| 7.3 Perfil do Corpo Docente | 122 |
| 8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS | 122 |
| 8.1 Local de Funcionamento, Infraestrutura e Laboratórios..... | 122 |
| 8.2 Comitê de Ética em Pesquisa..... | 123 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 125 |
| ANEXOS | 131 |
| ANEXO I | 132 |
| Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC..... | 132 |
| ANEXO II | 139 |
| Regulamento Estágio Supervisionado Obrigatório | 139 |

Handwritten mark

APRESENTAÇÃO

Considerando os novos desafios apresentados à Educação Superior, especialmente, no que compete à formação de professores em efetivo exercício na sala de aula, em face das intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que têm ocorrido na sociedade contemporânea, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) propõe a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras-Português, a ser implementado a partir do segundo semestre de 2022, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), em consonância com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, definidas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019.

O Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa foi estruturado a partir de uma perspectiva histórico-cultural, cujo objetivo de maior relevância é construir uma visão ampla de língua e literatura, sempre observando a diversidade e as especificidades dos fenômenos linguísticos e literários. Na tentativa de garantir um padrão de qualidade para a formação acadêmica, o Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa promove práticas que visam à educação inclusiva e contextualizada; à formação continuada do profissional na área de Letras; e ao emprego de novas tecnologias na prática docente.

Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam o processo de constituição da língua portuguesa e de suas literaturas, dos textos, dos discursos e dos sujeitos que os utilizam, da transposição didática, sempre articulando a teoria à prática, segundo prescrevem as diretrizes para os parâmetros curriculares da educação nacional.

1 INTRODUÇÃO

O currículo do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** constitui-se de uma base formada por conhecimentos linguísticos, literários e socioculturais que se inter-relacionam com o fenômeno educativo, compreendendo a linguagem como uma ferramenta de comunicação e de participação social capaz de promover o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos. Espera-se poder trabalhar questões educacionais de acordo com a realidade do Estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar os atuais professores de Língua Portuguesa (já no exercício de sua profissão, porém, sem a devida formação) com novas formas de intervenção didática, graças à aplicação de ferramentas metodológicas inovadoras.

Esta nova proposta curricular visa ao cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com o objetivo de atender, eficientemente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente. Com base nesse princípio norteador, o Curso buscará qualificar os atuais professores de língua portuguesa das redes públicas de ensino que ainda não possuem a formação adequada neste campo.

Os egressos do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** receberão a formação adequada para continuar atuando nas redes públicas municipais e estaduais do Piauí, às quais já são vinculados, prestando um serviço educacional com bases formadoras, advindas do ensino superior, com a qualidade proporcionada por um curso de graduação da Universidade Federal do Piauí. De caráter multifacetado, o referido Curso divide-se fundamentalmente em duas áreas do conhecimento, a saber: estudos linguísticos e estudos literários.

No que se refere ao campo da Linguística, interessa proporcionar ao graduando uma formação vasta nas suas mais diversas áreas e subáreas. Importa, primordialmente, oportunizar aos graduandos uma formação científica da língua, de tal sorte que possam analisar, criticamente, o legado da tradição de estudos sobre língua e linguagem, o qual se corporifica por meio dos estudos gramaticológicos, filológicos, filosóficos retóricos, dentre outros. Depois, interessa fazer com que o alunado se familiarize com as diversas tendências e correntes teóricas dos estudos linguísticos, tais como: o Estruturalismo, o Gerativismo, o Funcionalismo e uma ampla variedade de estudos de interface com outras áreas do conhecimento que dizem respeito à atividade do pesquisador e do docente de língua materna, tais como: a Sociolinguística, a Neurociência Aplicada à Linguagem, a Psicolinguística, dentre outras.

Quanto ao campo dos Estudos Literários, visa-se fazer com que o graduando constitua um aparato crítico-teórico amplo, de sorte que ele compreenda os processos de criação do fenômeno literário, os fundamentos da crítica literária da nossa civilização e os recursos estilísticos que assinalam os diferentes movimentos da arte. Interessa, ainda, proporcionar ao discente um panorama da diversidade cultural através das representações sociais, do relato das experiências humanas e do trabalho estético com a

linguagem operados no texto literário. Por fim, importa compor um cabedal de cultura literária basilar para a atuação docente apropriada nas séries que competem à área de Letras.

De posse das orientações fundamentais relativas às áreas supramencionadas, o egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** disporá de um arcabouço teórico e prático fundamental para a alteração do perfil educacional do Estado do Piauí, haja vista que a formação do estudante não pode prescindir de conhecimentos filosóficos, sociológicos, ideológicos e histórico-geográficos. O profissional de Letras, em razão da interface característica dos estudos da linguagem com outras áreas do conhecimento, deve ser versado em questões de ordem filosófica (em virtude das quais se deslindam problemas teóricos e metodológicos de natureza linguística e literária); histórico-geográfica (com vistas a destrinçar nuances de concepções, postulados, princípios e cenários de natureza linguística e literária); cognitiva (em razão do envolvimento com os prismas da percepção e da aprendizagem); sociológica e ideológica (a fim de compreender as motivações e as condições de produção de uma série de obras linguísticas e literárias).

A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, imanentes ao **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, são um elemento vital para o crescimento da sociedade. Isso porque uma sociedade pode avançar rapidamente em direção à constituição de um patamar elevado de desenvolvimento social e tecnológico quando o aprendizado de seus membros decorre de fontes diversas. Diga-se de passagem, essa é exatamente a missão da formação superior: proporcionar novos padrões de progressão e de sustentação dos avanços científico-tecnológicos.

1.1 Justificativa

A elaboração do **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** resulta de um trabalho planejado coletivamente, envolvendo os membros do Colegiado do curso, o Núcleo Docente Estruturante, a equipe de elaboração do PPC e a participação efetiva de representante discente em todas as suas fases. A elaboração conceitual deste currículo representa mais um passo rumo à consolidação da presença da UFPI nas mais diversas áreas do Estado, as quais carecem, em caráter de urgência, de oferta de ensino de qualidade em uma área estratégica para o crescimento socioeconômico, principalmente em função do papel destinado ao curso de Letras no tocante à área de letramentos e alfabetização.

Com efeito, os Cursos de Licenciatura em Letras assumem um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira e da sociedade piauiense em especial, cujo percentual de analfabetismo é de 16,6%, o terceiro maior do Nordeste, segundo Pnad/IBGE (2017). Uma formação alfabetizadora de qualidade permitirá a progressão escolar bem-sucedida e o acesso a níveis mais elevados de letramento, fundamental para a mudança do perfil da força produtiva no Estado. Uma formação escolar que seja, pois, consequência de uma acertada abordagem teórico-didático-metodológica, a partir da

qual se tenha, como meta, a progressiva e permanente competência quanto aos usos da língua em suas diversas instâncias sociais, permitirá também uma melhor desenvoltura em práticas de escrita e leitura que serão exigidas, por exemplo, em outras disciplinas ao longo da vida escolar do aluno.

Atento às constantes mudanças no âmbito do saber, neste novo currículo foram realizadas uma série de alterações com vista a se adequar às inovações conceituais da área de Letras. Evidentemente, para se alcançar as metas delineadas, faz-se necessário promover uma ampla reformulação curricular, no sentido de poder adequar a realidade do curso tanto à nova conjuntura histórico-social, quanto às novas metodologias de ensino. Por esse motivo, o presente Projeto Pedagógico do Curso está alicerçado em uma série de inovações de caráter estrutural, didático e científico, cujo resultado evidencia a criação de um modelo educacional assinalado pelas dimensões científica, técnica, política, ética e estética. A maioria dessas inovações foram elaboradas a partir das orientações prescritas na Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Dentre os componentes inovadores que constituem o novo Projeto Pedagógico do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, destacam-se:

- I. Promoção de uma educação inclusiva, no sentido que são operacionalizadas políticas educacionais com vista a possibilitar a participação de todos no ensino superior;
- II. Desenvolvimento de um ensino pautado na realidade concreta dos alunos, possibilitando-os relacionar os conhecimentos adquiridos em sala à sua vivência cotidiana;
- III. Criação de ampla grade de créditos práticos e extensionistas articulados às disciplinas de cunho teórico, obedecendo a um preceito basilar da formação universitária (que articula suas ações alicerçadas na tríade “ensino, pesquisa e extensão”) e auxiliando na promoção da educação contextualizada;
- IV. Destaque para as atividades de estágio obrigatório, revelando a importância dada à formação docente e aos mecanismos de transposição didática;
- V. Promoção da interdisciplinaridade, evidenciando uma prática de ensino dinâmica e aberta ao diálogo com outras áreas do conhecimento;
- VI. Abordagem de temas transversais com o intuito de proporcionar ao graduando uma formação ética e politicamente engajada (dentre os conteúdos a serem debatidos, destacam-se: ecossistema e meio ambiente; ética e valores morais; estética; diversidade étnico-racial; diversidade cultural; gênero e sexualidade; expressões religiosas; LIBRAS e cultura surda; tecnologias da informação e faixa geracional e sociocultural como princípio de equidade);

- VII. Modelo de ensino amparado na formação tecnológica com o intuito de proporcionar ao discente o uso competente das tecnologias para seu aprimoramento da prática pedagógica e sua ampliação da formação cultural;
- VIII. Atualização de conteúdos e de posturas críticas referentes às áreas específicas que compõem o curso de Letras;
- IX. Articulação da graduação com a pós-graduação, com o intuito de oferecer ao aluno a oportunidade de ter uma educação continuada.

Além da atualização relacionada às novas concepções de ensino anteriormente discriminadas, este currículo apresenta inovações nas áreas específicas que compõem o curso de Letras. O campo da Linguística, por exemplo, traz como proposta inovadora os seguintes aspectos:

- I. Especial atenção dispensada à relação da linguagem com o ensino e as novas tecnologias;
- II. Concepção de ensino centrada nos multiletramentos, na transdisciplinaridade e nos gêneros textuais e do discurso;
- III. Articulação do ensino com o substrato cultural da cidade;
- IV. Inclusão de áreas do conhecimento ainda não prestigiadas em currículos anteriores.

Já no campo dos Estudos Literários, e em consonância com as mais recentes pesquisas desenvolvidas na área de "Literatura e Ensino", o novo currículo traz como propostas inovadoras os seguintes aspectos:

- I. Substituição da velha concepção historicista da literatura por uma abordagem de natureza crítico-teórica do texto literário. Guiada pelos preceitos da Literatura Comparada, a matriz foi organizada em tópicos temáticos, nos quais a literatura é trabalhada a partir de uma articulação com conteúdos advindos de outras áreas do conhecimento;
- II. Deslocamento das disciplinas de cunho teórico para a metade da matriz curricular. Historicamente, as disciplinas de Teoria Literária aparecem nos primeiros semestres do curso por acreditar que elas dariam aos alunos todas as ferramentas necessárias para se entender o texto literário. No entanto, a prática tem se mostrado ineficaz, sobretudo porque o aluno precisa ter um bom conhecimento acumulado de literatura para entender as teorias – algo que muito raramente acontece. Como foco principal do ensino, o texto literário deve preceder à teoria, e não o contrário;
- III. Inversão da clássica abordagem cronológica e universalista da literatura. Neste currículo, o contato inicial do aluno com a literatura dá-se a partir da esfera regional e da contemporaneidade, seguindo paulatinamente para a antiguidade e para a produção de outros Estados e países;
- IV. Extinção da antiga divisão da área em Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa. Neste currículo, todas as disciplinas devem necessariamente abranger autores brasileiros, portugueses e de países africanos de Língua Portuguesa. Esse artifício gera mais tempo para se trabalhar a

Literatura Portuguesa (que tinha pouco espaço na antiga matriz) e abre espaço para se pensar, de forma mais substancial, os textos da Literatura Africana. Por fim, o atual formato permite analisar essas literaturas através de uma visão comparatista – aspecto que muito contribui para o entendimento do que seja uma Literatura lusófona.

1.2 Contexto Regional e Local

O Piauí é uma das 26 unidades federativas do Brasil, localizado na região Nordeste, mais especificamente na sub-região chamada Meio Norte, pelo fato de, juntamente com o vizinho estado do Maranhão, possuir também características geográficas semelhantes às dos estados da Região Norte. O Piauí é o terceiro maior Estado nordestino em área territorial. Limita-se com 5 estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; além do oceano atlântico, ao norte (PDI UFPI- 2020-2024).

O território piauiense (251.529 km²) constitui-se numa área geográfica homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença do tipo vegetacional cerrado; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. A população do Piauí totaliza mais de 3 milhões de habitantes (3 milhões e 195 mil). Está organizado geograficamente em 4 mesorregiões, 15 microrregiões e 224 municípios (PDI UFPI- 2020-2024).

Teresina, a capital do Piauí, foi fundada em 16 de agosto de 1852, visto que a primeira capital foi Oeiras, sediada na Mesorregião Sudeste Piauiense, Microrregião de Picos. Teresina fica na Mesorregião Centro Norte Piauiense, possui pouco mais de 840 mil habitantes, sendo que sua região metropolitana, denominada Região Integrada da Grande Teresina, que envolve os municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Currálinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Teresina e União, além do município maranhense de Timon (do qual se separa apenas pelo Rio Parnaíba), é detentora de 37% da população do Estado, com 1.189.260 habitantes, segundo o IBGE de 2014 (PDI UFPI- 2020-2024). É considerada a décima terceira capital com melhor qualidade de vida do Norte e Nordeste, segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e a terceira capital mais segura do Brasil, conforme o IPEA (PDI UFPI- 2020-2024).

O Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa objeto deste PPC será realizado no município de Luzilândia. Situado na região Norte do estado do Piauí, na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, este município possui cerca de 25.521 habitantes, de acordo com a estimativa 2021 do IBGE. Possui IDH de 0,545, considerado baixo. No seu entorno estão cerca de 14 municípios que, juntos, somam uma população de, aproximadamente 150 mil pessoas. Situada às margens do rio Parnaíba, o município faz fronteira com São Bernardo e Magalhães de Almeida (Maranhão) e Joca Marques, no Piauí.

De acordo com dados do Censo da Educação Básica 2021 (INEP, 2021), foi constatado que 1.034 professores da rede pública desses municípios necessitam de qualificação na área de língua e literatura portuguesa, assim distribuídos: Barras (199), Boa Hora (22), Brasileira (29), Cabeceiras do Piauí (25), Campo Largo do Piauí (33), Esperantina (176), Joaquim Pires (29), Luzilândia (86), Madeiro (43), Matias Olímpio (78), Morro do Chapéu (34), Nossa Senhora dos Remédios (63), Piriipiri (101), Porto (83), São João do Arraial (33).

Quanto à UFPI, instituição mantenedora do curso, seu credenciamento inicial se deu em 1945 (Decreto nº 17.551 de 09.01.1945) como Faculdade isolada, tendo sido credenciada em 1968 como Universidade (Lei 5528, de 12.11.68) e reconhecida em 2012, através da Portaria MEC nº 645 de 18/05/2012, pelo prazo de dez anos. Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC nº 453, de 30/05/78, publicado no DOU de 02/06/78, Portaria MEC nº 180, de 05/02/93, publicada no DOU nº 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN/1996, foi autorizada pela Resolução CONSUN nº 15/99, de 25/03/99 e Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30/07/99, publicada no DOU nº 147-E, de 03/08/99.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução do CONSUN nº 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993. Considerando a ampliação da infraestrutura e dos órgãos gestores internos, a UFPI está trabalhando na sua nova legislação estatuinte. (PDI UFPI- 2020-2024).

No tocante ao PARFOR, trata-se de um programa especial com oferta emergencial de cursos de licenciatura, dirigido a professores em exercício nas escolas públicas de educação básica, sem formação adequada ou atuando fora da área de formação inicial. As propostas contidas nos documentos que regulamentam o PARFOR procuram responder a alguns dos problemas de fundo apontados por décadas pelas análises realizadas no país sobre a formação de docentes. Nas palavras de Gatti e Barreto (2009, p. 52), entre eles estão:

[...] conseguir articulações entre níveis de gestão e também entre e intrainstituições, bem como destas com as redes de ensino, escolas e outros espaços educativos não formais; dar organicidade à matriz curricular e processos formativos; repensar currículos e suas formas de implementação, revendo estruturas das instituições formadoras e dos cursos; estudar mais a fundo os próprios processos formativos em suas diversas modalidades.

Nesse sentido, a UFPI assina, ainda em 28 de maio de 2009, por intermédio da CAPES, o ACT firmado entre a Secretaria da Educação e Cultura do Piauí (SEDUC/PI) e o MEC, com vistas à implantação do PARFOR.

Como mencionado, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica destina-se a suprir a demanda de professores em exercício na educação básica, na rede pública de ensino, com a oferta de ensino superior público e gratuito e, principalmente, com qualidade.

Embora o Programa tenha sido lançado em 2009, seu início se dá efetivamente em 2010. A oferta dos cursos começa em julho, enfrentando um cenário marcado por inúmeras dificuldades decorrentes da não institucionalização do PARFOR. Dentre os entraves, estão: escassez de recursos financeiros e materiais; falta de espaço de referência; mobilidade de salas de aula, etc. Não obstante a situação adversa, no primeiro semestre de 2010, convocam-se 564 professores da rede pública de educação básica pré-inscritos e selecionados para os cursos superiores especiais de 1ª e 2ª Licenciatura na modalidade presencial para efetuarem a matrícula institucional segundo a opção constante de sua inscrição prévia. Entre os convocados, 233 não comparecem para efetivar a matrícula; 19 não têm a matrícula devidamente homologada, restando 312 matrículas efetivadas.

Assim, no primeiro semestre de 2010, especificamente no mês de julho, são instalados sete cursos: artes visuais; ciências da natureza; história; letras inglês; letras português; matemática; e pedagogia. São 11 turmas distribuídas nos municípios de Teresina, Parnaíba e Picos, seguindo esta sistemática: uma turma de história (2ª Licenciatura) em Parnaíba; seis turmas em Picos (história 2ª Licenciatura, com duas turmas; letras inglês, letras português, matemática e pedagogia – 1ª Licenciatura, cada uma dessas áreas, uma turma); quatro turmas em Teresina: artes visuais – 1ª Licenciatura; Ciências da Natureza – 2ª Licenciatura; história e letras português, 1ª Licenciatura.

De acordo com dados mais atualizados, constantes na página do Parfor/UFPI¹, entre 2010 e 2018, foram implantadas 112 turmas, com 3.662 matrículas. Neste período, 2.187 professores concluíram sua formação.

1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso

Sendo uma IES de natureza federal, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem uma estrutura *multicampi*, é mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, e com quatro outros Campi, instalados nas cidades piauienses de Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano. Ministra cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, conferindo os graus de bacharel e licenciado, de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e pós-graduação *strictu sensu*, o que a habilita a outorgar títulos de mestre e doutor. Sua área de atuação envolve a educação presencial e o ensino a distância (PDI UFPI- 2020-2024). A UFPI foi instituída sob a forma de fundação por meio da Lei federal nº 5522, de 12/12/1958 publicada no Diário

¹ Fonte: <https://www.ufpi.br/parfor-em-numeros>

Oficial da União em 14/11/1968. A sede da Universidade Federal do Piauí – Campus Universitário Ministro Petrônio Portella está situada na Avenida Universitária, s/n, Bairro Ininga, CEP: 64049-550.

A missão da UFPI, segundo o seu Estatuto é “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional”. Entre seus principais valores podemos destacar compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; a difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização; a inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; e o respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (PDI UFPI-2020-2024).

No dia 29 de maio de 1957, inicia-se o Curso de Letras no Piauí, integrado à Sociedade Piauiense de Cultura, órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina, que objetivava a instalação de cursos de Ensino Superior no Estado. Para este fim, funda-se a Faculdade de Filosofia do Piauí – FAFI, em 16 de junho de 1957 (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 17). Em julho de 1957, o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia do Piauí, professor Clemente Honório Parentes Fortes, envia a solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, tendo seu trabalho continuado por seu sucessor, professor Raimundo José Airemoraes Soares. Seguindo-se a leitura do projeto no dia 5 e a aprovação no dia 10 de fevereiro de 1959, de acordo com o Parecer nº 03/1958 da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da FAFI.

A autorização para o funcionamento da FAFI deu-se pelo Decreto nº 43.402, de 18/02/1958, publicado em 20/02/1968, no Diário Oficial da União, pelo diretor de Ensino Superior do MEC, tendo ingressado sua primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

A instalação da FAFI se deu em 07/04/1958, com aula inaugural proferida pelo professor Clemente Honório Parentes Fortes. Foram iniciadas as atividades com três cursos de bacharelado, sendo eles: Filosofia, Geografia/História e Letras Neolatinas. Neste último, os concluintes bacharelaram-se em Português, acrescido de até quatro habilitações (Francês, Espanhol, Italiano e Latim, com suas respectivas literaturas).

A formatura da primeira turma, que leva o nome do idealizador da Sociedade Piauiense de Cultura, Dom Avelar Brandão Vilela, deu-se em dezembro de 1960, recebendo a alcunha de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI. Em 1962, atendeu-se à orientação para que o Curso de Letras da FAFI permanecesse com a habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Em 1963, foi ofertado aos egressos do

Bacharelado em Letras Neolatinas o Curso de Didática que lhes garantiu o título de licenciados, em decorrência da reforma curricular de 1962. Através desta reforma, alguns cursos de Letras incluíram as disciplinas pedagógicas do antigo curso de didática em seus currículos, transformando-os em licenciaturas (RÉGO; MAGALHÃES, 1991, p. 21).

Alguns marcos importantes do Curso de Letras Português e Literaturas, ainda no âmbito da FAFI:

- I. O reconhecimento, via Decreto nº 54.038/1964, dos cursos criados pela FAFI em 1958, no dia 23 de julho de 1964;
- II. O reconhecimento da FAFI como entidade de utilidade pública, via Lei 2.877, de 6 de julho de 1968, publicada no DOE do dia 7 de junho de 1968;
- III. Transferência legal do Curso de Licenciatura em Letras FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação do Departamento de Letras e do CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras, efetivando-se no ano de 1972;
- IV. Extinção da FAFI em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.

Na UFPI, os Cursos de Licenciatura Plena em Letras ficaram, inicialmente, sob a gestão do Departamento de Letras, órgão acadêmico-administrativo, integrante do CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras, cuja primeira chefe foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão. O curso iniciou suas atividades em 1973, com habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Outros momentos importantes que marcam a trajetória dos Cursos de Letras no âmbito da Universidade Federal do Piauí são:

- I. 1962: Implantação da habilitação em Inglês e respectivas Literaturas e da habilitação em Português-Francês e respectivas literaturas;
- II. 1985: Implantação da Coordenação dos Cursos de Letras, em cumprimento à Resolução nº 14/85 do CEPEX, que institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI;
- III. 1987: Implantação do Curso de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Língua Portuguesa, de natureza pública e gratuita;
- IV. 2004: Implantação do Curso de Pós-graduação *strictu sensu*, Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários, disponibilizando linhas de pesquisa em *Literatura Cultura e Sociedade* e *Linguagem e discurso: análise e variação*;
- V. 2011: Implantação dos novos currículos para os cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa (matutino e vespertino; e noturno) e Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literatura de Língua Inglesa (matutino e vespertino);
- VI. 2012: Início das novas turmas dos novos cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Francesa e Respektivas Literaturas (matutino e vespertino);
- VII. 2014: Início do curso de Letras/LIBRAS;

VIII. 2015: Dissolução do Departamento de Letras e criação das coordenações de Letras Estrangeiras e Letras Vernáculas.

A atual área de Letras da UFPI tem, à disposição dos discentes, para ingresso via Exame Nacional do Ensino Médio, a oferta para os seguintes cursos:

- I. Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa (matutino e vespertino; e noturno);
- II. Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Francesa e Respectivas Literaturas (matutino e vespertino);
- III. Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literatura de Língua Inglesa (matutino e vespertino);
- IV. Licenciatura em Letras LIBRAS e respectivas literaturas (matutino e vespertino).

No âmbito do Parfor/UFPI, o curso de Letras-Português foi um dos primeiros a serem implantados ainda em 2010, quando se inicia a parceria entre a Capes e a UFPI para a formação de professores no estado do Piauí.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios Curriculares

As opções teórico-metodológicas do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** seguem os princípios que norteiam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), adotando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, definidas pela Resolução nº 2 – CNE, de 20 de dezembro de 2019, tais como:

- I. a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II. Articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os princípios que sustentarão a formação e o perfil do Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa são demarcados pelas seguintes opções teórico-metodológicas:

2.1.1 Opções Teóricas

As opções teóricas para a formação inicial no **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, com base na Resolução nº 2-CNE, de 20 de dezembro de 2019, devem abranger a formação específica e interdisciplinar, a atuação profissional e a integração de estudos para enriquecimento curricular. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso será constituído das seguintes competências:

- I. Competências Gerais visam que a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciado, bem como as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral, através de conteúdos específicos e pedagógicos, priorizados neste Projeto Pedagógico (PPC), em sintonia com os sistemas de ensino;
- II. Competências específicas, que se referem a 03 (três) dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependentes sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. O desenvolvimento das competências específicas compreende a participação em:
 - a) Seminários e estudos curriculares; em projetos de iniciação científica; iniciação à docência; monitoria e extensão; entre outros, definidos neste Projeto Pedagógico do curso e orientados pelo corpo docente da UFPI;
 - b) Atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e a UFPI, de modo a propiciar vivências no campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
 - c) Atividades de comunicação e expressão, visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

2.1.2 Opções Metodológicas

O currículo do curso deve compreender o conhecimento e o próprio currículo como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas. Assim, espera-se que o aluno perceba o processo de apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto determinado, histórico-social e culturalmente dinâmico. Esse processo de construção do conhecimento se estabelece no e a partir do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura.

Dada a natureza do curso, a metodologia a ser adotada visa à construção de uma prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação deve possibilitar uma prática docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética. Isso implica que estes profissionais, responsáveis pela educação de um público menos favorecido economicamente presente na escola pública, estarão guiados pela compreensão de que diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação profissional e, da mesma forma, estarão conscientes de seu papel de efetuar uma práxis pedagógica crítico-emancipatória em favor desse público.

2.2 Objetivos do Curso

2.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa é formar professores da Educação Básica, comprometidos politicamente com sua realidade social, educacional, linguística e literária, capazes de refletir criticamente sobre as manifestações literárias, sobre a Língua Portuguesa e a sua relação com outras linguagens e de propor soluções adequadas para o aprimoramento da capacidade linguística, interacional e comunicativa nas práticas de oralidade e de escrita.

2.2.2 Objetivos Específicos

- I. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a Língua Portuguesa em suas diversas variedades orais e escritas, de modo a favorecer uma compreensão crítica acerca da aprendizagem e desenvolvimento de habilidades comunicativas e interacionais;
- II. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a Literatura de países de língua portuguesa, com vista a oferecer uma percepção crítica acerca do fenômeno da criação e da recepção literárias;
- III. Oferecer condições, instrumentos e estratégias para o desenvolvimento e aprimoramento das capacidades de leitura, escrita e expressão oral dos graduandos, de modo a capacitá-los para participar da vida social, especialmente em contextos públicos, com autonomia e espírito crítico;
- IV. Estimular e oferecer as condições necessárias para que os alunos egressos do curso possam continuar estudando e pesquisando com autonomia, seja no ambiente de trabalho futuro ou na pós-graduação;
- V. Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de Língua Portuguesa e Literatura compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino;
- VI. Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vista a fomentar progressivamente uma cultura tecnológica.

2.3 Perfil do Egresso

De acordo com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, o graduado em Letras deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante a sua formação acadêmica teórico-prática convencional, ou fora dela, conforme prescreve a CNE/CES492/2014²:

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos

²BRASIL. 2001. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em set. de 2017.

oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

Nesse sentido, espera-se que formação acadêmica seja capaz de gerar profissionais que, além da base específica consolidada, estejam aptos a atuar interdisciplinarmente em áreas afins. De modo geral, os graduados deverão ter a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe, comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária na área de Letras e, finalmente, ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

Para se alcançar plenamente o perfil delineado acima, tem-se a expectativa de que o graduado no **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** seja:

- I. Reflexivo em relação aos mais variados tópicos de língua e de linguagem;
- II. Crítico quanto ao fenômeno da criação literária e suas relações intersemióticas;
- III. Sensível às variedades linguísticas e às diferentes manifestações literárias;
- IV. Receptivo às manifestações da literatura e da língua como prática social em contextos orais e escritos;
- V. Observador dos fenômenos linguísticos e discursivos em diferentes contextos de uso;
- VI. Comprometido com a formação dos estudantes nos diferentes contextos de atuação;
- VII. Ético e ciente da importância de uma formação profissional ética, contínua, autônoma e sólida.

Além do perfil apresentado acima, espera-se também que o graduado no **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** tenha a capacidade de (re)construir seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e de sua identidade profissional, distinguindo-se e posicionando-se diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade. Sabe-se que esse processo de (re)construção pode se desenvolver no decorrer do curso, mas não necessariamente se inicia nesse momento nem, tampouco, nele se encerra, dado que a constituição profissional pressupõe uma formação continuada.

Há, contudo, alguns desdobramentos que devem ser evidenciados a partir das necessidades específicas de cada instituição e da unidade federativa em que atua. Em razão disso, e de modo mais específico, espera-se que o egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** também compreenda:

- I. As peculiaridades do falar piauiense em relação às normas em uso nas modalidades escrita e oral da língua;
- II. As características históricas da formação linguística da comunidade piauiense, levando em conta o contato com falantes pertencentes a estados que fazem divisa com o Piauí, nomeadamente, Maranhão, Tocantins, Bahia, Pernambuco e Ceará, cujas realidades linguísticas não são coincidentes em vários componentes da língua;
- III. As características da formação histórico-cultural e socioeconômica do Estado, sem as quais o conhecimento da literatura piauiense se mostraria deficitário ou lacunar;
- IV. A alfabetização e letramento como fenômenos interdependentes e necessários para o domínio da comunicação oral e escrita;
- V. As orientações consignadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, referentes à interdisciplinaridade e transversalidade (ética, saúde, meio ambiente, educação sexual e pluralidade cultural), em conformidade com as peculiaridades regionais e do Estado.

Dessa maneira, o egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** tem que saber lidar com as competências e habilidades específicas da sua área de atuação, bem como saber coadunar esta especificidade com a prática pedagógica, como explicitados em 2.3.1 e 2.3.2, respectivamente.

2.3.1 Competências e Habilidades

Visando à formação de profissionais que exerçam pleno domínio da língua e da literatura estudadas, com vista a atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, dentre outras atividades, o **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** deve contribuir para que os graduados tenham as seguintes competências e habilidades:

- I. Produzir textos, adequando a linguagem a diferentes situações discursivas;
- II. Analisar os processos de leitura e produção de textos;
- III. Descrever e explicar fenômenos e fatos da linguagem, utilizando criticamente as teorias linguísticas;
- IV. Compreender a linguagem como fenômeno psicológico, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- V. Analisar criticamente manifestações literárias e culturais;
- VI. Descrever e observar as variedades da língua portuguesa;
- VII. Examinar a organização e o funcionamento da estrutura da língua portuguesa nos vários níveis de análise linguística;
- VIII. Identificar e explorar textos multimodais em diferentes ambientes tecnológicos;

- IX. Refletir sobre a organização e o funcionamento dos elementos estruturadores do texto literário;
- X. Identificar e examinar os processos de formação e mudança da língua portuguesa;
- XI. Utilizar criticamente as teorias linguísticas como instrumento para o ensino de língua portuguesa como língua materna;
- XII. Articular teoria e prática para o ensino de língua e literatura;
- XIII. Realizar a transposição didática dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;
- XIV. Utilizar recursos digitais em ambiente escolar visando aos multiletramentos.

De acordo com as orientações estabelecidas pela Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, os futuros professores de língua portuguesa e literatura serão orientados a desenvolverem as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que eles estão inseridos. Dito isso, espera-se que os graduados em Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa compreendam que, para exercerem seu ofício, não é necessário somente assimilar os conteúdos previstos para o curso, mas também desenvolver as competências relacionadas à prática pedagógica e à transposição didática.

2.3.2 A Prática Pedagógica

A prática pedagógica do egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** que se apresenta nesta matriz curricular tem como espaço de atuação e reflexão as atividades de docência e de pesquisa, sejam elas de cunho diagnóstico e/ou interventivas. Assim, a compreensão da realidade cotidiana da sala de aula, da escola, da comunidade e de seu entorno, é essencial, pois contribui para que o aluno situe o seu fazer pedagógico no contexto de formação condizente com o perfil do profissional a ser formado, com as diretrizes curriculares e as exigências da sociedade atual.

Portanto, a Prática pedagógica do profissional egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** visa possibilitar ao aluno:

- I. Conhecer os aspectos teóricos e práticos que envolvam o ensino e aprendizagem de língua portuguesa literaturas de língua portuguesa;
- II. Ter capacidade para empreender projetos e ações que visem o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita nas áreas de língua portuguesa e literatura;
- III. Vivenciar os processos de planejamento, execução e avaliação de atividades didáticas para as séries finais do ensino fundamental e médio.
- IV. Conhecer os fundamentos epistemológicos, métodos e técnicas de pesquisa relacionadas às áreas de sua atuação, assumindo-a como elemento inerente à prática pedagógica;
- V. Conhecer os problemas que afetam o ensino da sua área de formação e desenvolver projetos investigativos voltados para o ensino da língua e da literatura, com vistas ao aprimoramento das habilidades de produção científica;

- VI. Criação de metodologias, na área de língua e literatura, que visem articular o ensino à realidade do aluno, uma realidade indissociável das interfaces psicológicas, sociais, culturais e históricas.

Esse componente curricular de formação pedagógica do professor de Língua Portuguesa e Literatura envolverá as práticas inseridas no interior das disciplinas de conhecimentos científicos, específico do curso, e as disciplinas que abordam os fundamentos teóricos e metodológicos dos processos de ensino e de aprendizagem com fundamentos no ato de educar e sua aplicabilidade na prática de ensino da Língua Portuguesa e Literatura.

3 PROPOSTA CURRICULAR

Atento às constantes inovações da área, neste novo currículo o campo da Linguística traz como propostas inovadoras os seguintes aspectos:

- I. Especial atenção dispensada à relação da linguagem com o ensino e as novas tecnologias;
- II. Concepção de ensino centrada nos multiletramentos, na transdisciplinaridade e nos gêneros textuais e do discurso;
- III. Articulação do ensino de Latim com a cultura latina, inclusive com os textos literários escritos nessa língua;
- IV. Inclusão de áreas do conhecimento ainda não prestigiadas em currículos anteriores, como Neurociência Aplicada à Linguagem, Ecolinguística e Linguagens e tecnologias.

Já no campo dos Estudos Literários, e em consonância com as mais recentes pesquisas desenvolvidas na área de "Literatura e Ensino", o novo currículo traz como propostas inovadoras os seguintes aspectos:

- I. Substituição da velha concepção historicista da literatura por uma abordagem de natureza crítico-teórica do texto literário. Guiada pelos preceitos da Literatura Comparada, a matriz foi organizada em tópicos temáticos, nos quais a literatura é trabalhada a partir de uma articulação com conteúdos advindos de outras áreas do conhecimento;
- II. Deslocamento das disciplinas de cunho teórico para a metade da matriz curricular. Historicamente, as disciplinas de teoria literária aparecem nos primeiros semestres do curso por acreditar que elas dariam aos alunos todas as ferramentas necessárias para se entender o texto literário. No entanto, a prática tem se mostrado ineficaz, sobretudo porque o aluno precisa ter um bom conhecimento acumulado de literatura para entender as teorias – algo que muito raramente acontece. Como foco principal do ensino, o texto literário deve preceder à teoria, e não o contrário;
- III. Inversão da clássica abordagem cronológica e universalista da literatura. Neste currículo, o contato inicial do aluno com a literatura dá-se a partir da esfera regional e da

contemporaneidade, seguindo paulatinamente para a antiguidade e para a produção de outros estados e países;

- IV. Extinção da antiga divisão da área em Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa. Neste currículo, todas as disciplinas devem necessariamente abranger autores brasileiros, portugueses e de países africanos de Língua Portuguesa. Esse artifício gera mais tempo para se trabalhar a Literatura Portuguesa (que tinha pouco espaço na antiga matriz) e abre espaço para se pensar, de forma mais substancial, os textos da Literatura Africana. Por fim, o atual formato permite analisar essas literaturas através de uma visão comparatista – aspecto que muito contribui para o entendimento do que seja uma Literatura lusófona.

3.1 Estrutura e Organização Curricular

O novo currículo do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** tem como pressuposto a concepção de uma educação contínua e permanente, que possa ser oferecida pelas instituições educativas de forma aberta, sem restrições, exclusões ou privilégios. Em consonância com os termos dispostos na Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 20 de dezembro de 2019, este currículo preza pela igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, pelo pluralismo de ideias, pelo respeito à liberdade e apreço à tolerância, pelo respeito e valorização da diversidade étnico-racial, pela articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior, pela íntima conexão entre teoria e prática, pela articulação entre a graduação e a pós-graduação, pelo ensino pautado na realidade concreta dos alunos, pela importância do magistério e pela educação orientada para os direitos humanos.

Com o intuito de atender adequadamente ao perfil delineado acima, o curso é estruturado a partir das seguintes competências:

- I. Competências Gerais;
- II. Competências específicas: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional.

No que tange à sua formação específica, o curso se articula em torno das seguintes áreas do conhecimento:

- I. Estudos Linguísticos;
- II. Estudos Literários e Culturais;
- III. Estudos de Formação de Professores de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Tanto os núcleos quanto as áreas do conhecimento são essenciais ao **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, uma vez que englobam uma ampla formação acadêmica e profissional de professores de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

De acordo com a concepção curricular, as áreas se interconectam para que o estudante tenha contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as diferentes formações acadêmicas.

O Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa tem sua integralização proposta em 3.380 horas/aula, conforme a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 20 de dezembro de 2019, após o cumprimento das exigências da presente proposta curricular, com prazo mínimo de 04 (quatro) anos.

A organização curricular deste curso tem a seguinte estrutura:

- I. Organização por períodos;
- II. Períodos semestrais;
- III. Período mínimo de duração do curso de oito períodos letivos.

Destaca-se que os pressupostos metodológicos estão sustentados pelos seguintes argumentos:

- I. Oferecer uma formação interdisciplinar na medida em que se trabalham as distintas áreas de conhecimento;
- II. Identificar recortes teórico-metodológicos das áreas, levando-se em conta os conceitos de autonomia, reflexão, investigação e trabalho cooperativo;
- III. Relacionar teoria e prática, estrutura dialógica, interatividade, flexibilidade, capacidade crítica e transdisciplinaridade.

O público-alvo a ser atendido é composto por alunos concluintes do Ensino Médio, que intencionam tornar-se futuros professores de Língua Portuguesa e de Literaturas de Língua Portuguesa. A dinâmica adotada para a aplicação dos períodos é a mesma para todos os semestres organizados da seguinte forma: cada ano é composto por 02 (dois) semestres. Cada semestre terá, aproximadamente 420h (quatrocentos e vinte horas), totalizando, aproximadamente, 840 horas por ano, sendo que nos 03 (três) últimos semestres serão integralizadas as horas correspondentes ao Estágio Obrigatório.

3.1.1 Matriz Curricular

CURSO – LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

| PERÍODOS | Competências | Código | Disciplinas | CARGA HORÁRIA | CRÉDITOS | | | | Pré-requisito |
|------------|-----------------|--------|-------------|---------------|----------|---------|---------|--------|---------------|
| | | | | | TEÓRICO | PRÁTICO | ESTÁGIO | EXTENS | |
| 1º Período | CE ³ | NOVO | GRAMÁTICA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - |
| Introdução | CE | NOVO | LINGUÍSTICA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - |

³ CE – Competências Específica; CG – Competência Geral; TCC – Trabalho de Conclusão de Curso; ES – Estágio (Supervisionado) Obrigatório.

| | | | | | | | | | | |
|--|---|------|--|-------------|-------------|--------------------|-------------------|----------|-------------------------|--|
| aos conceitos linguísticos, literários e de formação de professores de língua portuguesa. | CE | NOVO | LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS | 60h | 2 | 2 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | LITERATURA E CULTURA PIAUIENSE | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | LITERATURA E OUTRAS ARTES | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CG | NOVO | FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CE | 0052 | SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO | 15h | 1 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | TOTAL DO PERÍODO | | | | 375h | 21 | 4 | 0 | 0 | |
| | Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 1º Período | | | | | | 315.60.0.0 | | | |
| 2º Período Aprofundamento dos conceitos linguísticos, literários e de formação de professores de língua portuguesa. | CE | NOVO | LÍNGUA E CULTURA LATINA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO-APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | LITERATURA E CULTURA PÓS-MODERNA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | LITERATURA E MEMÓRIA CULTURAL | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CG | 058 | HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | ACE | NOVO | ACE I | 45h | 0 | 0 | 0 | 3 | - | |
| TOTAL DO PERÍODO | | | | 405h | 20 | 4 | 0 | 3 | | |
| Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 2º Período | | | | | | 300.60.0.45 | | | | |
| 3º Período Ampliação dos conceitos linguísticos, literários e de formação de professores de língua portuguesa. | CE | NOVO | FORMAÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | Língua e Cultura Latina | |
| | CE | NOVO | LINGÜÍSTICA DO TEXTO | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | Linguística | |
| | CE | NOVO | MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | TEORIA DA NARRATIVA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CG | NOVO | PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CG | NOVO | SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | ACE | NOVO | ACE II | 45h | 0 | 0 | 0 | 3 | - | |
| TOTAL DO PERÍODO | | | | 405h | 22 | 2 | 0 | 3 | | |
| Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 3º Período | | | | | | 330.30.0.45 | | | | |
| 4º Período Consolidação dos conceitos linguísticos, literários e de formação de | CE | NOVO | NEUROCIÊNCIA APLICADA À LINGUAGEM | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | ANÁLISE DO DISCURSO | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---------|---|------|-------------|----------------------|--------------------|----------|---|--|
| professores de língua portuguesa (dos períodos iniciais). | CE | NOVO | TEORIA DO POEMA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CG | 0002 | DIDÁTICA GERAL | 60h | 2 | 2 | 0 | 0 | - | |
| | CG | 055 | LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | ACE | NOVO | ACE III | 45h | 0 | 0 | 0 | 3 | - | |
| | TOTAL DO PERÍODO | | | | 405h | 21 | 3 | 0 | 3 | |
| | Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 4º Período | | | | | | 315.45.0.45 | | | |
| 5º Período Abordagens linguísticas e literárias específicas necessárias à formação de professores de língua portuguesa. | CE | NOVO | GÊNEROS DO TEXTO E ENSINO DE LINGUAGEM | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | SOCIOLINGÜÍSTICA | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | SEMÂNTICA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | <i>Sintaxe da Língua Portuguesa</i> | |
| | CE | NOVO | TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIA | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CG | 0054 | AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CG | NOVO | METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | <i>Didática Geral</i> | |
| | ACE | NOVO | ACE IV | 45h | 0 | 0 | 0 | 3 | - | |
| | TOTAL DO PERÍODO | | | | 405h | 20 | 4 | 0 | 3 | |
| Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 5º Período | | | | | | 300.60.0.45 | | | | |
| 6º Período Introdução às disciplinas de iniciação à pesquisa de caráter prático e aplicado. | TCC | NOVO | TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I | 45h | 1 | 2 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | LETRAMENTOS E ALFABETIZAÇÃO | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | LITERATURA E REALIDADE SOCIAL | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | CE | NOVO | LITERATURA, DISSONÂNCIA E TRANSGRESSÃO | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - | |
| | ES | NOVO | ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I | 135h | 0 | 0 | 9 | 0 | <i>Didática Geral</i> | |
| | CE | DEFINIR | OPTATIVA | 45h | 3 | 0 | 0 | 0 | - | |
| | ACE | NOVO | ACE V | 45h | 0 | 0 | 0 | 3 | - | |
| | TOTAL DO PERÍODO | | | | 450h | 14 | 4 | 9 | 3 | |
| Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 6º Período | | | | | | 210.60.135.45 | | | | |
| 7º Período Consolidação de pesquisa e das práticas formativas. | TCC | NOVO | TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II | 60h | 1 | 3 | 0 | 0 | <i>Trabalho de Conclusão de Curso I</i> | |
| | ES | NOVO | ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II | 135h | 0 | 0 | 9 | 0 | <i>Estágio Obrigatório I</i> | |
| | CE | DEFINIR | OPTATIVA | 45h | 3 | 0 | 0 | 0 | - | |

| | | | | | | | | | |
|---|--|---------|------------------------------------|------|------------------|--------------|---|---|-----------------------------------|
| | ACE | NOVO | ACE VI | 60h | 0 | 0 | 0 | 4 | - |
| | TOTAL DO PERÍODO | | | 300h | 4 | 3 | 9 | 4 | |
| | Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 7º Período | | | | | 60.45.135.60 | | | |
| 8º Período Ampliação das abordagens linguísticas, literárias e práticas formativas na área da linguagem. | TCC | NOVO | TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III | 15h | 0 | 1 | 0 | 0 | Trabalho de Conclusão de Curso II |
| | CE | NOVO | LITERATURA, MITOS E RELIGIÕES | 60h | 4 | 0 | 0 | 0 | - |
| | CE | NOVO | LITERATURA E PENSAMENTO CIENTÍFICO | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - |
| | CG | NOVO | LÍNGUA DE SINAIS | 60h | 3 | 1 | 0 | 0 | - |
| | ES | NOVO | ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III | 135h | 0 | 0 | 9 | 0 | Estágio Obrigatório II |
| | CE | DEFINIR | OPTATIVA | 45h | 3 | 0 | 0 | 0 | - |
| | ACE | NOVO | ACE VII | 60h | 0 | 0 | 0 | 4 | - |
| | TOTAL DO PERÍODO | | | | 435h | 13 | 3 | 9 | 4 |
| Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 8º Período | | | | | 195.45.135.60 | | | | |
| TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA | | | | | 3.180h | 135.27.27.23 | | | |
| Total Geral: Teórico + prático + estágio + extensão em horas | | | | | 2025.405.405.345 | | | | |
| ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES | | | | | 200h | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | 3.380h | | | | |

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR

| COMPONENTES CURRICULARES | CARGA HORÁRIA | CRÉDITOS |
|--|---------------|------------|
| DISCIPLINAS TEÓRICAS | | |
| Obrigatórias | 1.860 | 124 |
| Optativas | 135 | 9 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | 30 | 2 |
| Subtotal de Disciplinas Teóricas (A) | 2.025 | 135 |
| PRÁTICA PEDAGÓGICA | | |
| Prática dos componentes curriculares | | |
| Obrigatórias | 315 | 21 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | 90 | 6 |
| Subtotal de Prática como Componente Curricular (B1) | 405 | 27 |
| Estágio Supervisionado | | |
| Estágio Supervisionado | 405 | 27 |
| Subtotal Estágio Supervisionado (B2) | 405 | 27 |
| TOTAL PRÁTICA PEDAGÓGICA B (B1+B2) | 810 | 54 |
| ACC – ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (D) | 200 | - |
| ACE – ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (10%) (E) | 345 | 21 |
| TOTAL GERAL DO CURRÍCULO (A+B+C+D+E) | 3.380 | 212 |

3.1.1.1 Relação de Disciplinas Optativas

Nesta seção, elencamos a lista das disciplinas optativas, nas áreas de Linguística e Literatura.

| DISCIPLINAS OPTATIVAS | | | |
|---|---------------|----------|---------|
| ESTUDOS LINGUÍSTICOS | CARGA HORÁRIA | CRÉDITOS | PERÍODO |
| Ecolinguística | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Filologia românica | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Francês Instrumental Básico | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Formação de mediadores de leitura | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Gerativismo | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Gramaticologia da Língua portuguesa | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Inglês Instrumental Básico | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Introdução à historiografia linguística | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Língua Latina II | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Linguagem e dificuldades de aprendizagem | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Linguagem, discurso e ensino | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Linguagem, tecnologia e ensino de Língua portuguesa | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Linguística aplicada e formação de professores de Língua portuguesa | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Multiletramentos e multimodalidade no ensino | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Oficina de leitura e produção de textos criativos | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Pragmática | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Retórica e argumentação | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Sintaxe da Língua Portuguesa II | 45h | 3.0.0 | 8º |
| ESTUDOS LITERÁRIOS | CARGA HORÁRIA | CRÉDITOS | PERÍODO |
| Crítica literária feminista | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Estudos do insólito ficcional | 45h | 3.0.0 | 6º |
| História da literatura piauiense | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Laboratório de escrita criativa | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Literatura brasileira contemporânea | 45h | 3.0.0 | 6º |
| Literatura e cinema | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Literatura e filosofia | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Literatura infanto-juvenil | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Literatura latina I | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Literatura surda | 45h | 3.0.0 | 7º |
| Literatura, cultura e sociedade lusitana | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Literatura, etnia, gênero e diversidade | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Literatura, performance e oralidade | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Literaturas africanas de Língua portuguesa | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Prosa portuguesa contemporânea | 45h | 3.0.0 | 8º |
| Tópicos de teoria literária | 45h | 3.0.0 | 8º |

3.1.1.2 Prática Pedagógica

Na tentativa de melhor articular teoria e prática e seguindo as orientações dispostas na Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 20 de dezembro de 2019, este currículo integraliza uma carga horária significativa de créditos práticos dentro do próprio componente curricular. Esse procedimento visa solidificar a formação inicial do aluno, conforme inciso V, Artigo 6º da Resolução supracitada:

V - a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes;

É necessário, contudo, discriminar claramente acepções referentes à prática de ensino e à didática. A delimitação conceitual é de suma importância, dado que a praticidade não pode ser entendida apenas como a avaliação de atuação do docente, ou aspirante a docente, em uma sala de aula. Assim, praticidade para o ensino representa, em sentido *lato*, toda e qualquer atividade desenvolvida na condução das disciplinas que implique algum proveito para a atuação profissional. Por conseguinte, a prática voltada para o ensino não se restringe, em termos curriculares, à avaliação *in loco*, em escolas da educação básica, de procedimentos relativos a qualquer espécie de aula.

A praticidade, tal como aqui concebida, consubstancia-se, por exemplo, na produção de textos críticos relativos ao material didático da educação básica em que os profissionais de Letras atuam (prioritariamente, nos anos terminais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio). Em suma, a didatização das disciplinas na área de Letras obedece à impressão de uma concepção de pluralismo teórico-conceitual e terminológico no tocante às múltiplas perspectivas de abordagem dos fenômenos linguístico e literário, bem como à adoção de uma concepção geral de ensino multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Há, naturalmente, embates político-acadêmicos cuja resolução não se encontra devidamente assentada. Por outras palavras, a definição geral de políticas curriculares e o enfoque teórico e didático de cada disciplina em particular são, e provavelmente sempre serão, alvo de discussão. Contudo, a eventual discordância teórica não é encarada como uma deficiência merecedora de extirpação. A despeito do reconhecimento da inevitabilidade da diversidade de perspectivas teóricas, epistemológicas e políticas e eventuais enfrentamentos correlatos, o entendimento predominante é de que a definição de uma diretriz – dotada, em princípio, de pluralismo teórico e metodológico – é salutar. Em outros termos, compreende-se que os alunos necessitam de uma orientação a respeito das perspectivas correntes do curso em confronto prospectivo com as oportunidades laborais uma vez que o tenham concluído.

Em suma, dentro das especificidades da área de formação do curso, a operacionalização dos créditos práticos que integram um componente curricular pode se dar a partir das seguintes atividades acadêmicas:

- I. Situação simulada de docência com vista à realização de transposições didáticas;
- II. Exercícios de leitura e escrita de gêneros diversos;

- III. Atividade de análise textual;
- IV. Avaliação crítica de materiais didáticos;
- V. Montagem de *corpora* de temas relevantes para a área de Letras;
- VI. Pesquisa etnográfica;
- VII. Atividades em laboratórios de linguagens;
- VIII. Elaboração de projetos de pesquisa;
- IX. Atividades de pesquisa e arquivamento em museus e centros culturais;
- X. Produção de trabalhos artísticos a partir de recursos de transposição intersemiótica;
- XI. Exercícios de dramatização;
- XII. Laboratório de escrita criativa.

O Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do Parfor/UFPI objetiva formar profissionais atuantes que se configurem como professores/agentes da reflexão sistemática acerca da linguagem, em especial, em sua expressão linguística e literária. Para tal, viabilizam-se recursos, estratégias e espaços para que os seus alunos desenvolvam aptidões relevantes para a atuação nessa área do conhecimento. Nesse sentido, o discente se assume como um mediador cultural, considerando a universidade como uma casa de cultura em que os preceitos de ética e de cidadania conduzem à informação qualificada, ao conhecimento e à formação do sujeito/aluno e do sujeito/profissional, no esforço para atender às recomendações do MEC: **flexibilidade de organização dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios.**

Dessa argumentação, conclui-se que os direcionamentos propostos para a política pedagógica do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa intentam formar um profissional caracterizado pela reflexão-ação que, no traslado da teoria e da práxis educativa, almeje o discernimento no exercício social de interação com os demais sujeitos culturais, conforme se constata no trecho a seguir:

Uma vez que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente. Propõe-se que as atividades planejadas sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados.

É imprescindível, ainda, dentro de tais expectativas, que o estudante de Letras saiba analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam as investigações sobre a linguagem, bem como a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa. Dominar as diferentes noções de gramática, situar e descrever as concepções de sujeito, língua, texto/discurso; do mesmo modo, ter domínio ativo e crítico

destas capacidades para promover as intertextualidades possíveis à língua e ao conhecimento linguístico; compreender os fundamentos teóricos da reflexão relativa ao conhecimento literário, assim como compor um acervo de leituras canônicas da literatura universal e lusófona, com vistas a erigir uma cultura de integração dos povos lusófonos. Com isto, espera-se que este profissional seja um produtor de saberes, favorecendo o processo contínuo de construção do conhecimento na área e a utilização de novas tecnologias, o que envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em assim sendo, em última análise, a impressão de uma concepção pluralista de ordem epistemológica, didática, linguística e literária confere um caráter aplicado ao ensino do curso em sua totalidade.

Preocupados com o crescente avanço tecnológico e com a demanda do mercado profissional, entendem os professores consignatários que esta instituição de ensino almeja a formação de cidadãos que se adaptem, da forma mais ágil possível, e, em conformidade com os preceitos da ética e da cidadania, quaisquer mudanças em seu contexto histórico-social, dada a flexibilidade, a expressão crítica e inovadora que assumem as diversas temáticas constitutivas do curso em confronto com as mudanças de ordem socioeconômica e cultural.

Entretanto, não se desvia da função primeira de difundir conhecimentos viabilizar ferramentas para a pesquisa, o ensino e a extensão, a fim de que o tripé universitário seja uma realidade palpável; deste modo, seu propósito fundamental é *informar* e *formar* com destreza. A partir de uma mobilização acadêmico-social, torna-se viável promover a inserção dos membros da comunidade na universidade, fazendo valer a concepção desta como casa de cultura em que se promove o saber e se ratifica o exercício da cidadania, objetivando o aprimoramento e a modificação positiva da esfera social.

3.1.1.3 Relação de Disciplinas - Prática como Componente Curricular

| DISCIPLINAS | CARGA HORÁRIA |
|--|---------------|
| Leitura e Produção de Textos | 30h |
| Literatura, Dissonância e Transgressão | 15h |
| Filosofia da Educação | 15h |
| Linguística aplicada ao ensino-aprendizagem do português | 15h |
| Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa | 15h |
| Literatura e Memória Cultural | 15h |
| História da Educação | 15h |
| Linguística do Texto | 15h |
| Sociologia da Educação | 15h |
| Neurociência Aplicada à Linguagem | 15h |

| | |
|---|-------------|
| Didática Geral | 30h |
| Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem | 15h |
| Sociolinguística | 15h |
| Avaliação da Aprendizagem | 15h |
| Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura | 15h |
| Trabalho de Conclusão de Curso I | 30h |
| Letramentos e Alfabetização | 15h |
| Literatura e Outras Artes | 15h |
| Trabalho de Conclusão de Curso II | 45h |
| Trabalho de Conclusão de Curso III | 15h |
| Literatura e Pensamento Científico | 15h |
| Língua de Sinais | 15h |
| TOTAL | 405h |

3.1.1.4 Relação de Disciplinas e seus Respectivos Conteúdos Transversais

| DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS | |
|--|--|
| DISCIPLINAS | TEMAS TRANSVERSAIS |
| 1º PERÍODO | |
| Leitura e Produção de Textos | Diversidade social |
| Literatura e Cultura Piauiense | Estética e realidade local |
| Literatura e Outras Artes | Diversidade cultural |
| 2º PERÍODO | |
| Língua e Cultura Latina | Estética e culturas diversas |
| Linguística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem do Português | Superação da exclusão social |
| Literatura e Cultura Pós-Moderna | Diversidade cultural |
| Literatura e Memória Cultural | Faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade |
| 3º PERÍODO | |
| Linguística do Texto | As concepções de texto |
| 4º PERÍODO | |
| Neurociência Aplicada à Linguagem | Ciência e novas tecnologias |
| Análise do Discurso | História e ideologia |
| Didática Geral | Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem |

| 5º PERÍODO | |
|---|--|
| Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem | Diversidade de gêneros textuais |
| Sociolinguística | Faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade e heterogeneidade linguística |
| Teoria e Crítica Literária | Diversidade cultural e política |
| Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura | Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem |
| 6º PERÍODO | |
| Letramentos e Alfabetização | Superação da exclusão social |
| Literatura e Realidade Social | Diversidade étnico-racial, econômica, cultural e de gênero |
| Literatura, Dissonância e Transgressão | Gênero, sexualidade e valorização da diversidade |
| 8º PERÍODO | |
| Literatura, Mitos e Religiões | Ética, religião e mitologias diversas |
| Literatura e Pensamento Científico | Realidade socioambiental e ciências aplicadas à linguagem |
| Língua de Sinais | Inclusão social |

| DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS | |
|---|--|
| DISCIPLINAS | TEMAS TRANSVERSAIS |
| Multiletramento e Multimodalidade no Ensino | Diversidade de gêneros textuais |
| Linguagem, Tecnologia e Ensino de Língua Portuguesa | Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem |
| Literatura Infanto-Juvenil | Diversidade cultural e inclusão social |
| Literatura Surda | Diversidade cultural e inclusão social |

3.1.2 Fluxograma

| CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA | | | | | | | |
|---|---|--|--|--|---|---|--|
| 1º período 375h | 2º período 405h | 3º período 405h | 4º período 405h | 5º período 405h | 6º período 450h | 7º período 300h | 8º período 435h |
| Gramática 60h / 4.0.0.0 | Atividades Curriculares de Extensão I 45h / 0.0.0.3 | Atividades Curriculares de Extensão II 45h / 0.0.0.3 | Atividades Curriculares de Extensão III 45h / 0.0.0.3 | Atividades Curriculares de Extensão IV 45h / 0.0.0.3 | Atividades Curriculares de Extensão V 45h / 0.0.0.3 | Atividades Curriculares de Extensão VI 60h / 0.0.0.4 | Atividades Curriculares de Extensão VII 60h / 0.0.0.4 |
| Linguística 60h / 4.0.0.0 | Língua e Cultura Latina 60h / 4.0.0.0 | Formação Histórica da Língua Portuguesa 60h / 4.0.0.0 | Neurociência Aplicada à Linguagem 60h / 3.1.0.0 | Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem 60h / 3.1.0.0 | Trabalho de Conclusão de Curso I 45h / 1.3.0.0 | Trabalho de Conclusão de Curso II 60h / 1.4.0.0 | Trabalho de Conclusão de Curso III 15h / 0.1.0.0 |
| Leitura e produção de textos 60h / 2.2.0.0 | Linguística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem do Português 60h / 3.1.0.0 | Linguística do Texto 60h / 3.1.0.0 | Análise do Discurso 60h / 4.0.0.0 | Socio-linguística 60h / 3.1.0.0 | Letramentos e Alfabetização 60h / 3.1.0.0 | Estágio Obrigatório II 135h / 0.0.9.0 | Literatura, Mitos e Religiões 60h / 4.0.0.0 |
| Literatura e Cultura Piauiense 60h / 4.0.0.0 | Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa 60h / 3.1.0.0 | Morfologia da Língua Portuguesa 60h / 4.1.0.0 | Sintaxe da Língua Portuguesa 60h / 4.0.0.0 | Semântica 60h / 4.0.0.0 | Literatura e Realidade Social 60h / 4.0.0.0 | Optativa 45h / 3.0.0.0 | Literatura e Pensamento Científico 60h / 3.1.0.0 |
| Literatura e Outras Artes 60h / 3.1.0.0 | Literatura e Cultura Pós-Moderna 60h / 4.0.0.0 | Teoria da Narrativa 60h / 4.0.0.0 | Teoria do Poema 60h / 4.0.0.0 | Teoria e Crítica Literária 60h / 4.0.0.0 | Literatura, Dissonância e Transgressão 60h / 3.1.0.0 | | Língua de Sinais 60h / 3.1.0.0 |
| Filosofia da Educação 60h / 3.1.0.0 | Literatura e Memória Cultural 60h / 3.1.0.0 | Psicologia da Educação 60h / 4.0.0.0 | Didática Geral 60h / 2.2.0.0 | Avaliação da Aprendizagem 60h / 3.1.0.0 | Estágio Obrigatório I 135h / 0.0.9.0 | | Estágio Obrigatório III 135h / 0.0.9.0 |
| Seminário de Introdução ao Curso 15h / 1.0.0.0 | História da Educação 60h / 3.1.0.0 | Sociologia da Educação 60h / 4.0.0.0 | Legislação e Organização da Educação Básica 60h / 4.0.0.0 | Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura 60h / 3.1.0.0 | Optativa 45h / 3.0.0.0 | | Optativa 45h / 3.0.0.0 |

3.2 Estágio, Atividades Complementares, Extensão e TCC

3.2.1 Estágio Obrigatório

O estágio, sob a forma supervisionada, é um dos momentos de integração entre a academia, a escola e a comunidade. Momento em que licenciando percebe ser sujeito ativo no processo educacional e social, proporcionando sua inserção no campo de atuação profissional. Para os que já exercem o magistério, propicia uma reflexão e um redimensionamento sobre a práxis pedagógica.

O estágio obrigatório é a parte do currículo que integra a teoria e prática, sem, entretanto, ser a única com esse caráter, pois tanto a teoria como a prática devem permear todo o processo de formação acadêmico-profissional, possibilitando ao licenciando colocar-se à frente das questões do dia a dia da prática docente, incentivando a pesquisa e a qualificação continuada, em busca de soluções para os problemas detectados.

O estágio obrigatório possibilita que a academia seja um local aberto a estudos e discussões referenciadas na dimensão prática da ação docente, para reorientação da formação acadêmico-profissional com base na realidade proporcionada pelo intercâmbio de conhecimentos e vivências de questões inerentes ao exercício da ação docente, numa vinculação constante entre ação-reflexão-ação, para melhoria do ensino de graduação.

O presente documento apresenta as diretrizes gerais e normas de operacionalização do estágio obrigatório para cursos de licenciatura, visando atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, a legislação do Conselho Nacional de Educação – CNE, Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96) e, conseqüentemente, as normas da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

3.2.1.1 Fundamentos Legais

O estágio obrigatório tem fundamentação legal na legislação pertinente de âmbito nacional e em instrumentos normativos da Universidade Federal do Piauí. Quanto à legislação nacional relativa ao estágio obrigatório, citamos os seguintes dispositivos legais, com as respectivas ementas:

- I. Lei nº 9.394, de 20.12.1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece que os estágios devam ser regulamentados pelo sistema de ensino (Art. 82).
- II. Resolução CNE/CES nº 18, de 13.03.2002. Institui Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Letras.
- III. Decreto nº 5.622, de 19.12.2005. Regulamenta o artigo nº 80 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- IV. Lei nº 11.788/08. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de

01/05/1943, e a Lei nº 9.394, de 20/12/1996; revoga as Leis nº 6.494, de 07/12/1977, e 8.859, de 23/03/1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24/08/2001; e dá outras providências.

- V. Resolução CNE/CP nº 02/2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- VI. Lei nº 13.415/2017. Altera as Leis: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e Lei nº 11.494, de 20/06/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28/02/1967; revoga a Lei nº 11.161, de 05/08/2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Em se tratando dos instrumentos normativos internos da UFPI, há vários documentos que contribuem para a fundamentação legal do estágio obrigatório, os quais apresentamos a seguir, com as respectivas ementas:

- I. Resolução nº 199, de 20.11.2.003 – CEPEX/UFPI. Estabelece as normas gerais do Estágio Obrigatório e institui a sua duração e carga horária.
- II. Resolução nº 38/04 – CEPEX/UFPI. Altera a Resolução 199/03 – CEPEX/UFPI - acrescenta um novo artigo e renumera os seguintes.
- III. Resolução nº 109/04 – CEPEX/UFPI. Estabelece critérios gerais para aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica para alunos que ingressaram até 2003.2 nos Cursos Regulares de Licenciatura Plena da UFPI.
- IV. Resolução nº 115/05 - CEPEX/UFPI. Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores de Educação Básica e define o perfil do profissional formado na UFPI.
- V. Resolução nº 22/09 – CEPEX/UFPI – Dispõe sobre estágio obrigatório na UFPI.
- VI. Resolução nº 177/2012 – CEPEX/UFPI (Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí).
- VII. PDI/UFPI 2015-2019 –Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Piauí (Aprovado pela Resolução nº 002/2015-CD/CONSUN).
- VIII. Resolução nº 222/2016 – CEPEX/UFPI. Cria o Núcleo de Apoio Estatístico à Pesquisa - NAEP.

3.2.1.2 Sistemática de Operacionalização - Objetivos e Caracterização

O Estágio Obrigatório, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório dos cursos de formação de recursos humanos para o magistério, para integralização curricular, previsto nos diversos currículos dos cursos de licenciatura, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio obrigatório nos cursos de licenciatura plena (Resolução nº 01/02 – CNE, Resolução nº 02/02 – CNE, Resolução nº 199/03 – CEPEX/UFPI, Resolução nº 109/04 – CEPEX, Resolução nº 01/06 – CNE e Resolução nº 115/05 – CEPEX/UFPI).

Compreende o período em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, objetivando iniciar o futuro educador em sua vida profissional, através da vivência de situações concretas de ensino, sob a orientação e acompanhamento direto de um docente-supervisor.

O Estágio Obrigatório corresponde nas diversas licenciaturas às atividades de aprendizagem pedagógica, social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais da prática pedagógica, sob a coordenação da Instituição de Ensino.

O Estágio Obrigatório objetiva:

- I. Garantir a formação acadêmica: conclusão do processo de ensino-aprendizagem;
- II. Vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem, como experiência pedagógica, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos e a interdisciplinaridade;
- III. Desenvolver atividades que possibilitem ao estudante: conhecimento da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento; vivência da prática docente, envolvendo as dimensões humana, técnica, social e política; e a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade a realização pessoal.

Constitui, pois, momento único em que o estudante-estagiário tem a oportunidade de autoavaliação e de, ao mesmo tempo, ser avaliado quanto às suas competências e habilidades para o exercício da ação docente. O Estágio Curricular poderá ser planejado de modo a se constituir como atividade de extensão e/ou pesquisa, viabilizando a participação do estudante em projetos de interesse social.

3.2.1.3 Organização Administrativa e Didático-Pedagógica

Aspectos Administrativos

À Coordenação de Estágio Obrigatório compete planejar e coordenar as ações relativas ao estágio nos cursos de Letras, organizando, encaminhando, acompanhando e avaliando seu desenvolvimento. O coordenador será escolhido dentre os docentes responsáveis pelo estágio obrigatório. As competências e tempo de mandato desse coordenador serão estabelecidos pelos seus respectivos pares.

Carga Horária: 405 horas-aula

O Estágio Obrigatório nas diversas licenciaturas, compreende:

- I. Estágio obrigatório I – 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula;
- II. Estágio obrigatório II – 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula;
- III. Estágio obrigatório III – 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula;

A carga horária total perfaz 405 (quatrocentas e cinco) horas-aula, que são ofertadas nos últimos 03 (três) semestres letivos do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

O Estágio Obrigatório realizar-se-á durante o período letivo da UFPI, correspondendo ao período estabelecido pelo calendário acadêmico da Instituição para os cursos de licenciatura, em consonância com o período letivo das redes pública e privada de ensino.

Campo de Estágio

O Estágio Obrigatório é componente curricular a realizar-se em campos pertencentes à Instituição ou em outras instituições públicas e privadas, do meio urbano ou rural, de Ensino Fundamental e Médio e em outros campos de atuação profissional, que atendam aos critérios estabelecidos pela Universidade Federal do Piauí, na forma de convênios firmados.

Os estudantes que já atuam como docentes na Educação Básica poderão solicitar o aproveitamento das experiências da prática pedagógica nas escolas em que atuam. Esta solicitação será analisada pelo Departamento ao qual o Estágio está vinculado.

Nesta proposta curricular, o princípio essencial da formação docente é a reflexão contínua sobre a prática em sala de aula, enfatizando a pesquisa como eixo articulador da construção e reconstrução do conhecimento. O estágio obrigatório ocorrerá em 03 (três) períodos, a partir do sexto período, com acompanhamento específico de no máximo 25 alunos por turma e será supervisionado de acordo com a lotação do estudante/profissional em sala de aula.

Matrícula

O discente deve efetuar a matrícula para estágio na Coordenação do Curso, no período estabelecido no calendário acadêmico da Instituição para os cursos de graduação.

Encaminhamento ao Campo de Estágio

O encaminhamento ao campo de estágio se dará através de ofício do docente supervisor ou da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado.

3.2.1.4 Formas de Operacionalização

Supervisão do Estágio

A Supervisão do Estágio é o elo entre o órgão formador e a Instituição Educacional que recebe o estudante para a realização do Estágio Obrigatório. A atuação do docente-supervisor visa articular, acompanhar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo, proporcionando ainda oportunidades de reflexão sobre o pensar e o agir profissional.

A supervisão no Estágio Obrigatório ocorre de forma direta com monitoramento sistemático e contínuo das atividades do estágio, através da:

- I. Avaliação periódica do desempenho dos alunos, de acordo com a orientação do professor supervisor;
- II. Criação e recriação de espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;
- III. Orientação na elaboração do Plano de Estágio e dos relatórios parciais e de conclusão do Estágio;
- IV. Elaboração do calendário de reuniões periódicas com os estudantes e coparticipantes do processo de ensino-aprendizagem;
- V. Apresentação à Coordenação de Estágio Curricular de Ensino do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** relatório das atividades desenvolvidas;
- VI. Proposição de alternativas pedagógicas de acordo com as necessidades e/ou a cultura institucional no decorrer do estágio curricular, garantindo o alcance dos objetivos propostos.

O docente-supervisor é o professor responsável pela indicação do campo de estágio e pelo processo acadêmico de acompanhamento do estudante-estagiário. Ele também é responsável por conduzir o aluno, durante período de estágio, a atividades de observação, ao conhecimento da realidade do campo de estágio, desenvolvendo uma visão crítica da realidade escolar, ao entendimento da dinâmica institucional, ao conhecimento da literatura sobre a área de atuação, à participação em reuniões informativas de troca de experiências e ao planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Planejamento, Execução e Avaliação do Plano de Estágio

O Plano de Estágio, contendo todas as etapas do estágio, é tarefa do estudante-estagiário, sob a orientação do docente-supervisor. Compete ao docente-supervisor selecionar e priorizar conteúdos a serem trabalhados e atividades a serem executadas, definir os objetivos que devem ser atingidos, fixar prazos, competências e habilidades a serem adquiridas e determinar, *a priori*, formas do próprio estágio.

O Plano de Estágio elaborado pelo licenciando deve conter as seguintes partes essenciais:

- I. Introdução: apresentação do trabalho de forma sintética e objetiva.

- II. Objetivos gerais e específicos: os objetivos definem o porquê da realização do trabalho e o que se pretende atingir com a sua realização.
- III. Fundamentação teórica: estudo sobre conteúdos relacionados à formação docente, às competências e habilidades do professor.
- IV. Metodologia do trabalho: contempla as seguintes etapas: conhecimento da realidade do campo de estágio, planejamento, execução e avaliação de atividades didático-pedagógicas, elaboração e entrega do Relatório Final do Estágio e apresentação dos resultados no Campo de Estágio.
- V. Cronograma: apresenta as etapas do trabalho e o tempo em que acontecerão.

O Plano deve ser elaborado a partir do conhecimento da realidade do campo de estágio. A execução do Plano pelo estudante-estagiário deve ser acompanhada pelo docente-supervisor. A avaliação do Plano de Estágio deve ser realizada após o término de cada etapa prevista no documento, para verificação e correção das falhas ocorridas, envolvendo docente-supervisor e estudante-estagiário.

Acompanhamento, Controle e Avaliação do Estágio

O acompanhamento e o controle do estágio devem ser realizados pelo docente-supervisor na forma descrita de supervisão (direta) e através de instrumentos a serem preenchidos pelo docente-supervisor, pelo estudante-estagiário e pelo docente-titular do campo de estágio (ficha de supervisão, ficha de frequência do estagiário, relatórios parciais e relatório final).

A avaliação deve envolver, além do docente-supervisor e do estudante-estagiário, o professor ou professores titulares do campo de estágio, da(s) turma(s), local do estágio e os profissionais (supervisor escolar/coordenador de ensino/diretor ou outros profissionais) do *lócus* de estágio, que devem avaliar o rendimento alcançado pelo estagiário e os aspectos gerais do estágio.

Os instrumentos de avaliação do estagiário devem ser elaborados pelo docente-supervisor, contemplando alguns elementos: integração do discente-estagiário no campo de estágio; desempenho das tarefas; capacidade de aplicação do conhecimento teórico-prático; capacidade de autocrítica; autodisciplina; assiduidade/pontualidade, comprometimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, habilidades e competências inerentes à profissão.

Pesquisa e Extensão no Estágio obrigatório: Estágio Obrigatório

Como a lógica da formação na Universidade Federal do Piauí aponta para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo por base o compromisso da Instituição com a construção de novos conhecimentos, desenvolvimento da capacidade de adaptar-se às mudanças e ao atendimento das necessidades da comunidade onde a instituição está inserida, se faz necessário que o Estágio Obrigatório possa ocorrer, prioritariamente, na forma de ensino, mas se pode associar o ensino às atividades de extensão e/ou de pesquisa.

O Estágio Obrigatório na forma de extensão visa à participação dos estudantes em ações que possam colaborar com os docentes já atuantes na Educação Básica, na revisão constante da sua prática, propiciando qualificação técnica e humana à comunidade de acordo com as necessidades apresentadas, contribuindo com momentos de reflexão e de troca e construção de saberes.

O Estágio Obrigatório na forma de pesquisa visa desenvolver o espírito científico do futuro licenciado, formando sujeitos afeitos às questões da investigação e a questionamentos que possam buscar soluções para os problemas enfrentados na prática pedagógica por aqueles que já exercem o magistério, abrindo espaços para pensá-lo, criticá-lo, criá-lo e para a proposição de alternativas. Visa, portanto, instrumentalizar o estudante-estagiário para aprender e criar de forma permanente, buscando respostas aos problemas que surgem nas atividades de ensino, ou seja, na prática educativa.

Orientações para o Estagiário

- I. Tomar conhecimento da Legislação Vigente e das Resoluções que regulamentam o Estágio Obrigatório na UFPI e do Manual de Estágio;
- II. Efetivar matrícula no Estágio Obrigatório, na Coordenação do Curso a qual está vinculado;
- III. Elaborar o Plano de Estágio sob a orientação do docente-supervisor;
- IV. Destinar, obrigatoriamente, um turno para a realização do estágio, para atendimento do horário da escola-campo de estágio, caso não exerça o magistério;
- V. Observar os prazos estipulados no plano de estágio para entrega dos trabalhos, materiais e documentos solicitados pelo docente-supervisor;
- VI. Entregar ao docente-supervisor, ao final de cada mês ou no prazo estabelecido por ele, a frequência devidamente assinada pelo responsável direto no campo de estágio;
- VII. Apresentar, ao término do Estágio Obrigatório, ao docente-supervisor, um relatório sobre as atividades desenvolvidas, expondo os resultados e a avaliação do trabalho no campo de estágio, apresentando e socializando os resultados.

As diretrizes gerais e normas de operacionalização do Estágio Obrigatório para as diversas licenciaturas da UFPI objetivam *a priori* subsidiar o estudante-estagiário nos aspectos legais que respaldam o estágio na Instituição, como também nos aspectos técnico-metodológicos das diferentes fases/momentos a serem vivenciados na sua formação acadêmica.

Definição dos Termos

- I. CAMPO DE ESTÁGIO – Local credenciado (instituições escolares e não escolares) pela Coordenação de Estágio Curricular – CEC/PREG, onde o estudante realiza atividades de estágio.
- II. ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO – Aluno matriculado no estágio obrigatório, encaminhado oficialmente ao campo de estágio.

- III. DOCENTE-SUPERVISOR – Professor da UFPI, indicado pelo Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DMTE, para acompanhar o Estágio ou Prática de Ensino e proceder à supervisão das atividades de estágio.
- IV. DOCENTE-TITULAR DO CAMPO DE ESTÁGIO – Professor da escola/turma do campo de estágio, onde são desenvolvidas as atividades de estágio.
- V. PLANO DE ESTÁGIO – Documento elaborado pelo aluno-estagiário com a orientação do docente-supervisor, contendo o detalhamento das atividades de estágio.

3.2.2 Atividades Curriculares Complementares – ACC

Os estudos complementares, realizados por meio acadêmico-científico-culturais, constituem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. As atividades serão avaliadas e validadas continuamente, de acordo com o calendário acadêmico aprovado pela CEPEX, de modo que o aluno terá a possibilidade de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos através de estudos e práticas realizadas no decorrer do seu curso até no último semestre cursado.

Com base nos artigos nº 92 ao nº 96 da Resolução 177/12 – CEPEX (versão atualizada em 20/06/2018) e na Resolução nº 150/06 – CEPEX, considerar-se-ão atividades acadêmico-científico-culturais:

- I. Atividades de iniciação à docência, como estágios não obrigatórios normalizados pela UFPI, experiências profissionais (docência) e monitorias;
- II. Atividades de iniciação à pesquisa em programas de Iniciação Científica;
- III. Atividades de gestão, participação em órgãos colegiados (entidades de classe ligadas ao magistério) e entidades estudantis como membro da diretoria;
- IV. Programas de extensão, atividades de participação e/ou organização de cursos realizados em áreas afins e estudos complementares, aprovação ou premiação em concursos;
- V. Trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais de congressos;
- VI. Apresentação de trabalhos em eventos científicos;
- VII. Atividades artístico-culturais e produções técnico-científicas;
- VIII. Disciplinas eletivas, cursadas pelo aluno em outros cursos de graduação da UFPI, disciplinas estas elencadas na matriz curricular.

Para efeito de integralização curricular, as atividades acadêmicas desenvolvidas pelos alunos do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** compreendem 200 (duzentas) horas, que serão desenvolvidas ao longo do curso até o último semestre e devem ser registradas no histórico escolar do aluno, em conformidade com as normas internas da UFPI. No decorrer da sua

execução, a Coordenação de Letras-Português pode oferecer aos estudantes atividades que possam ser integralizadas no currículo.

3.2.2.1 Atividades de Iniciação à Docência: estágios não obrigatórios, experiências profissionais e monitorias

A Universidade Federal do Piauí entende que vivenciar o ambiente acadêmico não basta para formação completa do futuro profissional. Por isso, busca incentivar os alunos na realização de estágios não obrigatórios normalizados. Os programas de integração empresa-escola são fundamentais para o conhecimento da vida profissional e estimulam o aluno na vida acadêmica. Os programas de integração empresa-escola serão conduzidos pela Coordenação de Estágio Extracurricular, a qual propicia agilidade na intermediação entre o estagiário e a empresa e estabelece o convênio entre as partes. Os estágios devem ser comprovados através da apresentação do Contrato de Estágio e de um relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no estágio.

Além dos estágios, o Programa de Monitoria tem como objetivo experimentar a vivência didático-pedagógica, sob a supervisão e orientação do professor responsável; promover reforço ao processo de ensino-aprendizagem e possibilitar um aprofundamento de conhecimento na área em que se desenvolve a monitoria. É uma atividade que propicia espaço para rever conteúdos, discutir dúvidas e trocar experiências, aproximando, cada vez mais, os corpos discente e docente. Poderá ocorrer efetiva participação dos alunos do curso em Programas de Monitoria em várias disciplinas, devendo ser comprovada através de relatório do professor orientador e de declarações dos órgãos/unidades competentes.

Para os estudantes que já exercem a profissão – atuando na docência de Língua Portuguesa e suas Literaturas, em escolas públicas e/ou privadas –, serão aproveitadas as experiências docentes, desde que apresentado relatório descritivo da experiência docente, comprovante de vinculação (ato de posse e contracheque e/ou carteira de trabalho) e Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE, autorizando o funcionamento da Escola.

3.2.2.2 Atividades de Pesquisa: programas de iniciação científica

A iniciação científica constitui um elemento acadêmico que dá suporte à política de pesquisa institucional, sendo, pois, atrelada à excelência da produção científica na comunidade e à melhoria da qualidade da formação acadêmica dos egressos. Essa política de pesquisa institucional é sistematizada, vinculada ao fomento orçamentário interno ou externo para a realização de suas atividades e fornecedora de mecanismos de sustentação e de ampliação da pesquisa na Universidade.

O Programa de Iniciação Científica-PIBIC e o Programa de Iniciação Tecnológica-PIBIT são sustentados por mecanismos permanentes de fomento oriundos de agências governamentais – como o

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí) – e de recursos próprios da instituição. Pode-se contar também com a Iniciação Científica Voluntária-ICV para incentivar pesquisas na graduação com alunos iniciantes e professores pesquisadores.

No Programa de Iniciação Científica, os alunos têm um incentivo à excelência da sua formação acadêmica e à participação efetiva em projetos de pesquisa orientados por docentes devidamente credenciados. Compondo o Programa, estão aqueles projetos com mérito técnico-científico, com viabilidade de execução técnica e orçamentária, com a aprovação prévia pelos órgãos competentes, que, por sua vez, contam com verba destinada ao fomento da pesquisa institucional prevista no orçamento da universidade. O projeto também deve seguir a padronização institucional de um projeto de pesquisa viável do ponto de vista técnico-científico e metodológico.

A Iniciação Científica objetiva despertar o interesse pela pesquisa e incentivar os alunos nesse sentido. Os professores submetem projeto de pesquisa e planos de trabalhos a serem desenvolvidos pelos alunos. Após análise e aprovação das comissões, incluindo a do Comitê de Ética e Pesquisa, o projeto terá início e o aluno poderá receber bolsas de pesquisa. Para o aproveitamento das atividades complementares, o estudante deverá apresentar relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidades competentes.

3.2.2.3 Atividades de Gestão

A participação em órgão colegiado classista, seja na condição de estudante (movimento estudantil) ou de profissional (entidades de classe ligadas ao magistério), como membro da diretoria, deverá ser comprovada através das atas das reuniões das quais o estudante participou, declaração do órgão/unidade competente, e/ou outros atestados de participação e apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.

3.2.2.4 Programas de Extensão: cursos/atividades em áreas afins, aprovação ou premiação em concursos

A participação ou organização pelo corpo discente de eventos de natureza técnico-científica, cultural e esportiva, dentro e fora da Instituição, faz parte das estratégias do curso para contemplar uma formação ampla, incentivando a busca permanente da formação profissional e o aprimoramento dos relacionamentos interpessoais. Para tanto, há ações regulares de apoio à participação em atividades de extensão comunitária, congressos, visitas técnicas, seminários, palestras, exposições, cursos de extensão, dentro e fora da IFES. Além destes, a aprovação ou premiação em concursos artístico-culturais e científicos que contribuam para a formação integral do estudante dentro e fora da Instituição faz parte das atividades acadêmico-científico-culturais para a integralização curricular. Essas atividades deverão ser comprovadas através de atestados,

certificados de participação/premiação ou apresentação de projeto registrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

3.2.2.5 Trabalhos Publicados

São considerados trabalhos publicados em livros, revistas indexadas, jornais e anais de congressos. Para sua comprovação, os alunos devem apresentar cópias dos artigos publicados e outros documentos comprobatórios.

3.2.2.6 Atividades Artístico-Culturais, Esportivas e Produções Técnico-Científicas

Referem-se à participação em grupos de arte, tais como: teatro, dança, coral, poesia e música, e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos. Esta participação deve ser comprovada através de atestados de participação, apresentação de relatórios ou trabalhos produzidos.

3.2.2.7 Registro das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

As atividades devem ser registradas pelo próprio aluno na plataforma digital do SIGAA. Cabe à Coordenação de Letras-Português acompanhar, avaliar e emitir parecer acerca das atividades acadêmico-científico-culturais realizadas pelos estudantes ao longo da graduação, desde que estejam compatíveis com a listagem de atividades previstas pelo Projeto Pedagógico do Curso.

Para registro do aproveitamento da carga horária, deverão ser observados os critérios descritos no seguinte quadro que foi criado baseado nos artigos nº 92 ao nº 96 da Resolução 177/12 – CEPEX (versão atualizada em 20/06/2018) e na Resolução nº 150/06 – CEPEX:

QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

| Quadro 1: ATIVIDADES DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE | | | |
|--|---|-----------------|--------|
| ATIVIDADE | DESCRIÇÃO | PONTUAÇÃO (C/H) | |
| | | Mínima | Máxima |
| Monitoria | Um período letivo de monitoria. | 20 | 60 |
| Iniciação à docência | Participação por no mínimo dois semestres em projetos institucionais, PIBID ou PET. | 30 | 60 |

| | | | |
|---|---|----|-----|
| Iniciação Científica-PIBIC ou Iniciação Tecnológica-PIBIT com bolsa | Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico. | 30 | 60 |
| Iniciação Científica Voluntária - ICV | Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico. | 30 | 60 |
| Participação em Grupos de pesquisa ou Núcleos de Pesquisa | Participação em Grupos de Pesquisa ou em Núcleos de Pesquisa, na condição de aluno-pesquisador, por um período letivo. | 15 | 60 |
| Participação em Grupos de Estudos | Participação em Grupos de Estudos por um período letivo. | 10 | 50 |
| TOTAL | | | 120 |
| Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente. | | | |

Quadro 2: ATIVIDADES DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

| ATIVIDADE | DESCRIÇÃO | PONTUAÇÃO (C/H) | |
|--|--|-----------------|--------|
| | | Mínima | Máxima |
| Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos internacionais. | Participação em eventos internacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho. | 20 | 60 |
| Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos nacionais. | Participação em eventos nacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho. | 15 | 60 |

| | | | |
|---|--|----|----|
| Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos locais. | Participação em eventos locais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho. | 10 | 40 |
| Participação COMO OUVINTE em eventos acadêmicos internacionais, nacionais ou locais. | Participação, como ouvinte, em eventos acadêmicos de qualquer natureza, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins. | 5 | 25 |
| Participação COMO ORGANIZADOR de eventos acadêmicos internacionais. | Participação, como organizador, em eventos acadêmicos internacionais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins. | 20 | 40 |
| Participação COMO ORGANIZADOR de eventos acadêmicos nacionais ou locais. | Participação, como organizador, em eventos acadêmicos nacionais ou locais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins. | 15 | 45 |
| TOTAL | | | 60 |
| Certificação: Declaração ou Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente. | | | |

Quadro 3: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

| ATIVIDADE | DESCRIÇÃO | PONTUAÇÃO (C/H) | |
|---------------------------------------|--|-----------------|--------|
| | | Mínima | Máxima |
| Estágios não obrigatórios. | Programas de integração empresa-escola, cadastrados na Coordenação de Estágios PREG, por um período mínimo de 6 meses. | 30 | 90 |
| Experiências profissionais de ensino. | Atividades profissionais de ensino ligadas à área de Letras, com comprovação de vínculo empregatício ou de trabalho | 30 | 60 |

| | | | |
|---|---|----|-----|
| | voluntário, por um período mínimo de 6 meses. | | |
| Cargo de gestão em instituição de ensino. | Atividades de cargo de gestão em instituição de ensino, por um período mínimo de 6 meses. | 30 | 60 |
| Revisão de textos, correção de redações, elaboração ou edição de texto de publicidade e propaganda, jornais e editoras. | Atividades profissionais de revisão de textos, correção de redações, elaboração ou edição de texto de publicidade e propaganda, jornais e editoras. | 10 | 40 |
| Assessoria cultural, crítica literária, redação de manuais técnicos, de sinopses de livros e filmes, etc. | Atividades profissionais de assessoria cultural, crítica literária, redação de manuais técnicos, de sinopses de livros e filmes, etc. | 10 | 40 |
| Auxiliar acadêmico – Bolsa de inclusão social (BINCS) | Um semestre de auxílio acadêmico a um estudante com deficiência nesta instituição aprovado pelo edital NAU/PRAEC. | 30 | 60 |
| TOTAL | | | 120 |
| Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente. | | | |

Quadro 4: ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

| ATIVIDADE | DESCRIÇÃO | PONTUAÇÃO (C/H) | |
|----------------------|---|-----------------|--------|
| | | Mínima | Máxima |
| Projeto de extensão. | Um semestre de participação em projeto de extensão cadastrado na PREXC, com dedicação semanal de 12 a 20h, desde que não contemplado nas Atividades Curriculares de Extensão (ACE). | 30 | 90 |

| | | | |
|--|--|-----------|-----------|
| Palestras, espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artístico-culturais. | Participação, na condição de ouvinte, em eventos de cunho artístico-cultural com conteúdo relacionado à área de Letras ou áreas correlatas. | 1h/evento | 20h |
| Participação em minicursos, oficinas e cursos profissionalizantes. | Participação, como ouvinte, em minicursos, oficinas, cursos profissionalizantes etc., na área de Letras ou áreas afins, com duração mínima de 4h. | 5 | 30 |
| Outras atividades de extensão | Quaisquer atividades não previstas neste quadro, mas contempladas na resolução nº 177/12-UFPI e atividades realizadas na área de Letras com carga horária mínima de 30h, desde que não contempladas nas Atividades Curriculares de Extensão (ACE). | 10 | 60 |
| TOTAL | | | 90 |
| Certificação: Atestados ou certificados de participação, apresentação de relatórios e projetos registrados na PREXC. | | | |

| Quadro 5: TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES | | | |
|---|---|-----------------|--------|
| ATIVIDADE | DESCRIÇÃO | PONTUAÇÃO (C/H) | |
| | | Mínima | Máxima |
| Publicação em anais de eventos acadêmicos internacionais. | Participação em eventos internacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento. | 20 | 60 |
| Publicação em anais de eventos acadêmicos nacionais. | Participação em eventos nacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação | 15 | 60 |

| | | | |
|---|---|----|----|
| | nos anais do evento. | | |
| Publicação de anais em eventos acadêmicos locais. | Participação em eventos locais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento. | 10 | 40 |
| Publicação em revista acadêmica com Qualis A1 ou A2. | Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, avaliada pela CAPES com o QUALIS A1 ou A2. | 40 | 80 |
| Publicação em revista acadêmica com Qualis entre B1 e B4. | Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, avaliada pela CAPES com o QUALIS entre B1 e B4. | 35 | 70 |
| Publicação em revista acadêmica com Qualis C. | Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, avaliada pela CAPES com o QUALIS C. | 30 | 60 |
| Publicação em revista acadêmica sem índice de qualificação da CAPES. | Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, sem o QUALIS. | 10 | 50 |
| Publicação em outros meios de comunicação escrita (como revistas comerciais, jornais, fanzines etc.). | Publicação de ensaios ou artigo acadêmico em revistas comerciais, jornais, etc. | 5 | 25 |
| Premiação em concursos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins. | Premiação recebida em eventos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins, devidamente comprovados. | 20 | 60 |
| TOTAL | | | 90 |
| Certificação: Cópia do texto publicado e apresentação de documento comprobatório de sua fonte. | | | |

| Quadro 6: VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES | | | |
|---|---|-----------------|--------|
| ATIVIDADE | DESCRIÇÃO | PONTUAÇÃO (C/H) | |
| | | Mínima | Máxima |
| Participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria. | Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil (CA e/ou DCE). | 10 | 20 |
| Participação em órgão colegiado da UFPI | Participação anual como membro em órgãos colegiados (conselhos, assembleias e colegiado de curso). | 10 | 20 |

| | | | |
|--|--|----|----|
| Participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI (não relacionados a eventos). | Participação, devidamente comprovada, em comissões ou comitês de trabalho na UFPI (eleições, CPA, PPC, PDI, etc.). | 10 | 20 |
| Elaboração de Projetos Institucionais | Participação na Elaboração de Projetos Institucionais (PPC, PDI, estatutos e regimentos). | 10 | 20 |
| TOTAL | | | 40 |
| Certificação: Atas de reuniões, declaração ou certificado do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios. | | | |

Quadro 7: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

| ATIVIDADE | DESCRIÇÃO | PONTUAÇÃO (C/H) | |
|---|---|-----------------|--------|
| | | Mínima | Máxima |
| Participação em grupos de arte. | Participação, por no mínimo um semestre, em grupos de artes ligadas à área de Letras, tais como teatro, dança, coral, poesia, música etc., devidamente comprovada através de certificado ou declaração do professor-orientador da atividade. | 20 | 60 |
| Produção de mídias e produção cultural. | Produção ou elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos, exposições, obras de teor artístico-cultural, tais como montagem, instalação, sarau, roteiro de cinema ou peça de teatro, música, poesia e criações literárias em geral, ligadas à área de Letras e devidamente comprovadas através de certificado ou declaração do professor-orientador da atividade. | 20 | 60 |
| TOTAL | | | 90 |

Certificação: Atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos.

| Quadro 8: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA IES OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES | | | |
|--|---|-----------------|--------|
| ATIVIDADE | DESCRIÇÃO | PONTUAÇÃO (C/H) | |
| | | Mínima | Máxima |
| Disciplina Eletiva ou Disciplina Especial. | Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior. | 30 | 60 |
| TOTAL | | | 60 |
| Certificação: Histórico Escolar. | | | |

| Quadro 9: VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES | | | |
|--|--|-----------------|--------|
| ATIVIDADE | DESCRIÇÃO | PONTUAÇÃO (C/H) | |
| | | Mínima | Máxima |
| Visitas técnicas. | Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável. | 05 | 10 |
| TOTAL | | | 10 |
| Certificação: Declaração do responsável/professor acompanhante da visita. | | | |

Para efeito de cadastro no sistema, todas as atividades acadêmico-científico-culturais que constam neste PPC necessitam da criação de códigos novos.

O calendário universitário indicará o período para solicitação de integralização das atividades acadêmico-científico-culturais junto à Coordenação de Letras-Português, até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. A Coordenação do Curso, com o apoio de uma comissão, avaliará o desempenho do aluno nas atividades acadêmico-científico-culturais, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório, estipulando a carga horária a ser aproveitada e encaminhando os dados obtidos para registro.

3.2.3 Atividades Curriculares de Extensão – ACE

Em consonância com a política extensionista do Conselho Nacional de Educação-CNE/MEC – Resolução nº 07/2018, aprovou um documento com diretrizes que regulamentam a extensão na educação superior brasileira, bem como atendendo aos termos dispostos na Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI, que trata da inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação desta instituição, o presente currículo garante a realização de, no mínimo, 10% da carga horária total do curso voltada para as atividades de extensão.

A extensão universitária busca promover a articulação da universidade com os demais setores da sociedade, principalmente aqueles caracterizados pelo fator de vulnerabilidade social. Nos termos do Conselho Nacional de Educação, a extensão universitária é definida da seguinte forma:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Assim sendo, o Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do Parfor/UFPI prevê uma série de atividades extensionistas, com o intuito de:

- I. Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- II. Contribuir com a formação qualificada dos graduandos, destacando o papel da cidadania e do comprometimento social;
- III. Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação;
- IV. Fomentar o desenvolvimento tecnológico e a sua transferência a partir do contato com os problemas da sociedade;
- V. E estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura e educação.

A realização das Atividades Curriculares de Extensão-ACE é obrigatória para todos os alunos do curso e podem ser executadas a partir das seguintes modalidades cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREXC:

- I. Eventos de Extensão
- II. Cursos de extensão

É importante ressaltar que, como a atividade extensionista abrange toda a prática realizada pelo aluno cujos efeitos ultrapassem as barreiras da universidade e alcancem a sociedade como um todo, as ACEs não se restringem, em termos curriculares, à atuação *in loco* em escolas da educação básica. O veio extensionista pode se consubstanciar na realização de ações que garantam o pluralismo teórico-conceitual e terminológico no tocante às múltiplas perspectivas de abordagem dos fenômenos linguístico e literário. Nesse sentido, a operacionalização da carga horária da extensão curricular pode se dar a partir de atividades acadêmicas como:

- I. Realização de seminários, simpósios temáticos e amostras científicas;
- II. Criação e divulgação de *podcast* sobre determinados temas das disciplinas;
- III. Produção de material didático;
- IV. Formação de oficinas de atividades lúdicas com a linguagem;
- V. Divulgação do conhecimento científico através das plataformas digitais;

- VI. Realização de amostras em feiras profissionais e culturais;
- VII. Produção de saraus e performances poéticas;
- VIII. Realização de jornadas de estudos.

De certo modo, a realização de cada uma dessas atividades visa promover mudanças de ordem socioeconômica e cultural, visto que – a partir de uma mobilização acadêmico-social – torna-se viável promover a inserção dos membros da comunidade na universidade, fazendo valer a concepção desta como casa de cultura em que se promove o saber e se ratifica o exercício da cidadania.

Todo o trâmite legal para a realização das ACEs deve obedecer aos termos dispostos na Resolução nº 053/19 CEPEX/UFPI. Em termos gerais, as ACEs serão executadas sob a forma de disciplinas vinculadas aos componentes curriculares do curso.

No que tange à natureza e à organicidade das ACEs, é importante destacar:

- I. As disciplinas devem contemplar um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e prático, que favoreçam a socialização e a apropriação, pela sociedade, de conhecimentos produzidos na universidade, ou fora dela, de forma presencial, contribuindo para a maior articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais.
- II. As ACEs devem ser desenvolvidas por meio de metodologias participativas, no formato de investigação-ação que priorizem métodos de análise inovadores, a participação de diferentes atores sociais e o diálogo;
- III. As ACEs serão ofertadas por meio de disciplinas do currículo do curso, após sua prévia aprovação pela instância de vínculo direto dos docentes responsáveis pelo componente curricular, conforme a Resolução nº 053/2019-CEPEX/UFPI;
- IV. As ACEs devem estar em consonância com a especificidade formativa do curso e envolver diversidade de ações.

Para a integralização do currículo, o aluno deve cumprir 345h de atividades de extensão (correspondente à 10% da carga horária total do curso), que estão organizadas em unidades temáticas distribuídas ao longo dos semestres letivos, conforme explicita o quadro abaixo:

| PERÍODO | TIPO | POSSIBILIDADES DE TRABALHO |
|---------|--------|---|
| 2º | ACE I | <i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que abordem o ensino de gramática, contemplando aspectos descritivos, históricos e funcionais da língua portuguesa e/ou língua latina.</i> |
| 3º | ACE II | <i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que abordem estudos e exercícios de escrita criativa.</i> |

| | | |
|--------------|---------|--|
| 4º | ACE III | <i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que contemplem estudos do texto, discurso, semântica e enunciação, colocando em foco aspectos pragmáticos e questões como intertextualidade, interdiscursividade, gêneros, condições de produção e memória.</i> |
| 5º | ACE IV | <i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que abordem exercícios de performance poética e recursos de transposição intersemiótica.</i> |
| 6º | ACE V | <i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que propiciem uma reflexão sobre linguagem e sociedade, abordando a variação e a mudança linguística, o plurilinguismo e as políticas linguísticas.</i> |
| 7º | ACE VI | <i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que tratem da divulgação de trabalhos científico-acadêmicos na área de teoria e crítica literária.</i> |
| 8º | ACE VII | <i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que tratem da divulgação de trabalhos científico-acadêmicos na área de teoria e crítica literária.</i> |
| TOTAL | | 315h |

A tabela acima trata da oferta de programas, projetos, cursos e eventos de extensão desta IES podendo o discente participar de outras ACEs ofertadas por outros cursos e/ou órgãos da UFPI ou por outras IES desde que participem semestralmente de pelo menos uma ACE até integralizar os 10% da carga horária total do curso.

A participação dos estudantes em ACE dar-se-á nos formatos de executores, ministrantes ou organizadores. O registro das ACE deve seguir os termos dispostos nas normas da PREXC/UFPI e atender aos seguintes requisitos:

- I. Previsão no PPC como atividade curricular de extensão, a ser iniciada a partir do 2º período do curso, ou seja, inicia-se em 2023.1, visto que este PPC será implantado em 2022.2;
- II. Elaboração de proposta de extensão com indicação do processo sistemático de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação;
- III. Aprovação nas instâncias acadêmicas competentes;
- IV. Registro na PREXC/UFPI.

3.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Em consonância com o Art. 9º da Resolução CES/CNE nº 04, de 13 de julho de 2005, o Curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do Parfor/UFPI adota o

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC em caráter obrigatório, a ser realizado em três etapas (TCC I, II e III) nos últimos três períodos do curso (6º, 7º e 8º períodos).

O TCC é um componente curricular previsto na Resolução nº 177/12 CEPEX-UFPI, que regula o funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. A carga horária deste trabalho corresponde a 120 h/a de trabalho individual, a ser desenvolvido sob a supervisão de um professor formador-orientador vinculado ao curso de Letras-Português. Em casos excepcionais e dependentes da especificidade da temática, justificados e mediante aprovação prévia do colegiado, o aluno poderá ser orientado por um professor de outro curso de área afim.

O TCC deve ser elaborado de acordo com o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCC) de **Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, do Parfor/UFPI, quanto aos critérios de elaboração e apresentação, normas técnicas e formatação, mecanismos de avaliação e outras diretrizes que se fizerem necessárias. A Coordenação do curso disponibilizará manual com orientações para o TCC e repositório digital para os trabalhos.

O TCC é um trabalho de produção acadêmica que deve considerar as competências e habilidades desejáveis nos profissionais egressos dos cursos de Letras e que tem, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o intuito de atingir objetivos como:

- I. Possibilitar a prática da pesquisa acadêmica;
- II. Aprimorar os conhecimentos na área de formação do curso;
- III. Desenvolver a capacidade crítica e analítica.

O desenvolvimento do TCC deve gerar um trabalho monográfico, entre os formatos monografia, artigo científico, relato de experiência e roteiro documental com audiovisual, que verse sobre temas relevantes para a área de Letras (incluindo linguística, linguística aplicada e literatura).

O TCC do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** do Parfor/UFPI será dividido em 03 (três) etapas: TCC I – elaboração do projeto de pesquisa com carga horária de 45h/a; TCC II – elaboração e defesa da monografia com carga horária de 60h/a e TCC III – revisão/correção de acordo com as orientações da banca avaliadora e possibilidade de transformar a monografia em artigo científico com carga horária de 15h/a. Vale ressaltar que em todas as etapas o aluno deve comparecer às sessões de orientação, cumprir o cronograma delineado no projeto de pesquisa, elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso nas formas previstas pelo Regulamento interno e comparecer à defesa na data agendada, bem como efetivar as correções indicadas pela banca avaliadora.

No que tange à avaliação dos trabalhos apresentados, serão levadas em consideração questões como: adequação aos gêneros propostos, conforme o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (anexo I), a qualidade da redação, assim como o perfeito desenvolvimento do projeto científico (com delimitação do tema, formulação do problema, hipóteses e objetivos claramente definidos), fundamentação teórica adequada, metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos, discussão adequada dos

dados, apresentação clara, consistente e respostas adequadas à arguição da banca. Ao final da disciplina TCC II, ofertada no 7º período, ocorrerá a sessão de defesa. O trabalho deverá ser submetido à apreciação de 02 (dois) avaliadores (sendo um deles necessariamente vinculado à UFPI e outro externo ao quadro de professores da Instituição). Cada avaliador deverá entregar um parecer escrito contendo a sua avaliação do trabalho monográfico, o qual ficará disponível para o aluno.

3.3 Metodologia

O processo de ensino e aprendizagem é o mecanismo através do qual o aluno apreende as competências necessárias para exercer o ofício de Professor de Língua Portuguesa e Literatura. Caracteriza-se como uma sequência ordenada, períodos de atividades claramente articuladas, segmentos em que se pode notar uma trama hierárquica de atividades incluídas umas nas outras, que servem para dar sentido unitário ao ato de ensinar. Este processo envolve relações entre pessoas e está imbuído de várias sutilezas que o caracterizam: exemplo, negociação, controle, persuasão e sedução. Por outro lado, em razão de seu caráter interativo, evoca atividades como: instruir, supervisionar, servir e colaborar. Também requer intervenções que, mediadas pela linguagem e pela tecnologia, manifestam a afetividade, a subjetividade e as intenções dos agentes. Nessas interações, o ensino e a aprendizagem são adaptações, (re)significadas por seus atores e pelo contexto.

A fim de contemplar todos os critérios exigidos pelo instrumento de avaliação de cursos de graduação que o curso apresenta, além do espaço de sala de aula, utiliza laboratórios de informática para atividades do curso na própria instituição a fim de possibilitar uma formação articulada com o campo de trabalho e responder às exigências da atualidade, incluindo-se neste particular o contexto das novas tecnologias da comunicação e da informação com o intuito de proporcionar ao discente o uso competente das tecnologias para aprimoramento da prática pedagógica e sua ampliação da formação cultural. Atenção especial a acessibilidade metodológica, relação ensino e as novas tecnologias, pois a relação entre tecnologia e educação necessita de movimento interdisciplinar que possibilite pensá-lo ao longo de todo o curso como conceito e como prática.

Vale ressaltar, no que tange a relação entre tecnologia e educação, que o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas-SIGAA constitui uma excelente ferramenta de ensino-aprendizagem, pois neste sistema, o docente tem a possibilidade de lidar com outras ferramentas de pesquisa, ensino e extensão, que também o ajudam no cumprimento da carga horária, bem como no sistema avaliativo dos discentes, tais como, fóruns, chats, links de acesso a livros, artigos científicos etc.

O processo de ensino e de aprendizagem, embora intangível, se materializa na ação de favorecer o aprendizado de uma cultura e/ou na aquisição de conhecimentos e competências, em um contexto real e determinado, configurando-se em uma práxis situada. Como práxis, deixa de ser adaptação de condições

determinadas pelo contexto para tornar-se crítica. Assim sendo, estimula o pensamento dos agentes, capacitando-os para intervir neste mesmo contexto, o que supõe uma opção ética e uma prática moral, enfim, uma racionalidade. Isso significa que pensar o processo de ensino e de aprendizagem do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** do Parfor/UFPI implica definir os fins, os meios, os conteúdos, o papel do professor, o que é aprendizagem, as formas de avaliação. Resgatando a abordagem de ensino pela qual este Projeto Pedagógico se orienta, o ensino e a aprendizagem estão fundamentados na racionalidade pedagógica prático-reflexiva, portanto, no princípio teórico-metodológico da reflexão na ação.

3.3.1 O Papel do Aluno

Pela forma como o currículo se organiza, em face das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, o aluno do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** do Parfor/UFPI deve assumir o papel de um dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem. Neste processo de construção de conhecimento, ele deve assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interesse por novas aprendizagens, e desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo, atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito crítico-reflexivo.

Ao longo de sua formação, o aluno deverá demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de classes sociais, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras. Além disso, também deverá participar de atividades que proporcionem, para sua formação em Letras, conhecimento específico e interdisciplinar sobre processos de ensinar e de aprender em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares, sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas.

A dimensão metodológica no curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa contempla ainda o princípio da flexibilização na sua estrutura curricular, assegurando a indissociabilidade teoria-prática, em que a prática como componente curricular se insere no contexto programático das diferentes disciplinas, adequando-se as peculiaridades destas, sendo isso viabilizado por meio de oficinas, laboratórios, seminários e aproveitamento das experiências vivenciadas pelo aluno, estudos de casos, permitindo a aplicabilidade dos conhecimentos construídos no desenvolvimento de seu processo formativo. Nesta perspectiva, o presente projeto assegurar a articulação do processo ensino-aprendizagem tendo a prática como componente curricular importante para construção do conhecimento e sua relação com a prática profissional, sendo previsto o mínimo de 405 (quatrocentos e cinco) horas distribuídas dentre as disciplinas obrigatórias. Essa distribuição está contemplada no núcleo de disciplinas que compõem a prática como componente curricular.

Assim, cabe especificar a função do estudante e do professor no processo de ensino-aprendizagem.

3.3.2 O Papel do Professor

De acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

A ação do profissional da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e o manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

A natureza epistemológica do papel do professor está condicionada a uma inteligibilidade ou a um saber-fazer (por isso também é intelectual) que fomenta saberes que vão além de saberes éticos, morais e técnico-científicos. Requer saberes interpessoais, pessoais e comunicacionais para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer o processo de ensino e de aprendizagem.

No **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** estes saberes assumem cabal importância, uma vez que os professores, agindo como mediadores do conhecimento, podem desempenhar papéis de orientadores, os quais são professores vinculados ao **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** todos com formação profissional na área.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Para a atuação estratégica e operacionalização das ações por todos os envolvidos no processo de formação acadêmica desenvolvidos no âmbito da UFPI, as políticas constituem-se referenciais basilares. Nesse sentido, são socializadas de maneira ampla para que sejam conhecidas, apropriadas e praticadas por todos os profissionais que compõem o quadro funcional da instituição, inclusive pelos estudantes e comunidade. Dessa maneira, importa adotar uma prática contínua de comunicação e de vinculação das políticas de ensino, pesquisa e extensão às ações dos gestores, técnico-administrativos, pessoal de apoio, docentes, discentes em suas tarefas enquanto partícipes de uma formação de qualidade, bem como em suas atividades de formação e profissionalização.

4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão

A UFPI empenha-se, segundo PDI (2020), no cumprimento do seguinte objetivo: “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado”. Sua **política de ensino**, portanto, deve relacionar diretrizes institucionais direcionadoras do plano de ação pedagógica de forma a orientar as ações dos profissionais e discentes na busca pelo cumprimento de metas e estratégias previstas.

A **política de pesquisa** da UFPI visa o acompanhamento, a fiscalização e o apoio das atividades de pesquisa, envolvendo grupos de estudos e projetos, coordenação e execução de Programas Institucionais a exemplo do PIBIC - Institucional de Bolsas de Iniciação. Visa também o apoio, o incentivo e intermediação de cooperações nacionais e internacionais, através de seus acordos de pesquisas, ficando a PROPESQ responsável pela relação externa com os órgãos de fomento, especialmente o CNPq, a FINEP e a FAPEPI.

A **política de extensão** da UFPI trata de atividades que, de acordo com a Resolução 7/2018, Art. 3º:

Se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processos interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico que promove a integração transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Para que seja possível o cumprimento ao estabelecido na referida resolução, a concepção de extensão deve conceber o protagonismo discente, a interdisciplinaridade, a responsabilidade de apropriação, integração e articulação das políticas vigentes no âmbito nacional e institucional. Assim sendo, 10% das atividades de extensão devem compor a matriz curricular da Educação Superior e de forma que a concepção e a prática dessa extensão baseiem-se em; interação dialógica entre IES e comunidade, vivências de conhecimentos, produção de mudanças tanto na IES quanto nos demais setores da sociedade, articulação entre ensino/extensão /pesquisa.

Política de Ensino, pesquisa e extensão deve ser condicionada, de forma ampla, ao desenvolvimento dos processos de:

- I. Formação humanística, científica e profissional;
- II. Organização didático-pedagógica;
- III. Profissionalização e qualificação dos gestores, pessoal administrativo e demais profissionais.

Tais processos nortearão o desenvolvimento da referida política de modo a garantir:

- I. A **indissociabilidade** entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. A **qualidade** do ensino e aprendizagem, gerenciando, executando e avaliando projetos e programa segundo os parâmetros de qualidade delineados no PDI;
- III. A **sustentabilidade** cuidando para o alcance da capacidade de uso racional de recursos disponíveis, bem como para a integralização de questões sociais, econômicas, ambientais e energéticas, no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino;

- IV. A **conduta ética**, conforme os valores previstos no PDI em consonância com a legislação vigente para a garantia da integridade intelectual e física dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;
- V. A **lealdade**, em conformidade com o que está previsto na legislação vigente e nas regulamentações institucionais nas quais os processos, projetos e programas desenvolvidos estão vinculados;
- VI. A **transparência**, promovendo a confidencialidade, a integridade, a imparcialidade e a qualidade de dados e informações.

4.2 Apoio ao Discente

Além dos deveres dos alunos, é preciso salientar que a UFPI oferece sua contrapartida ao corpo discente por meio das ações desenvolvidas sob a coordenação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), um órgão responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil e comunitária da Universidade Federal do Piauí.

A existência de ações de apoio aos discentes tem como finalidade promover ações afirmativas de acesso e inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Através da PRAEC, a UFPI oferece aos seus alunos uma rede de apoio acadêmico e social importante para a sua formação pessoal e profissional.

No curso de Letras Português, a coordenação pedagógica deverá ser a responsável para orientar os discentes que necessitam de apoio para lidar com os aspectos referentes ao ensino-aprendizagem e à sua formação docente. Para casos em que fique limitada a ação da coordenação pedagógica do curso de Letras Português, a UFPI oferece gratuitamente ao seu corpo discente assistência pedagógica, por meio do Serviço Pedagógico (SEPE) ou no Núcleo de Acessibilidade (NAU), e para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Discentes com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem podem buscar facilmente os serviços de apoio pedagógico da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), NAU e Núcleos de Assistência Estudantil (NAEs).

4.2.1 Previsão de Atendimento a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais

Em cumprimento ao Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, o **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** promoverá ao estudante portador de necessidades especiais atendimento apropriado, conforme sua necessidade. A ideia é viabilizar a integração e acesso dos alunos portadores de necessidades especiais aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.

Para promover o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação no **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, a fim de garantir a inclusão desses alunos com necessidades educacionais especiais à vida acadêmica, os docentes contarão com o apoio do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Piauí (NAU), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), formado por uma equipe multidisciplinar e criado através do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), do Ministério da Educação (MEC).

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisão relativo ao curso, destacam-se: avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; e a avaliação do material didático. Neste projeto, é dado destaque para a avaliação da aprendizagem e a avaliação da Proposta Curricular, uma vez que os outros aspectos são trabalhados em subprojetos específicos.

5.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo educativo e vinculando-se diretamente aos objetivos da aprendizagem no contexto do projeto do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, deve ser realizada de forma contínua, considerando o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, visando à tomada de decisão em relação à consecução dos objetivos propostos, envolvendo também o julgamento do aluno sobre sua própria aprendizagem, sempre que possível.

Portanto, a avaliação, utilizando diferentes instrumentos, tem as seguintes finalidades diagnóstico-formativas:

- I. Comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação⁴ aplicados aos objetivos traçados pela disciplina e pelo Curso;
- II. Detectar dificuldades na aprendizagem;
- III. (Re)planejar;
- IV. Tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno;
- V. Realimentar o processo de implantação e consolidação do Projeto Pedagógico.

⁴ A resolução nº 177/12, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPEX, determina em seu artigo 103, no §2º, que: “Em cada disciplina é obrigatória a realização de pelo menos uma avaliação escrita realizada individualmente” (p. 14) (grifo nosso). Os professores do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** farão cumprir esta obrigatoriedade regimental, desde o primeiro período e nos subsequentes, buscando com isso, dirimir, o máximo possível, ao longo de toda graduação, as dificuldades de leitura e escrita dos alunos do Curso.

5.1.1 Avaliação Institucional

O sistema de avaliação da educação superior – Lei nº 10861, de 14.04.2004, aplica-se integralmente ao Curso de Licenciatura em Letras. A Lei instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e, no artigo 3º, estabelece as dimensões para a Avaliação Institucional em âmbito nacional, respeitando a realidade de cada instituição. O Programa de Autoavaliação da UFPI adota como elementos norteadores do seu processo avaliativo a análise destas dimensões conforme suas especificidades. Constituem as dimensões institucionais:

- I. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para o estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e às atividades de extensão;
- III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio-ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal; as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo; seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia em relação à Reitoria e à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX. Políticas de atendimento aos estudantes;
- X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

5.1.2 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI

De forma geral, os objetivos do Programa de Avaliação Interna da UFPI consistem em:

- I. Avaliar a eficácia e a efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir seu perfil institucional;
- II. Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;

III. Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.

Para a consecução dos objetivos gerais do Programa de Avaliação Interna, faz-se necessário realizar ações de caráter específico, tendo em vista os objetivos e a missão institucional. Serão, portanto, analisados:

- I. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão da UFPI;
- II. A política de formação acadêmico-científica, profissional, bem como o grau de articulação entre a iniciação científica, a extensão e a formação profissional dos alunos estudantes;
- III. As políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento social, enquanto Instituição portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural;
- IV. A infraestrutura e sua relação com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da UFPI;
- V. O planejamento e avaliação, instrumentos centrados no presente e no futuro institucional, a partir do conhecimento de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;
- VI. As formas de acesso dos alunos à UFPI;
- VII. Programas que busquem atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil no âmbito da UFPI;
- VIII. A capacidade de administrar a gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas no PDI.

5.1.3 Desenvolvimento Metodológico

Para definir a metodologia do Programa de Avaliação Interna da UFPI, foi considerado o resultado da autoavaliação realizada recentemente pela comissão anterior no período 2003-2004, cujo trabalho foi pautado nos indicadores sugeridos no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB e pelo conjunto de indicadores que balizou a criação do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O trabalho avaliativo na UFPI prevê duas dimensões articuladas para sua execução: política e técnica. A dimensão política compreende a avaliação interna e externa. A avaliação interna se constitui na análise crítica das ações realizadas nos diversos segmentos da UFPI, tendo como foco a participação da comunidade universitária. A avaliação externa, por seu turno, é concebida como oportunidade crítica para que outros segmentos externos à Instituição participem do exame da prática universitária.

A dimensão técnica possibilita a análise crítica dos dados quantitativos e qualitativos para reconhecer as diferenças, valorizar aspectos específicos, explicar situações, bem como atribuir e buscar sentido acadêmico e pedagógico. A adoção dessas dimensões tem a finalidade de manter a UFPI em sintonia com a

política nacional de avaliação da educação superior, contribuindo, assim, para a construção de uma nova identidade para esta Instituição, conforme os paradigmas contemporâneos.

5.1.4 A avaliação do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa

De caráter formativo, a avaliação do curso será realizada ao final de cada período pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, através de questionários envolvendo professores e estudantes, sempre visando à melhoria da sua operacionalização. A avaliação do curso também é efetuada periodicamente pelo ENADE, cujo exame intenta acompanhar o seu andamento através da aplicação de provas e questionários destinados aos profissionais qualificados nas áreas de Letras, considerando os aspectos relacionados aos objetivos do curso e ao perfil profissional.

5.1.5 A Avaliação da Aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa

Ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, o trabalho do professor deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a este saber. Neste sentido, a relação teoria e prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor/aluno - mediada principalmente por textos - se torna fundamental.

No processo de avaliação de aprendizagem, é relevante analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente às suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos do projeto pedagógico.

No Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar não apenas como ocorre a aprendizagem da Língua Portuguesa, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

No que se refere ao registro no sistema acadêmico, será feito por período, através da verificação da assiduidade e aproveitamento, com base na Resolução nº 043/95 – CEPEX/UFPI.

O aproveitamento ocorrerá de forma presencial, com utilização de instrumentos diversos, que lhe exijam não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções. Esses instrumentos de avaliação (tais como pesquisas, produções textuais escritas e orais, seminários, autoavaliações, testes diagnósticos, provas individuais e em grupo, e outros) são elaborados pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento. Os resultados das avaliações serão expressos por nota numa escala de zero a dez.

Cada professor, juntamente com a Coordenação do Curso, ficará responsável por adequar o sistema de avaliação como melhor se adaptar à sua disciplina.

5.2 Avaliação do PPC

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa da UFPI tem por objetivo buscar ações de melhorias da qualidade do currículo e precisa ser visto como uma atividade de análise crítica de rotina durante o processo de desenvolvimento do curso.

Através da *Comissão Especial de Avaliação do Projeto Pedagógico* nomeada pela Coordenação de Letras-Português, a ser instituída em assembleia departamental, o referido processo de avaliação prevê planejamento, organização e coordenação de ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação do currículo proposto no PPC. A comissão também deverá desenvolver ações de sistematização de resultados e proposição de novos encaminhamentos com vistas ao alcance do objetivo.

Nesse sentido, levando-se em conta os princípios previstos no PPI da UFPI e sua relação entre objetivos, estrutura curricular, conteúdos, perfil do egresso, competências, habilidades dentre outros constituintes do PPC, são desenvolvidas as seguintes estratégias:

I - Realização de fóruns de avaliação das atividades e funcionamento do curso envolvendo a comunidade acadêmica;

II - Semestralmente, realização de avaliação do desempenho acadêmico, por meios de questionários de avaliação e autoavaliação para professores e alunos;

III - Realização de seminários para análise e discussão dos dados obtidos na avaliação de desempenho, detectando falhas a serem corrigidas;

IV - Realização de reuniões pedagógicas com objetivos de propor estratégias de correção de falhas do currículo do curso;

V - A cada 02 (dois) anos, realização de avaliação do PPC com vistas a indicação dos desafios a serem enfrentados para o alcance da satisfação dos egressos e do mercado de trabalho com relação à otimização do currículo.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

6.1 ÁREA: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

6.1.1 Disciplinas obrigatórias

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|------------|--------|
|------------|--------|

| | | |
|---|-----------------|----------------------------------|
| Filosofia da Educação | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Filosofia e filosofia da educação: Concepções e especificidades da Filosofia; concepções de educação; tarefas da filosofia da educação; relação entre educação, pedagogia e ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-políticas e estéticas. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da educação e a formação do/a professor/a.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | |
| <p>ARANHA, M. L. de A. <i>Filosofia da educação</i>. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996. BRANDÃO, C. R. <i>O que é educação</i>. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. BRITO, E. F. de; CHANG, L. H. (Org.) <i>Filosofia e método</i>. São Paulo: Loyola, 2002.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR | | |
| <p>BULCÃO, E. B. M. <i>Bacharelado: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação</i>. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004. CHAUÍ, M. <i>Convite a Filosofia</i>. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003. CUNHA, M. V. <i>John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula</i>. Petrópolis (RJ), 1994. FAYE, J. P. <i>O que é filosofia?</i> Lisboa: Instituto Piaget, 1999. FREIRE, P. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i>. São Paulo: Paz e Terra: 1996.</p> | | |

| | | |
|--|-----------------|----------------------------------|
| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
| <i>História da Educação</i> | | DEFE/CCE058 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: História da educação: Fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| <p>AZEVEDO, F de. <i>A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura Brasileira</i>. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996. BRITO, I.S. <i>História da educação no Piauí</i>. Teresina: EDUFPI, 1996. DI GIORGI, C. <i>Escola nova</i>. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR | | |
| <p>FARIAS FILHO, L. M. de. (Org.). <i>Pesquisa em história da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes</i>.</p> | | |

Belo Horizonte: HG Edições, 1999.
 FERRO, M. do A. B. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
 JÚNIOR, P. **Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
 LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. 2000. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
 MONLEVADE, J. **Educação pública no Brasil: contos & descontos**. Ceilândia: Ideal Editora, 1997.

| DISCIPLINA | | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|-----------------------------|
| <i>Psicologia da Educação</i> | | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito | |
| <p>EMENTA: A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.</p> | | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AMIRALIAN, M. L. T. Psicologia do excepcional. São Paulo: EP, 1996. BRAGHIROLI, E. M. e outros. Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2001. CASTORINA, J.A. et.al. Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1996.</p> | | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. e TEXEIRA, M^a de L. Psicologia: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001. FERREIRA, M.; SANTOS, M. R. dos. Aprender e ensinar, ensinar e aprender. Porto: Afrontamento, 1996. MAUTI, J. Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1996. MOLON, S. I. Psicologia social. Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> | | | |

| DISCIPLINA | | | CÓDIGO |
|-------------------------------|-----------------|----------------------------------|-----------------------------|
| <i>Sociologia da Educação</i> | | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito | |

EMENTA:

O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, L. A. Reflexões sobre as condições sociais de produção da sociedade da sociologia da educação: primeiras aproximações. In: Tempo Social. São Paulo, n. 1-2, p. 169-182, 1994.

ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. A sociedade na escola: professores, educação e desenvolvimento. Lisboa: Afrontamento, 1992.

LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MENDONÇA, A. W.; BRANDÃO, Z. (Org.) Por que não lemos Anísio Teixeira? uma tradução esquecida. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

NOGUEIRA, M. A; NOGUEIRA, C.M. M. Bourdieu & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (ORG). Família e escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Org.) Escritos de educação. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

PETITAT, A. Escola: Produção da produção da sociedade. Porto Alegre: Artes Médias, 1994.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Didática Geral</i> | | DMT0002 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 2.2.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: | | |
| Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</u> | | |
| ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. <i>A sociedade na escola: professores, educação e desenvolvimento</i> . Lisboa: Afrontamento, 1992. | | |
| LAHIRE, B. <i>Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável</i> . São Paulo: Ática, 1997. | | |
| NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Org.) <i>Escritos de educação</i> . 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</u> | | |
| ENGUITA, M. <i>A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. | | |
| MENDONÇA, A. W.; BRANDÃO, Z. (Org.) <i>Por que não lemos Anísio Teixeira? uma tradução esquecida</i> . Rio de | | |

Janeiro: Ravil, 1997.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C.M. M. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (ORG). **Família e escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares**. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

PETITAT, A. **Escola: Produção da produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médias, 1994.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Legislação e Organização da Educação Básica</i> | | DEFE/CCE055 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96). | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> | | |
| ARELARO, L. R. G.; KRUPPA, S. M. P. Educação de jovens e adultos . In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, Theresa (org.) Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB . São Paulo: Xamã, 2002. | | |
| BREZENZISKI, I. (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam . São Paulo: Cortez, 1997. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</u> | | |
| BREZENZISKI, I. A formação e a carreira dos profissionais da educação: possibilidades e perplexidades . | | |
| CORRÊA, B. C. Educação infantil . In: OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB . São Paulo: Xamã, 2002. | | |
| CURY, C. R. J. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas . IN: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos . Campinas: Cortez, 2000. Decreto n. 5.154/2004. | | |
| GENTILLI, P. O consenso de Washington e a crise da educação na América Latina . In: A falsificação do consenso . Petrópolis: Vozes, 1998. | | |
| MENDOÇA, Erasmo. A regra e o jogo . In: Democracia e patriotismo na educação brasileira . Campinas: FE/UNICAMP, Lappanae, 2000. | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Avaliação da Aprendizagem</i> | | DMT0054 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: | | |
| Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional | | |

brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAYDT, Regina C. *A avaliação do processo ensino-aprendizagem*. São Paulo, Ática, 1995.
LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011.
HOFFMANN, Jussara. *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 152p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 20Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
MORETTO, Vasco Pedro. *Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
SANT’ANNA, Ilza Martins. *Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos*. 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
VILLAS BOAS, Benigna Mª de F. *Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 2004.
VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo. Libertad. 2005.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|-------------------------------|
| <i>Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Didática Geral |
| <p>EMENTA: Metodologias dialógicas. Interação professor-aluno. Enfoque linguístico, epilinguístico e metalinguístico. Crédito Prático: situação simulada de docência através da realizada de sequências didáticas e aplicação em seminários.</p> | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> | | |
| ANTUNES, I. <i>Lutar com as palavras: coesão e coerência</i> . São Paulo: Parábola, 2005. | | |
| CAMPS, Anna. <i>Propostas didáticas para aprender a escrever</i> . Porto Alegre, Armed, 2006. | | |
| SUASSUNA, Livia. <i>Ensaio de pedagogia da língua portuguesa</i> . Recife, Editora da Universitária -UFPE, 2006. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u> | | |
| BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais – Língua portuguesa . 2. ed. Brasília: DP&A, 2000. | | |
| BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia. Múltiplas linguagens para o ensino médio . São Paulo: Parábola, 2013. | | |
| NASCIMENTO, Elvira Lopes (org.). Gêneros textuais da didática das línguas aos objetos de estudos . São Carlos: Clara Luz, 2009. | | |

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Integração entre ensino de gramática e ensino de produção/compreensão de textos e de léxico. In: HEYE, Jurgen (org.). *Flores verbais - uma miscelânea em homenagem à Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70º aniversário*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1995.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|-------------------------------|
| <i>Estágio Obrigatório I</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 135 h | CRÉDITOS: 0.0.9 | PRÉ-REQUISITO: Didática Geral |
| <p>EMENTA: O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das novas tecnologias em educação.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GARCIA, W. E. <i>Educação: visão teórica e prática pedagógica</i>. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. MELLO, G. N. <i>Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político</i>. São Paulo: Cortez, 1998. MORAES, R. (org). <i>Sala de aula: que espaço é este?</i> Campinas: Papyrus, 1986.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. <i>Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?</i> 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org). <i>Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito</i>. São Paulo: Cortez, 2002. RODRIGUES, N. <i>Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação</i>. São Paulo: Cortez, 1985. TARDIF, M. <i>Saberes docentes e formação profissional</i>. Petrópolis: Vozes, 2002. ZABALA, A. <i>A prática educativa: como ensinar</i>. Porto Alegre: Armed, 1998.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|--------------------------------------|
| <i>Estágio Obrigatório II</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 135 h | CRÉDITOS: 0.0.9 | PRÉ-REQUISITO: Estágio Obrigatório I |
| <p>EMENTA: Projeto de estágio: estágio observacional da educação escolar (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e da</p> | | |

educação não-escolar. Estágio de regência no Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARCIA, W. E. *Educação: visão teórica e prática pedagógica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

MELLO, G. N. *Magistério de 1º grau: da competência ao compromisso político*. São Paulo: Cortez, 1998.

MORAES, R. (org.). *Sala de aula: que espaço é este?* Campinas: Papyrus, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. *Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?* 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, N. *Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação*. São Paulo: Cortez, 1985.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Arned, 1998.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|---------------------------------------|
| <i>Estágio Obrigatório III</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 135 h | CRÉDITOS: 0.0.9 | PRÉ-REQUISITO: Estágio Obrigatório II |
| EMENTA: | | |
| Projeto de estágio. Estágio de regência no Ensino Médio. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| GARCIA, W. E. <i>Educação: visão teórica e prática pedagógica</i> . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. | | |
| MELLO, G. N. <i>Magistério de 1º grau: da competência ao compromisso político</i> . São Paulo: Cortez, 1998. | | |
| MORAES, R. (org.). <i>Sala de aula: que espaço é este?</i> Campinas: Papyrus, 1986. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. <i>Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?</i> 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. | | |
| PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org.). <i>Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito</i> . São Paulo: Cortez, 2002. | | |
| RODRIGUES, N. <i>Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação</i> . São Paulo: Cortez, 1985. | | |
| TARDIF, M. <i>Saberes docentes e formação profissional</i> . Petrópolis: Vozes, 2002. | | |
| ZABALA, A. <i>A prática educativa: como ensinar</i> . Porto Alegre: Arned, 1998. | | |

6.2 ÁREA: LINGUÍSTICA

6.2.1 Disciplinas obrigatórias

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|---|---------|
| <i>Seminário de Introdução ao Curso</i> | CLV0052 |

| | | |
|---|------------------------|---|
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 15 h | CRÉDITOS: 1.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: Currículo do Curso de Graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Instâncias da UFPI e suas competências. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Regimento Geral da UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa. | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|------------------------|---|
| <i>Gramática</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: Definições, concepções e tipos de gramática. Gramática tradicional: continuidades e discontinuidades. A noção de gramática em teorias/correntes linguísticas: formalismo e funcionalismo. Ensino de gramática na escola. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada : limpando "o pó das ideias simples". São Paulo: Parábola, 2016. NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola? São Paulo: Contexto, 2003. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação : uma proposta para o ensino no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARACO, Carlos Alberto e VIEIRA, Francisco Eduardo. Gramáticas brasileiras : com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola, 2016. FRANCHI, Carlos, NEGRÃO, E. V. e MULLER, A. L. (org.). Mas o que é mesmo "Gramática" . São Paulo: Parábola, 2006. NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática : história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2002. OLIVEIRA, Roberta Pires de; QUAREZEMIN, Sandra. Gramáticas na escola . Petrópolis: Vozes, 2016. VIEIRA, Silva R. e BRANDÃO, Sílvia F. (Org) Ensino de gramática : descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2014. | | |
| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
| <i>Linguística</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: Linguística como ciência. Linguagem, língua e fala: características, funções e variações. O signo linguístico. A | | |

dupla articulação da linguagem. Estruturalismo. Gerativismo. Teoria da enunciação. Formalismo x funcionalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2002.
 MARTELOTTA, M. Eduardo (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.
 MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística – vol. 1**. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1991.
 LYONS, John. **Língua(gem) e linguística**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
 MARTIN, R. **Para entender a linguística**. São Paulo: Parábola, 2003.
 SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2008.
 WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

Handwritten signature

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| <i>Leitura e Produção de Textos</i> | Necessita de um novo código |

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:

CARGA HORÁRIA: 60 h **CRÉDITOS:** 2.2.0 **PRÉ-REQUISITO:** Sem pré-requisito

EMENTA:

Leitura, interação e produção de sentido: concepções de leitura, conhecimentos do leitor necessários na leitura e estratégias de leitura. Leitura e escrita em ambiente virtual. Sequências tipológicas, gêneros textuais e domínios discursivos. A escrita na universidade: leitura e produção de gêneros acadêmicos.
Créditos Práticos: Leitura, compreensão e interpretação de textos e gêneros textuais em uma perspectiva interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Deborah Cristina Lopes; SALCES, Cláudia Dourado. **Leitura & produção de textos na universidade**. Campinas, SP: Alínea, 2013.
 DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel Machado; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2010.
 KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. **Leitura e produção de texto**. São Paulo: Blucher, 2011.
 KLEIMANN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 15. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.
 KÖCH, I. V.; ELIAS, M. V. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011.
 MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
 RIBEIRO, Ana Elisa. **Novas tecnologias para ler e escrever: algumas ideias sobre ambientes e ferramentas digitais na sala de aula**. Belo Horizonte: Editora RHJ, 2012.

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|--------------------------------|-----------------------------|
| <i>Língua e Cultura Latina</i> | Necessita de um novo código |

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:

CARGA HORÁRIA: 60 h **CRÉDITOS:** 4.0.0 **PRÉ-REQUISITO:** Sem pré-requisito

EMENTA:

A relevância linguístico-cultural do estudo do latim nos cursos de Letras. História e formação da Língua latina.

Literatura latina. Abordagens paradigmáticas e sintagmáticas das línguas analíticas e sintéticas. Gramática básica latina. Leitura, tradução e análise de textos diversos em latim. Traços latinos em línguas românicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARDOSO, Zélia de Almeida. **A literatura latina**. – 2 ed. – São Paulo: Martins fontes, 2003.
 FURLAN, Oswaldo A. **Gramática, língua e literatura latina**. Petrópolis: Vozes, 2006.
 REZENDE, Antônio Martinez de. **Latina essentia: preparação ao latim**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina: curso único e completo**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
 COMBA, Júlio. **Programa de latim: introdução à língua latina**. v. I. 18 ed. rev. e atual. São Paulo: Salesiana, 2002.
 COMBA, Júlio. **Programa de latim: introdução aos clássicos**. v. II. 6 ed. São Paulo: Salesiana, 2003.
 FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 4 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.
 GRIMAL, Pierre. **História de Roma**. Tradução Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|---|-----------------------------|
| <i>Linguística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem do Português</i> | Necessita de um novo código |

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:

| | | |
|----------------------------|------------------------|---|
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
|----------------------------|------------------------|---|

EMENTA:

Breve panorama histórico da Linguística Aplicada. A Linguística Aplicada no Brasil. Conceituação de Linguística Aplicada. Visão contemporânea da Linguística Aplicada. Aquisição/Aprendizagem e ensino de línguas. Reflexões sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da Linguística Aplicada. **Crédito Prático:** Elaboração de proposta metodológica sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da linguística aplicada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (org.). **Aspectos da linguística aplicada**. Florianópolis: Insular, 2000.
 MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. 2. ed. - São Paulo: Parábola, 2008.
 SIGNORIN, J; CAVALCANTI, M. C. (org.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Merc. Letras, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de; SIMÕES, Darcília (org.) **Linguística aplicada, prática de ensino e aprendizagem de línguas**. Campinas: Pontes, 2017.
 FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Muller. **Teorias de aquisição da linguagem**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
 GERHARDT, A. F. L. M. (org.). **Ensino-aprendizagem na perspectiva da linguística aplicada**. Campinas: Pontes, 2013.
 GONÇALVES, Adair Vieira; SILVA, Wagner Rodrigues da; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Org.). **Visibilizar a linguística aplicada: abordagens teóricas e metodológicas**. Campinas: Pontes, 2014.
 PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Maria Del Pilar (Org.). **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|--|-----------------------------|
| <i>Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa</i> | Necessita de um novo código |

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:

| | | |
|----------------------------|------------------------|---|
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
|----------------------------|------------------------|---|

Handwritten mark

EMENTA:

Estudo dos sons e fonemas da Língua portuguesa. Processos fonológicos e sistema gráfico do português. Treinamento de produção e transcrição fonética. Análise fonológica. Pesquisa fonética e fonológica do Português. **Crédito Prático:** implicações de aspectos fonéticos e fonológicos no processo de ensino aprendizagem de língua materna.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização & linguística*. São Paulo: Scipione, 1989
 CALLOU, D. e LEITE, Y. *Iniciação à fonética e fonologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990
 SILVA, THAIS, C. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
 HEAD, Brian. *Subsídios do atlas prévio dos falares baianos para o estudo de uma variante dialetal*. In: *Cadernos de estudos linguísticos*, nº. 1, IEL, UNICAMP, Campinas, 1978.
 HORA, Dermeval da. *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997.
 ISTRE, G. L. *Fonologia transformacional e natural: uma introdução crítica*. *Ensaio de Linguística da EFSC*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1980.
 SCHANE, S.A. *Fonologia gerativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|--|
| <i>Formação Histórica da Língua Portuguesa</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Língua e Cultura Latina |
| EMENTA: | | |
| História externa de Roma. Variedades linguísticas do latim. História externa da Península Ibérica. Variedades linguísticas românicas na Península Ibérica. História externa do Brasil do século XVI a XIX. Matrizes linguísticas da formação do Português brasileiro (PB): variedades do Português Europeu; Línguas gerais indígenas e línguas africanas. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> | | |
| FARACO, Carlos Alberto. <i>História Sociopolítica da língua portuguesa</i> . 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016. ILARI, Rodolfo. <i>Linguística românica</i> . 3. ed. São Paulo: Ática, 1999. MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. <i>O português arcaico: morfologia e sintaxe</i> . São Paulo: Contexto, 1993. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u> | | |
| BASSETTO, Bruno F. <i>Elementos de filologia românica: história externa das línguas</i> . São Paulo: EDUSP, 2001. FARACO, Carlos Alberto. <i>Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas</i> . São Paulo: Parábola, 2005. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). <i>Índios no Brasil</i> . 4. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000. LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan e RIBEIRO, Ilza (org.). <i>O português afro-brasileiro</i> . Salvador: EDUFBA, 2009. VIARO, Mário Eduardo. <i>Etimologia</i> . São Paulo: Contexto, 2011. | | |
| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
| <i>Linguística do Texto</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Linguística |

FW

EMENTA:
Histórico e surgimento da Linguística de Texto. Fatores de Textualidade: Coerência textual, Coesão textual e Intertextualidade. Conceito de texto. Relações entre texto e discurso. Referenciação. Anáforas. **Crédito Prático:** práticas de análise de texto em seus contextos de uso; elaboração de projetos de produção de texto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência.** São Paulo: Parábola, s/d.
KOCH, I.G.V. **A coesão textual.** São Paulo: Contexto, 1989.
MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível.** São Paulo: Parábola, 2009
BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade.** São Paulo: Cultrix-Edusp, 1983.
CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2012.
KOCH, Ingedore G.; V.; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Org.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Cortez, 2005.
MARCUSCHI, L.A. **Linguística textual: o que é e como se faz.** Recife: UFPE, 1983.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Morfologia da Língua Portuguesa</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: O objeto de estudo da morfologia e princípios teóricos. Morfema: conceito(s), tipologia, alomorfia e análise morfológica. Flexão e categorias gramaticais. Composição, derivação e outros processos de formação de vocábulos. Classificação dos vocábulos formais. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BASÍLIO, Margarida. Formação e classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. MONTEIRO, J. Lemos. Morfologia portuguesa. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002. SILVA, Maria Cecília Pérez de Sousa e KOCH, Ingedore Vilaça. Linguística aplicada ao português: 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. Estrutura da língua portuguesa. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. RODOLFO, Ilari (org.). Palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014. _____. Palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015. RODRIGUES, Angela; ALVES, Ieda Maria (org.). A construção morfológica da palavra. São Paulo: Contexto, 2015. SANDMANN, Antônio José. Morfologia geral. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. | | |
| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
| <i>Neurociência Aplicada à Linguagem</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |

EMENTA:

Linguagem e Neurociência. O sistema nervoso central. O cérebro: lobos cerebrais e córtex cerebral. O sistema límbico e as emoções na aprendizagem. Plasticidade cerebral e aprendizagem. Memória e aprendizagem. Os hemisférios cerebrais: lateralização da linguagem e funções linguísticas. Alfabetização e letramento na perspectiva da Neurociência. Neurociência e aprendizagem da leitura e da escrita.

Crédito Prático: Neurociência e ensino de língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler.** Porto Alegre: Penso, 2012.

SELBACH, Simone *et al.* **Língua portuguesa e didática.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SIMÕES, Estela Mari Santos; NÓGARO, Arnaldo. **Neurociência cognitiva para educadores: aprendizagem e prática docente para o século XXI.** Curitiba: CRV, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUILLAR, Renata. **Neurociência aplicada à educação: caminhos para facilitar a aprendizagem na sala de aula.** São Paulo: Edicon, 2018.

KREBS, Claudia; WEIBERG, Joanne; AKESSON, Elizabeth. **Neurociências: ilustrada.** Tradução Maiza Ritomy Ide e Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2013.

LIMA, Elvira Souza. **Neurociência e leitura.** 2. ed. São Paulo: Interallia, 2009 (Coleção Cotidiano na Sala de Aula).

LIMA, Elvira Souza. **Neurociência e escrita.** 2. ed. São Paulo: Interallia, 2016 (Coleção Cotidiano na Sala de Aula).

PANTANO, Telma; ZORZI, Jaime L. **Neurociência aplicada à aprendizagem.** São José dos Campos: Pulso, 2009.

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|----------------------------|-----------------------------|
| <i>Análise do Discurso</i> | Necessita de um novo código |

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4.0.0

PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito

EMENTA:

A Análise de Discurso Francesa (ADF). Condições de produção. Interdiscurso. Esquecimentos, paráfrase e polissemia. Formações imaginárias e discursivas. Ideologia e sujeito. A Teoria Semiolinguística (TS). O ato de linguagem. Os sujeitos da linguagem. O contrato de comunicação. Os modos de organização do discurso. A Análise de Discurso Crítica (ADC). Discurso e poder. Prática discursiva e prática social. Operações ideológicas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. ADC e multimodalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BATISTA Jr, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas.** São Paulo: Parábola, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso.** São Paulo: Contexto, 2016.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAIT, Beth; SOUSA-E-SILVA, Maria Cecília. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da UnB, 2018.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso.** São Paulo. Pontes, 2007.

MOURA, J. B. de; LOPES, M. **Discursos, imagens e imaginários.** São Carlos: Pedro & João editores, 2021.

Disponível em: <http://editorapathos.com.br/discurso-imagens-e-imaginarios/> Acesso em: 10 abr. 2022.

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| <i>Sintaxe da Língua Portuguesa</i> | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | |

| | | |
|---|------------------------|---|
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Tipologia oracional. A oração como conjunto de sintagmas. Tipos de sintagmas. A sentença simples e sua estrutura argumental. Gramática de valências. Estrutura funcional da sentença. A sentença complexa e sua tipologia: coordenação e subordinação.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CASTILHO, Ataliba T. de. <i>Nova gramática do português brasileiro</i>. São Paulo: Contexto, 2014. NEVES, Maria Helena de Moura (org.). <i>A construção das orações complexas</i>. São Paulo: Contexto, 2016. PERINI, Mário A. <i>Gramática do português brasileiro</i>. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AZEREDO, Luís Carlos. <i>Introdução à sintaxe</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1997 BECHARA, Evanildo. <i>Moderna gramática portuguesa</i>. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E.V. <i>Novo manual de sintaxe</i>. Florianópolis: Insular, 2010. PERINI, Mário A. <i>Estudos de gramática descritiva: as valências verbais</i>. São Paulo: Parábola, 2008. SCHWINDT, Luiz Carlos (org.). <i>Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe</i>. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|------------------------|---|
| <i>Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Gêneros textuais. Tipos e sequências textuais. Conjunto de gêneros. Ensino de gêneros em contextos. Princípios para classificação dos gêneros. Letramento e práticas sociais de leitura e escrita. Gêneros orais e gêneros escritos. Propósitos comunicativos. Contextos de uso dos gêneros. Gêneros, suporte e tecnologia. Crédito Prático: práticas de leitura e de escrita de gêneros diversos. Elaboração de sequências didáticas para ensino de gêneros.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES FILHO, F. <i>Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no Ensino Fundamental</i>. São Paulo, Cortez, 2011. MARCUSCHI, Luiz Antônio. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 146-225. MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.) <i>Gêneros: teorias, métodos, debates</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 200, p. 152-183.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAKHTIN, Mikhail. <i>Estética da criação verbal</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2003. BAWARSHI, Anis; REIFF, Mary Jo. <i>Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino</i>. São Paulo: Parábola, 2013. BAZERMAN, Charles. <i>Gêneros textuais, tipificação e interação</i>. São Paulo: Cortez, 2005. DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO; Ana Rachel Machado; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). <i>Gêneros textuais e ensino</i>. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. KARWOSKY, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. <i>Gêneros textuais: reflexões e ensino</i>. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.</p> | | |
| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
| <i>Sociolinguística</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |

| | | |
|--|------------------------|---|
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: Noções básicas da disciplina Sociolinguística: conceitos, principais dimensões e abordagens de estudo. Linguagem, língua e cultura. O relativismo cultural e a heterogeneidade linguística. História da Sociolinguística. A teoria da variação linguística, a Sociolinguística interacional e a Sociolinguística educacional. Crédito Prático: pesquisa etnográfica realizada em sala de aula. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BORTONI-RICARDO, S. M. Manual de Sociolinguística . São Paulo: Contexto, 2014. COSTA, C. DE S.S. M DA. A língua nos Processos Interacionais na Escola e na Sociedade: uma contribuição da pesquisa sociolinguística. In: Revista de Letras . Fortaleza: UFC, 2004. LABOV, W. Padrões sociolinguísticos . São Paulo: Parábola, 2008. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FONSECA, M. S.V. e NEVES, N. F. Sociolinguística . Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. MOLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Org.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação , São Paulo: Contexto, 2013. RIBEIRO, B. T. GARCEZ, P. M. (Org.) Sociolinguística interacional . Porto Alegre: AGE Editora, 1998. SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social . São Paulo: Ática, 1989. TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística (Série princípios) . São Paulo: Ática, 1985. | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|------------------------|--|
| <i>Semântica</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sintaxe da Língua Portuguesa |
| EMENTA: Percurso histórico. Sentido e referência. Semântica lexical: sinonímia, antonímia, hiponímia e hiperonímia, polissemia e homonímia. O campo léxico. Semântica formal, da enunciação e cognitiva. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DUARTE, P. M. Introdução à semântica . Fortaleza: EDUFC, 2002. ILARI, R. GERALDI, Y. W. Semântica . São Paulo: Ática, 1985. OLIVEIRA, R. P. Semântica formal: uma breve introdução . Campinas: Mercado das Letras, 2001. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DUCROT, O. Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer) . São Paulo: Cultrix, 1979. FREGE, G. Lógica e filosofia da linguagem . São Paulo: Cultrix, 1978. FERRAREZI JR, Celso. Semântica para a educação básica . São Paulo: Parábola, 2008. LYONS, J. Semântica . I. Lisboa: Presença, 1977. MUSSALIM, Fernanda. BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística . 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006. | | |

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|------------------------------------|-----------------------------|
| <i>Letramentos e Alfabetização</i> | Necessita de um novo código |

| | | |
|--|------------------------|---|
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Concepções de alfabetização e de letramento. Alfabetização, letramentos e letramento escolar. Pesquisa sobre letramento e alfabetização na Escola. Processos de aquisição da fala e da escrita. Fala, leitura e escrita. Crédito Prático: a prática de letramento e alfabetização em sala de aula.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAGLIARI, L.C. <i>Linguística e alfabetização</i>. São Paulo: Scipione, 1989. COSTA, C. de S.S.M. da. <i>Letramentos: por uma alfabetização culturalmente sensível</i>. Teresina: EDUFPI, 2016. SOARES, M. <i>Alfabetização e letramento</i>. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FERREIRO, E. <i>Reflexões sobre alfabetização</i>. 14. ed. São Paulo: Cortez/Autores associados, 1989. FREIRE, P. <i>Educação e mudança</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. KATO, M. A. <i>No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística</i>. São Paulo: Ática, 1986. KLEIMAN, A. (org.) <i>Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita</i>. Campinas: Mercado Aberto, 1995. ROJO, R. <i>Letramentos múltiplos, escola e inclusão social</i>. São Paulo: Parábola, 2009.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|------------------------|---|
| <i>Trabalho de Conclusão de Curso I</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 1.2.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Pesquisa nos campos da linguística e dos estudos literários. Tipos de pesquisa. Ética na pesquisa. Metodologias de pesquisa. Organização retórica de projetos de pesquisa. Crédito Prático: elaboração e reelaboração de projeto de pesquisa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FILHO, Francisco Alves; OLIVEIRA, Meryane Sousa. <i>A organização retórica das seções de justificativa de pré-projetos de pesquisa</i>. Revista do GEL, v.14, p.36 - 58, 2017. BARROS, José D'Assunção. <i>O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico</i>. Petrópolis: Vozes, 2005. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. <i>Produção textual na universidade</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. Cap. 3. p. 51-60.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CIRIBELLI, M. C. <i>Projeto de pesquisa: um instrumental da pesquisa científica</i>. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. GERALDO FILHO, Inácio. <i>A monografia na universidade</i>. São Paulo: Papirus, 1995. MONTEIRO, Beatrice Nascimento. <i>Organização retórica e estruturação sequencial da seção de metodologia do gênero projeto de pesquisa</i>. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPI, Teresina, PI. OLIVEIRA, Francisca Verônica Araújo. <i>A organização retórica da seção de considerações finais do gênero monografia em comunidades disciplinares distintas</i>. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI. PEREIRA, C. C. <i>Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico</i>. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2007. 103.</p> | | |
| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
| <i>Trabalho de Conclusão de Curso II</i> | | Necessita de um novo código |

| | | |
|--|------------------------|--|
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 1.3.0 | PRÉ-REQUISITO: Trabalho de Conclusão de Curso I |
| EMENTA: Realização de pesquisa nos campos da linguística e dos estudos literários. Crédito Prático: elaboração de trabalho científico no gênero monografia. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724. Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2006. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 103-138. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GERALDO FILHO, Inácio. A monografia na universidade. São Paulo: Papirus, 1995. CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Projeto de pesquisa: um instrumental da pesquisa científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. OLIVEIRA, Francisca Verônica Araújo. A organização retórica da seção de considerações finais do gênero monografia em comunidades disciplinares distintas. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) -Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI. PEREIRA, C. C. Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2007. 103. RIO LIMA, C. A. Movimentos retóricos na seção de fundamentação teórica de projetos de pesquisa na subárea de Linguística. Teresina: PIBIC-UFPI, 2015. | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|------------------------|---|
| <i>Trabalho de Conclusão de Curso III</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 15 h | CRÉDITOS: 0.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Trabalho de Conclusão de Curso II |
| EMENTA: Revisão e correção do trabalho monográfico para entrega final. Crédito Prático: possibilidade de transformação do trabalho monográfico em artigo científico. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724. Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2006. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 103-138. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. | | |

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GERALDO FILHO, Inácio. **A monografia na universidade**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Projeto de pesquisa: um instrumental da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- OLIVEIRA, Francisca Verônica Araújo. **A organização retórica da seção de considerações finais do gênero monografia em comunidades disciplinares distintas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) -Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.
- PEREIRA, C. C. **Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico**. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2007. 103.
- RIO LIMA, C. A. **Movimentos retóricos na seção de fundamentação teórica de projetos de pesquisa na subárea de Linguística**. Teresina: PIBIC-UFPI, 2015.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Língua de Sinais</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem Pré-Requisito |
| <p>EMENTA:</p> <p>Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo dos Surdos em Libras. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.</p> <p>GESSER, Audrei. Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de. ; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos. Editora Autentica, Minas Gerais, 712, 1998.</p> <p>FERNANDES, Eulália, org; QUADROS, Ronice Muller de. [et al.] Surdez e Bilinguismo – Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>LIMA, M.S.C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. 2004, 261f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada); Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, S.P.</p> <p>SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p> <p>SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2010.</p> | | |

ÁREA: LINGUÍSTICA
6.2.2 Disciplinas optativas

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Ecolinguística</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Linguística, ecologia e ecolinguística. Breve história da ecolinguística. Conceituação de ecolinguística. Princípios essenciais em ecolinguística. Ecologia da língua: contato de línguas e ecologias linguísticas complexas. Linguística ecossistêmica. Linguística ambiental. Análise do discurso ecossistêmica.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COUTO, Hildo Honório do. <i>Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente</i>. Brasília: Thesaurus, 2007. COUTO, Hildo Honório do. <i>Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas</i>. São Paulo: Contexto, 2009. COUTO, Hildo Honório do; ELZA KIOKO NAKAYAMA NENOKI DO; BORGES, LORENA ARAÚJO DE. <i>Análise do discurso ecológica-ADE</i>. Campinas, SP: Pontes, 2015 (Coleção: Linguagem & Sociedade; v. 9).</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOFF, LEONARDO. <i>As quatro ecologias: ambiental, política e social, mental e integral</i>. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2012. COUTO, ELZA KIOKO NAKAYAMA NENOKI DO. <i>Ecolinguística: um diálogo com Hildo Honório do Couto</i>. Campinas, SP: Pontes, 2013 (Coleção Linguagem & Sociedade; v. 4). COUTO, ELZA KIOKO NAKAYAMA NENOKI DO; DOURADO, ZILDA DOURADO; SILVA, ANDERSON NOWOGRODZKI DA SILVA; AVELAR FILHO, JOÃO NUNES (Org.) <i>Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil</i>. Campinas, SP: Pontes, 2017. PELIZZOLI, MARCELO LUIZ. <i>Emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI</i>. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. RAMOS, RUI. <i>O discurso do ambiente na imprensa e na escola: uma abordagem ecolinguística</i>. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2009.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Filologia Românica</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: A Linguística Românica, do século XIX ao XXI: objeto e métodos. O latim vulgar e os romances. Os romances se tornam línguas nacionais. As diferentes Românicas; as línguas neolatinas e variedades neorromânicas; domínios linguísticos românicos atuais. Mudanças fonético-fonológicas, morfossintáticas e léxico-semânticas na România, com ênfase na Galo-România e na Ibero-România. Neorromances de base francesa e de base portuguesa.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BASSETTO, B. F. <i>Elementos de Filologia Românica</i>. São Paulo: EDUSP, 2001. V.1. FARACO, C. A. <i>Estudos pré-saussurianos</i>. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). <i>Introdução à linguística: domínios e fronteiras</i>. São Paulo: Cortez, 2011. p. 27-51. ILARI, R. <i>Linguística românica</i>. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARACO, C. A. <i>Sociedade, estado-nação, língua, cultura</i>. In: FARACO, C. A. <i>História do português</i>. São Paulo: Parábola, 2019. P. 15-60. FINBOW, T. <i>Sociofilologia românica e latina</i>. In: FIORIN, J. L. <i>Novos caminhos da linguística</i>. São Paulo: Contexto, 2017. p. 125-150. GAUGER, H.-M. <i>Introducción a la lingüística románica</i>. Versión española de Elisabeth Schaible y José García Álvarez. Madrid: Gredos, 1989. POSNER, R. <i>Las lenguas romances</i>. Traducción de Sílvia Iglesias. Madrid: Cátedra, 1998. MUNTEANU COLÁN, D. <i>Breve historia de la lingüística románica</i>. 2ª. ed. Madrid: Arco Libros, 2013.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Francês Instrumental Básico</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo da língua francesa visando ao desenvolvimento da prática de leitura em diferentes níveis de compreensão: global, seletiva e linear.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AUXILIADORA, R.; NOBREGA, T. CARMELITA, S. <i>Lire et comprendre</i>. Musimed, 1986 SCHWEBEL, Aldaisia N; GUIMARAES, Maria L. M. <i>Acces Au Francais Instrumental</i>. UFBA, 1985 ITALO; L. M. <i>O Frances Instrumental: A Experiencia Da Uni</i>. HEMUS, 1977 MOIRAND, Sophie. <i>Situations D'ecrit</i>. Paris: CLE, 1979 LEHMANN, Denis et al. <i>Lecture Fonctionnelle De Textes De Specialite</i>. Paris: Didier, 1980.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Formação de Mediadores de Leitura</i> | | CLV0092 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Técnicas de Leitura e Apresentação de Obras Literárias. Formação de Bibliotecas Comunitárias. Criação de Espetáculos de Contação de Histórias.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LAJOLO, Marisa. <i>Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo</i>. 2. ed. São Paulo: Ática. MANGUEL, Alberto. <i>Uma História da Leitura</i>. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. MARINHO, Jorge Miguel. <i>A Convite das Palavras – Motivações para Ler, Escrever e Criar</i>. Biruta: São Paulo, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AGUIAR, Vera Teixeira de & BORDINI, Maria da Glória. <i>Literatura: A Formação do Leitor – alternativas metodológicas</i>. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. BARRAS, R. <i>Os Cientistas Precisam Escrever</i>. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986. BELTNKY, Tatiana et alli. <i>A Produção Cultural para a Criança</i>. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. MARTINS, Maria Helena. <i>O Que é Leitura</i>. Brasiliense: São Paulo, 1993. VANOYE, F. <i>Usos da Linguagem</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1982.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Gerativismo</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: A linguística gerativa: concepção de língua e gramática; princípios básicos da teoria de princípios e parâmetros no estudo da gramática; Sintaxe do português: natureza, relação e estrutura dos sintagmas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KENEDY, Eduardo. <i>Curso básico de linguística gerativa</i>. São Paulo: Contexto, 2013. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E.V. <i>Novo manual de sintaxe</i>. Florianópolis: Insular, 2010. RAPOSO, Eduardo P. <i>Teoria da gramática</i>. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BERLINCK, Rosane de Andrade; AUGUSTO, Marina R.A.; SCHER, Ana Paula. Sintaxe. In: Mussalim, Fernanda e Bentes, Anna Cristina (org.). <i>Introdução à linguística: domínios e fronteiras</i>. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. CHOMSKY, N. <i>Aspectos da teoria da sintaxe</i>. Coimbra: Almedina, 1978. SCHWINDT, Luiz Carlos (org.). <i>Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe</i>. Petrópolis: Vozes, 2014. SOUZA, Luisandro Mendes de. Estrutura argumental e papéis temáticos. In: Taveira da Cruz (org.). <i>As interfaces da gramática</i>. Curitiba: CRV, 2012. SOUZA E SILVA, Maria Cecília P.; KOCH, Ingedore Villaça. <i>Linguística aplicada ao português: Sintaxe</i>. São Paulo: Cortez, 2004.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Gramaticologia da Língua Portuguesa</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: A origem grega e latina da Gramática Tradicional (GT). O surgimento da gramaticografia portuguesa: principais autores e obras. A gramaticografia brasileira: séculos XIX, XX e XXI.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAVALIERE, Ricardo. A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros. 1. ed. Rio Janeiro: Lexikon, 2014. LEITE, Marli Quadros. O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007. VIEIRA, Francisco Eduardo. A gramática tradicional: história crítica. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BORGES NETO, José. História da gramática. Curitiba: editora da UFPR, 2019. No prelo. 418p. FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002. _____; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (Org.). Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Inglês Instrumental Básico</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Desenvolvimento, em nível básico, do vocabulário, da estrutura e da compreensão da Língua Inglesa (escrita) com o objetivo de capacitar o aprendiz na comunicação e suas necessidades, ideias e opiniões.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAMBRIDGE. International Dictionary of English. Londres: Cambridge University Press, 1996. MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. Cambridge University Press, 2004. OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, C.; SELIGSON P. New English File Elementary. Oxford: University Press, 2004. SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: University Press, 1995.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Introdução à Historiografia Linguística</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Principais conceitos e postulados. Principais categorias analíticas. Procedimentos teórico-metodológicos.</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. <i>Introdução à historiografia da linguística</i>. São Paulo: Cortez, 2013. BATISTA, Ronaldo de Oliveira. BASTOS, Neusa Barbosa. (Org.). <i>Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman</i>. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. COELHO, Olga (org.). <i>A historiografia linguística no Brasil (1993-2018): memória, estudos</i>. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALTMAN, Cristina. <i>A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)</i>. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. AUROUX, Sylvain. <i>A revolução tecnológica da gramatização</i>. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. BATISTA, Ronaldo de Oliveira. (Org.). <i>Historiografia da linguística</i>. São Paulo: Contexto, 2019. KOERNER, Konrad. <i>Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados</i>. [Coleção Linguística 11, prefácio de Carlos Assunção, seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman]. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras. 2014.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Língua Latina II</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Morfofossintaxe latina. Relação entre a estrutura morfofossintática das línguas latina e portuguesa. Tradução de textos diversos</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, Napoleão Mendes de. <i>Gramática latina: curso único e completo</i>. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. CARDOSO, Zélia de A. <i>Iniciação ao Latim</i>. São Paulo: Ática, 1989. COMBA, Júlio. <i>Programa de latim: introdução à língua latina</i>. v. I. 18 ed. rev. e atual. São Paulo: Salesiana, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARIA, Ernesto. <i>Gramática da língua latina</i>. 2. ed. Brasília: FAE, 1995. FURLAN, Oswaldo Antônio. <i>Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa</i>. Petrópolis: Vozes, 2006. REZENDE, Antônio Martinez de. <i>Latina essentia: preparação ao latim</i>. 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005. RÓNAI, Paulo. <i>Gradus primus: curso básico de latim</i>. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1999. RÓNAI, Paulo. <i>Gradus secundus: curso básico de latim</i>. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Linguagem e Dificuldades de Aprendizagem</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Dificuldades escolares, transtornos de aprendizagem, comorbidades. Noções de Neuroanatomia da linguagem verbal. Dislexia, transtorno da escrita. Transtornos de linguagem. Atraso de linguagem, afasias. Aspectos linguísticos de comorbidades. Autismo, TAD/H.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor, B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011. GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÀN, Nora Espinosa. Dificuldades de aprendizagem: manual de orientação para pais e professores. Tradução e adaptação por Adriana de Almeida Navarro. Revisão técnica da obra por Inês Carreño González. Curitiba: Cultural, 2014. ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. (org). Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARELL, Michael. Dificuldades de comunicação e autismo: guia do professor. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição de Rosângela Marostega Santos. Reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2009 [2008]. FARELL, Michael. Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas: guia do professor. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição de Rosângela Marostega Santos. Reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2009 [2008]. MORATO, Edwiges Maria. A semiologia das afasias: perspectivas linguísticas. São Paulo: Cortez, 2010. MUSZKAT, Mauro; RIZZUTTI, Sueli. O professor e a dislexia. São Paulo: Cortez, 2012. Col. Educação & saúde.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Linguagem, Discurso e Ensino</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Linguagem e discurso. Discurso e ensino de línguas. O professor e o aluno enquanto sujeitos. O interdiscurso e as formações ideológicas e discursivas na sala de aula. A semiotização do mundo e os processos de transformação e transação. A simbolização referencial e a significação.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GUIMARÃES, Elisa. Texto, discurso e ensino. São Paulo: Contexto, 2013.</p> | | |

VOESE, Ingo. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.
XAVIER, Glayci; REBELLO, Ilana da Silva; MONNERAT, Rosane (org.). **Semiolinguística Aplicada ao Ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.
LOPES, Maraisa; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; MOURA, João Benvindo de. **Linguagem, discurso e produção de sentidos**. São Paulo: Pá de palavra, 2018.
MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2012.
RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2011.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Linguagem, Tecnologia e Ensino de Língua Portuguesa</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA:</p> <p>Estudo do papel da tecnologia como mediadora da organização da linguagem em geral, enfocando as práticas de linguagem em contextos diversos, inclusive a educação <i>online</i>. As novas tecnologias no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. O uso de hipertextos, gêneros discursivos digitais e midiáticos e redes sociais no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Aprendizagem por meio de tecnologias móveis: aplicativos para o ensino de português. Reflexões sobre o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita em ambiente virtual.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANDRADE, Carlos Augusto Batista de. Ensino de língua portuguesa mediado por computador: perspectivas e propostas. São Paulo: Terracota, 2010. COSCARELLI, Carla Viana (Org.). Tecnologias para aprender. São Paulo: Parábola, 2016. (Linguagens e Tecnologias; 3). ROJO, Roxane (Org.). Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ARAÚJO, Júlio; LEFFAS, Vílson J.(Org.). Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016 (Linguagens e Tecnologias; 2). CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; MINEL, Jean-Luc; MARQUESI, Sueli Cristina (Org.). Leitura, escrita e tecnologias da informação. São Paulo: Terracota, 2015 (Coleção Linguagem e Tecnologia; v. 1). GOMES, Luiz Fernando. Hipertexto no cotidiano escolar. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Trabalhando com a escola). MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Org.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria da Silva; CABRA, Ana Lúcia Tinoco. Interações virtuais: perspectivas para o ensino de língua portuguesa a distância. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Linguística Aplicada e Formação de Professores de Língua Portuguesa</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA:</p> <p>Formação de professores na perspectiva da Linguística Aplicada. Educação linguística na formação de professores de línguas. Crenças na formação de professores de língua portuguesa. Elaboração de materiais didáticos para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa em contextos presenciais e digitais. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>APARÍCIO, Ana Silvia Moço; SILVA, Sílvia Ribeiro da (Org.). Ensino de língua materna e formação docente: teoria, didática e prática. Campinas, SP: Pontes, 2013 (Coleção NPLA; v, 28).</p> <p>BARCELOS, A.M.F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Org.). Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores. Campinas, SP: Pontes, 2006.</p> <p>KLEIMAN, Angela (Org.). A formação do professor – perspectiva da linguística aplicada. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALMEIDA FILHO, J. C. P. Linguística aplicada, ensino de línguas e comunicação. Campinas, SP: Pontes e Arte Língua, 2005.</p> <p>FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Org.). Aspectos da linguística aplicada. Florianópolis: Insular, 2000.</p> <p>GIL, G.; ABRAHÃO, M. H. V. Educação de professores de línguas – os desafios do formador. Campinas, SP: Pontes, 2008.</p> <p>MENDES, Edleise; CUNHA, José Carlos (Org.). Práticas em sala de aula de línguas: diálogos necessários entre teoria(s) e ações situadas. Campinas, SP: Pontes, 2013.</p> <p>MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013 (Lingua[gem]; 55).</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Multiletramentos e Multimodalidade no Ensino</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA:</p> <p>Concepções teóricas. Semiótica social. Multiletramento e sua relação com diferentes práticas sociais na contemporaneidade. A leitura multimodal na formação leitora.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson. (ORGS.). Redes sociais e ensino de língua: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016.</p> | | |

DIONISIO, Angela (org.). **Modalidades e leitura**: funcionamento cognitivo, recursos semióticos, convenções visuais. Recife: Pipa Comunicações, 2014.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARTON, David. **Linguagem on-line**: textos e práticas digitais. Parábola, 2015.

DIONISIO, Angela. Gêneros textuais e multimodalidade. In: KARWOSKI, Acir, GAYDECZKA, Beatriz & BRITO, Karim (org.) **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. São Paulo: Parábola, 2011.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline Peixoto. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

ROJO, Roxane (org.). **Escol@ conectada**: os multiletramentos e as tics. São Paulo: Parábola, 2015.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Oficina de Leitura e Produção de Textos Criativos</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Conceito de criatividade. O processo de criatividade. Textos criativos. O papel do professor na atividade criativa. A escrita criativa e sua aplicação no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Técnicas e métodos para leitura e produção de textos criativos na educação básica.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABREU, Antônio Suárez. O design da escrita: redigindo com criatividade e beleza, inclusive ficção. São Paulo: Ateliê, 2008. KOHAN, Silvia Adela. Os segredos da criatividade: técnicas para desenvolver a imaginação, evitar bloqueios e expressar ideias. Tradução: Gabriel Perissé. Belo Horizonte: Gutenberg, 2013. (Coleção Guias do Escritor, 4). MARCHIONI, Rubens. Escrita criativa: da ideia ao texto. São Paulo: Contexto, 2018.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Como desenvolver o potencial criador: um guia para a liberação da criatividade na sala de aula. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. DI NIZO, Renata. Escrita criativa: o prazer da linguagem. São Paulo: Summus, 2008. MESERANI, Samir Curi. Redação escolar: criatividade – 2º grau. 4. ed. 8. imp. São Paulo: Ática, 2001. MARCHIONI, R. Criatividade e redação: o que é e como se faz. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2007. SILVA, C. J. M. D. A dinamização criativa da escrita no ensino básico. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---------------------------|-----------------|----------------------------------|
| <i>Pragmática</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA:</p> | | |

A Pragmática no campo dos estudos da linguagem. Conceituação, objeto e domínios da Pragmática. Fronteiras entre Semântica e Pragmática. Principais teorias pragmáticas: atos de fala, implicaturas e relevância. Pressuposição. Dêixis. A relação entre linguagem e contexto. O ensino de línguas na perspectiva da Pragmática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; v. 8).
 PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTHES, Anna Christina (org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras** – vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.
 SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância e outros ensaios**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
 SUASSUNA, Livia. **Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1995.
 ZANDWAIS, Ana (org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--------------------------------|-----------------|----------------------------------|
| <i>Retórica e Argumentação</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |

EMENTA:

Origem da retórica. A retórica aristotélica. Os meios de prova: *ethos, pathos e logos*. A relação entre retórica, dialética e argumentação. A nova retórica. A classificação dos argumentos. Modos de organização do discurso argumentativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
 FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
 REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARISTÓTELES. Definição da retórica e de sua estrutura lógica. In: **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
 CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2009.
 MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
 MOURA, João Benvindo; ROCHA, Max Silva da. Atos retóricos de linguagem em discursos do orador Jesus de Nazaré. **Fólio - Revista de Letras**, v. 13, p. 149-171, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/9807>. Acesso em: 9 mar. 2022.
 PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Sintaxe da Língua Portuguesa II</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Sintaxe de Regência. Sintaxe de Concordância. Sintaxe de Colocação. Emprego do Acento Grave. Figuras de Sintaxe. “Vícios” de Linguagem. Concepções de Linguagem. Pontuação. Sintaxe do período composto. A articulação oracional. Orações coordenadas e subordinadas.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AZEREDO, Luís Carlos. <i>Introdução à sintaxe</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. NEVES, M^a Helena de Moura. <i>Gramática de Usos do Português</i>. São Paulo: EDUNESP, 1999. PERINI, Mário. <i>Gramática descritiva do português</i>. São Paulo: Ática, 2001.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BECHARA, Evanildo. <i>Moderna Gramática Portuguesa</i>. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999. CARONE, Flávia de Barros. <i>Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes</i>. Ática: São Paulo, 1991. pp. 16-66. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. <i>Nova gramática do português contemporâneo</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. MACAMBIRA, José Rebouças. <i>A estrutura morfo-sintática do português</i>. São Paulo: Livraria Pioneira, 1982. NEVES, M^a Helena de Moura. <i>Texto e Gramática</i>. São Paulo: Contexto, 2007.</p> | | |

6.3 ÁREA: ESTUDOS LITERÁRIOS

6.3.1 Disciplinas obrigatórias

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura e Cultura Piauiense</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo do processo formativo da literatura piauiense. Procedimentos estéticos empregados por autores no estado do Piauí. A relação da literatura produzida no estado com a realidade e a cultura local. Crédito Prático: atividade de pesquisa realizada em museus da cidade de Teresina. Visita técnica ao patrimônio histórico do estado.</p> | | |

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIMA, Luis Romero. **Presença da literatura piauiense**. Teresina: Halley, 2003.
 MOURA, Francisco Miguel. **Literatura do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.
 PINHEIRO, João. **Literatura piauiense: esboço histórico**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANCO, Homero Castelo. **História do Piauí: passageiros do passado**. Nova Aliança.
 EUGÊNIO, João Kennedy. **Os sinais do tempo: intertextualidade e crítica da civilização na poesia de H. Dobal**. Teresina: Halley S.A. Gráfica e Editora, 2007
 LIMA, Wanderson. **O fazedor de cidades: mimesis e poiésis na obra de H. Dobal**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2005.
 MENDES, Algemira de Macêdo. ALBUQUERQUE, Marleide Lins. ROCHA, Olívia Candeia Lima (org.). **Antologia de escritoras piauienses: do século XIX à contemporaneidade**. Teresina: FUNDAPI, 2009.
 REINALDO, Lilásia Chaves de Arêa Leão. **A poesia moderna de H. Dobal**. Teresina: EDUFPI, 2008.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura, Dissonância e Transgressão</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |

EMENTA:

Estudos de obras literárias produzidas em países de Língua portuguesa que apresentem acentuado grau de inovação temático-formal, rompendo radicalmente com os padrões vigentes na época. O caráter transgressor da literatura. As inovações estéticas apresentadas pelo Romantismo, pelas Vanguardas e pelo Modernismo. Análise de obras caracterizadas por um forte teor de arrojo, de questionamento e de contraversão. Relações da literatura com a contracultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ÁVILA, Affonso (org.). **O Modernismo**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
 PAZ, Octavio. **Os filhos do barro**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
 PERRONE-MOISÉS. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** (3 volumes). 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
 LEÃO, Ângela Vaz. (org.). **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003.
 MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
 MOISÉS, Massaud. AMORA, António Soares. **Presença da literatura portuguesa: Romantismo-Realismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura e Cultura Pós-Moderna</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Relações entre a literatura contemporânea produzida em países de Língua portuguesa e as políticas pós-modernas. Estudo das representações socioculturais no contexto da Pós-Modernidade. A literatura, o mercado e a cultura de massa. Exame dos processos de criação literária baseados na evolução tecnológica, tais como a literatura eletrônica, o emprego de novos suportes para o texto literário, a poesia cinética, dentre outros</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDERSON, Perry. <i>Origens da Pós-Modernidade</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. BAUMAN, Zygmunt. <i>O mal-estar da pós-modernidade</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. PERRONE-MOISÉS, Leyla. <i>Mutações da literatura no século XXI</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANTUNES, Benedito (org.) <i>Memória, literatura e tecnologia</i>. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. BHABHA, Homi. <i>O local da cultura</i>. Belo Horizonte: UFMG, 2012. EAGLETON, Terry. <i>As ilusões do pós-modernismo</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. HALL, Stuart. <i>A identidade cultural da pós-modernidade</i>. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. HUTCHEON, Linda. <i>Poética do pós-modernismo</i>. Rio de Janeiro: Imago, 1991.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura e Memória Cultural</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: A representação de variados aspectos das culturas regionais em obras produzidas em países de Língua portuguesa – tais como festas, gastronomia, tradições locais, gestos, vida cotidiana, hábitos, paisagens etc. As diferentes manifestações do Regionalismo brasileiro, africano e do Neorrealismo português. Estudo da importância da oralidade para a estruturação do texto literário. A literatura de teor memorialista. Crédito Prático: atividades de arquivo realizadas junto a museus e a casas de cultura com o intuito de auxiliar na análise do texto literário.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAKHTIN, Mikhail. <i>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento</i>. 6. ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UnB, 2008. CASCUDO, Camara. <i>Civilização e cultura</i>. São Paulo: Global, 2004 COUTINHO, Afrânio. <i>Conceito de literatura brasileira</i>. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. OLIVEIRA, Irenísia Torres de. <i>Regionalismo, modernização e crítica</i></p> | | |

social na literatura brasileira. São Paulo: Nankin 2010.
BRITO, Herasmo Braga de Oliveira. **Neorregionalismo brasileiro**. Teresina: EDUFPI, 2017.
LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **Regionalismo e Modernismo**. São Paulo: Ática, 1978.
PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Teoria da Narrativa</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo de teorias críticas, com vistas a refletir sobre a composição da prosa literária. A tipologia, as formas, os gêneros e as especificidades da prosa de ficção. Elementos estruturais da narrativa. Importantes contribuições teóricas para o estudo da prosa literária.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. Teoria da literatura. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2011. BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. LUKACS, Georg. A teoria do romance. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRANDÃO SANTOS, Luis Alberto. OLIVEIRA, Silvana Pessoa de. Sujeito, tempo e espaço ficcionais. São Paulo: Martins Fontes, 2001. CANDIDO, Antonio et alle. A personagem de ficção. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. _____. Formação da literatura brasileira – momentos decisivos. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007. RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. São Paulo: Martins Fontes, 2011. WELLEK, René; WARREN, Austin. Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Teoria do Poema</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo de teorias críticas, com vistas a refletir sobre a composição do texto poético. O conceito de literatura, a tipologia lírica e épica, as formas e os gêneros poéticos. Elementos estruturais do poema. Importantes contribuições teóricas para o estudo da fenomenologia da criação poética.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. MOISÉS, Massaud. A criação literária– poesia e prosa. São Paulo: Cultrix, 2012.</p> | | |

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANDIDO, Antonio. *O estudo analítico do poema*. 6 ed. São Paulo: Humanitas, 2006.
COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.
EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
PINHEIRO, Hélder. *Poesia na sala de aula*. 3. ed. Campina Grande: Bagagem, 2007.
RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Teoria e Crítica Literária</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo de teorias críticas, com vistas a refletir sobre a fenomenologia da criação literária. Exame de questões como os estilos de época, a historiografia literária, as figuras do autor e do leitor, a tipologia dos gêneros literários, a formação do cânone, o valor da obra e a teoria mimética. Estudo das principais teorias críticas da literatura e suas inflexões com o fenômeno literário.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARTHES, Roland et all. <i>Análise estrutural da narrativa</i>. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. COMPAGNON, Antoine. <i>O demônio da teoria</i>. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001. COSTA LIMA, Luiz. <i>Teoria da literatura em suas fontes</i>. 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MOISÉS, Massaud. <i>Análise literária</i>. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2007. NITRINI, Sandra. <i>Literatura comparada</i>. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. RICHARDS, I. A. <i>A prática da crítica literária</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1997. TODOROV, Tzvetan. <i>Teoria da literatura: textos dos formalistas russos</i>. São Paulo: EDUNESP, 2013. VIOLA, Alan Flávio (org.). <i>Crítica literária contemporânea</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura e Realidade Social</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo de obras literárias de língua portuguesa que retratem os mais diversos sistemas sociais, políticos e econômicos de uma sociedade. Análise do tema da segmentação de classes e da divisão do trabalho em diferentes correntes estéticas, sobretudo no Romantismo, Realismo e Modernismo. Investigação acerca da literatura como mecanismo de resistência.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> | | |

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
 CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
 EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: UNESP, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
 BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura – textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
 RAMA, Ángel. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
 SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura e Outras Artes</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: Estudo de obras literárias de língua portuguesa em diálogo interdisciplinar com outras manifestações artísticas, a citar a música, o teatro, as artes visuais, o cinema e a fotografia. Exame de questões como: o vínculo histórico da poesia com a música, a plasticidade das paisagens literárias, a tradução de textos literários para o cinema, dentre outros. Crédito Prático: produção de trabalhos artísticos a partir de recursos de transposição intersemiótica. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| AUERBACH, Erich. <i>Figura</i> . São Paulo: Ática, 1997. CARVALHAL, Tania Franco. <i>Literatura comparada</i> . São Paulo: Ática, 1993. PRAZ, Mário. <i>Literatura e artes visuais</i> . São Paulo: Cultrix/Edusp, 1982. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| BENJAMIN, Walter. <i>Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura</i> . Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. GOMBRICH, Ernst. <i>A história da arte</i> . 16 ed. São Paulo: LTC, 2000. HUTCHEON, Linda. <i>Uma teoria da adaptação</i> . 2. ed. Trad. André Cechinel. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. JAMESON, Fredric. <i>Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson</i> . 4. ed. Org./trad. Ana Lucia de Almeida Gazzola. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. WELEEK, René. WARREN, Austin. A literatura e as outras artes. In: <i>Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2003. | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--------------------------------------|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura, Mitos e Religiões</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 4.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |

EMENTA:

Estudo do viés mitológico e da simbologia religiosa em diferentes obras da literatura produzida em países de Língua portuguesa. Ideologia e contra ideologia na constituição do texto literário. Exame da religiosidade e do misticismo presentes em diferentes correntes estéticas, sobretudo o Barroco, o Romantismo e o Simbolismo. Análise da crítica às religiões operada na literatura moderna e contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas* – 3 volumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
FRYE, Northrop. *O código dos códigos: A Bíblia e a Literatura*. Tradução de Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e religião na Grécia Antiga*. Tradução Joana Angélica D’Avila Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABADIA, José Pedro Tosaus. *A bíblia como literatura*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.
BASTANZIN, Vera. *Mito e poética na literatura contemporânea*. São Paulo: Ateliê, 2007.
BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura e Pensamento Científico</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 60 h | CRÉDITOS: 3.1.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA:</p> <p>Estudo de obras literárias produzidas em países de Língua portuguesa, cujo processo de criação tenha por base o vínculo instituído com alguma corrente científica. Análise das relações estabelecidas entre: as ideias iluministas e a poética arcada, as teses científicistas e a prosa naturalista, a Psicanálise e a literatura introspectiva, a Ecologia e a representação da natureza, dentre outras. A importância das ciências para a constituição da moderna literatura de língua portuguesa. Crédito Prático: produção de matéria científica referente ao conteúdo da disciplina.</p> | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> | | |
| DURAN, Xavier. <i>La ciência en la literatura: un viatge per la història de la ciència vista per escriptors de tots els temps</i> . Barcelona: UB, 2015. | | |
| JUNG, Carl Gustav. <i>O espírito na arte e na ciência</i> – obras completas, vol. 15. Petrópolis: Vozes, 2011. | | |
| MERLEAU-PONTY, Maurice. <i>O olho e o espírito</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2013. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u> | | |
| ADRONO, Theodor. HORKHEIMER, Max. <i>Dialética do esclarecimento</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1985. | | |
| ALMEIDA, Marco Antonio de. <i>Ciência da informação e literatura</i> . Campinas: Átomo & Alínea, 2012. | | |

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: UnB, 2006.
WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.

ÁREA: ESTUDOS LITERÁRIOS
6.3.2 Disciplinas optativas

fs

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Laboratório de Escrita Criativa</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo introdutório à escrita criativa. Caracterização dos gêneros literários. Apreciação de elementos ficcionais. Técnicas de composição dos modos poético, narrativo, dramático, crítico e ensaístico.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: D'ONÓFRIO, Salvatore. <i>Teoria do texto</i>, vs. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1995. GANCHO, Cândida Vilares. <i>Como analisar narrativas</i>. São Paulo: Ática, 1991. KAYSER, Wolfgang. <i>Análise e interpretação da obra literária</i>. 2vs. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1968.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRUNEL, P. et al. <i>A crítica literária</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1988. MOISÉS, Carlos Felipe. <i>Poesia não é difícil</i>. Porto Alegre: Artes de ofícios editora, 1996. REIS, Carlos. <i>O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários</i>. Coimbra: Almedina, 1997. _____. <i>Técnicas de análise textual-introdução à leitura crítica do texto literário</i>. Coimbra: Livraria Almedina, 1976. TACCA, Oscar. <i>As vozes do romance</i>. Coimbra Almedina, 1983.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura Infanto-Juvenil</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Análise do percurso histórico da Literatura infantil e infanto-juvenil no Brasil e no mundo. Leitura e exame de textos literários, como: poesia, romance, conto, peça teatral, história em quadrinho, literatura de cordel. Investigação do conceito e da importância da Literatura Infanto-juvenil.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARROIO, Leonardo. <i>Literatura infantil brasileira</i>. São Paulo: Melhoramentos, 1990.</p> | | |

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORDINI, Maria da Glória. *Poesia infantil*. São Paulo: Ática, 1986.

COELHO, Nelly Novaes. *A literatura infantil*. São Paulo: Quíron, 1984.

COELHO, Nelly Novaes. *Panorama histórico da literatura infantil e juvenil – das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo*. 4. ed. revista. São Paulo: Ática, 1991.

JESUALDO. *A literatura infantil*. São Paulo: Cultrix, 1993.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Um Brasil para crianças – para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos*. São Paulo: Global, 1986.

ff

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura Surda</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: | | |
| História da literatura em Libras. Os tipos de processos de produção literária sinalizada. Empoderamento surdo através da literatura. Uso da tecnologia para manifestações literárias em Libras. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> | | |
| KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, R. N. <i>Literatura surda: ver histórias em língua de sinais</i> . 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006. | | |
| MASON, Rachel. <i>Por uma arte-educação multicultural</i> . Campinas: Mercado das Letras, 2001. | | |
| SUTTON-SPENCE, R. <i>Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais</i> . In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). <i>Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais</i> . Petrópolis: Arara Azul, 2008. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u> | | |
| JAUSS, Hans R. <i>A história da literatura como provocação à teoria literária</i> . São Paulo: Ática, 1994. | | |
| LOWENFELD, V.; BRITAIN, W.L. <i>Desenvolvimento da capacidade criadora</i> . São Paulo: Mestre Jou, 1977. | | |
| SKLIAR, C. (org.). <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i> . Porto Alegre: Mediação, 1998. | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|------------------------------------|-----------------|----------------------------------|
| <i>Tópicos de Teoria Literária</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |

EMENTA:

Estudo de fundamentos teóricos importantes para a constituição e para a compreensão do fenômeno literário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORDINI, Maria da Glória. *Fenomenologia e teoria literária*. São Paulo: EDUSP, 1990.

COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira* (3 volumes). 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

TODOROV, Tzvetan. *Teoria da literatura: textos dos formalistas russos*. São Paulo: EDUNESP, 2013.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura, Cultura e Sociedade Lusitana</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA:</p> <p>Estudo das relações estabelecidas entre a sociedade, a cultura e a literatura portuguesa. A historiografia e as diferentes gerações de escritores lusitanos. A constituição da tradição literária em solo português. Relações entre o sistema literário e o sistema social em Portugal. Representação da memória cultural na literatura portuguesa.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. <i>Teoria da literatura</i>. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2011.</p> <p>MOISÉS, Massaud. <i>A literatura portuguesa</i>. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.</p> <p>SARAIVA, António José. LOPES, Óscar. <i>História da literatura portuguesa</i>. 17. ed. Porto: Porto Editora, 2005.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BUENO, Aparecida de. <i>Et alli</i> (org). <i>Literatura portuguesa – história, memória e perspectivas</i>. São Paulo: Alameda, 2007.</p> <p>MEDEIROS, Aldinida. <i>Travessias pela literatura portuguesa – de Saramago a Vieira</i>. Campina Grande: EDUEPB, 2013.</p> <p>MOISÉS, Massaud. <i>A literatura portuguesa através dos textos</i>. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.</p> <p>REIS, Carlos. <i>O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários</i>. Coimbra: Almedina, 1997.</p> <p>SARAIVA, António José. <i>Iniciação à literatura portuguesa</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura, Performance e Oralidade</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA:</p> <p>Histórico e fundamentos teóricos da literatura de expressão oral em países lusófonos. As diferentes formas literárias assinaladas pela oralidade. Expressão narrativa oral e corporal. A oralidade e o problema da identidade cultural. Os papéis e a funcionalidade do ato performático. A literatura popular em verso e as estratégias de ensino.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. <i>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento</i>. 6. ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UnB, 2008.</p> <p>ZUMTHOR, Paul. <i>Introdução à poesia oral</i>. Belo Horizonte: UFMG, 2010.</p> <p>ONG, Walter. <i>Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra</i>. Campinas-SP: Papyrus, 1998.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CASCUDO, Câmara. <i>Literatura oral no Brasil</i>. 2. ed. São Paulo: Global, 2010.</p> <p>BATISTA, Sebastião Nunes. <i>Poética popular do Nordeste</i>. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.</p> <p>LEITE, Ana Mafalda. <i>Oralidade e escritas nas literaturas africanas</i>. Lisboa: Colibri, 1998.</p> <p>ZUMTHOR, Paul. <i>Performance, recepção, leitura</i>. COSACNAIFY, 2007.</p> <p>PINHEIRO, Hélder. MARINHO, Ana Cristina. <i>Cordel na sala de aula</i>. Rio de Janeiro/São Paulo: Duas cidades, 2001.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura, Etnia, Gênero e Diversidade</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA:</p> <p>Histórico e fundamentos teóricos dos Estudos Culturais. Exame da representação das diferentes identidades culturais retratadas na literatura lusófona. Estudo do hibridismo e da diversidade cultural presentes em obras literárias: textos de expressão indígena e africana, escritura feminina, literatura <i>queer</i>, ideologia de gênero etc. Análise dos processos de subjetividade que estruturam o texto literário.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. <i>Tempos líquidos</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p> <p>BHABHA, Homi. <i>O local da cultura</i>. Belo Horizonte: UFMG, 2012.</p> <p>MATTELART, Armand. NEVEU, Érik. <i>Introdução aos estudos culturais</i>. São Paulo: Parábola, 2004.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>AMSELLE, Jean-Loup. M'BOKOLO, Elikia (org). <i>No centro da etnia: etnias, tribalismo e estado na África</i>.</p> | | |

Petrópolis: Vozes, 2017.

GRAUNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea*. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes (et ali). *História da África e dos africanos*. Petrópolis: Vozes, 2013.

ZINANI, Cecil J. Albert. *Literatura e gênero. A construção da identidade feminina*. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Estudos do Insólito Ficcional</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo da literatura de teor insólito nos séculos XIX, XX E XXI, através de obras ficcionais de autores da literatura universal. O insólito e o fantasioso, suas fronteiras teóricas e o diálogo com outros modelos canônicos.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FURTADO, Filipe. <i>A construção do fantástico na narrativa</i>. Lisboa: Livros Horizonte, 1980. ROAS, David. <i>A ameaça do fantástico: aproximações teóricas</i>. São Paulo: Editora Unesp, 2014. TODOROV, Tzvetan. <i>Introdução à literatura fantástica</i>. Tradução Maria Clara Corrêa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2008 [1970].</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BESSIERE, Irène. <i>Le recit fantastique</i>. Paris: Larrousse, 1974. GARCÍA, Flavio, FRANÇA, Júlio & PINTO, Marcello de Oliveira (org.). <i>As arquiteturas do medo e o insólito ficcional</i>. Rio de Janeiro: Caetés, 2013. MANTAGRANO, Bruno Anselmi. TAVARES, Enéias. <i>Fantástico brasileiro: o insólito literário do romantismo ao fantasismo</i>. Curitiba: Arte & Letra, 2019. ROAS, David (org.). <i>Teorías de lo fantástico</i>. Madrid: Arco/Libros, 2001. ROBERTS, Adam. <i>A verdadeira história da ficção científica: do preconceito à conquista das massas</i>. Tradução Mário Molina. São Paulo: Seoman, 2018.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literaturas Africanas de Língua Portuguesa</i> | | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo da prosa de ficção de autores expoentes das literaturas africanas de língua portuguesa. Conceitos teóricos que norteiam o fazer literário contemporâneo: categorias narratológicas tradicionais. História da literaturas: hibridismo linguístico, humor, tradições africanas, visão de mundo, tempo e espaço, percepção.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHAVES, Rita. <i>A formação do romance angolano</i> – Maputo; São Paulo: FBLP; Via Atlântica USP, 1999. FERREIRA, Manuel. <i>Literaturas africanas de expressão Portuguesa</i>. V. II. Lisboa, Instituto de Cultura</p> | | |

Portuguesa, 1977.

HAMILTON, Russell. *Literatura africana, literatura necessária*. Lisboa, Ed. 70, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique. Experiência colonial e territórios literários*. Cotia: Ateliê editorial, 2005.

LEÃO, Ângela Vaz. (Org.). *Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*. Editora PUC Minas, 2003

LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Colibri, 2003.

MACEDO, Tania. *Angola e Brasil: estudos comparados*. São Paulo: Via Atlântica, 2002.

MADRUGA, Elisalva. *Nas trilhas da descoberta: a repercussão do modernismo brasileiro na literatura angolana*. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|---|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura Brasileira Contemporânea</i> | | CLV0076 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: | | |
| Estudo da prosa de ficção e da poesia de autores exponenciais da Literatura Brasileira Contemporânea: dos anos 70 do século XX até atualidade. A construção do romance de ficção e da poética brasileiros atuais. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> | | |
| BRITO, Casimiro de. <i>Prática da Escrita em tempo de Revolução</i> . Lisboa, Ed. Caminho, 1977. | | |
| GOMES, Álvaro Cardoso. <i>A voz itinerante. Ensaio sobre o romance português contemporâneo</i> . São Paulo, Edusp, 1993. | | |
| SANTIAGO, Silviano. <i>O Narrador Pós-Moderno</i> . São Paulo, Companhia das Letras, 1989. | | |
| <u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u> | | |
| CANDIDO, Antonio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Decio, GOMES, Paulo Emílio. <i>A Personagem de Ficção</i> . São Paulo, Editora Perspectiva. | | |
| FOSTER, E.M. <i>Aspectos do Romance</i> . Porto Alegre, Editora Globo. | | |
| LEITE, Ligia Chiappini Moraes. <i>O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)</i> . São Paulo: Ática, 1985. Série Princípios. (p. 25-70) | | |
| MENDES, Maria dos Prazeres. <i>A metaleitura da voz narrativa feminina: Clarice Lispector e Teolinda Gersão</i> . Via Atlântica, nº. 1, São Paulo, EDUSP: 1997. | | |
| SCHOLES, Robert, KELLOGG, Robert. <i>A Natureza da Narrativa</i> . São Paulo, 1977. Ed. Mc Graw Hill. | | |

| DISCIPLINA | CÓDIGO |
|---|-----------------------------|
| <i>História da Literatura Piauiense</i> | Necessita de um novo código |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | |

| | | |
|---|------------------------|---|
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: Estudo crítico sobre a construção histórica da Literatura Piauiense. O panorama atual das Letras no estado do Piauí. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL, Assis. Poesia Piauiense do Século XX . FMC. MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. Literatura Piauiense – Horizonte de Leitura e Crítica Literária 1900-1930 . FCMC: Teresina, 1998. MOURA, Francisco Miguel de. Literatura do Piauí-1859-1999 . Academia Piauiense de Letras: Teresina, 2001. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COUTINHO, Afrânio. A Literatura no Brasil . vol. IV, 2ªed. Sul América S.A. Rio de Janeiro- 1969. BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). Mário Faustino: O Homem e sua Hora e outros poemas . Companhia das Letras: São Paulo, 2002. LIMA, Luiz Romero. Literatura Brasileira de Expressão Piauiense . 8. ed. Fundação Quixote/Halley: Teresina, 2009. NETO, Adrião. Literatura Piauiense para Estudantes . EDUFPI: Teresina, 1996. PINHEIRO, João. Literatura Piauiense – Escorço Histórico . FCMC: Teresina, 1995. | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|------------------------|---|
| <i>Prosa Portuguesa Contemporânea</i> | | CLV0078 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| EMENTA: Estudo da prosa de ficção de autores expoentes da Literatura Portuguesa contemporânea. A construção do romance de ficção portuguesa atual: marcas da contemporaneidade e do experimentalismo. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GOMES, Álvaro Cardoso. A voz itinerante. Ensaio sobre o romance português contemporâneo . São Paulo, Edusp, 1993. MARTINHO, Fernando (coord.). A Literatura Portuguesa do Século XX . Lisboa, Instituto Camões, 2004. REIS, Carlos. O Conhecimento da Literatura . Introdução aos Estudos literários. Lisboa, Almedina, 2001. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CANDIDO, Antonio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Decio, GOMES, Paulo Emílio. A Personagem de Ficção . São Paulo, Editora Perspectiva. FOSTER, E.M. Aspectos do Romance . Porto Alegre, Editora Globo. LEITE, Ligia Chiappini Moraes. O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão) . São Paulo: Ática, 1985. Série Princípios. (p. 25-70) MAGALHÃES, Isabel Allegro de. O Sexo dos Textos . Lisboa, Editorial Caminho: 1995. REIS, Carlos. Dicionário de Narratologia . Lisboa, Almedina, 2002. | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura e Filosofia</i> | | CLV0080 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudos literários sob a perspectiva filosófica.</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARTHES Roland. <i>O Óbvio e o Obtuso</i>. Edições 70: Lisboa 1982. COSTA, Lígia Militz da. <i>Representação e Teoria da Literatura – dos gregos aos pós-modernos</i>. UNICRUZ: Cruz Alta, 1998. FOUCAULT, Michel. <i>A Ordem do Discurso</i>. 9. ed. Loyola: São Paulo, 2003</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COUTINHO, Afrânio. <i>Crítica e poética</i>. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980 EAGLETON, Terry. <i>Teoria da Literatura: Uma Introdução</i>. 3 ed. Martins Fontes: São Paulo, 1997. FILHO, Domicio Proença. <i>A Linguagem Literária</i>. 7. ed. Ática: São Paulo, 1999. Série Princípios. LAJOLO, Marisa. <i>O que é Literatura</i>. Brasiliense: São Paulo, 1995. Coleção Primeiros Passos. LIMA, Luiz Romero. <i>Por um Leitor Crítico</i>. Teresina, 2004.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura e Cinema</i> | | CLV0081 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudos comparativos entre Literatura e Cinema.</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDREW, J. Dudley. <i>As Principais Teorias do Cinema</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. AVELLAR, José Carlos. <i>Imagem e Som/ Imagem e Ação /Imaginação</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. V. 13. EISENSTEIN, Sergei. <i>O Sentido do Filme</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AUMONT, Jacques <i>et al.</i> <i>A Estética do Filme</i>. São Paulo: Papyrus, 1995. BERNARDET, Jean-Claude. <i>O Que é Cinema</i>. São Paulo: Brasiliense, 2006. LEITE, Sidney Ferreira. <i>Cinema Brasileiro – Das Origens à Retomada</i>. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. LOTMAN, Yuri. <i>Estética e Semiótica do Cinema</i>. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. SANTAELLA, Lúcia. <i>A Teoria Geral do Signos - Como as linguagens significam as coisas</i>. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Literatura Latina I</i> | | CLV0094 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: As origens da literatura latina, em suas aproximações e inovações em relação à literatura grega, as épocas arcaica e clássica (até a época de César), com os principais autores e obras, em textos bilíngues (latim/português), para discussão, análise e comparação com outras literaturas ocidentais, sobretudo a portuguesa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARDOSO, Zélia de Almeida. <i>A literatura latina</i>. São Paulo: Martins Fontes. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. <i>Antigüidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos</i>. 2ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. PARATORE, Ettore. <i>História da literatura latina</i>. Trad. Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAYET, Jean. <i>Litterature latine</i>. Paris: Armand Colin. NOVAK, Maria da Glória e NERI, Maria Luiza (org.). <i>Poesia lírica latina</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1992. PEREIRA, Maria Helena da Rocha. <i>Estudos de história da cultura clássica</i>. 2v.6ed.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. SARAIVA, S.R. dos Santos. <i>Dicionário latino-português</i>. 11ed.Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Garnier. 2000. SILVA, Amós C. e MONTAGNER, Aírto C. <i>Dicionário latino-português</i>. 2ed. Rio de Janeiro: A. Coelho da Silva: A. Ceolin Montagner, 2007.</p> | | |

| DISCIPLINA | | CÓDIGO |
|--|-----------------|----------------------------------|
| <i>Crítica Literária Feminista</i> | | CLE0101 |
| DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO: | | |
| CARGA HORÁRIA: 45 h | CRÉDITOS: 3.0.0 | PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito |
| <p>EMENTA: Estudo da Crítica Literária Feminista abordando as relações entre a Literatura e as opressões econômicas, políticas, sociais e psicológicas da mulher. Estudo de autores mundiais, brasileiros, portugueses e piauienses que são considerados feministas ou abordam temas de gênero. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GILROY, P. "It ain't where you're from, it's where you're at". The dialects of Diaspora identification In <i>Small Acts</i>. New York: Serpents tail, 1993. HALL, S. and DU GAY, P. <i>Questions of cultural identity</i>. London: Sage Publications, 1996.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HALL, S., HELD, D. and MCGREW, T. <i>Modernity and its future</i>. London and New York: Polity Press, 1991. RAJCHMAN, J. <i>The Identity in Question</i>. New York and London, 1995. SCOTT, J. <i>Multiculturalism and the Politics of Identity</i>. In John Rajchman <i>The Identity in Question</i>. New York and London, 1995.</p> | | |

ÁREA: EXTENSÃO
6.4 Atividades Curriculares de Extensão

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão I | | CÓDIGO: |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0.3 | 45 | --- |
| <p>EMENTA: Preconceito, racismo, etnocentrismo, relações sociais e pessoais nos diferentes espaços de ensino. Origem histórica e social do preconceito racial/étnico brasileiro. Legislação brasileira sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais. Práticas educativas envolvendo a Educação para as Relações Étnico-Raciais.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>PEGORARO, Olinto. <i>Ética através dos maiores mestres da história</i>. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>PLETSCH, Marcia Denise. <i>Relações étnico-raciais e educação: contextos, práticas e pesquisas</i>. Rio de Janeiro: Editora Nay, 2013.</p> <p>ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. <i>Educação das relações étnico-raciais: pensando referências para a organização da prática pedagógica</i>. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2011.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CANCLINI, Néstor Garcia. <i>Culturas Híbridas</i>. Edusp: São Paulo, 2003.</p> <p>GIROUX, Henri A. <i>Teoria crítica e resistência em educação</i>. Petrópolis: Vozes, 1986.</p> <p>HERMANN, Nadja. <i>Pluralidade e ética em educação</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>MELUCCI, Alberto. <i>A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.</p> <p>RIOS, Terezinha Azeredo. <i>Ética e Competência</i>. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1997.</p> | | |

| | | |
|---|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão II | | CÓDIGO: |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0.3 | 45 | |

EMENTA: Advento do campo da CTE (Ciência, Tecnologia e Educação). Conceituação e definição a respeito do que é técnica e tecnologia. Ciência, tecnologia e inovação. Política científica e tecnológica. Valores e ética na prática científica. Ciência, Tecnologia e Formação de Professores. Controvérsias científicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
 ANGOTTI, José A.P.; AUTH, Milton A. *Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação*. *Ciência e Educação*, v.7, n.1, p.15-27, 2001.
 BAZZO, W. A. *Ciência, tecnologia e sociedade: o contexto da educação tecnológica*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
 CUPANI, Alberto. *Filosofia da Tecnologia: um convite*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
 DAGNINO, Renato. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência*. Campinas: UNICAMP, 2008.
 KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
 LACEY, Hugh. *Valores e atividade científica*. São Paulo: Editora 34, 2008.

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão III | | CÓDIGO: |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0.3 | 45h | |
| EMENTA: Meio Ambiente, Educação Ambiental, Educação para o consumo e cidadania. Políticas de Educação Ambiental. Educação Ambiental e o Ensino de língua portuguesa. Projetos de Educação Ambiental. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| DIAS, Genebaldo Freire. <i>Educação ambiental: princípios e práticas</i> . São Paulo: Gaia, 2010. GUIMARÃES, Mauro. <i>A dimensão ambiental na educação</i> . São Paulo: Papirus, 1995. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. [et al.] <i>Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate</i> . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. | | |

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2003.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2004.

REIGOTA, Marcos **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2009.

| | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão IV | | CÓDIGO: |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0.3 | 45h | |
| <p>EMENTA: Cidadania e Civismo. Vida Familiar e Social. Educação para o Trânsito. Educação em Direitos Humanos. Direitos da Criança e do Adolescente. Processo de Envelhecimento. Respeito e valorização do Idoso.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| <p>BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso. 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.</p> <p>MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org.). A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 4. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |
| <p>BALL, Stephen John. Cidadania global, consumo e política educacional. <i>In</i>: SILVA, Luiz Heron da (org.). A escola cidadã no contexto da globalização. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-137.</p> <p>BONETI, Lindomar Wessler; BLEY, Regina Bergamaschi; SILVEIRA, André Bakker da; SCHIO, Murillo Amboni (org.). Educação em direitos humanos: história, epistemologia e práticas pedagógicas. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2019.</p> | | |

CARVALHO, Lucas Pelegrini Nogueira de; NOVAES, Areta Dames Cachapuz; GRAMANI-SAY, Karina; ORLANDI, Fabiana de Souza; CASEMIRO, Francine Golghetto; SANTOS-ORLANDI, Ariene Angelini dos (org.). **Temas sobre envelhecimento – atividades cognitivas para idosos**. São Carlos: RiMa, 2020.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina (org.). **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: FEUSP, 2022.

VIEIRA, Ana Luisa; PINI, Francisca; ABREU, Janaina (org.). **Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.

| | | |
|---|----------------|-------------------|
| DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão V | | CÓDIGO: |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0.3 | 45h | |
| EMENTA: Multiculturalismo. Diversidade Cultural. Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras. | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA: | | |
| LOEWE, Daniel. Multiculturalismo e direitos culturais . Tradução: Paulo César Nodari e Elsa Mónica Bonito Basso. Caxias do Sul, RS: EDUJCS, 2011. | | |
| MORAES, Elisângela Lambstein Franco de. Diversidade Cultural: 18 anos da Lei 10.639 . São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. | | |
| MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: | | |

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; BECALLI, Fernanda Zanetti (org.). **Educação para as relações étnico-raciais: experiências e reflexões**. Vitória, ES: Edifes, 2018.

COSTA, Rodriana Dias Coelho; SANTOS, Edinei Carvalho dos; SILVA, Kleber Aparecido da (org.) **Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente**. Campinas, SP: Abralim, 2021.

GUILHERME, Willian Douglas (org.). **A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 5**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

SILVA, G. F. da. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. *In*: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TRINDADE, Azoilda L. da; SANTOS, Rafael. **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

fi

| | | |
|---|----------------|-------------------|
| DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VI | | CÓDIGO: |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0.4 | 60h | |
| <p>EMENTA: Sexualidade – aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e discursivos. Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Relações de gênero. Diversidade sexual no cotidiano escolar. Recursos didático-metodológicos para o trabalho de Educação Sexual na Educação Básica. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> | | |
| <p>FURLANI, Jimena. Educação Sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres/ Editora UnB, 2009.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> | | |

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC/SECAD; 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

| | | |
|--|----------------|-------------------|
| DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VII | | CÓDIGO: |
| Créditos: | Carga Horária: | Pré-requisito(s): |
| 0.0.0.4 | 60h | |
| <p>EMENTA: Saúde no contexto social, econômico e ambiental. Responsabilidades do Poder Público. Direitos e alternativas para os cuidados com a saúde individual e coletiva. Hábitos necessários para manter a saúde e o bem-estar. Educação Alimentar e Nutricional. Prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Direito Humano à Alimentação Adequada. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Problemáticas brasileiras referentes à má nutrição.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> | | |
| <p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.</p> <p>LANCHA Jr, Antonio Herbert; LONGO, Sueli. Nutrição: do exercício físico ao esporte, 1.ed. São Paulo – SP, Manole, 2019.</p> <p>VASCONCELLOS, Marcelo Barros. Atividade Física, Nutrição e Saúde: Políticas Públicas de Prevenção e Controle de Obesidade em Adolescente, 1.ed. São Paulo, SP: Paco Editorial, 2017.</p> | | |
| <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> | | |
| <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.</p> | | |

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno Teórico. **Educação Alimentar e Nutricional**: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Brasília - DF: MDS; 2014.

JEUKENDRUP, Asker; GLEESON, Michael. **Nutrição no esporte**: Diretrizes nutricionais e bioquímica e fisiologia do exercício, 3.ed. São Paulo – SP, Manole, 2021.

McARDLE, William D; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do Exercício**: Nutrição, Energia e Desempenho Humano, 8.ed. Rio de Janeiro – RJ, Guanabara Koogan, 2016.

MELLO, Ana Paula de Queiroz; DAMASCENO, Nágila Raquel Teixeira. **Educação alimentar e nutricional como estratégia para a prevenção da obesidade e seus agravos**: práticas pedagógicas aplicadas à escola. 1.ed. São Paulo – SP: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2022.

7 CORPO DOCENTE

7.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante - NDE do **Curso de Licenciatura em Letras – LL e LLP** da UFPI possui as seguintes atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, em observância ao que preconizam o PPC e Diretrizes Curriculares Nacionais da área;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Zelar de forma permanente pelo desenvolvimento de atividades inerentes ao curso, quanto aos aspectos de sua organização didático-pedagógica atuação do corpo docente e infraestrutura adequada, de forma a auxiliar a Coordenação de curso nos procedimentos relativos ao bom andamento dessas atividades;
- IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades de graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as política relativa à área de conhecimento do curso;
- V. Auxiliar a coordenação na busca de estratégias de cumprimento das atividades pertinentes ao estágio curricular e trabalho de conclusão de curso;
- VI. Colaborar para a difusão, entre o alunado, da cultura avaliativa desenvolvida no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), incluindo a avaliação interna (participação no processo anual realizado pela Comissão Própria de Avaliação) e externa (Exame Nacional de Desempenho dos estudantes e processos avaliativos in loco por comissões do MEC).

Os professores são escolhidos por votação na assembleia departamental do curso e devem ter como pré-requisitos: ter experiência de magistério mínima de dois anos; pelo menos 60% dos membros devem

possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; todos os docentes deverão possuir regime de trabalho parcial ou integral, sendo, pelo menos, 20% em regime integral.

7.2 Atuação e Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras deve ser eleita através de processo democrático com a participação de alunos, professores e técnico-administrativos, conforme regulamentação interna da instituição. Estruturada a partir de um novo formato de gerência universitária, a Coordenação está vinculada diretamente ao Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, de modo que estão sob sua responsabilidade todas as ações administrativas previstas para as coordenações e os departamentos.

O Coordenador de Letras-Português é responsável por toda a gerência no âmbito da Coordenação. Ou seja, as suas ações compreendem os docentes, os discentes, a organização política e a esfera administrativa. O coordenador deve acompanhar e avaliar atividades para que não seja prejudicado o perfeito processo de execução do curso.

Dentre as suas atribuições, destacam-se:

- I. Rotinas mensais: solicitação de material de expediente à Secretaria do CCHL, homologação de frequência dos técnicos lotados na Coordenação, supervisão de estágio não obrigatório e participação das reuniões do Conselho Departamental do CCHL.
- II. Rotinas semestrais: solicitação da oferta de turmas, supervisão da matrícula institucional, coordenação da matrícula curricular, validação de atividades complementares, transferência facultativa, supervisão de estágio obrigatório, homologação de férias de técnicos e professores lotados na Coordenação, participação da solenidade de colação de grau e promoção de reunião pedagógica de planejamento.
- III. Rotinas anuais: solicitação da eleição de representantes da Coordenação no Colegiado do Curso, eleição do Núcleo Docente Estruturante - NDE, seleção de estudantes para o Programa Jovens Talentos, cadastramento dos estudantes ingressantes e concludentes no ENADE.

A responsabilidade pelas disciplinas de cada módulo do curso fica a cargo dos docentes, que devem planejá-las, articulá-las e executá-las da melhor forma possível, com vista a garantir ao aluno a qualidade do ensino no nível superior.

7.3 Perfil do Corpo Docente

O Curso de Letras-Português da UFPI conta com 16 (dezesseis) professores efetivos, listados a seguir:

| DOCENTES DA CLV | CPF | TITULAÇÃO | CARGA HORÁRIA | REGIME DE TRABALHO |
|--------------------------------------|----------------|-----------|---------------|--------------------|
| Carlos André Pinheiro | 924.383.503-34 | Doutor | 40h | DE |
| Carolina de Aquino Gomes | 004.075.283-69 | Doutor | 40h | DE |
| Catarina de Sena S. Mendes da Costa | 047.343.433-49 | Doutor | 40h | DE |
| Francisco Alves Filho | 245.769.803-00 | Doutor | 40h | DE |
| Hermíto Leite de Carvalho Filho | 757.517.983-68 | Mestre | 40h | DE |
| Iveuta de Abreu Lopes Prado | 097.385.093-00 | Doutor | 40h | DE |
| Jasmine Soares Ribeiro Malta | 470.613.323-87 | Mestre | 40h | TI |
| João Benvindo de Moura | 395.061.503-20 | Doutor | 40h | DE |
| Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos | 641.402.023-00 | Doutor | 40h | DE |
| Maria Angélica Freire de Carvalho | 021.609.027-05 | Doutor | 40h | DE |
| Maria Auxiliadora Ferreira Lima | 074.512.373-20 | Doutor | 40h | DE |
| Maria Elvira Brito Campos | 463.793.045-68 | Doutor | 40h | DE |
| Maria Goreth de Sousa Varão | 349.754.113-34 | Doutor | 40h | DE |
| Naziozênio Antonio Lacerda | 131.659.173-53 | Doutor | 40h | DE |
| Raimunda Maria dos Santos | 694.850.113-34 | Mestre | 40h | DE |
| Samantha de Moura Maranhão | 506.137.665-04 | Doutor | 40h | DE |

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

8.1 Local de Funcionamento, Infraestrutura e Laboratórios

| DADOS | DESCRIÇÃO |
|------------------------|--|
| Local de Funcionamento | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Batalha – Unidade Escolar Conselheiro Saraiva: Av. Presidente Getúlio Vargas, N 646, Centro. ▪ Castelo do Piauí – Unidade Escolar Profa. Osmarina Vieira de Souza Moreira: Rua Benjamin Constant, Nº 242, Bairro Centro. ▪ Miguel Alves – Unidade Escolar Dirceu Mendes Arcoverde: Av. Desembargador Simplício Mendes, S/N, Bairro COEHB. ▪ Pedro II – Escola Municipal Monsenhor Lotario Weber: Rua Raimundo Orsano, S/N, Bairro Vila Kolping. |

| | |
|---|---|
| Infraestrutura Física nos municípios | <ul style="list-style-type: none">▪ 01 sala para a coordenação local▪ 01 sala de aula para o curso de Letras-Português▪ 01 biblioteca pública |
| Infraestrutura Física em Teresina | <ul style="list-style-type: none">▪ Biblioteca Central▪ Biblioteca setorial do CCHL▪ Laboratório de línguas – CCHL▪ Auditório Noé Mendes – CCHL▪ Secretaria do Parfor |

8.2 Comitê de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão consultivo e educativo e tem como objetivo preservar a integridade física, moral e social dos participantes da pesquisa, garantindo assim o relacionamento de integridade mútua entre participantes e pesquisadores.

Dessa forma, o Comitê de Ética em Pesquisa é essencial para a realização de pesquisas no curso de Letras-Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, dando o apoio necessário para que os pesquisadores possam realizar seus trabalhos com obediência à legislação pertinente.

Na falta de normativo específico para a grande área de Linguística, Letras e Artes, o curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, abrangendo as áreas de Literatura, Linguística e Linguística Aplicada, pauta-se na Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

A citada resolução considera que “as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma aceção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas [...]” (BRASIL, 2016, p. 44). As práticas de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais lidam com atribuições de significado, práticas e representações, mas sem intervenção direta no corpo humano.

Em seu Art. 3º, a Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, estabelece que os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais são:

- I. Reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;
- II. Defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;
- III. Respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;

- IV. Empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;
- V. Recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;
- VI. Garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;
- VII. Garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;
- VIII. Garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;
- IX. Compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e
- X. Compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário.

Para Moraes (1995), citado por Celani (2005, p. 107), "os procedimentos não éticos podem ser reduzidos a duas categorias: má conduta e fraude". Na visão de Moraes (1995), a má conduta se caracteriza por não arquivar os dados, não aceitar avaliações, encomendar dados estatísticos, explorar subalternos, publicar precocemente (para correr na frente), fazer mau uso de verbas, tratar mal a amostra, provocar medo, fazer retaliação política, indicar coautoria inapropriada, preocupar-se mais com a quantidade do que com a qualidade (a síndrome *publishorperish*), mentir, degradar a natureza, roubar documentos, avaliar erros, procurar a fama, exercer liderança inadequada, formar "panelas", abusar do poder, induzir jovens ao erro (por mau exemplo ou por descaso), fazer troca de convites e de favores, republicar os mesmos dados maquiados, dar cartas de recomendação inverídicas, ignorar interesses conflitantes com as agências de fomento, ser cleptomaníaco.

Ainda de acordo com Moraes (1995), a fraude pode ser entendida como ações de plagiar, falsificar dados e inventar resultados.

Com base no Parágrafo Único, do Art. 1º, da Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, não serão registrados nem avaliados pelo sistema CEP/CONEP:

- I. Pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;
- II. Pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- III. Pesquisa que utilize informações de domínio público;
- IV. Pesquisa censitária;

- V. Pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e
- VI. Pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;
- VII. Pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e
- VIII. Atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo da pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

Em caso de necessidade, as demandas relativas à ética em pesquisa no curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa serão registradas no sítio da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e avaliadas, mediante solicitação do interessado em formulário apropriado, pelo CEP-UFPI (Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI), criado em 01/10/1997, tendo por objetivo pronunciar-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa envolvendo seres humanos na UFPI, visando criar uma política concreta sobre as investigações propostas nas diversas áreas do conhecimento (UFPI, 2013).

De um modo geral, os projetos de pesquisa nas áreas de Literatura, Linguística e Linguística Aplicada que envolvam participantes devem ter a preocupação de elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo as orientações e os princípios éticos norteadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Publicada no DOU nº 98, de 24 de maio de 2016, seção 1, páginas 44, 45 e 46. Brasília, 2016.

CELANI, Maria Antonieta. Questões de ética em linguística aplicada. *Linguagem & Sociedade*, Pelotas, v. 8, n.1, p. 101-122, jan./jun.2005.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* 2016-2017.

MORAES, F. FAVA de. **Ética na pesquisa**. Palestra proferida em seminário do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. PUC-SP, 1995.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA. Centro de Ciências Humanas e Letras. Coordenação do Curso de letras vernáculas: UFPI, 2010.

RÊGO, Maria do P. Socorro Neiva Nunes do & MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. **O Curso de Letras da UFPI: Um fio da FAFI**. Teresina: EDUFPI, 1991.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. Resolução nº 231/13. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. Aprova o Novo Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI. Teresina, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020/2024**. Teresina: EDUFPI, 2020.

LEIS FEDERAIS

Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 17.551, de 9 de janeiro de 1945. Concede reconhecimento à faculdade de direito do Piauí. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/1/1945, p. 34, v. 2.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Normativa MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 22, de 07 de novembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

REGRAMENTO ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Parecer CNE/CES nº 197, de 13 de setembro de 2007. Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso V, do Decreto nº 5.773/2006.

Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

RESOLUÇÕES DA UFPI

Resolução CEPEX nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

ANEXOS 

ANEXO I

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC

(Portaria CAMEN/PREG nº 330/2017)

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso- TCC é uma produção acadêmica individual e obrigatória que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por eles adquiridos durante o curso de graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Art. 2º. O TCC tem carga horária de 120 h, que será distribuída em 3(três) períodos letivos, assim especificados:

- a) TCC I (45 h) no 6º semestre do curso;
- b) TCC II (60 h) no 7º semestre do curso;
- c) TCC III (15 h) no 8º semestre do curso.

Art. 3º. O TCC poderá ser realizado sob a forma de monografia, artigo científico, relato de experiência, roteiro documental com audiovisual ou outras formas definidas e aprovadas pelo Colegiado do Curso.

DOS OBJETIVOS DO TCC

Art. 4º. O TCC tem como objetivos:

- I. Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- II. Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- III. Ampliar a capacidade quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- IV. Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico na organização, sistematização e aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

DAS ETAPAS DO TCC

Art. 5º. As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- I. Elaboração do projeto de TCC, na disciplina de TCC I;

II. Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, artigo científico, relato de experiência, roteiro documental com audiovisual ou outras modalidades definidas e aprovadas pelo Colegiado do Curso, com apresentação/defesa pública perante uma banca examinadora, na disciplina de TCC II;

III. Revisão/correção, entrega da versão final do TCC e adaptação para publicação, juntamente com o professor orientador, na disciplina de TCC III.

DA COORDENAÇÃO DE TCC

Art. 6º. O Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa terá uma coordenação própria para o TCC, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do trabalho.

Parágrafo único. A Coordenação de TCC será exercida por um professor efetivo do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, eleito pela assembleia departamental e nomeado pelo (a) diretor (a) do Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHL para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 7º. A orientação do TCC é de responsabilidade de um professor formador, que atuará na função de orientador, vinculado ao curso de Letras-Português.

§ 1º Em casos excepcionais justificados e dependendo da especificidade da temática, mediante aprovação prévia do Colegiado do Curso, o aluno poderá ser orientado por um docente de outro curso da UFPI de área afim.

Art. 8º. Se houver necessidade, o TCC poderá ser desenvolvido com a participação de um coorientador devidamente selecionado pelo Parfor/UFPI, justificada pela particularidade do tema, com aceite expresso do orientador, do orientando e do colaborador, que auxiliará na orientação, mediante aprovação da Coordenação de TCC e do Colegiado do Curso.

Art. 9º. O professor formador, selecionado especialmente para a orientação de TCC do curso de Letras-Português do Parfor/UFPI poderá orientar até 5 alunos nas disciplinas de TCC I, TCC II e TCC III.

Parágrafo único. Esse quantitativo do limite de orientação de TCC por professor em tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais diminui para 1 (um) trabalho quando o docente estiver orientando dissertação de mestrado e/ou tese de doutorado em programa de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI.

Art. 10. As especificidades, as necessidades de flexibilização de limites e os problemas relacionados à distribuição e ao quantitativo de trabalhos de conclusão de curso por cada professor serão solucionados pela Coordenação de TCC de acordo com a demanda de cada período letivo.

Art. 12. Para formalizar a orientação do TCC, orientador e orientando assinarão um Termo de Compromisso, elaborado pela Coordenação de TCC, constituindo-se em um instrumento bilateral, com responsabilidades mútuas, podendo ser rompido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante justificativa apresentada à Coordenação de TCC.

§ 1º O orientador reserva o direito de desistir da orientação do TCC, devendo apresentar a justificativa à Coordenação de TCC.

§ 2º O orientando reserva o direito de solicitar mudança de orientador do TCC, desde que apresente justificativa à Coordenação de TCC.

§ 3º O orientando que desistir do TCC, seja na etapa do TCC I, TCC II ou TCC III, deverá comunicar ao orientador e à Coordenação de TCC.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 13. Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- I. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- II. Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;
- III. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
- IV. Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- V. Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- VI. Disponibilizar para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCCs.

Parágrafo único. O Núcleo Docente Estruturante – NDE poderá auxiliar a Coordenação de TCC na busca de estratégias para cumprimento das atividades pertinentes aos trabalhos de conclusão de curso.

Art. 14. Compete ao professor orientador:

- I. Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- II. Sugerir nomes para as bancas examinadoras, em comum acordo com seus orientandos;
- III. Participar, na condição de presidente, da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- IV. Contatar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.

Art. 15. Compete ao orientando:

- I. Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;
- II. Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;
- III. Cumprir as normas e prazos;

- IV. Entregar 1 (cópia) impressa e/ou digital para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com no máximo 15 dias de antecedência da apresentação de TCC;
- V. Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- VI. Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- VII. Submeter a versão final do TCC para publicação com o orientador;
- VIII. Entregar a versão final do TCC via SIGAA, através da disciplina TCCIII;
- IX. Acatar outras orientações referentes ao TCC.

DOS FORMATOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 16. O formato do TCC varia de acordo com a modalidade escolhida em comum acordo ente orientador e orientando, devendo obedecer às características e funcionalidade de cada gênero acadêmico, conforme especificadas:

I-Monografia: A versão do TCC no formato de monografia a ser submetida à banca examinadora deverá apresentar as características e funcionalidade desse gênero acadêmico e ter entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) páginas, sem contar os elementos pré-textuais e os anexos ou apêndices.

II-Artigo científico: A versão do TCC no formato artigo científico a ser submetida à banca examinadora deverá contemplar as características e funcionalidades desse gênero acadêmico e ter entre 15 (quinze) e 30 (trinta) páginas, com comprovação de submissão, juntamente com o orientador, para revista indexada e termo de ciência da submissão assinado pelo orientador.

III-Relato de experiência: A versão do TCC no formato relato de experiência a ser submetida à banca examinadora deverá atender as características desse gênero acadêmico, ter entre 15 (quinze) e 30 (trinta) páginas e ser relacionado, obrigatoriamente, às áreas de Literatura, Linguística ou Linguística Aplicada, a partir de um projeto de intervenção como norteador da pesquisa-ação.

IV- Roteiro documental com audiovisual: Roteiro escrito, de no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) páginas (sem contar o *storyboard*), formatado para produção de material audiovisual, a ser realizado como documentário autoral acerca de tema relevante para a Literatura, Linguística ou Linguística Aplicada, contendo ao final: pesquisa temática, *storyboard* e arquivo de vídeo. São obrigatórios a apresentação pública dos materiais produzidos, a entrega do roteiro, o documentário em vídeo.

DA AVALIAÇÃO

Art. 17. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser avaliado em 3 (três) etapas, nos seguintes componentes curriculares: Trabalho de Conclusão de Curso I (elaboração do projeto de TCC), Trabalho de Conclusão de Curso II (apresentação do TCC perante uma banca examinadora) e Trabalho de Conclusão do Curso III (revisão/correção, entrega da versão final e submissão para publicação).

Art. 18. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I ocorrerá no antepenúltimo semestre do curso e será realizada pelo orientador, tendo como objeto o projeto de TCC, com base nos seguintes elementos: delimitação do tema, formulação ou identificação do problema, hipótese (se houver),

objetivos, fundamentação teórica (quando houver), metodologia, cronograma de execução e referências (se houver).

Parágrafo único: Se o projeto de TCC se enquadrar nas exigências da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, deverá ser submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFPI para fins de análise e aprovação.

Art. 19. Para avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, o professor orientador deverá sugerir, em comum acordo com o aluno orientando, a banca examinadora da apresentação, que deverá ser composta pelo orientador, dois membros titulares e um suplente, para ser homologada pela Coordenação do TCC.

§ 1º O coorientador, caso exista, não poderá ser indicado como componente da banca examinadora.

§ 2º Somente um dos componentes da banca examinadora poderá não integrar o quadro de docentes efetivos da UFPI.

Art. 20. O TCC deverá ser enviado em arquivo digital, nos formatos Word e PDF aos membros da banca examinadora pelo professor orientador, de acordo com as orientações vigentes, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a apresentação, conforme cronograma estabelecido pela Coordenação de TCC e prazo constante no calendário universitário para o semestre.

Art. 21. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II acontecerá no penúltimo semestre do curso e consistirá na apresentação do TCC em sessão pública, previamente marcada, perante uma banca examinadora, composta pelo orientador e dois membros convidados, com o cumprimento das seguintes normas:

I – Até vinte minutos para apresentação oral pelo orientando;

II – Até quinze minutos para cada membro da banca examinadora proceder a arguições e comentários que julgar pertinentes;

III – Até quinze minutos para posteriores respostas do orientando.

§ 1º Em caso de impossibilidade da realização de apresentação presencial, a apresentação do TCC poderá ocorrer virtualmente em plataformas digitais.

§ 2º O público presente em ambiente presencial ou virtual não poderá se manifestar durante a apresentação do TCC pelo orientando.

Art. 22. Em caso de impedimento ou falta devidamente justificada do orientando na data e horário marcado para apresentação do TCC, o presidente da banca examinadora informará o fato à Coordenação do TCC, que marcará nova data para a apresentação.

Art. 23. Em caso de ocorrências excepcionais durante a apresentação, o presidente da banca examinadora informará os fatos à Coordenação do TCC, que providenciará a marcação de nova data para apresentação.

Art. 24. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II é de responsabilidade dos membros da banca examinadora, que levarão em consideração a parte escrita do TCC e a apresentação oral.

Art. 25. Na avaliação da escrita do TCC, os membros da banca examinadora deverão levar em conta os seguintes aspectos:

- I - Qualidade da apresentação gráfica, redação e correção;
- II - Resumo com as informações necessárias e adequadas;
- III - Delimitação do tema, formulação do problema, hipótese ou suposição e objetivos claramente definidos;
- IV - Fundamentação teórica adequada;
- V - Citações diretas e indiretas arroladas com a devida autoria, no formato adequado e corretamente referenciado;
- VI - Metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;
- VII - Discussão e análise fundamentada na teoria de base e coerente com os objetivos propostos;
- VIII – Considerações finais estabelecidas de forma clara e coerente com a proposição, os resultados obtidos e a discussão realizada;
- IX - Bibliografia em formato adequado e coerente;
- X - Capacidade de síntese;
- XI - Apresentação clara e consistente, com uso adequado do tempo disponível;
- XII - Respostas adequadas às arguições da banca examinadora.

Art. 26. Na parte relativa à defesa/apresentação oral do TCC, os seguintes critérios deverão ser observados pelos membros da banca examinadora:

- I – Domínio da linguagem e conteúdo;
- II – Aspectos metodológicos;
- III – Originalidade e senso crítico;
- IV – Adequação dos objetivos, resultados e conclusão;
- V – Adequação do material audiovisual;
- VI – Adequação ao tempo de apresentação.

Art. 27. Compete à banca examinadora, ao final da apresentação do TCC e após reunião entre os componentes, emitir parecer geral de aprovação ou reprovação do TCC.

Art. 28. O orientador presidirá a banca examinadora na sessão de apresentação do TCC, após a qual consolidará as avaliações emitidas pelos membros, redigirá a ata, providenciará a assinatura de todos os componentes, fará a leitura da ata para dar conhecimento do resultado e entregará as vias do documento à Coordenação de TCC.

Art. 29. A nota final da apresentação do TCC será o resultado da média aritmética das notas dos membros da banca examinadora, sendo aprovado o orientando que obtiver a média aritmética de, no mínimo, sete pontos inteiros.

Art. 30. Será reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, o orientando que não apresentar o TCC, por motivo não justificado, no prazo estabelecido, apresentar trabalho que a banca examinadora julgue impróprio para apresentação ou não obtiver a nota mínima de sete pontos inteiros.

Art. 31. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso III ocorrerá no último semestre do curso e será realizada pelo orientador, levando-se em conta a revisão/correção, submissão para publicação e entrega da versão final do TCC à Coordenação de TCC.

Art. 32. Após a revisão/correção e submissão do trabalho para publicação com o orientador, o orientando deverá entregar uma cópia da versão final do TCC em arquivo eletrônico ao orientador, que cadastrará na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso III para fins de arquivo em banco de dados.

Parágrafo único. A revisão/correção da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso é de responsabilidade do orientando.

Art. 33. Em caso de plágio, devidamente comprovado, em qualquer etapa dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II ou Trabalho de Conclusão de Curso III, o orientando será reprovado.

Art. 34. A nota mínima para aprovação nos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II e Trabalho de Conclusão de Curso III é de 7 (sete) pontos inteiros.

Art. 35. Em se considerando a natureza do Trabalho de Conclusão de Curso, o orientando que for reprovado em qualquer um dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II ou Trabalho de Conclusão de Curso III, seja qual for o motivo da reprovação em prazo regular, não terá o direito de realizar exame final.

Art. 36. O aluno reprovado em qualquer um dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II ou Trabalho de Conclusão de Curso III poderá matricular-se novamente no semestre subsequente no componente curricular em que foi reprovado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Este regulamento se aplica aos alunos do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, ofertado pelo Parfor/UFPI nos municípios de Batalha, Castelo do Piauí, Miguel Alves e Pedro II.

Art. 38. Os casos não previstos neste Regulamento serão analisados e resolvidos pela Coordenação de TCC, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante – NDE e o Colegiado do Curso, no que couber a cada uma das partes.

ANEXO II

Regulamento Estágio Supervisionado Obrigatório

(com base nos critérios exigidos pelo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação aprovado em outubro de 2017)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Licenciatura da UFPI, na modalidade presencial e a distância é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua portuguesa da UFPI observará os seguintes princípios:

- I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões;
- II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio;
- III. Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação;
- IV. Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da educação básica.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua portuguesa da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

- I. Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso;
- II. Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio;
- III. Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

- I. Proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II. Dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
- III. Existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 5º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua portuguesa envolve:

- I. Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- II. Coordenação de Estágio Supervisionado;
- III. Professor Orientador de Estágio;
- IV. Supervisor de campo;
- V. Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG

Art. 6º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na UFPI;
- b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios obrigatórios;
- c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado obrigatório, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos cursos de Licenciatura:

- I. Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- II. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- III. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- IV. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- V. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- VI. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- VII. Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- VIII. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- IX. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 7º- O Professor Orientador do Estágio Curricular é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- b) Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso, a programação semestral de estágios;
- c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de ensino e nos relatórios de estágio;
- d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- e) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.

IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 8º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar os estagiários;
- b) Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 9º São atribuições do estudante estagiário:

- a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- c) Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- d) Apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- e) Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 10 O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores. De preferência, o estágio deverá ser realizado na escola onde o aluno do Parfor já ministra aulas.

Parágrafo único: A carga horária do estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será distribuída em 3 (três) estágios com carga horária de 135 (cento e trinta e cinco) horas, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula;
- c) Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- d) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A Coordenação de Estágio dos cursos, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 12 A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art.13 Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- III. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 14 Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 50% (cinquenta por cento) horas do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório das Licenciaturas, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à Assembleia Departamental responsável pelo estágio.

ESTRÁTEGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 15 Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em Letras –Língua Portuguesa e Literaturas de Língua portuguesa deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Letras Português e Literaturas de Língua portuguesa e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'F' followed by a smaller, more complex flourish.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI N° 505, DE 29 DE MAIO DE 2023

Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Piauí, a ser implantado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum** do mesmo Conselho e, considerando:

- o processo eletrônico n° 23111.024823/2023-06;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Piauí, junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, referente a 1(uma) turma a ser implantada no município de Currais, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando a urgência para que sejam adotadas as medidas prévias necessárias à oferta de disciplinas e à matrícula curricular, de modo a se cumprirem os prazos previstos no Calendário Acadêmico do PARFOR/UFPI para os períodos letivos 2023.1 e 2023.2.

Teresina, 29 de maio de 2023


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

PARFOR

TERESINA- 2023

Silvana



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia (1ª Licenciatura) da Universidade Federal do Piauí do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, nos municípios de Teresina – Piauí (**Polo Currais**), a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor no primeiro semestre de 2023.

TERESINA- 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PROPLAN)

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO (PRAD)

Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO (PROPESQI)

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PRPG)

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA (PREXC)

Profa. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS (PRAEC)

Profa. Dra. Mônica Arrivabene



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (PREG)

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO

Profa. Ma. Maria Rosália Ribeiro Brandim

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR

Prof. Me. Francisco Neuton Freitas

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos

COORDENADORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR

Profa. Dra. Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva

COORDENADOR DE SELEÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Prof. Me. Maycon Silva Santos

ASSISTENTE DA PRÓ-REITORA

Ana Caroline Moura Teixeira



**CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA - PARFOR**

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

COORDENADORA GERAL DO PARFOR

Profa. Dra. Maria da Gloria Duarte Ferro

COORDENADORA DO CURSO DE GEOGRAFIA DO PARFOR

Profa. Dra. Bartira Araújo da Silva Viana

COORDENADOR DO CURSO DE GEOGRAFIA

Prof. Me. Wesley Pinto Carneiro

SUBCOORDENADOR DO CURSO

Prof. Dr. Raimundo Jucier Sousa de Assis

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

Prof. Dr. Antônio Cardoso Façanha
Profa. Dra. Andrea Lourdes Monteiro Scabello
Profa. Dra. Bartira Araújo da Silva Viana
Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade
Profa. Dra. Cláudia Maria Saboia de Aquino
Prof. Dr. Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque
Prof. Dr. Gustavo Souza Valladares
Prof. Esp. Manoel Nascimento
Prof. Dr. Mario Ângelo Meneses de Sousa
Profa. Dra. Mugiany Oliveira Brito Portela
Prof. Dr. Raimundo Jucier Sousa Assis
Prof. Dr. Raimundo Wilson Pereira dos Santos
Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo
Profa. Dra. Sonia Maria Ribeiro de Souza
Prof. Me. Wesley Pinto Carneiro



COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico

Prof. Me. Wesley Pinto Carneiro (presidente)

Profa. Dra. Andrea Lourdes Monteiro Scabello

Profa. Dra. Bartira Araújo da Silva Viana

Prof. Dr. Mario Ângelo Meneses de Sousa

Prof. Dr. Raimundo Jucier Sousa Assis

Profa. Dra. Sonia Maria Ribeiro de Souza

Colaboradores

Prof. Dr. Antônio Cardoso Façanha

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

Profa. Dra. Cláudia Maria saboia de Aquino

Prof. Dr. Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque

Prof. Dr. Gustavo Souza Valladares

Prof. Esp. Manoel Nascimento

Profa. Dra. Mugiany Oliveira Brito Portela

Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo

Prof. Dr. Raimundo Wilson Pereira dos Santos

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ADAPTAÇÃO DO PPC PARA O PARFOR/UFPI

Profa. Dra. Bartira Araújo da Silva Viana

Profa. Dra. Maria da Gloria Duarte Ferro

Profa. Dra. Maraisa Lopes



IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Geografia

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS

CÓDIGO DO CURSO: 495

CRIAÇÃO DO CURSO: Decreto nº 43.402 de 18/03/1958.

✓ **RECONHECIMENTO DO CURSO:** Decreto N° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964. Portaria N° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. Portaria SERES/MEC N°1.098. Publicação: 28/12/2015 (Republicada: 30/12/2015). Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: Licenciado em Geografia

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: Licenciada em Geografia

MODALIDADE: Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínima: 4 anos

Máxima: 5 anos

ACESSO AO CURSO: Cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: Créditos (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

TURNOS DE OFERTA: Integral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 55 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.



OFERTA DO CURSO

| SEMESTRE LETIVO | TURNO(S) (integral) | VAGAS |
|-----------------|------------------------|-------|
| 1º SEMESTRE | Integral | 55 |
| 2º SEMESTRE | Integral | 55 |

ESTRUTURA CURRICULAR

| Ano/período de implantação: | Carga horária por período letivo | | |
|--------------------------------|----------------------------------|--------|--------|
| | Mínima | Média | Máxima |
| 2022 | 345 | 378,75 | 420 |

| SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR | Nº. de horas/aula |
|---|-------------------|
| Disciplinas obrigatórias carga horária teórica | 1530 |
| Disciplinas obrigatórias carga horária prática* | 435 |
| Disciplinas optativas carga horária teórica e prática | 210 |
| Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) | 120 |
| Estágio Supervisionado Obrigatório | 405 |
| Atividades Curriculares de Extensão – ACE | 330 |
| Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC | 200 |
| TOTAL | 3.230 |

**Incluindo a Prática como componente Curricular(PCC)



SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR (Resolução CNE N° 02/2019)

| Grupo I | Carga Horária (CH) |
|---|---------------------------|
| Disciplinas do Núcleo Comum (carga horária teórica e prática) | 480 |
| Atividades Curriculares de Extensão – ACE | 330 |
| Total | 810 |
| Grupo II | |
| Disciplinas obrigatórias carga horária teórica | 1080 |
| Disciplinas optativas carga horária teórica e prática | 210 |
| Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) | 120 |
| Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) | 200 |
| Total | 1610 |
| Grupo III | |
| Estágio supervisionado | 405 |
| Disciplinas obrigatórias - carga horária prática (Prática como Componente Curricular - PCC) | 405 |
| Total | 810 |
| Total geral | 3.230 |



SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|------------|
| | APRESENTAÇÃO | 14 |
| 1 | INTRODUÇÃO | 18 |
| 1.1 | Justificativa | 18 |
| 1.2 | Contexto regional e local | 22 |
| 1.3 | Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso de Geografia | 27 |
| 1.3.1 | Breve histórico e estrutura organizacional da UFPI | 27 |
| 1.3.2 | Contexto regional e histórico do curso de Geografia | 43 |
| 1.3.2.1 | <i>O contexto regional do estado do Piauí e a relação com o curso de Geografia</i> | 43 |
| 1.3.2.2 | <i>Histórico do curso de Geografia</i> | 45 |
| 2 | CONCEPÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA | 46 |
| 2.1 | Especificidades do Curso de Geografia e a BNCC | 46 |
| 2.1.1 | A relação entre a formação de professores de geografia e a educação básica proposta pela BNCC | 47 |
| 2.1.2 | Relação entre a BNCC e as ementas de geografia | 52 |
| 2.2 | Princípios curriculares: aspectos legais | 54 |
| 2.3 | Objetivos do curso | 70 |
| 2.4 | Perfil do egresso | 72 |
| 2.5 | Competências e Habilidades | 74 |
| 2.6 | Perfil do corpo docente | 83 |
| 3 | PROPOSTA CURRICULAR | 85 |
| 3.1 | Estrutura e organização curricular | 87 |
| 3.1.1 | Prática como componente curricular | 102 |
| 3.2 | Fluxograma do Curso de Licenciatura em Geografia Parfor/UFPI | 107 |
| 3.3 | Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão de curso | 109 |
| 3.3.1 | Estágio Supervisionado Obrigatório | 109 |
| 3.3.2 | Atividades Complementares | 113 |
| 3.3.3 | Atividades Curriculares de Extensão | 119 |
| 3.3.3.1 | <i>Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão</i> | 120 |
| 3.3.4 | Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) | 121 |
| 3.4 | Metodologia | 126 |
| 3.4.1 | Pedagogia da Alternância | 127 |
| 4 | POLÍTICAS INSTITUCIONAIS | 129 |
| 4.1. | Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão | 129 |
| 4.2 | Apoio ao discente | 131 |
| 5 | SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO | 132 |
| 5.1 | Da aprendizagem | 132 |
| 5.2 | Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso | 135 |
| 6 | EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS | 136 |
| 6.1 | Disciplinas obrigatórias | 136 |
| 6.3 | Disciplinas optativas | 161 |
| 6.3 | Atividades Curriculares de Extensão (ACE) | 170 |
| 7 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS | 176 |
| 7.1 | Infraestrutura física e acadêmica | 176 |
| 7.2 | Biblioteca | 177 |
| 8 | DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS | 177 |
| 8.1 | Equivalência entre projetos pedagógicos | 177 |
| 8.2 | Cláusula de vigência | 177 |
| | REFERÊNCIAS | 178 |



LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------------------|---|
| ACE | – Atividades Curriculares de Extensão |
| AC | – Atividades Complementares |
| AC* | – Auxílio Creche |
| ANFOPE | – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação |
| AUDIN | – Auditoria Interna |
| AR | – Auxílio Residência |
| BAE | – Bolsa de Apoio Estudantil |
| BCCB | – Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco |
| BNCC | – Base Nacional Curricular Comum |
| CAGEO | – Centro Acadêmico de Geografia |
| CACOM | – Coordenadoria de Assistência Comunitária |
| CAD | – Conselho de Administração |
| CAE | – Coordenadoria de Avaliação e Estatística |
| CAFS | – Campus Amílcar Ferreira Sobral |
| CAMEN | – Câmara de Ensino |
| CAPES | – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior |
| CCA | – Centro de Ciências Agrárias |
| CCE | – Centro de Ciências da Educação |
| CCHL | – Centro de Ciências Humanas e Letras |
| CCN | – Centro de Ciências da Natureza |
| CCS | – Centro de Ciências da Saúde |
| CDAC | – Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular |
| CEAD | – Centro de Educação a Distância |
| CEO | – Coordenação de Estágio Obrigatório |
| CEPEX/UFPI | – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI |
| CES | – Câmara de Educação Superior |
| CFRs | – Casas Familiares Rurais |
| CNE | – Conselho Nacional de Educação |
| CNPq | – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CMPP | – Campus Ministro Petrônio Portella |
| CONSUN | – Conselho Universitário |
| CPCE | – Campus Professora Cinobelina Elvas |
| CPF | – Cadastro de Pessoa Física |
| CT | – Centro de Tecnologia |
| CTec | – Colégio Técnico |
| DCN | – Diretrizes Curriculares Nacionais |
| DEFE | – Departamento de Fundamentos da Educação |
| DINTER | – Doutorado Interinstitucional |
| DMTE | – Departamento de Métodos e Técnicas |
| DOU | – Diário Oficial da União |
| EFAs | – Escolas Famílias Agrícolas |
| ENADE | – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes |
| ENEM | – Exame Nacional do Ensino Médio |
| EPT | – Educação Profissional e Tecnológica |
| e-TEC | – Cursos técnicos a distância |
| FORLIC | – Fórum de Licenciaturas – UFPI |
| FUFPI | – Fundação Universidade Federal do Piauí |
| HU | – Hospital Universitário |
| HVU | – Hospital Veterinário Universitário |
| IBGE | – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | – Índice de Desenvolvimento Humano |



| | |
|------------------|---|
| IGC | – Índice Geral de Cursos |
| IES | – Instituição de Ensino Superior |
| INEP | – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| ITA | – Isenção da Taxa de Alimentação |
| LDB | – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LIBRAS | – Língua Brasileira de Sinais |
| MEC | – Ministério da Educação |
| MINTER | – Mestrado Interinstitucional |
| NDE | – Núcleo Docente Estruturante |
| PARFOR | – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica |
| PCC | – Prática como Componente Curricular |
| PDE | – Programa de Desenvolvimento da Educação |
| PDI | – Programa de Desenvolvimento Institucional |
| PNE | – Programa Nacional de Educação |
| PPC | – Projeto Pedagógico de Curso |
| PPI | – Projeto Pedagógico Institucional |
| PTI | – Projeto de Trabalho Interdisciplinar |
| PRAEC | – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários |
| PREG | – Pró-reitoria de Ensino de Graduação |
| PREXC | – Pró-reitoria de Extensão e Cultura |
| PROCAD | – Programas de Cooperação Acadêmica |
| PRONATEC | – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| PROPESQI | – Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação |
| PROPLAN | – Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento |
| REU | – Residência Universitária |
| REUNI | – Programa de Apoio ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SIGAA | – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas |
| SINAES | – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| SIMPARFOR | – Seminário Interdisciplinar do Parfor |
| SISU | – Sistema de Seleção Unificada |
| STI | – Superintendência de Tecnologia da Informação |
| TCC | – Trabalho de Conclusão de Curso |
| TICs | – Tecnologias de Informação e Comunicação |
| UAPI | – Universidade Aberta do Piauí |
| UFDFPar | – Universidade Federal do Delta do Parnaíba |
| UFPI | – Universidade Federal do Piauí |
| UNEFAB | – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil |



APRESENTAÇÃO

Considerando os novos desafios apresentados à Educação Superior, especialmente, no que toca à formação de professores em efetivo exercício na sala de aula, em face das intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que têm ocorrido na sociedade contemporânea, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) propõe a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia, a ser implementado a partir do segundo semestre de 2022, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), em consonância com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, definidas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019.

O PPC de Geografia do Parfor foi elaborado em 2012, quando da implantação das primeiras turmas nos municípios de Teresina e Parnaíba, em consonância com a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução (CNE/CES 492/2001 de 03 de abril de 2001), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Geografia, e a legislação específica que regulamenta o Programa, notadamente, o Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e a Portaria Normativa MEC n. 9, de 30 de Junho de 2009, que institui o Parfor.

O seu processo de elaboração envolveu a equipe da coordenação institucional do Programa e seguiu as orientações emanadas da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), por meio da Coordenação de Currículo¹, e da Coordenadoria de Avaliação e Estatística (CAE) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), e está alinhado ao currículo do curso de Geografia da UFPI destinado à demanda social (curso “extensivo”)² no tocante à estrutura curricular,

¹ Atualmente, Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC).

² Havia um entendimento no âmbito desses setores de que os cursos do Parfor devem manter a mesma estrutura curricular dos cursos extensivos correspondentes, levando em conta, por exemplo, a viabilidade de mobilidade estudantil interna e o desempenho satisfatório dos cursistas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é pautado no currículo dos cursos abertos à demanda social.



resguardadas as especificidades metodológicas em virtude da clientela específica do Parfor: professores no exercício da docência na rede pública de Educação Básica.

Assim, é possível afirmar que, de modo geral, o PPC de Geografia do Parfor é resultante do processo de discussão desenvolvido no âmbito do Fórum das Licenciaturas (FORLIC), presidido pela PREG, cuja composição reúne os coordenadores dos cursos de licenciatura da UFPI e, de modo particular, no debate empreendido no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e demais professores do curso de Geografia, e no Centro Acadêmico (CA) de Geografia. O PPC assenta-se em preceitos curriculares e no aporte teórico-metodológico, ético e político orientador do perfil profissional do docente de Geografia que será formado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

O processo de reformulação do currículo do curso de Geografia do Parfor iniciou em 2020, em diálogo com a PREG e a Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC), com a interlocução da Coordenadoria da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação da região Nordeste (ANFOPE-Nordeste), e visa atender os princípios, fundamentos, procedimentos e a dinâmica formativa a serem considerados nos programas e cursos de formação de professores da Educação Básica estabelecidos pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação inicial e continuada em nível superior.

Esta reformulação curricular também apresenta itinerários formativos diferenciados, com aproveitamento dos tempos e espaços nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas, tendo, portanto, a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa, em virtude da especificidade do público-alvo do Parfor, efetivando o compromisso com diversas linguagens, tecnologias, projetos interdisciplinares, metodologias inovadoras e estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem (BRASIL, 2019; 2021).

Nessa direção, este PPC apresenta um currículo atualizado, no qual conhecimentos (científicos, educacionais e pedagógicos), temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania e conteúdos específicos de formação de professores que constituem a matriz curricular do curso foram articulados de modo que os percursos formativos favoreçam o desenvolvimento, pelo cursista, dos saberes necessários ao desenvolvimento de uma prática

docente comprometida com as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à educação integral, em conformidade com o que preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O novo PPC do curso de Geografia do Parfor está em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica e os princípios fundantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, e objetiva garantir aos professores no exercício da docência na rede pública de Educação Básica formação ampla e cidadã por meio de um projeto formativo com sólida base teórica e fundamentado em princípios norteadores da interdisciplinaridade, de modo a provocar mudanças significativas na prática pedagógica dos cursistas.

Este PPC fundamenta-se nas orientações provenientes da PREG, por meio da CDAC e da CAE/PROPLAN e a sua organização didático-pedagógica, atendendo às disposições da Resolução CEPEX/UFPI n. 220/2016, está estruturada em oito seções. Na introdução, que é a primeira seção, situamos inicialmente o processo de reformulação do PPC considerando a necessidade social e institucional de sua alteração, as necessidades advindas do avanço do conhecimento e da tecnologia, das demandas da sociedade e de mercado e a importância do novo projeto para a superação dos problemas diagnosticados no curso. Em seguida, caracterizamos a instituição dentro do contexto socioeconômico regional, incluindo um breve histórico da trajetória institucional e as demandas efetivas de natureza econômica e social para implantação do curso. Concluímos a seção com um breve histórico da IES e do curso destacando a estrutura organizacional da UFPI e os objetivos e as metas institucionais e a relevância do curso no contexto em que está inserido, sobretudo, para atender as demandas locais regionais.

Na segunda seção, apresentamos os princípios curriculares que nortearão o curso de Geografia, descritos em conformidade com o PDI/UFPI 2020-2024, e os objetivos gerais do curso de Geografia, que guardam coerência com o perfil profissional do egresso, as competências e habilidades, descritas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP n. 2/2019, com o perfil do corpo docente e com a estrutura curricular e com o contexto no qual o curso está inserido.



Na terceira seção, apresentamos a estrutura e a organização curricular, o modo como concebemos a prática como componente curricular (específico para cursos de licenciatura), o Fluxograma do curso e a síntese de sua composição, além de versarmos sobre as ações de estágio supervisionado obrigatório, as atividades complementares, as atividades curriculares de extensão e a maneira como pretendemos desenvolver o trabalho de conclusão no curso. Não menos importante é a apresentação da metodologia assumida quanto ao processo de ensino-aprendizagem e a inspiração na Pedagogia da Alternância para desenvolvermos nossos tempos universidade e comunidade.

Na quarta seção, elencamos as políticas institucionais de ensino, pesquisa e inovação e extensão que são propostas pelo PDI (2020-2024) e apresentamos sumariamente o modo de atenção ao discente sustentado em ação propostas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC em articulação com a Coordenação do Curso.

Na quinta seção, são apontados o modo como a avaliação da aprendizagem será realizada, considerando-se os ditames da Resolução n. 177/2012/UFPI, assim como são indicados os caminhos para a constante avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

A sexta seção apresenta o ementário, a bibliografia básica e complementar de todas as disciplinas obrigatórias e optativas do curso. A sétima seção dá conta da infraestrutura física e das instalações acadêmicas, bem como tece considerações sobre as bibliotecas da UFPI. Por fim, apresentam-se as disposições transitórias e as referências deste PPC.



1 INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

Este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do Parfor, da Universidade Federal do Piauí - UFPI busca apresentar-se como uma base para a construção de conhecimento profissional e o desenvolvimento da prática e engajamento profissional de professores em exercício. Espera-se poder trabalhar questões educacionais de acordo com a realidade do estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar os professores que se encontram em exercício, mas carecem de formação acadêmica e conhecimento de novas discussões teórico-metodológicas.

A implantação do Curso de Licenciatura em Geografia do Parfor, em uma nova formulação, visa a, em primeiro lugar, contribuir para o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente, e, por conseguinte, corrobora os preceitos educacionais de melhora da qualidade de ensino geral, ao qualificar professores em exercício, fornecendo-lhes a oportunidade de participar de um curso de graduação que respeite as especificidades do professor que já está em sala-de-aula, tome suas experiências como ponto de partida para a qualificação, progressão e construção de conhecimentos.

Os egressos deste curso de Geografia preencherão as insuficiências de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal e estadual de ensino no estado do Piauí, prestando um serviço educacional com bases formadoras vindas do Ensino Superior, com a qualidade proporcionada por uma graduação da UFPI.

O Curso de Geografia do Parfor está fundamentado numa perspectiva histórico-cultural, tendo como eixo articulador a interdisciplinaridade, com o objetivo de construir uma visão de ensino mais ampla, tomando-a como uma ferramenta que possibilite o engajamento dos sujeitos participantes em uma educação de qualidade.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem o currículo deste curso foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, possam desenvolver a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio



pedagógico desses conteúdos, além de colocarem-se em posição de ampliar e melhorar sua prática pedagógica.

A implantação do curso de Geografia do Parfor representa mais um passo com vistas a consolidar a presença de qualidade da UFPI nas mais diversas áreas do estado, que carecem, em caráter de urgência, de oferta de ensino de qualidade em uma área estratégica para o crescimento socioeconômico, principalmente em função do papel destinado ao curso de Geografia no tocante à importância da formação de professores em serviço como uma ferramenta que possibilite aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental aumentarem sua autopercepção como seres humanos e como cidadãos em processo de formação.

Com efeito, o Curso de Geografia assume um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, em especial, da sociedade piauiense. Acredita-se que a formação de geógrafos corroborará para suprir a carência de mão-de-obra qualificada para realizar o processo formativo no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Isso posto, torna-se irretorquível o caráter estratégico do curso de Geografia e a necessidade premente da formação de profissionais qualificados nessa área no estado.

Para tal, pensamos o processo de reformulação do currículo do curso de Geografia do Parfor buscando atender os princípios, fundamentos, procedimentos e a dinâmica formativa a serem considerados nos programas e cursos de formação de professores da Educação Básica estabelecidos, como dito anteriormente, pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação inicial e continuada em nível superior.

A proposta de atualização do PPC de Geografia do Parfor está em consonância com os principais documentos oficiais que trazem as diretrizes da política de formação de professores em exercício na Educação Básica e a legislação específica que regulamenta o Parfor: Resolução CNE/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Geografia; Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024); Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e revoga os Decretos n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e n. 7.415, de 30 de dezembro de 2010; Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera as Leis n. 9.394/1996 e n. 11.494 de 20 de junho 2007; Portaria MEC n. 1.383,

de 31 de outubro de 2017, que aprova o atual Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação, editado pelo Instituto Nacional de Avaliação da Educação Superior (INEP); Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica; Resolução CNE/CP n. 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, com base na Resolução CNE/CP n. 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP n. 15/2017; Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação inicial e continuada em nível superior e Portaria Capes n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regulamento do Parfor e revoga as Portarias CAPES n. 82, de 17 de abril de 2017 e n. 159, de 15 de agosto de 2017, que alterou a Portaria CAPES n. 82/2017.

Segue também, de forma complementar, a legislação interna da UFPI, especialmente, a Resolução CEPEX/UFPI n. 115, de 28 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores da Educação Básica e define o Perfil do Profissional da Educação formado na UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 177, de 05 de novembro de 2012, que aprova as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI e suas alterações; a Resolução CEPEX/UFPI n. 220, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 054, de 05 de abril de 2017, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI; a Portaria PREG/CAMEN/UFPI n. 330, de 22 de junho de 2017, que aprovas as Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 53, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 148, de 18 de outubro de 2019, que altera a Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012 e a Resolução CONSUN/UFPI n. 20, de 29 de junho de 2020, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024).



A presente proposta de revisão curricular visa garantir a construção de conhecimento profissional e o desenvolvimento da prática e engajamento profissional de professores em exercício na Educação Básica que atuam no Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos termos dos preceitos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP n. 02/2019. Tem como referência a reformulação do PPC de Geografia do curso extensivo da UFPI, aprovada pela Resolução CEPEX/UFPI n. 079, de 18 de maio de 2018, especialmente, no que tange aos fundamentos e princípios norteadores da formação docente.

Contudo, o novo PPC atualizado apresenta um novo desenho curricular, em consonância com as aprendizagens essenciais, a serem garantidas aos estudantes da Educação Básica, para o alcance do seu pleno desenvolvimento, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, reiterado pelo art. 2º da LDB, do art. 1º da Resolução CNE/CP n. 2/2017 e do art. 2º da Resolução CNE/CP n. 2/2019. Apresenta itinerários formativos diferenciados, com aproveitamento dos tempos e espaços nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas, tendo, portanto, a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa, considerando-se o público-alvo do Parfor.

Nesse sentido, as principais alterações dizem respeito à observância das orientações presentes na Resolução CNE/CP N. 2/2017 e dos princípios e fundamentos norteadores da Resolução CNE/CP n. 2/2019. Destacamos, mormente, a inserção na estrutura curricular de disciplinas que abordam, além dos fundamentos e metodologias, os conteúdos específicos das áreas a serem ensinados a fim de garantir aos alunos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento organizados nos campos de experiência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular-BNCC – Educação Básica (Resolução CNE/CP, nº 02/2017), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP, nº 02/2019) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Geografia (CNE/CES 492/2001 de 03 de abril de 2001).

Destacamos ainda a nova redação dada ao texto completo do PPC, a alteração na distribuição de carga horária e distribuição das ações a serem desenvolvidas nos estágio supervisionado, a alteração na carga-horária e nas tabelas de pontuação das Atividades Complementares (AC), bem como a inserção das Atividades de Extensão (ACE) proposta pelo PNE (2014-2024) e pela Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012, assim como pela Resolução

CEPEX/UFPI n. 220/2016. No currículo reformulado, há a indicação de realização de 405 horas de ACE.

1.2 Contexto regional e local

O Piauí³ está localizado na Região Nordeste do país e ocupa quase 3% do território brasileiro, sendo o terceiro maior estado nordestino em área territorial (251.611.929 km²). Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; e ao norte, é delimitado pelo Oceano Atlântico (IBGE, 2010).

Ainda de acordo com o IBGE (2010), o Piauí possui características socioeconômicas, ambientais e culturais distintas da média do país e ecossistema exclusivo em relação a outros territórios. Do ponto de vista físico, o território piauiense constitui-se numa área homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. Juntamente com o Maranhão formam, fisiograficamente, uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

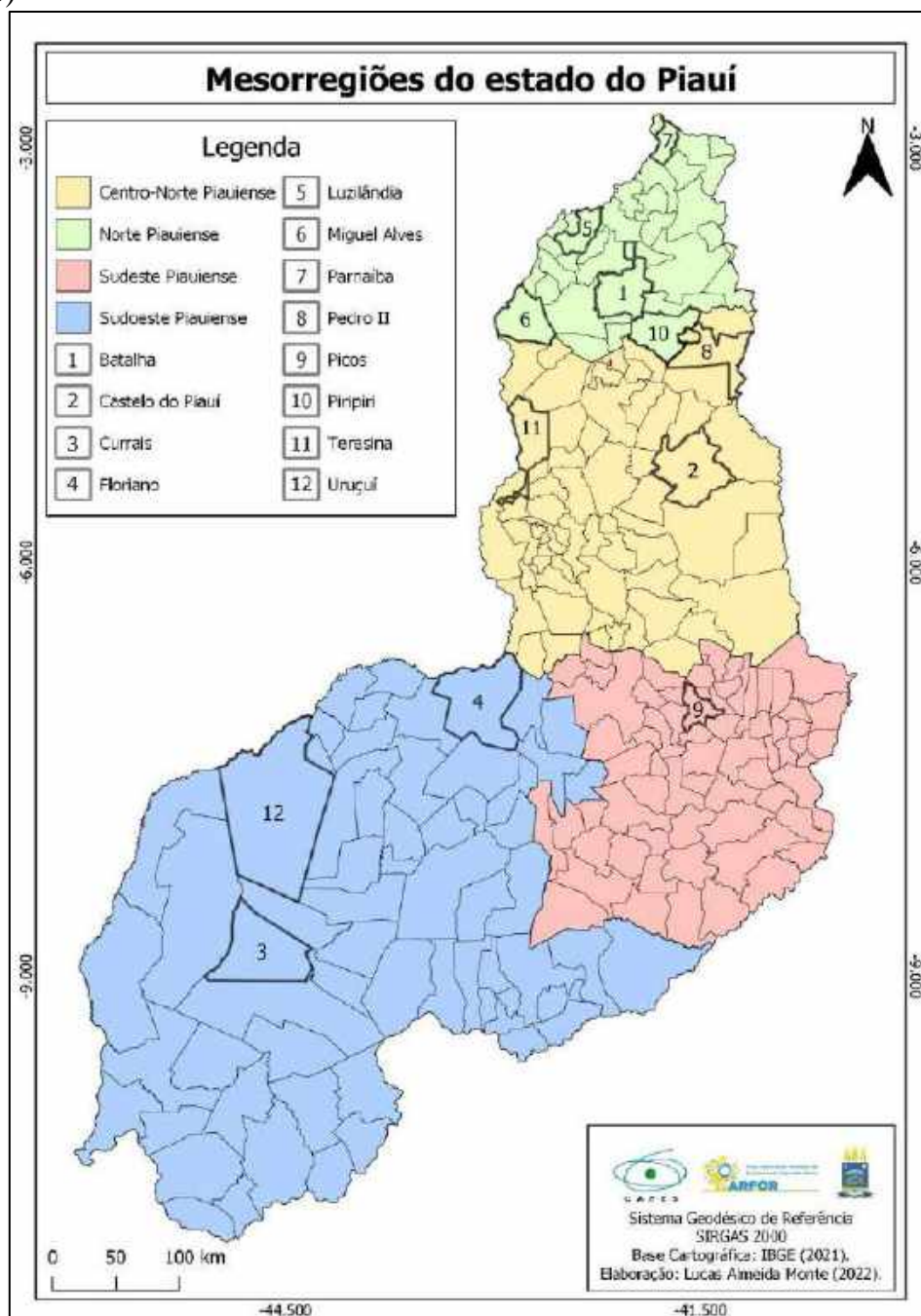
De acordo com último censo demográfico (2010), a população do Piauí totaliza mais de três milhões de habitantes (3.118.360) e a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021 foi de mais de três milhões e duzentos mil habitantes (3.289.290) no estado, com densidade demográfica de 12,40 hab./km² (IBGE, 2022).

Para fins de planejamento governamental, o estado do Piauí está dividido em 4 Mesorregiões (Norte Piauiense; Centro-Norte Piauiense; Sudoeste Piauiense; e Sudeste Piauiense), subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) - Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Chapada Vale do Rio Itaim-, 15 Microrregiões (Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolândia; Floriano; Alto Médio Gurguéia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX e Alto Médio Canindé) e 224 municípios, cabendo destacar os mais populosos:

³ O vocábulo Piauí deriva de um dos primeiros rios atingidos pela colonização, subfluente do rio Parnaíba, cuja bacia oriental é ocupada pelo atual Estado. Nesse entendimento, Piauí significa rio dos piaus, rio dos peixes pintados (SEPLAN-PI).

Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Barras, União, Altos, Esperantina, Pedro II, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato. As Mesorregiões, os Territórios e as Microrregiões geográficas do Piauí estão ilustrados nas Figuras 1, 2 e 3, respectivamente, a seguir.

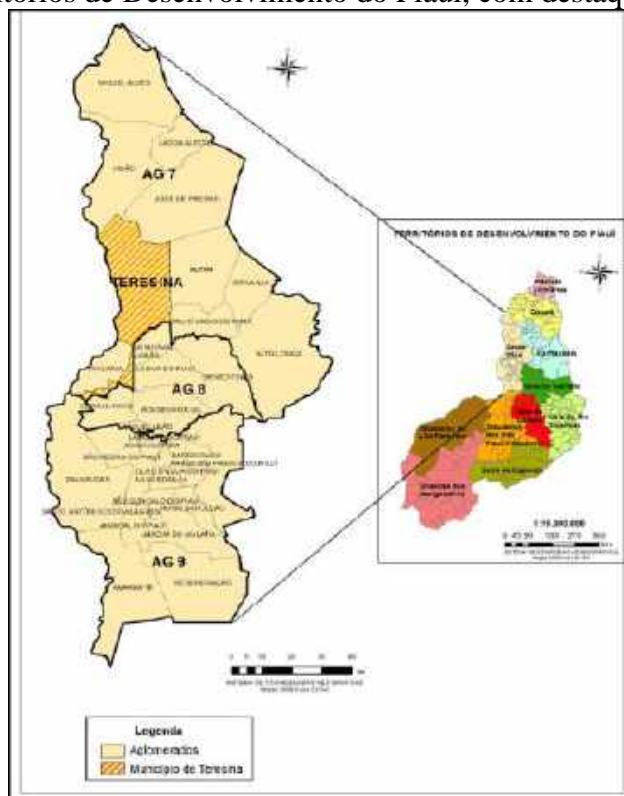
Figura 1 – Mesorregiões geográficas piauienses e municípios com proposta de oferta do Parfor (2022/2023)



Fonte: IBGE (2021).

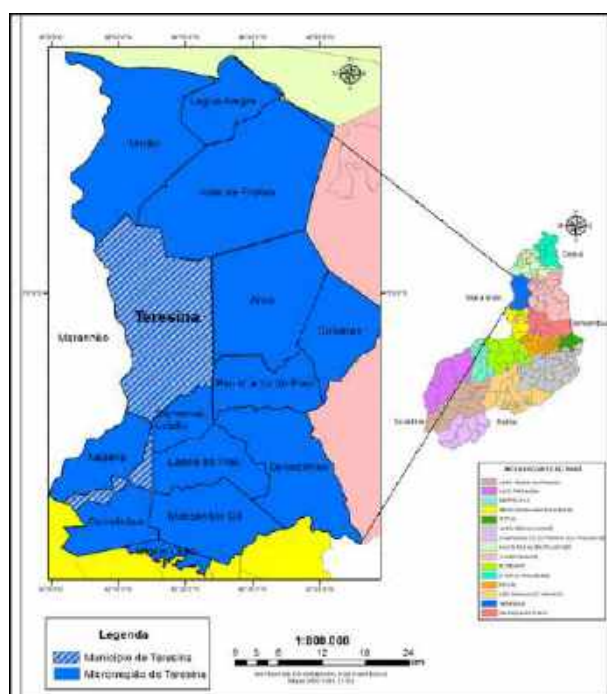
Lucas Almeida Monte

Figura 2 – Territórios de Desenvolvimento do Piauí, com destaque para Teresina



Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

Figura 3 – Microrregiões geográficas piauienses, com destaque para Teresina



Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

Silva

A região onde hoje se localiza o Piauí era originalmente habitada por diversas etnias indígenas, principalmente pelos Tremembés, Tabajaras, Timbiras, Gueguês, Acroás, Jaicós e Pimenteiras. Começou a ser povoado pelos colonizadores europeus no começo do século XVII quando fazendeiros, principalmente da Bahia, chegaram à procura de pastagens para expandir suas criações de gado. A província pertencia à Bahia e em 1718 passou a fazer parte do Maranhão. Em 1811, o príncipe Dom João VI, cinco anos antes de ser coroado rei de Portugal, elevou o Piauí à categoria de capitania independente e sua capital era a cidade de Oeiras, que fica situada na Mesorregião Sudeste Piauiense, na Microrregião de Picos (IBGE, 2010).

Contudo, mesmo após a independência do Brasil, o Piauí, assim como algumas outras províncias, continuou sendo colônia de Portugal. Em 1823, os cearenses e maranhenses se juntaram ao povo do Piauí e enfrentaram as tropas portuguesas, lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié, numa batalha pela independência do Brasil: a Batalha do Jenipapo⁴. Em 16 de agosto de 1852, 41 anos depois de o Piauí virar uma capitania independente, o governo provincial transferiu a capital do estado para Teresina, também conhecida por cidade verde, codinome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, em virtude de possuir ruas e avenidas entremeadas de árvores (IBGE, 2010).

Ainda segundo essa fonte de dados, as principais atividades econômicas do estado são a indústria - química, têxtil, e de bebidas-, a agricultura, com as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca, a pecuária, com a produção de rebanhos de bovinos e caprinos e a produção do mel de abelhas (apicultura), produto importante na atividade pecuária do Piauí.

No ranking do país é o 18º estado mais populoso, o 17º em número de matrículas efetivadas no Ensino Fundamental e 11º em área territorial. Entretanto, o Piauí ainda possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo (0.646), ocupando a 24ª colocação, à frente apenas do Maranhão e Alagoas (IBGE, 2010).

Assim, em termos de indicadores sociais, o estado do Piauí apresenta um cenário menos favorável quando comparado com as médias nacionais. Mais de um terço da população piauiense encontra-se em situação de pobreza, estando bastante acima da média nacional que é 15,2%, enquanto no Piauí é mais que o dobro, chegando a 34,1%. A situação é ainda mais grave em relação

⁴ A Batalha do Jenipapo ocorreu no dia 13 de março de 1823, às margens do riacho de mesmo nome e foi uma das mais sangrentas batalhas, porém decisiva para a independência do Brasil, pois apesar de os brasileiros terem perdido o combate, fizeram os portugueses mudarem seu trajeto e se refugiarem no Maranhão, que ainda era controlado pelos portugueses.

aos piauienses extremamente pobres, que são 18,8%, percentual quase três vezes maior do que a média nacional, que é de 6,6% (IBGE, 2010).

Assim, em termos de indicadores sociais, o estado do Piauí apresenta um cenário menos favorável quando comparado com as médias nacionais. Mais de 43% da população piauiense encontra-se em situação de pobreza, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) (2019), estando bastante acima da média nacional que é 15,2%. A situação é ainda mais grave em relação aos piauienses extremamente pobres. Enquanto a pobreza atinge quase metade da população, a extrema pobreza atinge quase 15%, percentual quase três vezes maior do que a média nacional, que é 6,5% (IBGE, 2020).

Certamente, esses indicadores de pobreza piores que a média brasileira geram reflexos em outros indicadores sociais, como, por exemplo, a esperança de vida, de aproximadamente 71,7 anos do estado, contra 76,7 da média do país, e a expectativa quanto ao número de anos de estudo da população piauiense, que é de 9,2 anos, também menor que a do país, que é de 9,5 anos. Apesar da pequena diferença de 0,3 é o estado brasileiro com o índice mais baixo no tocante a anos de estudos (IBGE, 2020).

É neste contexto de dificuldades socioeconômicas importantes que a Universidade Federal do Piauí (UFPI) está inserida. Instituída pela Lei n. 5.528 de 12 de novembro de 1968, assinada pelo presidente Costa e Silva, que autorizou seu funcionamento sob forma de Fundação, a sua criação é resultante de lutas de políticos e de vários segmentos da sociedade piauiense que acalentaram por décadas o sonho de se instalar uma Universidade pública, gratuita e de qualidade no estado do Piauí.

Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27 de abril de 1973 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC n.. 453, de 30 de maio de 1978, publicado no DOU de 02 de junho de 1978, Portaria MEC n.. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993). A reformulação desse documento objetivando sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) foi autorizada pelo Parecer n. 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n. 147-E, de 03 de agosto de 1999, e pelas Resoluções CONSUN/UFPI n.. 15, de 25 de março de 1999 e n. 45, de 16 de dezembro de 1999. A última alteração do regimento da UFPI foi aprovada pela Resolução CONSUN/UFPI n. 21, de 21 de setembro de 2000.



Segundo o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrado ao seu PDI/2020-2024, a UFPI deseja ser reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável, e, para tanto, define a sua missão nos seguintes termos: “[...] promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” (UFPI, 2020, p. 31), por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Essa pretensão de alto grau de complexidade é traduzida em seus princípios filosóficos e metodológicos que reforçam a função social da UFPI e o seu papel como instituição pública, e representam, portanto, os seus valores, a saber: I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III – Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização; IV – Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; V – Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (UFPI, 2020, p. 32).

Assim, em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFPI entende que há necessidade de uma formação no âmbito de cada curso de graduação que articule com a máxima organicidade, a competência científica e técnica a fim de garantir que os alunos consolidem os conhecimentos necessários para o exercício da plena cidadania.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso de Geografia⁵

1.3.1 Breve histórico e estrutura organizacional da UFPI

A UFPI surgiu a partir da junção de unidades isoladas de Ensino Superior existentes na época de sua fundação: Faculdades de Direito, de Filosofia, de Odontologia e de Medicina, localizadas em Teresina e Faculdade de Administração, em Parnaíba. É a principal Instituição de

⁵ Texto adaptado do PDI da UFPI (2020 – 2024).



Educação Superior (IES) do estado do Piauí e o seu *Campus* sede, intitulado *Campus* Ministro Petrônio Portella (CMPP), está localizado em Teresina, à Avenida Universitária, s/n, no Bairro Ininga.

O credenciamento da UFPI ocorreu em 1945, através do Decreto n. 17.551, de 09 de janeiro, como Faculdade isolada, e foi credenciada em 1968 como Universidade pela Lei n. 5.528, de 12 de novembro, englobando as unidades isoladas de Ensino Superior até então existentes no Piauí. Apesar de ter recebido visita de credenciamento em março de 2009, o documento regulatório só foi editado em 18 de maio de 2012, através da Portaria MEC n. 645, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n. 97, de 21 de maio de 2012 (Secção 1, página 13), através da qual a UFPI foi credenciada por um período de dez anos. Adquiriu personalidade jurídica efetiva a partir da inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, após o seu Ato Constitutivo, e é mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída nos termos da Lei n. 5.528, de 12 de novembro de 1968.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor *Pro Tempore* e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

O seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 66.651, de 01 de junho de 1970, tendo sido apenas “uma expressão de vontades”. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu posteriores alterações através das Portarias MEC n. 453, de 30 de maio de 1978, publicada no DOU de 02/06/78, e n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU n. 26, de 08/02/1993.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) através da Resolução do CONSUN n. 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC n. 265, de 10 de abril de 1978 (BRASIL, 1978a) e alterado

pela Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993).

A reformulação do Estatuto da UFPI, objetivando a adaptação à LDB/1996, foi autorizada pela Resolução CONSUN n. 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer CNE n. 665/95, aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n. 147-E, de 03/08/99.

Nos termos do seu Estatuto, a UFPI é administrada pelo Conselho Diretor (CD), presidido pelo Reitor da UFPI (Presidente da Fundação) e constituído por mais 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, sendo 02 (dois) de livre escolha do Presidente da República, 01 (um) indicado pelo Ministério da Educação, 01 (um) pelo Conselho Universitário da Universidade, 01 (um) pelo Governo do Estado do Piauí, 01 (um) pela Sociedade Piauiense de Cultura e 01 (um) pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República. O mandato dos Membros do Conselho Diretor é de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução. Posteriormente, a formação do seu patrimônio foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal n. 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua instituição publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí n. 209, em 22 de dezembro de 1969.

A UFPI é uma instituição de educação superior, pesquisa e extensão orientada pelas normas emanadas do Ministério da Educação que atua em todos os ramos do saber e adota decisões colegiadas, pautando-se em princípios democráticos e de justiça social. Os órgãos deliberativos da UFPI, em nível de administração superior, são: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho Universitário (CONSUN). As reuniões ordinárias dos conselhos superiores da UFPI são mensais, com a presença mínima de 2/3 dos membros, sendo previamente agendadas (CONSUN - primeira quinta-feira de cada mês; CAD - primeira terça-feira de cada mês; CEPEX - segunda quarta-feira de cada mês).

A administração da UFPI em nível central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por sete Pró-Reitorias (de Ensino de Graduação - PREG; de ensino de Pós-Graduação - PRPG; de Pesquisa e Inovação - PROPESQI; de Extensão e Cultura - PREXC; de Administração - PRAD; de Planejamento e Orçamento - PROPLAN; e de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC) e, em nível setorial, por seis Unidades de Ensino do *Campus* de Teresina: Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Centro de Ciências Humanas e Letras



(CCHL), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Tecnologia (CT). Possui ainda um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD).

À luz das disposições estatutárias, a UFPI é uma IES de natureza federal, de estrutura *multicampi*, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), possuindo além do campus sede, três outros *campi* sediados nas cidades de Picos (*Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (*Campus* Profa. Cinobelina Elvas) e Floriano (*Campus* Almícar Ferreira Sobral). Até 2018, fazia parte, também, da UFPI o *Campus* Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651, de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa).

Existem ainda órgãos suplementares e de apoio de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para os corpos docentes, discentes e administrativos da UFPI: STI - Superintendência de Tecnologia da Informação; BCCB - Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco; AUDIN - Auditoria Interna; HU - Hospital Universitário; HVU - Hospital Veterinário Universitário.

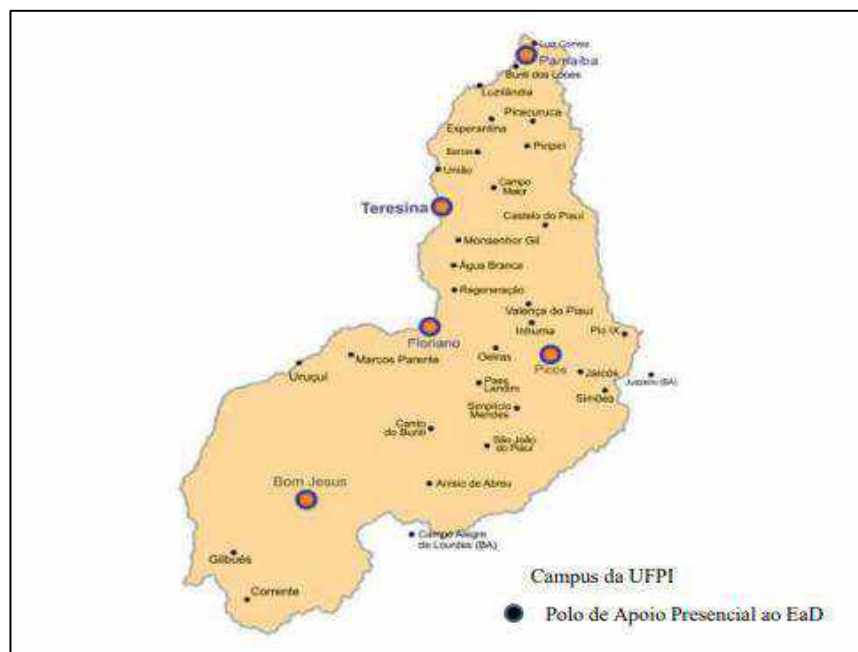
Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à Educação Básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE. Sua área de atuação, envolvendo a educação presencial e o ensino a distância (EaD) está demonstrada na Figura 4, a seguir.

A UFPI tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *Campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, de extensão, de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura, e de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O **ensino técnico** em nível médio é oferecido nos Colégios Técnicos (CT) e propõe a qualificação profissional de jovens buscando estratégias de ensino que priorizem a articulação entre as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos, políticos e ambientais do sistema produtivo.

Embora, ainda, não seja uma prática amplamente difundida, a pesquisa e o espírito científico devem ser também incentivados durante os cursos de nível médio.

Figura 4 – Municípios de atuação da UFPI na educação presencial e a distância.



Fonte: PDI 2020 - 2024 (UFPI, 2020).

Os Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus oferecem cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de forma integrada, subsequente ao Ensino Médio e concomitante com o Ensino Médio, presenciais, além de cursos técnicos a distância (e-TEC), vinculados ao Programa e-Tec Brasil e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Acerca do sistema de reserva de vagas, a UFPI, através de seus Colégios Técnicos, destina 80% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas e para estudantes oriundos de famílias com renda bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) por pessoa, em observância às disposições da política de inclusão social, através da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, do Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, da Portaria Normativa MEC n. 18 de outubro de 2012, da Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 e da Portaria Normativa MEC n. 09, de 05/05/2017.

Silvia

A UFPI, através de seus Colégios Técnicos, oferece três cursos (Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática) e até 2015 tinha alcançado um total de 1.674 alunos matriculados: 589 em Bom Jesus, 651 em Floriano e 434 em Teresina.

Os **cursos de extensão** englobam atividades de natureza acadêmica, técnica ou cultural, que obrigatoriamente estarão presentes em no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação, em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI, em atendimento à Resolução CNE/MEC n. 7/2018.

Em conformidade com o PDI (2020-2024), os cursos de extensão também poderão não estar inclusos como parte integrante e obrigatória do ensino de graduação e da pós-graduação, tendo como objetivo apenas complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante.

As ações de extensão e cultura são realizadas pela interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, com vistas ao desenvolvimento mútuo, contribuindo sobremaneira com o processo formativo dos acadêmicos, como a produção e a socialização de saberes e tecnologias e a minimização/superação dos diversos segmentos sociais do estado do Piauí, em especial aqueles de maior vulnerabilidade social. Essas ações geram uma relação dialógica de troca de saberes e de impacto social entre a academia e a comunidade, propiciando transformações sociais mútuas e inclusão social.

A execução da política universitária de extensão pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) é fundamentada na Resolução 35/2014-CEPEX/UFPI, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI, na Resolução CNE/MEC n. 7 de dezembro de 2018 e no Plano Nacional de Extensão Universitária, em consonância com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que explicita: "[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988, p.123). Busca ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.



A UFPI considera a extensão como um de seus alicerces, sendo a presença em todas as esferas do contexto social uma de suas marcas institucionais. Por isso, tem estimulado o desenvolvimento de programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social. Além disso, existe a possibilidade de implementação de ações conjuntas que incentivem o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnicos-administrativos, como meio de fomentar o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica.

A UFPI organiza seus **cursos de graduação** em regime de créditos, mesmo que, em alguns casos, seja organizado no formato seriado semestral (ou bloco), com atividades presenciais, semipresenciais e à distância. O ensino de graduação confere os graus de bacharel e licenciado, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais, ou de vagas reservadas a ações afirmativas e programas especiais, a exemplo do Parfor, visando à obtenção de qualificação universitária específica.

Até a criação da Universidade do Delta do Parnaíba (UFDPAr), a UFPI ofertava 83 cursos presenciais cadastrados no sistema e-MEC. Com a criação da UFDPAr, atualmente encontram-se cadastrados no sistema e-MEC da UFPI 71 cursos presenciais. O ingresso aos cursos de graduação na modalidade presencial ocorre através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de vestibular e de processos seletivos especiais, a exemplo do Parfor. Em observância à política de inclusão social, a UFPI destina 50% das vagas dos cursos presenciais às cotas.

No período de 1971 a 2005, a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI (2005-2009), houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), conhecido como Universidade Aberta do Piauí (UAPI), através do qual a UFPI ministra cursos de bacharelado e licenciatura, perseguindo os mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial. Inicialmente, foi criado o curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD, tendo sido criadas oito novas graduações.



A partir de 2006 ocorreram significativas mudanças no contexto estrutural, tecnológico e de formação de docentes da UFPI, em decorrência da adesão ao Programa de Apoio a Programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, através de ações que dotem as universidades federais das condições necessárias para garantir o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de reduzir as desigualdades sociais no país, de forma a consubstanciar o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE - Lei n. 10.172/2001) (BRASIL, 2011a).

Nesse sentido, considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de Ensino Superior, para atender à demanda de educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.

Com a adesão ao REUNI, a UFPI expandiu sua oferta, com reestruturação de dois *Campi* do interior (Parnaíba e Picos) e implantação de dois novos *Campi*, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, estando a 635 km de Teresina, e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, ficando a 234 km da capital. O início das atividades do *Campus* de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e, em Floriano, se deu no primeiro semestre de 2009.

Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, época do término do seu primeiro PDI, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura.

Em 2015, as vagas para o ensino de graduação foram elevadas e no primeiro semestre de 2018 a UFPI ofereceu mais de 3000 (três mil) vagas no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação no período letivo 2018.1, através do SISU, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, distribuídas nos seus *Campi*.

⁶ O REUNI foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).



Atualmente, são ofertados 71 cursos presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos. Durante a vigência do seu novo PDI (2020-2024) a UFPI pretende, continuamente, avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades. O Quadro 1, a seguir, demonstra o número de alunos ingressantes, matriculados e egressos durante a vigência do PDI 2015-2019.

Quadro 1 – Número de alunos ingressantes, matriculados e egressos, quinquênio 2015-2019.

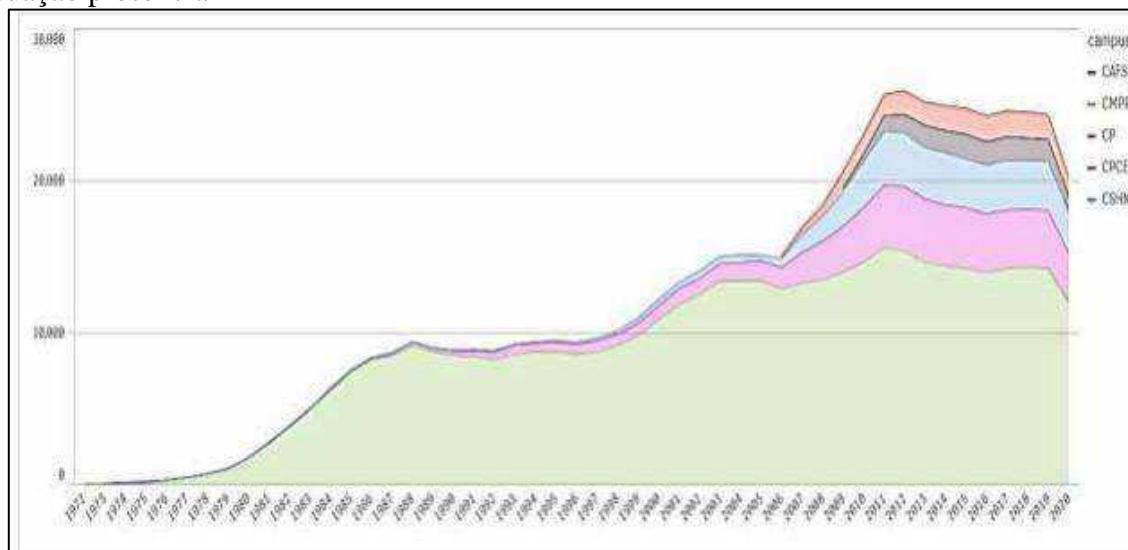
| Ano | Ingressantes | Matriculados | Egresso |
|------|--------------|--------------|---------|
| 2015 | 5.237 | 23.579 | 3.004 |
| 2016 | 5.807 | 23.447 | 2.714 |
| 2017 | 5.549 | 23.955 | 2.848 |
| 2018 | 5.467 | 23.987 | 2.889 |
| 2019 | 5.556 | 24.171 | 2.799 |

Fonte: PDI 2020 – 2024 (UFPI, 2020).

Para a EaD, foram oferecidas nesse mesmo ano um total de 3.000 (três mil) vagas para 08 (oito) cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, tanto na sede dos *Campi* como em outros municípios, perfazendo 316 (trinta e seis) polos situados em 36 (trinta e seis) diferentes cidades do Estado do Piauí. Na vigência do PDI 2015-2019 (UFPI, 2015), na modalidade de educação a distância, havia 15 cursos de graduação em 48 polos de apoio presencial, distribuídos no Piauí e na Bahia.

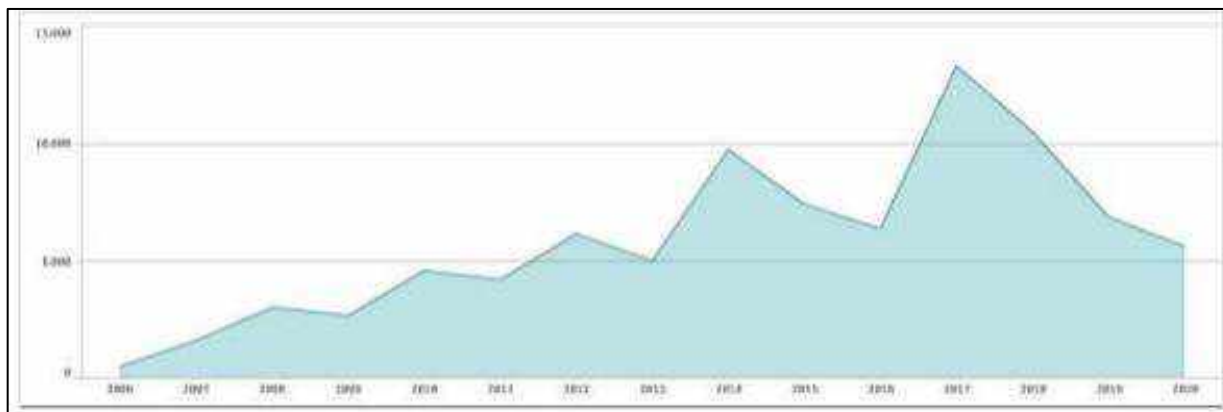
Até 2019 a UFPI contabilizou 24.171 alunos de graduação matriculados no ensino presencial e cerca de 11.054 na modalidade EaD. As Figuras 5 e 6 ilustram, respectivamente, a evolução do número de alunos matriculados na graduação na modalidade presencial por ano e *Campus* e na modalidade a distância, por ano, no *Campus* Ministro Petrônio Portella.

Figura 5 – Evolução de alunos matriculados por ano e campus – modalidade de ensino de graduação presencial



Fonte: PDI 2020 – 2024 (UFPI, 2020).

Figura 6 – Evolução de alunos matriculados por ano – modalidade de ensino de graduação a distância, no CMPP



Fonte: PDI 2020 – 2024 (UFPI, 2020).

Importante ressaltar também que projetos previstos no PDI anterior e, em andamento, deverão ter continuidade, como os programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Parfor, quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender demandas sociais importantes.

O ensino de pós-graduação na UFPI contempla o nível *stricto sensu* (cursos de mestrado acadêmico e mestrado profissional, cursos de doutorado) e o nível *lato sensu* (cursos de especialização), visando à qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de

silviana

ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado pela sociedade, bem como, são operacionalizadas todas as atividades relativas à capacitação de docentes e técnicos de interesse institucional.

Nesse sentido, a UFPI, na condição de encarregada de propor políticas de ensino de pós-graduação, viabiliza ações em consonância com as exigências sociais, com o desenvolvimento científico, econômico, cultural, tecnológico e artístico do mundo atual. Seu papel voltado para o controle da qualidade e produtividade dos programas de pós-graduação e estimulação de uma cultura de ensino e pesquisa tem sido reforçado nos últimos anos.

A pós-graduação *stricto sensu* na UFPI teve início em 1991, com a criação do primeiro Mestrado Institucional, na área de Educação. A construção dos programas, atualmente existentes, seguiu os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área da CAPES que preveem em seus documentos recomendações gerais, tanto para a elaboração de propostas quanto para a correção de rumos e avanços de qualidade e atuação dos programas em andamento.

Para ingresso nos cursos de pós-graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de Educação Básica (Ensino Médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

Em 2015, as vagas foram gradativamente aumentadas e nos últimos 5 anos, de forma sustentável e contínua, a pós-graduação na UFPI atingiu um patamar superior a 60% no número de alunos matriculados em programas de Mestrado e Doutorado. Embora o número de Bolsas Demanda Social – CAPES de Mestrado tenha praticamente se mantido, houve um incremento considerável de Bolsas para Doutorado, mantendo-se, contudo, sem alteração a quantidade de Bolsas do CNPq, entre os dois quinquênios.

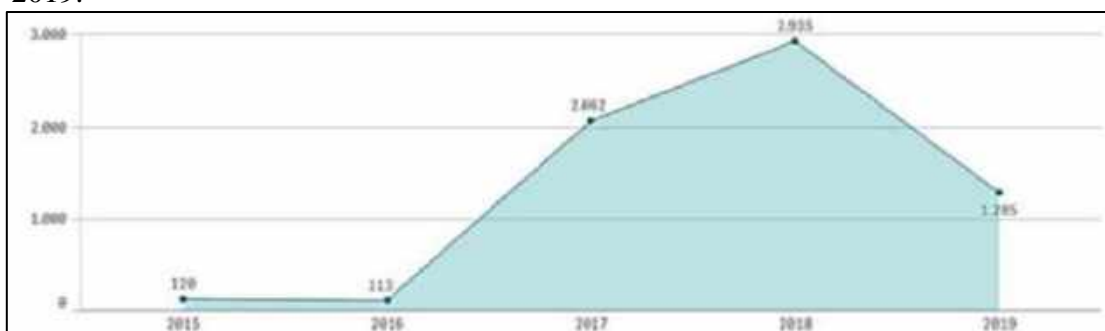
Em relação aos conceitos dos cursos dos programas de pós-graduação da UFPI, verifica-se que houve uma evolução na qualidade da oferta dos cursos de nível *stricto sensu*. Houve um incremento considerável nos conceitos 04 e 05 atribuídos pela Capes, tendo em vista que o conceito máximo atribuído por essa agência de fomento é 07.

Em 2018, a UFPI possuía 30 (trinta) Cursos de Especialização em funcionamento, totalizando 2.763 (duas mil, setecentos e sessenta e três) matrículas, sendo 23 (vinte e três) cursos e 808 (oitocentas e oito) matrículas no ensino presencial e 07 (sete) cursos e 1.955 (um mil,



novecientos e cinquenta e cinco) matrículas no ensino a distância. Em 2019, estavam em execução, 40 (quarenta) Cursos de Especialização nas diversas áreas. Na Figura 7, a seguir, tem-se a evolução das matrículas dos cursos *lato sensu* no quinquênio 2015-2019.

Figura 7 – Evolução do número de matriculados nos cursos de especialização da UFPI, quinquênio 2015-2019.



Fonte: PDI 2020 – 2024 (UFPI, 2020).

Na Pós-Graduação *stricto sensu* contabilizavam-se 42 Programas, nos quais são desenvolvidas as atividades de 34 mestrados Acadêmicos, um mestrado profissional, 07 doutorados institucionais, além de dois doutorados em rede. Também mantinha parcerias responsáveis por 13 Doutorados Interinstitucional (DINTER), 02 Mestrado Interinstitucional (MINTER) e 21 Programas de Cooperação Acadêmica (PROCAD). Entre 2010 e 2019, contabilizou 16.041 alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, sendo 12.661 em nível de mestrado e 3.380 em nível de doutorado.

A UFPI considera que as áreas prioritárias definidas pelas políticas públicas do estado do Piauí merecem atenção especial. Assim, tem incentivado a criação de novos programas em áreas não contempladas e a consolidação daqueles existentes nessas áreas, para sustentação e consolidação de núcleos de pesquisa voltados para a solução de problemas regionais.

Para o quinquênio 2020-2024, a UFPI estruturou seu planejamento institucional de modo a fortalecer os Temas Estratégicos definidos nos marcos do seu PDI (ensino, pesquisa, extensão e cultura, gestão e governança, tecnologia e comunicação, infraestrutura, sustentabilidade, gestão de pessoas, internacionalização e assistência estudantil), operacionalizando objetivos e metas⁷. Os

⁷ Dada a limitação de espaço gráfico deste documento, recomendamos ao leitor à conferência das metas estabelecidas para o quinquênio 2020-2024 disponíveis em: <https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PrestacaodeContas/Arquivos/capitulo-13.2.pdf>.

objetivos gerais e objetivos específico para cada tema estratégico podem ser visualizados no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Temas Estratégicos e objetivos para o quinquênio 2020-2024

| Temas Estratégicos | Objetivos Gerais | Objetivos Específicos |
|--------------------|---|---|
| Ensino | Promover uma educação de excelência e princípios inovadores | <ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar os indicadores de qualidade de curso. ● Melhorar os indicadores de desempenho de curso. ● Aumentar a oferta de cursos de graduação e vagas com foco no estímulo regional, social e socioeconômico. ● Institucionalizar e sistematizar programa de acompanhamento de egressos. ● Institucionalizar prática de atualização periódica dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) com base em metodologias ativas e diretrizes do governo federal. ● Fortalecer a integração com o mercado de trabalho por meio de parcerias para estágio. ● Implementar e/ou reestruturar programas de pós-graduação lato sensu (especializações e residências em saúde) e stricto sensu (mestrado e doutorado acadêmico e profissional) em áreas prioritárias e estratégicas, considerando demandas sociais, econômicas, ambientais e educacionais emergentes na realidade local e regional. ● Melhorar os conceitos dos programas na avaliação da capes e o desempenho da UFPI nas avaliações nacionais e internacionais. ● Implantar novos cursos na modalidade a distância ● Fortalecer o ensino básico, técnico e tecnológico. |
| Pesquisa | Fortalecer a pesquisa e inovação acadêmica | <ul style="list-style-type: none"> ● Implantar programas de valorização da inovação. ● Incrementar e diversificar os mecanismos de captação de recursos junto a entidades públicas e/ou privadas de fomento à pesquisa e inovação, através dos programas de pós-graduação stricto sensu, de modo a garantir as condições necessárias para promoção de ações que levem à produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de forma exitosa, visando a solução de problemas locais e regionais emergentes. ● Mapear e diagnosticar a pesquisa na UFPI. |



| | | |
|--------------------------|---|---|
| Extensão e Cultura | Desenvolver políticas de extensão e práticas culturais | <ul style="list-style-type: none"> ● Valorizar as práticas extensionistas nos planos de carreira docente e nos processos seletivos da UFPI. ● Ampliar a quantidade de bolsas de extensão (PIBEX). ● Regulamentar e incentivar a criação e o funcionamento de núcleos de extensão na UFPI. ● Estimular a proposição de ações de extensão por docentes, técnico-administrativos e discentes. ● Promover capacitação presencial e/ou a distância para o desenvolvimento de ações de extensão. ● Incentivar e promover ações de extensão voltadas para a economia solidária, prática profissional, o empreendedorismo e a inserção no mercado de trabalho. ● Prestar serviços que beneficiam setores e comunidades sociais. ● Incentivar a inserção de ações de extensão nos curso de graduação e programas de pós-graduação, sobretudo nos mestrados profissionais, melhorando a articulação pesquisa-extensão. ● Aumentar a oferta de ações e atividades culturais, lazer e esporte. |
| Gestão e Governança | Aperfeiçoar a gestão administrativa e financeira | <ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer os índices de governança institucional conforme levantamento do TCU. ● Prover uma gestão moderna, eficiente, transparente e desburocratizada. ● Potencializar o uso dos resultados das atividades de auditoria interna da AUDIN no processo de tomada de decisão e no aperfeiçoamento da gestão da UFPI, agregando valor à instituição. ● Fortalecer as boas práticas de governança, transparência da informação e gestão orientada a resultado. ● Fortalecer os canais de comunicação com público interno e externo. |
| Gestão de Pessoas | Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos | <ul style="list-style-type: none"> ● Implementar programas de desenvolvimento de equipe e capacitação, visando fortalecer as habilidades e a qualificação e crescimento profissional dos servidores. ● Desenvolver programas de atenção ao servidor. ● Descentralizar atividades de gestão de pessoas para os campi do interior. ● Gerir a contratação de pessoal, carga horária docente e jornada de trabalho de técnicos administrativos. |
| Sustentabilidade | Consolidar a política de sustentabilidade | <ul style="list-style-type: none"> ● Acompanhar, publicitar e atualizar o plano de sustentabilidade da UFPI. ● Atender as metas definidas no plano de sustentabilidade da UFPI. |
| Tecnologia e Comunicação | Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos | <ul style="list-style-type: none"> ● Implantar processo eletrônico e gestão eletrônica de documentos. ● Promover transparência da informação, dinamizar a comunicação interna e informatizar rotinas administrativas. ● Atualizar o planejamento estratégico de ti e elaborar artefatos de gestão. ● Fortalecer o gerenciamento de suporte ao usuário alinhado com as boas práticas definida na biblioteca itil (information technology infrastructure library). ● Promover comunicação social estratégica voltada a noticiar a dinâmica institucional. |



| | | |
|------------------------|---|---|
| Internacionalização | Oportunizar a internacionalização universitária | <ul style="list-style-type: none"> ● Firmar novos acordos e convênios de cooperação com instituições estrangeiras. ● Regulamentar programa de acreditação de disciplinas cursadas em instituições estrangeiras. ● Fortalecer o enriquecimento cultural e a formação global dos discentes. ● Desenvolver projetos de extensão relacionados à cultura estrangeira. ● Aumentar a inserção científica internacional da instituição através da exploração de convênios e parcerias de cooperação internacional estratégicos à instituição. ● Criar oportunidades de cooperação com instituições estrangeiras, envolvendo docentes e discentes, por meio de intercâmbios, acreditação e/ou oferta de disciplinas em língua estrangeira, publicações, colaboração e parcerias em projetos de pesquisa, de modo a favorecer o enriquecimento científico-cultural e a formação global dos alunos. ● Propor ações estratégicas de fomento à internacionalização institucional. |
| Infraestrutura | Promover melhorias na infraestrutura física | <ul style="list-style-type: none"> ● Prover e gerir os projetos de ampliação de área construída da UFPI. ● Prover e gerir a gestão ambiental e segurança da UFPI. ● Desenvolver, implantar e executar projeto institucional de eficiência energética. ● Projetar infraestrutura predial e viária voltada à acessibilidade. ● Elaborar planos de manutenção preventiva. ● Atender as solicitações de melhorias e ampliação de infraestrutura física, elétrica, água e esgoto. ● Executar melhorias de infraestrutura predial. |
| Assistência Estudantil | Fortalecer os programas de assistência estudantil | <ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer os programas de ação afirmativa voltados para igualdade social, racial e diversidade cultural. ● Ampliar as ações de assistência estudantil e dos serviços prestados aos discentes. ● Estimular ações de apoio a permanência de alunos de baixa renda. ● Promover projetos de assistência moradia, alimentação e transporte. ● Promover o acompanhamento do rendimento acadêmico e dos fatores que impactam no índice de evasão dos estudantes beneficiários. <p>Fortalecer o acompanhamento pedagógico, social e psicológico dos estudantes público-alvo da educação especial (deficientes, pessoas com transtorno do espectro autista, e altas habilidades/superdotação).</p> |

Fonte: PDI 2020 – 2024 (UFPI, 2020).

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde a sua fundação, a instituição tem se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

Em relação aos recursos humanos, a UFPI possui atualmente de 1.800 docentes (1.699 docentes do Magistério Superior e 101 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) e 1.148



servidores técnico-administrativos, em sua maioria com pós-graduação (38,2% especialistas e 17,5% mestres) e somente 16,8% com graduação.

A interligação entre as distintas instâncias da UFPI é feita, principalmente, através da ferramenta de gestão denominada Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), administrada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), que contempla os portais: acadêmico, administrativo, recursos humanos e administração e comunicação, visualizáveis no sítio eletrônico da UFPI (<https://www.sigadmin.ufpi.br/admin/login.jsf>).

Como instituição de Ensino Superior integrante do sistema federal de Ensino Superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como também pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Estatísticas recentes fazem menção à importância da produção científica da UFPI, as quais são referendadas pela CAPES, uma vez que esse órgão já constatou o crescimento expressivo do trabalho desenvolvido na IES, o que possibilitou, nos últimos anos, a implantação de mais do dobro do número de programas de pós-graduação existentes até então.

Em novembro de 2022, a UFPI completará 54 anos de instalação e encontra-se num patamar satisfatório de desenvolvimento tendo passado no período de 2013 para 2014 da 69ª posição nacional para a 45ª, segundo o Ranking Universitário Folha (UFPI, 2014). Acerca do resultado do Índice Geral de Cursos (IGC), a UFPI apresentou resultados crescentes no último quinquênio. Ao longo de sua existência, a UFPI tem se pautado em parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos em todas as suas áreas de atuação.

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.

É nesse contexto que a UFPI aderiu ao Parfor, renovando o compromisso com o desenvolvimento da sociedade piauiense por meio da garantia da oferta de Ensino Superior público, gratuito e com qualidade aos professores atuantes na Educação Básica. Aderindo ao Programa, a

UFPI reafirma seu compromisso com a educação do estado do Piauí comprometendo, também, com a revisão e avaliação dos seus cursos de licenciatura e com a aproximação de seus currículos das demandas concretas da Educação Básica.

1.3.2 Contexto regional e histórico do curso de Geografia

1.3.2.1 O contexto regional do estado do Piauí e a relação com o curso de Geografia

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2010), o estado do Piauí apresenta aspectos socioeconômicos, políticos, ambientais e culturais distintos de outros estados brasileiros, bem como potencialidades para o desenvolvimento social e econômico, diversidade cultural e ecossistemas exclusivos em relação a outros territórios, o que torna imprescindível subsidiar a formação de professores de Geografia, os quais farão (em sua prática docente) pesquisas e divulgação das mesmas para a sociedade como um todo.

Entretanto, prevalecem entraves político-administrativos, a escassez de investimentos e a necessidade de ampliar o acesso ao ensino superior dos piauienses, para citar exemplos. Nesse aspecto, a situação no estado do Piauí não é indiferente ao contexto nacional, especialmente, no que se refere às demandas relativas ao sistema educacional e na necessidade da formação docente com qualidade.

No entendimento de que uma formação profissional docente pode intervir e modificar o cenário das tensões na vida urbana, perceptíveis pelo aumento do desemprego, carências sociais e violência, é preciso evidenciar que a inserção de jovens e adultos no curso de licenciatura em Geografia se fortalece com a existência de inúmeras transformações econômicas no território, notadamente, no Piau.

As transformações justificam-se pela influência da formação crítica que o docente de Geografia pode ter. O professor, por ser formador de opinião, contribui para interferir na forma como os alunos da educação básica pensarão sobre como estão caracterizados os territórios, haja vista a vivência desses lugares frente às mudanças ocorridas no espaço geográfico, tais como a chegada de grandes empreendimentos do agronegócio, o que impõe conflitos e impasses trabalhistas, por exemplo. Esse “novo rural” nesse “antigo território” é ainda marcado por lutas constantes pelo acesso à terra. O agronegócio é visto como impositivo, porém ele pode ser visto como elemento que contribui para o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, como elemento significativo dos impasses. Esses territórios tecidos no Piauí e na região Nordeste precisam de

interpretações geográficas que desvendem as mudanças ambientais, culturais, sociais e econômicas.

Na dimensão ambiental, a existência de bacias hidrográficas, à exemplo da bacia do Rio Parnaíba, contornando e margeando territórios do Estado, impõe a necessidade de se pensar a sustentabilidade ambiental com seus rios e cursos d'águas, formas de relevo, vegetação e solos aliados a sociedade que os transformam e os recriam. Igualmente a dimensão natural deve ser interpretada como um componente cultural, enraizado nas histórias dos territórios e nos valores da dança, da música, da culinária e da paisagem.

O curso de Geografia poderá, a partir da formação de profissionais que tenham a capacidade de conhecer e interpretar os territórios da realidade piauiense e outros, desenvolver nos graduandos as condições de perceberem a necessidade de ter visões particulares, mas integradas a tudo que acontece no espaço e no tempo. As dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais clamam por uma visão política que seja capaz de estimular a capacidade crítica de entendimento da realidade que nos envolve, o que implica na compreensão do espaço geográfico, do território, da paisagem, da região e do lugar. Esses são caminhos necessários para entendermos a sociedade em que vivemos.

Nesse sentido, nos últimos 60 anos, o curso de Licenciatura em Geografia tem contribuído para dirimir as dificuldades relativas à falta de profissionais com a qualificação adequada para o trabalho na educação básica. Nessa premissa, dezenas de alunos egressos do curso de Geografia desta instituição foram (e ainda são) absorvidos pelo mercado de trabalho do próprio estado do Piauí e, semelhantemente, de outros estados da Federação.

Portanto, o curso de Geografia da UFPI tem contribuído para a formação de professores que prosseguiram seus estudos acadêmicos no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI)⁸, em outros cursos de Pós-Graduação em diferentes estados brasileiros e em alguns outros países, o que dá as dimensões nacional e internacional à formação inicial dos alunos egressos do curso.

⁸ O PPGGEO foi aprovado na UFPI através da Resolução n 155/10 do CEPEX e pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), em 1 de março de 2011 através do Ofício n 12/2011. O Mestrado em Geografia agrega a área de concentração “Organização do Espaço e Educação Geográfica” com duas linhas de pesquisa: Estudos Regionais e Geoambientais e Ensino de Geografia.



1.3.2.2 Histórico do curso de Geografia

O Curso de Licenciatura em Geografia foi instituído anteriormente à criação da UFPI. Quando criado e implantado, passou a funcionar na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI). Rego e Magalhães (1991) afirmam que a FAFI foi criada em 16 de junho de 1957, tendo seu funcionamento autorizado em 18 de fevereiro de 1958, pelo decreto nº. 43.402. As mesmas autoras relatam que a FAFI foi instalada oficialmente no dia 07 de abril de 1958⁹, em solenidade na qual o Professor Clemente Honório Parentes Fortes, primeiro Diretor da Instituição, proferiu a aula inaugural. O primeiro vestibular da nova instituição foi realizado no ano de 1958, com início no dia 31 de março e término em primeiro de abril.

A FAFI começou a funcionar com oferta de três cursos de Licenciatura: Filosofia, Letras Neolatinas, Geografia e História. Quando foram instalados, os cursos de Geografia e História funcionavam juntos. Somente a partir de 1963, passaram a proceder de forma independente, demonstrando a consolidação das políticas pedagógicas disciplinares, o que representou autonomia curricular para ambos os cursos. Desse modo, em 23 de julho de 1964, pelo decreto nº. 54.038, o curso de Geografia obteve seu reconhecimento.

Oito anos depois, em 1971, os cursos de Geografia e História passaram a partilhar algumas funções. Nesse mesmo ano, foi criada e implantada a UFPI. Sua organização acadêmico-administrativo foi definida em Centros e Departamentos. Os cursos de Geografia e História, a partir desse momento, passaram a fazer parte dessa estrutura organizacional, ou seja, vinculados a um mesmo Departamento - Departamento de Geografia e História (DGH), que teve como seu primeiro Chefe o professor Noé Mendes de Oliveira. Na época da criação da UFPI, como não havia Coordenação de Curso, o departamento planejava e executava todas as atividades ligadas às políticas administrativas da Universidade e às políticas pedagógicas dos cursos de Geografia e de História.

O DGH permaneceu por 43 anos, quando, então, a Resolução CEPEX/UFPI 027/2014- o transformou em Departamento de História, lotando os professores do curso de graduação em Geografia, na Coordenação do Curso de Geografia/CCHL/UFPI. Essa, por sua vez, passou a ter as mesmas atribuições das coordenações de cursos, as quais foram criadas pelo REUNI.

⁹ Rego e Magalhães (1991) relatam que a comunidade piauiense recebeu a notícia da autorização por telegrama enviado pelo Diretor do Ensino Superior, no dia 24 de março de 1958.



O PPP (UFPI, 2007b)¹⁰ foi reformulado a fim de atender as orientações do CNE e adequar-se aos diferentes contextos sociais, políticos e econômicos gerados ao longo do processo histórico da organização espacial piauiense.

Quanto ao funcionamento do curso de Geografia, em princípio, foi organizado na modalidade seriada, com apenas uma entrada por ano. Com a implantação do sistema de créditos pela UFPI em 1964, foram definidas duas entradas de alunos por ano: uma no primeiro período e, outra, no segundo¹¹. Ambas viabilizadas pelo processo seletivo na modalidade vestibular e, depois pelo Programa Seriado de Ingresso na Universidade (PSIU), entre os anos de 2007 a 2011. Já, no ano de 2012, os alunos passaram a ingressar pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), através da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Com a Resolução CEPEX/UFPI 83/2007 (UFPI, 2007a), o curso de Geografia passou a funcionar pelo sistema de blocos curriculares. A cada semestre, eram ofertadas disciplinas obrigatórias, que deveriam ser cursadas integralmente pelos estudantes, com o intuito de concluir o curso no tempo mínimo de 5 (cinco) anos. Para o presente PPC, a sistemática da oferta das disciplinas será por créditos, ou seja, a cada 15 horas de aulas, o aluno terá o equivalente a um crédito, distribuídos em oito períodos, com carga horária que permita ao aluno formar-se em 4 (quatro) anos. Ofertar-se-á 55 (cinquenta e cinco) vagas semestrais. O curso é organizado a em 8 períodos, conforme distribuição do Fluxograma (Figura 9).

O curso de Geografia do Parfor implantou 04 turmas, sendo 02 (duas) no município de Teresina (2ª Licenciatura: 2010.2-2012.1; 2011.2-2013.1) e 01 (uma) turma em Parnaíba (2ª Licenciatura: 2011.2-2013.1), já concluídas. Atualmente existe 01 (uma) turma em funcionamento no município de Luzilândia (1ª Licenciatura: 2018.2 – 2022.1). Deve-se destacar que o programa já formou 64 alunos de Geografia nas três turmas concluídas.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

2.1 Especificidades do Curso de Geografia e a BNCC

O currículo do curso de Geografia do Parfor se identifica com a LDB (Lei n. 9.394/1996), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Geografia (CNE/CES

¹⁰ O PPP (UFPI, 2007) aponta que, de 1971 a 2003, o currículo do curso de Geografia foi, por diferentes vezes, reformulado.

¹¹ Cada período corresponde a um semestre letivo.



492/2001 de 03 de abril de 2001), com o PNE (2014-2024), com a BNCC (Resolução CNE/CP n. 2/2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) na comunhão de fundamentos, princípios e valores que reconhecem o compromisso da educação com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

O desenvolvimento curricular do curso de Geografia interconecta-se com os marcos legais referidos e está alicerçado nos princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, revogado pelo Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016, e nos princípios da política de ensino da UFPI descritos no seu PDI (2020-2024), os quais reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública de promover educação superior de qualidade: (I) articulação entre ensino, pesquisa e extensão; (II) articulação entre teoria e prática; (III) interdisciplinaridade e transdisciplinaridade; (IV) flexibilização curricular; (V) ética.

2.1.1 A relação entre a formação de professores de geografia e a educação básica proposta pela BNCC

Estabelecer relações entre a formação de professores de Geografia e o que se espera dos conhecimentos geográficos a serem mediados durante a educação básica, não se desvincula da própria construção da educação brasileira, que se constituiu em um processo histórico em que foram elaboradas leis, orientações pedagógicas, currículos e outros encaminhamentos que deram aos sistemas educacionais uma formatação híbrida e complexa, considerando ainda as diversidades regionais, locais e teórica-metodológicas. Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), elaborada pelo MEC, tem se tornado um documento que orientará minimamente os conteúdos que as crianças e jovens devem conhecer em cada área específica, subsequentemente, tornando-se a orientação para as secretarias estaduais e municipais e as escolas organizariam seus currículos, de acordo com suas especificidades.

A construção da BNCC foi marcada pela consulta pública do documento em particular para o ensino fundamental, já que no ensino médio, a reforma proposta pela Lei 13 415/2017, que alterou a Lei 9.364 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afetou a própria estrutura de funcionamento dessa última etapa, ampliando o tempo mínimo de 800 horas para 1.000 horas anuais (com a previsão de implementação até 2022) e, conseqüentemente, outras mudanças relativas ao que foi denominado de itinerários formativos, divididos em áreas de conhecimento e



na formação técnica profissional. Desse modo, é importante que durante a formação acadêmica, os graduandos tenham acesso e compreendam sobre a importância dos conhecimentos curriculares solicitados para a sua futura regência.

Especificamente, a disciplina escolar geografia está organizada na BNCC como um componente curricular vinculado à área de Ciências Humanas (CH). A Geografia, no ensino fundamental, está como aprendizagem essencial do 1º ao 9º ano, e no ensino médio do 1º ao 3º ano, encontra-se vinculada às competências e habilidades propostas na área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia), o que significa dizer que a Geografia não é tratada como um componente curricular, mas como um campo de conhecimento que se articula a outros com a finalidade de possibilitar a continuidade dos estudos realizados no ensino fundamental, promovendo a educação integral e a preparação básica para o trabalho, o exercício da cidadania e a compreensão do mundo em suas diversas escalas, relações e temporalidades. A reforma do ensino médio implicou numa repercussão desfavorável na academia, na escola e para muitos na sociedade, contudo esse é outro debate.

Para atender as propostas estabelecidas pela BNCC pelo componente curricular da Geografia, foram propostas cinco unidades temáticas, que são comuns ao longo do ensino fundamental, essa disposição possibilitou a organização das habilidades e competências a seguir: o sujeito e o seu lugar no mundo; mundo do trabalho; conexões e escala; formas de representação e pensamento espacial; natureza, ambiente e qualidade de vida; e para todas as unidades o exercício da cidadania. As unidades temáticas têm por finalidade a construção do raciocínio geográfico que assim foi definido:

Essa é a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fático (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania (BRASIL, 2018a, p. 358).

Assim, a BNCC compreende que o “raciocínio geográfico” da realidade é o núcleo acolhedor das grandes contribuições que o ensino de geografia pode oferecer a sociedade e, assim, a formação do professor que estimula com os conteúdos de geografia aprendizagens sobre o espaço geográfico interligada ao exercício da cidadania. O “**raciocínio geográfico**”, trabalhado na própria BNCC, é uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplicar determinados princípios

(Quadro 3) para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas.

Quadro 3 – Descrição dos princípios do raciocínio geográfico princípio descrição

| |
|---|
| <p>Analogia Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.</p> <p>Conexão Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.</p> <p>Diferenciação* É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.</p> <p>Distribuição Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.</p> <p>Extensão Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.</p> <p>Localização Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).</p> <p>Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.</p> |
|---|

Fonte: BNCC, (BRASIL, 2018a, p. 360).

O raciocínio geográfico é uma conquista decorrente do ensino-aprendizagem de Geografia exercitado diariamente no processo de formação do docente que, por sua vez, será ensinado às crianças e jovens da educação básica. O raciocínio geográfico da realidade permite orientar uma consciência espacial sobre os fenômenos sociais e naturais, tornando-se uma fatia da cultura humana que possibilita refletir sobre a localização, as distâncias, as qualidades e a posição dos espaços para além de uma leitura geométrica, material e desconectada das ações humanas.

Constrói-se com o raciocínio geográfico, assim, uma leitura sobre a unidade, as individualidades, as semelhanças, as divisões, as interações, as relações, os conflitos, as identidades e as configurações da realidade com base nas apropriações da natureza, sendo os espaços geográficos um âmbito de entendimento das diversas formas de vida desenvolvidas pelas sociedades em seus territórios.

O ensino fundamental, embora tenha o componente curricular de geografia vinculado à área de ciências humanas, é a etapa em que os conteúdos referentes ao ensino-aprendizagem de Geografia são claramente delimitados, de forma que na formação do futuro docente, essa parte da BNCC torna-se uma orientação sobre o que se deve ensinar e aprender durante o curso de formação inicial (graduação). Entretanto, no ensino médio, a geografia aparece em quase todas as habilidades e competências propostas para a área de ciências humanas, contudo, reforçamos que o profissional habilitado para ministrar os conteúdos referentes ao ensino de Geografia é o professor formado nesta área.

É necessário destacar que, a exemplo do Ensino Fundamental, a BNCC do Ensino Médio está organizada por áreas de conhecimento: que são: 1) Linguagens e suas Tecnologias, 2) Matemática e suas Tecnologias, 3) Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e 4) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E, desta forma, cada uma das áreas possui as suas competências específicas¹² que deverão ser aprofundadas na etapa final da Educação Básica e relacionadas a elas habilidades que devem ser desenvolvidas.

De modo geral, espera-se que a Geografia, na educação básica, atenda aos princípios¹³, habilidades¹⁴ e competências¹⁵ estabelecidos nos caracteres gerais, comum à todos os componentes curriculares vinculados à BNCC e aos específicos das ciências humanas e da Geografia definindo

¹² 1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. 2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder. 3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. 4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. 5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. 6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018, p. 558).

¹³ Para Brasil (2018, p. 6): princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

¹⁴ Para Brasil (2018, p. 8): habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

¹⁵ Para Brasil (2018, p. 8): Competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos).

as “[...] aprendizagens centradas na análise, comparação, interpretação, construção de argumentos, por meio da utilização de conceitos e recursos fundantes da área.” (BRASIL, 2018b, p.471). Contudo, no Ensino Médio amplia-se essa base conceitual, pois pretende-se que a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas possibilite a análise e a avaliação das relações sociais, dos modelos econômicos, dos processos políticos e das diversas culturas. As Ciências Humanas e Sociais aplicadas permitem o desenvolvimento de algumas habilidades, tais como: analisar, relacionar, comparar e compreender fenômenos, contextos e identidades possibilitando as condições para conhecer, problematizar, criticar e tomar posições (BRASIL, 2018b).

Destaca-se ainda que uma das peculiaridades do EM é ensinar a pensar, dito de outra forma, aprender a indagar e para tanto é necessário estimular o protagonismo juvenil mobilizando:

[...] recursos didáticos em diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), selecionar formas de registros, valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.) e estimular práticas voltadas para a cooperação. Os materiais e os meios utilizados podem ser variados, mas o objetivo central, o eixo da reflexão, deve concentrar-se no conhecimento do Eu e no reconhecimento do Outro, nas formas de enfrentamento das tensões e conflitos, na possibilidade de conciliação e na formulação de propostas de soluções (BRASIL, 2018b, p. 549).

E, desta forma, a área de Ciências Humanas e Aplicadas concebida na BNCC do EM “[...] está organizada de modo a tematizar e problematizar [...] algumas categorias dessa área, fundamentais à formação dos estudantes: tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética; e política e trabalho” (BRASIL, 2018b, p. 549). Assim, o documento reforça que:

As categorias de tempo e espaço são problematizadas na análise de contextos mais amplos. Território e fronteira são categorias que estruturam o conceito de espaço em suas diferentes dimensões, para além da noção de superfície terrestre, de país ou de nação. As relações entre sociedade e natureza em diferentes culturas, sua organização social, política e cultural, suas formas de trabalho, suas relações com outras populações e seus conflitos e negociações permitem compreender seus significados, ultrapassando o campo das evidências e caminhando para o campo das representações abstratas (BRASIL, 2018b, p. 550).

Nessa perspectiva, é de suma importância aproximar a formação inicial de professores (que ocorre nas universidades, institutos e faculdades) do contexto da educação básica. Essa aproximação tem motivado vários estudos, leis, decretos e outros encaminhamentos para que a

formação dos professores, no nosso caso de Geografia, possa contemplar as necessidades da Geografia Escolar, que conforme definida por Callai (2011, p. 3):

É resultado da seleção de que conteúdos trabalhar a partir daquilo que é o específico da ciência geográfica. Mas, que se constitui a partir de um conjunto de fatores que passam pelo estabelecimento de um conhecimento sustentado no trabalho a partir de elementos significativos. Estes permitem estabelecer e consolidar as raízes daquilo que se convencionou como geografia escolar. Mas, também nas crenças adquiridas ao longo da formação docente, nos saberes adquiridos nas vivências do professor como cidadão além de profissional, na formação inicial, nos processos de formação continuada, no cotidiano da escola, nos processos de gestão e de ensino. Enfim, nos embates de poder dentro e fora da escola, considerando o seu contexto.

Para que o futuro professor possa mediar o conhecimento e auxiliar os alunos da educação básica na aquisição das competências, na área de geografia, faz-se necessário que a formação do professor de geografia na Universidade Federal do Piauí propicie a esse estudante compreender a ciência geográfica como um ângulo de leitura da realidade, que possui seus princípios e conceitos próprios, capazes de contribuir com as interpretações, as ações e as transformações espaciais que ocorrem no mundo, no trânsito entre as escalas local, regional, nacional e global. Dessa forma, cabe fortalecer a formação dos discentes associados ao ensino, a pesquisa e a extensão que tenham sentido para a educação básica, sobretudo para os ensinos fundamental e médio, etapas em que o futuro professor de Geografia estará habilitado a desenvolver suas atividades profissionais.

2.1.2 Relação entre a BNCC e as ementas de geografia

Podemos citar alguns exemplos que demonstrem a relação de algumas disciplinas do curso com a proposta do ensino de Geografia na educação básica. Na disciplina **História da Geografia**, o graduando aprenderá como a construção do conhecimento geográfico, seus princípios e seus conceitos, ocorreram no decorrer da história moderna e contemporânea com a montagem das universidades e das escolas. Dessa forma, o futuro professor compreende como esse conhecimento é fundamental para criar a unidade da Terra (a superfície terrestre), individualizar e diferenciar lugares e regiões, comparar processos semelhantes que ganham sentidos distintos a partir da situação geográfica que acontecem, a apreender que as dinâmicas na natureza e da sociedade são possíveis de serem espacializadas, demarcadas, exigindo que a narrativa sobre o tempo dialogue com as particularidades do espaço e, ainda mais, entende que um fato espacial pode ser visto por



ângulos variados, o que permite um afloramento da pluralidade de sentidos dados as realidades vividas a partir dos princípios e conceitos geográficos.

A compreensão das principais **teorias e métodos** que fundamentam o conhecimento Geográfico consiste na fundamentação dos pilares que sustentam o debate para as demais disciplinas do curso de graduação. Nesse aspecto, é importante que o futuro professor conheça os aspectos socioeconômicos, físicos naturais e culturais da região em que está vinculada a sua instituição de formação, para que possa mediar os princípios do raciocínio geográfico sobre o sujeito e seu lugar no mundo. Dessa forma, os conceitos centrais de natureza, sociedade, paisagem, lugar, região, território, espaço, ambiente, entre outros, ganham profundidade e continuidade e densidade na formação do professor de geografia.

A **Geografia econômica**, além de abordar os aspectos teóricos relevantes para a compreensão do mundo atual, propicia a discussão dos impactos para das relações econômicas para o espaço geográfico, nesse aspecto, a disciplinas **Geografia política e Geopolítica**, proporciona a conexão entre os acontecimentos relativos às essas temáticas, com o auxílio das conexões e escalas de análises ligadas as produções das políticas de poder dos Estados que tem como base de pensamento e estratégia o próprio espaço geográfico. Nessas disciplinas, são trabalhados conceitos geográficos como o território, lugar, paisagem e outros que a geografia busca compreender, como o processo de globalização, abertura econômica e segregação socioespacial.

Da mesma maneira, os futuros professores de Geografia, nas disciplinas de **Geografia das Indústrias e Serviços**, terão um panorama da influência das técnicas, materiais e funções econômicas produzidas pela sociedade, sobretudo, após a primeira revolução industrial e a técnico-científico informacional. A partir da indústria é possível perceber o processo de concentração da produção de manufaturas, os países sedes das unidades de produção moderna associados com o nascimento da sociedade industrial, as novas formas de trabalho e o novo tempo que se instala em territórios distintos do mundo. É possível também apreender como a indústria se associa a urbanização tanto interna como externamente aos territórios instaladas, permitindo uma apreensão do mundo urbano como um espaço que tem como base as atividades não primárias, ou seja, baseado no setor de comércio, serviços e outros consumos do espaço.

A **Geografia agrária** aborda os processos relativos às mudanças históricas no campo, em diferentes escalas, como as questões agrárias influenciam a dinâmica do espaço geográfico. Nesta disciplina o futuro professor poderá aprender sobre as correntes teóricas que fundamentam a

geografia agrária, os impactos na economia brasileira relativos ao agronegócio, a revolução verde, as relações de trabalho. Também sobre os impactos dos movimentos sociais no campo, a agricultura familiar e o meio ambiente.

No que tange à disciplina **Geografia Humana**, os futuros professores poderão ter uma discussão geral e sintetizada dos conteúdos referentes a regionalização, industrialização, estrutura fundiária, cidade e economia, no âmbito da realidade brasileira.

As disciplinas de **cartografia e cartografia temática** abordam os princípios históricos, teóricos-metodológicos da cartografia. Inserem a discussão da prática do professor e possibilitam habilidades que contribuem para a alfabetização cartográfica. A fim de sistematizar e organizar a linguagem cartográfica, resultante de pesquisas desenvolvidas durante a formação de professor de geografia, é necessário que os graduandos tenham conhecimento e saibam manusear o **sistema de informações geográficas**, - algo que fica a cada dia mais comum, na escola básica, como uma ferramenta de ensino.

Os arranjos das paisagens são trabalhados também pelas disciplinas de **Climatologia**, que numa perspectiva de compreender os fatores climáticos, explica diferentes paisagens e dinâmicas do espaço geográfico, na mesma medida, primam pelo conhecimento dos fenômenos naturais e suas implicações para a sociedade, em diferentes escalas, as disciplinas de **Hidrografia, Geomorfologia, Biogeografia, Pedologia e bases físico-naturais do Brasil**.

Reafirmamos que os professores do curso têm autonomia de estabelecer a relação entre a BNCC, as disciplinas (inclui as optativas), os cursos de extensão, orientações de trabalhos e outras atividades do seu trabalho docente. Sugerimos, que ao elaborar seus planos de curso incluam um item apresentem aos alunos a relação do que a BNCC propõe e do que pretende ensinar.

2.2 Princípios curriculares: aspectos legais

Os princípios curriculares para este PPC do curso de Geografia estão de acordo com a proposta da Resolução CEPEX/UFPI 220/16. São eles:

I Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana

Dentre os valores éticos, tem-se o respeito à pessoa humana em suas diferentes dimensões. Para tanto, reconhece-se que o profissional docente de Geografia tem um perfil próprio com saberes especializados, que se conectam à complexidade que envolve a sua formação profissional. O



profissional docente de Geografia preocupa-se com o desenvolvimento social, humano, cultural, ambiental, político e outros, os quais fazem parte do processo de ensino-aprendizagem. Para o professor formado em Geografia, espera-se autonomia docente de forma honesta, qualificada, sem preconceitos e com compromisso social.

II) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana, ao meio ambiente e às diferenças

Na construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procura-se responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.

O egresso do curso de Geografia deverá dispensar tratamento digno aos seus pares e alunos. Além disso, deve procurar entender os diferentes contextos sociais, econômicos, culturais e ambientais que estão presentes em seu contexto profissional e saber ser flexível para que haja o aprendizado significativo.

III) Articulação entre teoria e prática

A ideia central que permeia o curso de Geografia do Parfor no contexto da UFPI é a de superação da perspectiva tradicional de formação de professores em favor de uma proposta crítica que dialoga com os princípios de uma prática educativa emancipadora. Em consonância com a perspectiva crítica emancipatória de formação docente, o PPC de Geografia aponta como um dos princípios norteadores de toda a prática formativa do curso - a indissociabilidade entre o fazer e o saber, o planejamento e ação, a teoria e a prática.

O discurso da unidade teoria e prática deve permear toda a formação docente desde o início do curso, e é coerente com a perspectiva freireana de práxis, entendida enquanto ação de interpretar criticamente a realidade para transformá-la, em um movimento dialético de ação-reflexão-ação que constitui a práxis educativa. Em termos freireanos, práxis é o movimento dialético entre reflexão e ação dos homens sobre a realidade social para transformá-la. Esse movimento supõe, de um lado, que o sujeito domine as ferramentas teóricas para exercitar o conhecimento da realidade e, de outro, que reconheça a necessidade de readequá-las após as mudanças alcançadas (FREIRE, 1967, 1983, 2007). Teoria e prática são, assim, indissociáveis e recíprocas e se complementam através da práxis. Teoria separada da prática transformadora constitui-se verbalismo. Prática desprovida de reflexão



transforma-se em ativismo cego e repetitivo. Só há práxis autêntica na unidade dialética ação-reflexão, prática-teoria.

Essa compreensão é reforçada por Gomes e Pimenta (2019, p. 72) ao afirmarem que práxis é “a atitude (teórica e prática) humana de transformação da natureza e da sociedade”. Logo, não há práxis sem transformação do mundo. É por isso que a categoria práxis só se materializa na perspectiva crítica e emancipatória. A atividade teórica estabelece, de modo indissociável, o conhecimento crítico sobre a realidade (interpretá-la teoricamente) e a criação de finalidades políticas e possibilidades de transformá-lo tendo em vista a emancipação humana.

O papel da teoria é, nas palavras de Pimenta e Lima (2012, p. 43), “[...] iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade”. A atividade teórica contribui continuamente com o conhecimento indispensável para a prática transformadora da nossa visão de mundo, mas por si não modifica a realidade, “ela permite sentidos e significados para essa transformação que só ocorre na práxis, ou seja, na ação dos sujeitos historicamente situados” (GOMES; PIMENTA, 2019, p. 73). Contudo, não se trata de defender que a teoria se rende à prática e nem que a atividade teórica dita a prática. Reiteramos que o relacionamento entre teoria e prática é dialético. A teoria separada da prática não se materializa e nem gera mudanças. Da mesma forma, a prática esvaziada de teoria não tem caráter revolucionário. Em suma, a apropriação do conhecimento e a interpretação da realidade teoricamente qualifica a intervenção prática do homem sobre a realidade.

Nessa perspectiva, reiteramos que a formação de professores é teoria e prática indissociavelmente, ou seja, é práxis. A formação docente é espaço primordial de reflexão crítica sobre a prática, ou como declara Freire (2015), é momento fundamental para os professores aprenderem a prática de pensar sobre a prática. “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (p. 40). É justamente por isto que na formação de professores é preciso investir nos processos de reflexão nas e das ações pedagógicas.

A esse respeito, Gatti *et al.* (2019) observam que a atividade teórica na formação deve constituir-se a partir de experiências e análises de práticas concretas de escolarização para que os professores em formação possam apreender a dialética dinâmica entre consciência crítica e ação social, de tal forma que na sua ação docente possam superar os problemas que afetam o contexto

escolar e dificultam ou impedem a emancipação dos sujeitos e a mudança social. Desse modo, não é possível separar teoria e prática, uma vez que embora sejam autônomas, há dependência mútua entre elas. Por essa razão, reiteramos a emergência da formação de professores como intelectuais críticos, o que requer mais que repensar o relacionamento entre conhecimento e poder, porque, como afirmam Giroux e McLaren (1997a, p. 203):

O discurso por si só não pode ocasionar mudança social. É com esse entendimento em mente que os programas de formação de professores se comprometem sem concessões com as questões de fortalecimento e transformação, as quais combinam conhecimento e análise crítica num apelo por transformar a realidade no interesse das comunidades democráticas.

Isso significa que é imperativo que os educadores, além de refletirem criticamente sobre a prática, reconheçam a importância de traduzir o resultado desse pensamento crítico em ações concretas nas salas de aula e no mundo político mais amplo, que se traduzam em compromisso com a luta pela democracia.

A partir dessa visão da função social da universidade e da escola básica, em sintonia com o movimento teórico empreendido por Giroux (1997), de que a mera reflexão sobre a atividade docente é insuficiente para uma compreensão dos elementos que condicionam a prática profissional, entendemos a pesquisa e a extensão enquanto princípios educativos orientadores do processo formativo como possibilidades de intervenção e mediação de práticas que redefinem o relacionamento entre teoria e prática e conectam universidade e escola em torno de preocupações emancipadoras.

IV) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A aproximação entre as instituições formadoras e o espaço do exercício profissional dos docentes tem se mostrado muito benéfica, tanto para os cursos de formação quanto para a escola. Com efeito, ao se aproximar da escola a universidade pode efetivar melhor a articulação entre teoria e prática, o que impacta a sobrevivência da condição pública legitimada para o Ensino Superior de produzir e socializar o conhecimento, fundado no constante exercício da crítica e cultivado por meio do ensino, pesquisa e extensão. Este tripé é considerado referencial de qualidade da formação e da relação orgânica entre os lugares formativos e o local de trabalho, proposição com a qual, também, estamos inteiramente de acordo.



Essa articulação é positiva, inclusive porque, como ressalta André (2016), os currículos de formação de professores poderão ser operacionalizados a partir da realidade concreta da escola básica com seus dilemas e problemas práticos, de modo a inspirar projetos e ações integrados para a qualificação de docentes e das práticas de ensino, promovendo o desenvolvimento profissional dos participantes que estão envolvidos no processo formativo em ambas as instituições. Nesse contexto, a prática docente é colocada como ponto de partida e de chegada da formação possibilitando ao professor “articular e traduzir os novos saberes em novas práticas” (PIMENTA, 2012, p. 17) através de uma ressignificação mútua, construindo, assim, o verdadeiro sentido da práxis como ação humana transformadora.

A relação orgânica entre os lugares formativos e o local de trabalho potencializa o fortalecimento das licenciaturas e a valorização do profissional da educação à medida que os cursos de formação de professores formem profissionais que respondam, efetivamente, às demandas e necessidades da escola básica, face à sua função social, que consiste em assegurar aos estudantes a construção de conhecimentos necessários à interpretação e à intervenção crítica e consciente no mundo contemporâneo. Em suma, a imperatividade da conexão entre o Ensino Superior e a Educação Básica sobrevém da própria finalidade socialmente definida para a universidade enquanto instituição educativa, a qual, segundo Almeida e Pimenta (2011, p. 21):

[...] é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão. Ou seja, na produção do conhecimento a partir da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos e de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que esta coloca. Estes, por sua vez, são produzidos e identificados inclusive nas análises que se realizam no próprio processo de ensinar, na experimentação e na análise dos projetos de extensão, por meio das relações que são estabelecidas entre os sujeitos e os objetos de conhecimento.

Na área da educação, especificamente, dizemos que a universidade cumpre seu papel através da formação de profissionais qualificados para responderem às questões que perpassam a escola básica, a fim de que esta possa enfrentar o desafio de qualificar a educação escolar por meio da melhoria dos resultados das aprendizagens de conhecimentos e dos valores necessários à socialização dos estudantes. Sob essa ótica, a universidade (lugar da formação) é articuladamente uma instância social dependente e complementar da escola (local de trabalho).

Concordamos com André (2016) no que tange ao entendimento de que a iniciativa dessa parceria deve partir, principalmente, da universidade, tendo em vista o seu compromisso científico,

ético e político ante a sociedade. Em se tratando do Parfor, essa relação dialógica é absolutamente necessária por ser um Programa destinado à formação de professores em exercício na Educação Básica, que produzem saberes da docência, os quais incluem, segundo Pimenta (2012), a experiência, os conhecimentos específicos e os saberes pedagógicos e didáticos, necessários ao processo formativo.

A prática dos professores da escola básica é rica em possibilidades para a construção da teoria, visto que não é apenas espaço de aplicação de saberes oriundos da teoria, mas também de produção de saberes provenientes dessa mesma prática (TARDIF, 2014). Por isso mesmo, esses saberes devem ser valorizados pelo docente universitário como expressão do compromisso de profissional que presta serviço à sociedade em uma universidade pública. O desafio posto aos formadores é o de colaborar na ressignificação dos saberes na formação de professores, tendo como ponto de partida a mobilização dos saberes da docência (ALMEIDA; PIMENTA, 2011; PIMENTA, 2012).

Ratificamos que não se trata de adotar uma concepção praticista da formação docente, mas sim de um movimento que presume o que Nóvoa (2011) denomina de “transformação deliberativa”, isto é, uma transformação dos saberes que impõe uma resposta a dilemas pessoais, sociais e culturais. Tal afirmação nos reporta a uma provocação inusitada desse autor de que “[...]. É preciso passar a formação de professores para dentro da profissão [...]. Não haverá nenhuma mudança significativa se a ‘comunidade dos formadores de professores’ e a ‘comunidade dos professores’ não se tornarem mais permeáveis e imbricadas” (NÓVOA, 2011, p. 18). Ou seja, é necessário que os professores formadores assumam lugar predominante na formação dos colegas de profissão. A proposição, nessa direção, é que sejam construídos um ambiente e uma cultura de colaboração entre os formadores e os profissionais da escola, entre as IES e as escolas, por meio da realização de projetos conjuntos.

Zeichner (1983, 2008a) também argumenta que a conexão entre os componentes curriculares acadêmicos e o conhecimento prático profissional expande as oportunidades de aprendizagem docente e reduz as relações assimétricas de poder entre universidade e escola, professor do Ensino Superior e professor da Educação Básica, na medida em que novas sinergias são criadas por meio da valorização do conhecimento produzido pela escola, reconhecendo os professores da Educação Básica como colaboradores e parceiros nos processos formativos.



A partir dessa visão da função social da universidade e da escola básica, em sintonia com o movimento teórico empreendido por Giroux (1997a), de que a mera reflexão sobre a atividade docente é insuficiente para uma compreensão dos elementos que condicionam a prática profissional, entendemos a pesquisa e a extensão, enquanto princípios educativos orientadores do processo formativo, como possibilidades de intervenção e mediação de práticas que redefinem o relacionamento entre teoria e prática e conectam universidade e escola em torno de preocupações emancipadoras.

A pesquisa como um meio de produção de conhecimento e intervenção na prática social é um componente necessário à formação do professor e à atividade central no trabalho docente porque reforça a capacidade do exercício crítico e reflexivo que permitirá a aprendizagem autônoma, competente e criativa. Como assinalam Gatti *et al* (2019, p. 188):

Existem determinados aspectos do exercício docente que podem ser melhor desenvolvidos a partir da problematização e da investigação sistemática com base em fundamentos e instrumentos teórico-metodológicos. A formação para a investigação auxilia o docente a aprender como olhar para o mundo a partir de múltiplas perspectivas, inclusive as dos alunos, cujas vivências são muito diferentes das do professor e, sobretudo, a utilizar esse conhecimento para lançar mão de práticas mais equitativas na sala de aula.

Logo, um dos princípios subjacentes à valorização da postura investigativa é o de autonomia, no sentido proposto por Contreras (2012). Comprometer-se com o desenvolvimento de uma atitude investigativa com os professores em formação vincula-se, portanto, à pretensão de formar sujeitos autônomos, críticos e capazes de fazer escolhas, características fundamentais dos intelectuais transformadores.

Essas premissas exigem uma reorganização dos cursos de formação de professores que leve em consideração a parceria entre a universidade e a escola básica como princípio educativo. Neste sentido, Nóvoa (2011) aponta para a necessidade de romper com as fortes tradições individualistas que têm marcado os discursos da formação docente, por meio da viabilização de novos modos de organização da profissão, e destaca a colegialidade e a criação de culturas colaborativas como medidas necessárias para preencher o fosso entre os discursos e as práticas na formação de professores.

Concebendo a escola como espaço de formação baseada na troca de saberes e a docência como profissão que se exerce num coletivo, Nóvoa (2011) defende a criação de comunidades de práticas nas escolas que reúnem professores da Educação Básica e do Ensino Superior

comprometidos com a pesquisa e com a inovação. Nesses grupos são discutidas ideias sobre o ensino e aprendizagem e planejadas estratégias mais viáveis para articular o saber acadêmico da universidade com o conhecimento prático profissional dos professores da Educação Básica, em busca de novas formas para aprimorar a aprendizagem dos professores em formação. Nesta perspectiva, é imprescindível que os cursos de formação, em parceria com docentes da escola básica, reforcem dispositivos e práticas coletivas que tenham a pesquisa (pesquisa/ação/colaborativa) como eixo formativo e valorizem a atividade docente e o trabalho escolar como problemática de investigação (GATTI *et al.*, 2019; NÓVOA, 1999, 2011; ZEICHNER, 1983, 2011).

Esse movimento compartilhado e corresponsável na formação de professores incentiva um status mais igualitário para os participantes, visto que envolve uma relação mais equilibrada e dialética entre o conhecimento da academia e o conhecimento da prática profissional que, apesar de surgirem de lugares sociais específicos, são igualmente importantes, como observam Giroux e Simon (1997, p. 172): “Cada uma destas diferentes esferas institucionais fornece ideias diversas e críticas sobre os problemas da produção curricular e escolarização, e o fazem a partir de particularidades históricas e sociais que lhes dão significado”. A questão central posta aqui é como unir estas formas de produção e práticas teóricas num projeto comum orientado pelas linguagens de crítica e possibilidade.

Nessa linha de raciocínio, Giroux, Shumway, Smith e Sosnoski (1997) delineiam um movimento de afastamento da pesquisa individualista/disciplinar, que evolui rumo a investigações colaborativas. Para tanto, defendem a necessidade de superar a fragmentação dos currículos que preservam a estrutura disciplinar, pois à medida que segrega o conhecimento, limita o discurso dos professores em sua capacidade de dialogarem acerca de preocupações comuns, contribuindo, assim, para a reprodução da cultura dominante. Esses autores argumentam em favor do desenvolvimento de programas interdisciplinares, numa concepção de práxis humana, que reconhecem e estimulam o papel ativo dos estudantes no processo formativo com a fomentação do questionamento e da resistência crítica e a efetivação das premissas das práticas educativas e políticas hegemônicas.

Tal práxis, necessariamente contradisciplinar, em termos girouxianos, não pode ser alojada na universidade da maneira como atualmente está estruturada, inextrincavelmente atrelada aos interesses que suprimem as inquietações críticas daqueles que estão dispostos a gerar práticas

sociais de emancipação. Daí, a necessidade de “contra-instituições”, que em vez de se renderem à concepção descontextualizada de práticas disciplinares, definam o papel do professor intelectual como prática contra-hegemônica (THOMPSON, 2011, 2014), por meio do desenvolvimento de um currículo e uma pedagogia que enfatizem modelos de investigação colaborativa, que tenha impacto político fora dos limites da universidade e gere a mudança social radical, que é o objetivo mais importante de uma práxis contradisciplinar no entendimento de Giroux, Shumway, Smith e Sosnoski (1997).

A capacidade de gerar e socializar conhecimento por meio de processos investigativos (pesquisa) e de criar uma relação entre a comunidade e a universidade, desenvolvendo ações que possibilitem uma troca de conhecimentos (extensão), induz a uma referência dinâmica da relação docente-discente-comunidade, oportunizando contextos de diálogo e de ensinar a aprender. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que necessariamente tem uma dimensão teórica e prática, postulado que o PPI da UFPI defende, pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição disciplinar.

V) Interdisciplinaridade e transversalidade

A imperatividade da interdisciplinaridade na produção e socialização do conhecimento do campo educativo tem sido discutida por diversos estudiosos que, de modo geral, assinalam, pelo menos, um posicionamento consensual no tocante ao sentido e à finalidade da prática interdisciplinar, qual seja: a necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento. Trata-se de um movimento que se encaminha para um novo sistema de organização, produção e difusão do conhecimento, como sugerem Fazenda (2013), Frigotto (2008), Lück (2010), Thiesen (2008), entre outros.

Para Frigotto (2008, p. 43), o caráter necessário do trabalho interdisciplinar emana “da própria forma do homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social”. Na perspectiva do autor, a interdisciplinaridade funda-se no caráter dialético da realidade social, marcada por conflitos e contradições, e no modo intersubjetivo de apreensão do caráter uno e diverso da vida social, o que nos impõe delimitar os objetos de estudo, demarcando seus campos sem, contudo, fragmentá-los ou limitá-los arbitrariamente.

Lück (2010, p. 44), contribuindo com a discussão, define como objetivo da interdisciplinaridade:



[...] promover a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como o ser determinante e determinado.

A interdisciplinaridade se apoia no princípio de que nenhum campo de conhecimento é completo e que é pelo diálogo com outras áreas que surgem novas possibilidades de compreensão da realidade. Portanto, o enfoque interdisciplinar é orientado por uma consciência e atitude críticas, abertura para o compartilhamento de conhecimento e predisposição para o trabalho coletivo. Esta postura colegiada e colaborativa do trabalho docente afeta diretamente as esferas de poder e controle, à medida que busca superar as relações hierárquicas nas instituições educativas e desenvolver relações de modo mais horizontal entre professores, gestores e estudantes (FAIRCLOUGH, 2004; FOUCAULT, 1998, 2014; GIROUX, 1997c).

A interdisciplinaridade na formação profissional exige competências atinentes aos tipos de intervenção solicitados e às condições que convergirem para a sua melhor execução, o que requer a conjugação de distintos saberes disciplinares. Desse modo, a interdisciplinaridade não exclui a necessidade de uma formação disciplinar, indispensável no processo de teorização das práticas, uma vez que é ela que oferece os fundamentos e conteúdos para a construção do conhecimento. Nas palavras de Lenoir (1998, p. 46), “[...]. A perspectiva interdisciplinar não é, portanto, contrária à perspectiva disciplinar; ao contrário, não pode existir sem ela e, mais ainda, alimenta-se dela”. Ou seja, o movimento interdisciplinar busca a totalidade do conhecimento, respeitando as características das disciplinas.

Fazenda (2013), também, observa que a interdisciplinaridade não diz respeito apenas à justaposição arbitrária de disciplinas e conteúdos, tampouco pode ser confundida com integração, visto que, apesar desses conceitos serem indissociáveis, apresentam distinções. Em suas palavras:

[...] uma integração requer atributos de ordem externa, melhor dizendo, da ordem das condições existentes e possíveis, diferindo de uma integração interna ou interação, da ordem das finalidades e sobretudo entre as pessoas. Com isso retomamos novamente a necessidade de condições humanas diferenciadas no processo de interação que faça com que saberes de professores numa harmonia desejada integrem-se aos saberes dos alunos (FAZENDA, 2013, p. 26).

Embora a integração esteja associada à prática interdisciplinar, ela é apenas um momento desse processo. A interdisciplinaridade requer “a formação de um profissional que levanta problemas a partir de uma análise do contexto sócio-histórico, refletindo com profundidade e

rigorosidade, visando à compreensão crítica dos problemas educacionais em sua totalidade” (FERRO, 2019, p. 102), pré-requisito para uma resistência autoconsciente e efetiva às práticas prevalentes.

Nessa mesma direção, Thiesen (2008) observa que a escola, como lugar legítimo de produção e reconstrução de conhecimento, precisa acompanhar o ritmo das mudanças que ocorrem em todos os segmentos sociais, tendo em vista que o mundo está cada vez mais interconectado, interdisciplinarizado e complexo. Portanto, o caráter necessário do trabalho interdisciplinar na formação docente decorre da própria exigência de discussões acerca dos novos desafios a serem enfrentados no contexto educacional em face das rápidas transformações sociais.

Por essa lógica, a formação dos profissionais que atuam na escola precisa estar interconectada com as transformações da sociedade contemporânea, fundamentando-se em práticas interdisciplinares que, apoiadas entre si, participam da construção de novos conhecimentos. Se a interdisciplinaridade anseia a passagem de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária da produção do conhecimento, uma proposta de formação docente interdisciplinar deve promover o diálogo entre as diversas áreas e disciplinas, estabelecendo interconexões entre os saberes.

Na interdisciplinaridade, as disciplinas se unem em um projeto comum, por meio de um planejamento que as integre, promovendo condições para o diálogo e a reciprocidade entre diferentes conteúdos, com troca de conhecimentos, enriquecendo ainda mais as possibilidades de produzir um novo saber, menos fragmentado e mais dinâmico, imprimindo, assim, significado às experiências escolares e à realidade global. Como observa Fazenda (1998, p. 13), exercer “uma forma interdisciplinar de teorizar e praticar a educação demanda, antes de mais nada, o exercício de uma atitude ambígua”, porque impele-nos, simultaneamente, a enfrentar o caos que a atividade interdisciplinar provoca e a buscar a organização e a lucidez que ela exige. Assim, o ensino no curso de Geografia do Parfor na UFPI procura ter uma visão mais ampla, diminuindo a fragmentação do conhecimento, pois somente assim se apossará de uma cultura interdisciplinar.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Implica um compromisso com a construção da cidadania e, assim sendo, requer a inclusão no currículo escolar das questões sociais que afetam a vida humana em escala local, regional e global. Essa abordagem exige



necessariamente uma prática educativa voltada para a compreensão e a crítica da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva, contribuindo, assim, para a formação integral e a atuação dos alunos na sociedade.

Por isso, na prática pedagógica, transversalidade e interdisciplinaridade nutrem-se mutuamente, tendo em vista que o tratamento das questões sociais incorporadas como temas transversais requer a inter-relação e a influência entre os campos de conhecimento, de forma que não é possível desenvolver um trabalho pautado na transversalidade tomando-se a visão compartimentada (disciplinar) da realidade na qual a escola está inserida.

Transversalidade e interdisciplinaridade fundamentam-se na crítica a uma epistemologia que defende o caráter estático da realidade, sujeita à fragmentação do saber nas situações de ensino. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a rede de relações entre os seus aspectos contraditórios. Transversalidade e interdisciplinaridade são complementares à medida que consideram o caráter dinâmico e inacabado da realidade, porém diferem uma da outra:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (BRASIL, 1997, p. 31).

A interdisciplinaridade diz respeito a uma relação entre disciplinas. Refere-se, portanto, a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Já a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática. É uma proposta metodológica que, integrando diversos conhecimentos, desencadeia metodologias transformadoras da prática pedagógica, possibilitando o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada, em direção a uma visão sistêmica.

Em consonância com o que preceitua a BNCC, os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em, preferencialmente de forma transversal e integradora.

Entre esses temas, destacam-se: *Direitos da criança e do adolescente* (Lei n. 8.069/199016), *Educação para o trânsito* (Lei n. 9.503/199717), *Educação ambiental* (Lei n.



9.795/1999, Parecer CNE/CP n. 14/2012 e Resolução CNE/CP n. 2/201218), *Educação alimentar e nutricional* (Lei n. 11.947/200919), *Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso* (Lei n. 10.741/200320), *Educação em Direitos Humanos* (Decreto n. 7.037/2009, Parecer CNE/CP n. 8/2012 e Resolução CNE/CP n. 1/201221), *Educação das relações étnico-raciais e ensino de História e cultura afro-brasileira, africana e indígena* (Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP n. 3/2004 e Resolução CNE/CP n. 1/200422), *Relações de gênero, violência contra a mulher* (Lei N. 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha), bem como *Saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural* (Parecer CNE/CEB n. 11/2010 e Resolução CNE/CEB n. 7/201023)¹⁶.

A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento, que buscam reintegração de procedimentos acadêmicos que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar. E essa reintegração possibilita intervir na realidade para transformá-la. Os objetivos e conteúdos dos temas transversais, quando pertinentes, devem estar inseridos em diferentes cenários de atividades. Têm como eixo educativo a proposta de uma educação comprometida com a cidadania, conforme defendem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Entendemos que o caminho mais viável para a inserção dos temas transversais no contexto escolar, coerente com os pressupostos da concepção de transversalidade apresentada anteriormente, é através de projetos, concebidos como estratégias pedagógicas para organizar os conhecimentos escolares (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998; ARAÚJO, 2003).

Em suma, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade implicam rever, quando da (re)construção do projeto pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, e, assim, reafirmar o diálogo entre as áreas do conhecimento, a ética e o trabalho coletivo e colaborativo.

Assim, a complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem articulada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. O curso de Geografia é de natureza interdisciplinar e, por essa razão, mantém o entendimento da complexidade existente entre sociedade e natureza, com

¹⁶ Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada (BRASIL, 2017b).



o objetivo de desenvolver as conexões necessárias entre os saberes geográficos, primando pela unidade da ciência geográfica.

Nessa compreensão, por mais que haja a divisão didática entre as temáticas desenvolvidas por cada disciplina, prima-se pela relação interdisciplinar entre elas. Destaca-se que a formação curricular de cada disciplina pensada para este PPC atentou para as possibilidades relacionadas à comunicação entre elas, quer pelo desenvolvimento de atividades em sala de aula, quer pela pesquisa ou extensão.

Procura-se desenvolver a ideia de que deve ser superado o isolamento entre as disciplinas e se transpasse a barreira entre a teoria e a prática (AIRES, 2011). Esse é um entendimento que mais tem sido usado pelas indicações curriculares no Brasil. A superação das diferenças e, igualmente, tendo em vista que o ensino por disciplinas teria provocado um demasiado pensamento pela especialização e, não, pela totalidade.

Nesse aspecto, Aires defende a predisposição de que “a *Interdisciplinaridade* parece estar mais relacionada com a epistemologia das disciplinas científicas, com o ensino superior e a pesquisa” (AIRES, 2011, p. 225). Na universidade, todas as disciplinas fruto de estudos geográficos especializados, convergem para uma única formação, o que pode contribuir para a Prática Pedagógica Interdisciplinar (PPI).

Nesse aspecto, de acordo com o Quadro 4, espera-se que essa abordagem possa contribuir para a formação inicial, no sentido de fornecer uma prática docente na educação básica contextualizada e que consiga interagir com os conhecimentos produzidos e aprendidos durante a formação no curso de Geografia.

As PPIs poderão ser, a critério da coordenação e professores do curso de Geografia, estendidas aos outros cursos de graduação e/ou pós-graduação que possam consubstanciar práticas interdisciplinares. Serão coordenadas por professores que estejam ministrando disciplinas durante o período em que as mesmas foram instituídas. Poderão ser utilizadas como forma de ensinar, avaliar e/ou certificar por meio de cursos de extensão.



Quadro 4 - Práticas Pedagógicas Interdisciplinares

| PERÍODO | EIXO/ PROPOSTA |
|-----------------|--|
| SEGUNDO | Cartografia Escolar. Elaborar e efetivar a construção de materiais lúdicos e didáticos que auxiliem na leitura e compreensão do conteúdo cartográfico. |
| TERCEIRO | Geotecnologias aplicadas ao Ensino. Elaborar e efetivar projetos que relacionem as tecnologias às práticas didáticas e que possam ser articuladas às outras disciplinas da educação básica. |
| QUARTO | Instituições públicas/privadas. Conhecer instituições públicas e/ou privadas que contribuam para a construção do conhecimento geográfico e/ou escolas que desenvolvam projetos relacionados ao ensino de Geografia. |
| QUINTO | Escola e comunidade. Elaborar e efetivar projetos de ensino e/ou gestão de projetos que viabilizem ações de cidadania. |
| SEXTO | Cidade e campo. Conhecer os espaços de um município (área urbana e rural); elaborar e efetivar projetos de trabalho de campo com ênfase nas categorias de análise do espaço geográfico (lugar, paisagem, território, região, entre outras) |

Quanto à multirreferencialidade, ela pode compor as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura, educação sobre a diversidade étnico-racial e étnico-social, políticas públicas para a igualdade, mercado de trabalho e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico.

VI) Flexibilização curricular

Os Projetos Pedagógicos dos cursos da UFPI, no exercício de sua autonomia, deverão prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao estudante incorporar outras formas de aprendizagem e formação social. A flexibilização curricular pressupõe uma liberdade maior para o estudante articular suas escolhas e construir sua identidade, valorizando a vivência universitária.

A flexibilização se propõe a desenvolver a socialização de conteúdo, desenvolver habilidades específicas e gerais, extrapolando áreas específicas de saber e adequar o currículo à evolução acelerada do conhecimento e das práticas profissionais, sobretudo atentando para o fato de que se trata de uma relação temporalmente delimitada entre o aluno e a universidade.

A flexibilização curricular deve incluir não apenas a oferta de disciplinas eletivas ou o aumento/redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, tampouco deve se limitar à inclusão de atividades complementares no decurso formativo dos estudantes. Deve se estender e se inserir em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Pode

ser operacionalizada por meio do arejamento do currículo; pelo respeito à individualidade no percurso de formação; pela utilização da modalidade de educação a distância; pela flexibilização das ações didático-pedagógicas; pela mobilidade ou intercâmbio estudantil; pela incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação; pela adoção de formas diferenciadas de organização curricular e pela previsão e oferta de atividades curriculares de extensão.

VII) Ética

A ética é norteadora de toda a ação institucional, em todas as suas relações internas e externas com a sociedade. E, em especial, daquelas relativas aos processos de ensino e aprendizagem, à condução de pesquisas e à produção e socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

A observância da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana e do meio ambiente, deve ocorrer, preferencialmente, por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.

Quando se pensam cursos de formação docente, deve-se apontar para a importância do estudo da ética em seus aspectos sistemáticos e quanto ao conhecimento das teorias filosóficas para a compreensão da prática dos professores como profissionais da educação autônomos e criteriosos em sua práxis e cômicos da repercussão social e política de sua atuação. O olhar pedagógico pautado pela ética minimiza a possibilidade de desumanização das relações, de banalização, agressividade e violência nas relações cotidianas do ambiente educacional. A ética permite um movimento de alteridade que corrobora o cuidado com o eu, os outros e com mundo.

VIII) Uso de tecnologias de comunicação e informação

Objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Para o curso de Geografia, foram incluídas, neste currículo, algumas discussões e disciplinas que desenvolverão conhecimentos ligados às geotecnologias, em especial, as que trabalham com o geoprocessamento e o preparo para lidar com recursos didáticos e instrumentos tecnológicos.



O uso das TICs, os quais são recursos didáticos construídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV digital e interativa, programas de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória...), entre outros, são recursos que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos futuros professores de Geografia.

IX) Avaliação

Incluem-se as experiências organizadas, registradas e com acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem. A preocupação primordial dos professores formadores do curso de Geografia é estabelecer uma sistemática de avaliações formativas que sejam processuais, primando pela metodologia que extrapole o caráter quantitativo, na busca de uma verificação de aprendizagem qualitativa. A partir dessa compreensão, os professores formadores desenvolvem essa etapa do ensino com autonomia docente e respeito às especificidades das disciplinas e dos sujeitos envolvidos no processo.

X) Acessibilidade pedagógica e atitudinal

A acessibilidade pedagógica caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irão determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. Enquanto que a acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Com base nesses princípios, os professores formadores do curso de Geografia comprometem-se em colaborar para que a graduação corresponda com essa prerrogativa. Nesse intuito, os cursos de extensão, sobretudo os oferecidos no início do curso, objetivam garantir a acolhida e acessibilidade dos alunos por auxiliá-los nos primeiros passos acadêmicos rumo à sua formação.

2.3 Objetivos do curso



O Parfor é uma ação da Capes que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de Educação Básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam, em consonância com a meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e com a LDB n. 9.394/1996 e suas modificações.

Ante esse propósito, o curso de Geografia da UFPI ofertado pelo Programa tem como objetivo geral formar o professor de Geografia em exercício na rede pública de Educação Básica, comprometido com as questões educacionais locais, regionais e nacionais e com a realidade social de modo crítico e transformador. A partir desse objetivo central são definidos os seguintes objetivos específicos:

- Instruir o profissional docente em Geografia com preparo teórico-metodológico que lhe permita, enquanto cidadão e educador, desenvolver suas atividades com criticidade e compromisso;
- Contribuir para a formação do profissional docente em Geografia ciente e atuante, que possa recorrer na mesma medida ao ensino, à pesquisa e à extensão sobre as concepções necessárias para o desempenho de suas funções e à formação continuada;
- Fornecer a experiência de vivenciar os diferentes contextos existentes na educação básica para que possa exercitar a prática docente.
- Promover o acesso dos professores multidisciplinares das redes públicas de ensino que atuam no Ensino Fundamental, Médio e no Ensino Superior, gratuito e de qualidade, em consonância com a legislação vigente;
- Oferecer sólida formação teórica e interdisciplinar aos professores da rede pública de Educação Básica para atender às especificidades do exercício de suas atividades, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- Contribuir para ampliar a visão e a atuação dos professores multidisciplinares da, por meio do domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações;
- Elevar o nível de conhecimento e de competência profissional dos docentes em exercício na Educação Básica pública, com vista à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem e do desempenho escolar dos alunos das redes estaduais e municipais;
- Assegurar ao professor cursista o desenvolvimento das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes da escola básica, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à educação integral;



- Valorizar o magistério através do resgate da profissionalização da função docente e da melhoria da qualidade do ensino.

A partir do objetivo geral e dos objetivos específicos, o curso criará as possibilidades para formar um profissional capaz de resolver problemas decorrentes do seu trabalho, considerando as multidimensões (humana, ética, estética, política, técnica e social) que fundamentam a profissão, conforme delineado no perfil do egresso a seguir relacionado.

2.4 Perfil do egresso

O professor é aqui concebido como um profissional que reflete criticamente sobre a prática cotidiana, visando compreender as características do processo de ensino e de aprendizagem e do contexto sócio-histórico no qual o trabalho ocorre, de modo que a compreensão crítica dos problemas educacionais em sua totalidade favoreça a autonomia e emancipação dos atores que participam do processo educativo (PÉREZ-GÓMEZ, 1998).

Nessa perspectiva e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Geografia (CNE/CES 492/2001 de 03 de abril de 2001) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, a formação de profissionais do magistério deve ser pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da Educação Básica e da profissão, para que o(a) egresso(a) do curso de Geografia esteja apto a:

- Ter visão da ciência e do processo de conhecer, nas diversas abordagens teórico-metodológicas, voltadas para a formação docente;
- Compreender a estruturação e a dinâmica do espaço geográfico, tendo por base os fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Ciência Geográfica em consonância com os saberes docentes;
- Conhecer as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico na vida cotidiana dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;



- Compreender as relações entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre;
- Ter consciência de seu papel como agente formador de um projeto de cidadania através da atuação no processo ensino-aprendizagem da Geografia.
- Identificar e discutir as diferentes escalas em Geografia para estabelecer orientações de mediação didática;
- Propor e realizar atividades práticas referentes à investigação geográfica, notadamente no contexto da educação básica.
- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Contribuir para o desenvolvimento dos estudantes nas dimensões física, psicológica, intelectual, social;
- Trabalhar, em espaços escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas, comprometendo-se com o sucesso dos alunos;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Valorizar as diversidades culturais, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Tematizar e refletir criticamente a respeito da própria prática, realizando estudos e pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;



- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Valorizar o saber que produz em seu trabalho cotidiano e ter consciência de sua dignidade como ser humano e como profissional;
- Dominar os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a moderna produção da vida contemporânea;
- Estudar e aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

O estudante do curso de Geografia da UFPI ofertado por meio do Parfor trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, nos termos da CNE/CES 492/2001 de 03 de abril de 2001. Todos os esforços serão desenvolvidos para garantir o crescimento pessoal e, sobretudo, profissional do egresso, tornando-o mais competente na área de sua atuação profissional.

2.5 Competências e Habilidades

A noção de competência, comumente associada à perspectiva do professor reflexivo, foi amplamente difundida e apropriada por pesquisadores e pelos programas de formação inicial de professores em serviço, muitas vezes de forma descontextualizada, sem um estudo mais consistente e uma análise crítica das suas origens, como adverte Contreras (2012).

Cabe ressaltar que a chamada “Pedagogia das competências” passou a ser nuclear nos programas de formação de professores em razão dos imperativos postos pelo mercado globalizado que visa maior eficácia no processo de produção, face às inovações tecnológicas e ao agravamento do desemprego (BALL, 1994, 1995, 2001a, 2015). Daí porque essa perspectiva tem sido alvo de muitas críticas quando praticada no campo da formação docente, uma vez que o discurso das competências colabora para o fortalecimento do modelo hegemônico de formação, que coloca em segundo plano o caráter crítico e emancipatório das práticas educativas.

Especificamente em relação à ampliação do enfoque das competências para os programas de formação inicial de professores que já atuam nos sistemas de ensino, como é o caso do Parfor,



Libâneo (2002) ressalta o agravante de fazermos uma formação superior aligeirada em virtude da supervalorização da prática dos professores, considerada em si mesma, sem tomá-la como objeto de análise crítica (o que demandaria mais tempo para uma ampla e sólida formação teórica), sugerindo, assim, um investimento maior na certificação do que na qualidade da formação.

Convém advertir que nesse campo de disputas surgem propostas de superação do discurso dominante com o estabelecimento da noção de competências dialógicas, ou de pedagogia das competências contra-hegemônica. A partir do argumento da necessidade de desconstrução do termo polissêmico “competência”, autores como Tardif e Gauthier (2014), Perrenoud (1997, 1999, 2000, 2002) e Zabala (1998) propõem a superação da ideia de competências como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes na condição de requisito individual para ingressar no mercado de trabalho, para assumir uma perspectiva crítico-emancipatória de educação, uma pedagogia da autonomia, fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando, nos termos de Freire (2015). Para os efeitos deste texto, denominamos essa concepção de “competências complexas”. Portanto, a expressão “competências e habilidades” deve ser aqui entendida, nesta perspectiva, como equivalente à expressão “direitos e objetivos de aprendizagem” presente no Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2021).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) e com base nos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC-Educação Básica, é requerido do licenciando o desenvolvimento de competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, as quais compõem a BNC-Formação. As competências gerais docentes estão descritas no Quadro 5 a seguir:



Quadro 5 – Competências gerais docentes estabelecidas na BNC-Formação

| Competências Gerais Docentes |
|---|
| 1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva. |
| 2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas. |
| 3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural. |
| 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo. |
| 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens. |
| 6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. |
| 7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. |
| 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes. |
| 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem. |
| 10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores. |

Fonte: Brasil (2019).

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente, a saber: I -

Conhecimento Profissional; II - Prática Profissional; e III - Engajamento Profissional. O Quadro 6, a seguir, apresenta as competências específicas por dimensão estabelecidas na BNC-Formação.

Quadro 6 – Competências específicas por dimensão estabelecidas na BNC-Formação

| Competências Específicas | | |
|---|--|---|
| 1. Conhecimento Profissional | 2. Prática Profissional | 3. Engajamento Profissional |
| 1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los. | 2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens. | 3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional. |
| 1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem. | 2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem. | 3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender. |
| 1.3 Reconhecer os contextos. | 2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino. | 3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos. |
| 1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. | 2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades. | 3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade. |

Fonte: Brasil (2019).

As competências específicas de cada dimensão do processo formativo, por sua vez, se desdobram em ações que caracterizam as habilidades que são necessárias ao exercício da docência, conforme discriminadas nos Quadros 7, 8 e 9, apresentados a seguir:

Quadro 7– Competências específicas e habilidades da dimensão conhecimento profissional

| 1. Conhecimento Profissional | |
|--|---|
| Competências Específicas | Habilidades |
| <p>1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.</p> | <p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo. 1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares. 1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p> |
| <p>1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.</p> | <p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p> |



| | |
|--|--|
| 1.3 Reconhecer os contextos. | <p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações. 1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p> |
| 1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. | <p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais. 1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p> |

Fonte: Brasil (2019).

Quadro 8 – Competências específicas e habilidades da dimensão prática profissional

| 2. Prática Profissional | |
|---|--|
| Competências Específicas | Habilidades |
| 2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens. | <p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático[1] pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p> |



| | |
|---|--|
| <p>2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.</p> | <p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p> |
| <p>2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.</p> | <p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.</p> |
| <p>2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.</p> | <p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p> |

Fonte: Brasil (2019).



Quadro 9 – Competências específicas e habilidades da dimensão engajamento profissional

| 3. Engajamento Profissional | |
|--|--|
| Competências Específicas | Habilidades |
| <p>3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.</p> | <p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação. 3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p> |
| <p>3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> | <p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p> |



| | |
|---|---|
| <p>3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.</p> | <p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante. 3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais. 3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade. 3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p> |
| <p>3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.</p> | <p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação. 3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento. 3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação. 3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente. 3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p> |

Fonte: Brasil (2019).

O desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência nos termos descritos supõe uma formação sólida, concreta, contínua e relacionada à prática do professor cursista, que fortaleça sua base de conhecimentos, aperfeiçoe qualidades e habilidades e cresça na sua prática de sala de aula. Com base no pensamento de Flores (2014), ressaltamos que um componente importante que influencia diretamente o perfil do professor que se pretende formar diz respeito à maneira como os professores formadores são selecionados e ao modo como as práticas de formação dos formadores são enunciadas na proposta pedagógica do curso.

Esse aspecto da formação precisa ser considerado na elaboração do PPC porque quem protagoniza as práticas no contexto da formação inicial é o professor formador, o que implica, segundo Gatti *et al* (2019, p. 274), “considerar que o professor formador, suas concepções, representações e formas de atuação, assim como as condições em que realiza seu trabalho interferem nas práticas de formação inicial [...]”, e também no desenvolvimento profissional do professor em formação.

O professor formador é aqui concebido, conforme Giroux (1997e), como “autoridade emancipadora”, cujo dever é problematizar os pressupostos que sustentam os discursos e valores

que legitimam as práticas sociais, dentre elas a prática acadêmica, que se comprometem com um ensino pautado nos princípios de liberdade, igualdade e democracia, dirigido à formação de cidadãos críticos e ativos, capazes de atuarem na transformação da sociedade.

Essa concepção de professor formador que fundamenta o PPC do curso de Geografia está em consonância com o perfil do cursista que desejamos formar e, portanto, dialoga com uma pedagogia crítico-emancipatória, fundada nos princípios da ética, do respeito à voz, dignidade e autonomia do professor cursista. Face a essas considerações, apresentamos a seguir o perfil do corpo docente que pode atuar no curso de Geografia do Parfor / UFPI.

Esta proposta também define os saberes docentes e atitudes necessárias para o desempenho da prática do magistério de Geografia, as quais deverão ser desenvolvidas ao longo do Curso de graduação: Articular a teoria e a prática enquanto profissional docente de Geografia; Conhecer os conteúdos do temário geográfico, adequando-os aos diversos níveis de ensino e às necessidades do contexto social vivenciado pelos alunos da instituição em que atua; Conhecer procedimentos específicos da Geografia e de seu ensino de forma adequada às situações que se apresentem ao longo da prática do magistério; Elaborar projetos didático-pedagógicos voltados para ampliação/aprofundamento do conhecimento da realidade regional e/ou local; Ter compromisso com a educação, no exercício da docência em Geografia.

2.6 Perfil do corpo docente

A forma de selecionar e conceber o trabalho docente pode sinalizar possibilidades de atuação no âmbito da formação inicial. Nesse sentido, os professores formadores vinculados ao Parfor / UFPI são adequadamente selecionados através de processo seletivo simplificado, realizado semestralmente por meio de edital, priorizando-se os professores do quadro permanente da UFPI que estejam em efetivo exercício em sala de aula ministrando disciplina em curso de licenciatura, que possuam título de mestre ou doutor, e com observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor.

O curso é constituído por uma equipe de professores com formações distintas, incluindo geógrafos e licenciados em geografia e agronomia, com especialização, mestrado e doutorado, conforme Quadro 10.



Quadro 10 - Professores efetivos do curso de Geografia/CCHL/UFPI

| Professores Efetivos – CCHL | | | | | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|------------------------|------------------|---------------------------|-------------------------|---|
| Ordem | Nome completo dos professores | Matrícula SIAPE | Titulação | Regime de Trabalho | Ingresso na UFPI | Formação inicial e atual |
| 01 | Andrea Lourdes Monteiro Scabello | 1671765 | Dra. | 40 h/DE | 2009 | Geografia e Antropologia. Doutora em Ciências |
| 02 | Antônio Cardoso Façanha | 423676 | Dr. | 40 h/DE | 1991 | Geografia. Doutor em Geografia |
| 03 | Bartira Araújo da Silva Viana | 2440142 | Dra. | 40 h/DE | 2008 | Geografia. Doutora em Geografia |
| 04 | Carlos Sait Pereira de Andrade | 1167728 | Dr. | 40 h/DE | 1992 | Geografia. Doutor em Geografia |
| 05 | Cláudia Maria Sabóia de Aquino | 1461646 | Dra. | 40 h/DE | 2004 | Geografia. Doutora em Geografia |
| 06 | Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque | 2231533 | Dr. | 40 h/DE | 2015 | Geografia. Doutor em Geografia |
| 07 | Gustavo Souza Valladares | 1300002 | Dr. | 40 h/DE | 2011 | Agronomia. Doutor em Ciência do Solo |
| 08 | Manoel Nascimento | 1167691 | Esp. | 40 h/TI | 1992 | Geografia. Especialista em Geografia |
| 09 | Mario Ângelo de Meneses Sousa | 423677 | Ms. | 40 h/DE | 1991 | Geografia. Doutor em Geografia |

| | | | | | | |
|----|------------------------------------|---------|------|---------|------|------------------------------------|
| 11 | Mugiany Oliveira Brito Portela | 2645480 | Dra. | 40 h/DE | 2009 | Geografia. Doutora em Geografia |
| 12 | Raimundo Jucier Sousa de Assis | 2140464 | Dr. | 40 h/DE | 2014 | Geografia. Doutora em Geografia |
| 13 | Raimundo Lenilde de Araújo | 1433032 | Dr. | 40 h/DE | 2009 | Geografia. Doutor em Educação |
| 14 | Raimundo Wilson Pereira dos Santos | 1510469 | Dr. | 40 h/DE | 2005 | Geografia. Doutor em Geografia |
| 15 | Sonia Maria Ribeiro de Souza | 2284564 | Dra. | 40 h/DE | 2016 | Geografia. Doutora em Geografia |
| 16 | Wesley Pinto Carneiro | 2174581 | Ms. | 40 h/DE | 2014 | Geografia. Mestre em |

Dr: doutor; Dra: doutora; Ms: mestre; DE: dedicação exclusiva; TI: Tempo Integral.

Além dos professores efetivos lotados no CCHL, integram o corpo docente do curso de Geografia do Parfor / UFPI professores lotados em outros departamentos e *Campi*, professores aposentados pela UFPI, docentes do quadro provisório e servidores técnico-administrativos efetivos da UFPI cuja área de atuação permita sua inserção no Curso. Também é admitida, quando necessária, a participação de docentes colaboradores e, neste caso, é dada preferência a professores das escolas da rede pública da Educação Básica, com formação em nível de pós-graduação, em conformidade com o disposto no regulamento do Programa.

3 PROPOSTA CURRICULAR

O Parfor destina-se aos professores multidisciplinares que, sem formação específica, encontram-se lecionando na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das redes públicas de ensino do país. Por isso, a prática pedagógica do professor cursista é ponto de partida para a teoria, que também se reformula a partir dela. Isso supõe a articulação dos conhecimentos formalmente estruturados e saberes adquiridos com a prática e assumir a capacidade de tematizar a própria prática, enquanto atividade inerente ao professor crítico e reflexivo, como fonte de ação instituinte e transformadora do processo formativo (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, a proposta curricular do curso precisa ser organizada de modo a oferecer uma formação concreta, contínua e relacionada à prática do professor cursista, oportunizando sua participação ativa no processo de organização da atividade pedagógica, bem como a aprendizagem dos conteúdos básicos da área em que atua, considerando a necessidade de planejar e efetivar seu trabalho didático-pedagógico na escola básica.

Para tanto, o projeto formativo do curso de Geografia do Parfor na UFPI está alicerçado nos preceitos da Pedagogia Crítica formulada por Henry Giroux, cujo pensamento, vinculado ao modelo contra-hegemônico de educação, orienta o desenvolvimento de um currículo crítico-emancipatório para o ensino e para os cursos de formação de professores, estruturado em torno de uma linguagem criticamente afirmativa que revitalize o conceito de cidadania e democracia de professores e reconheça a escola como centro de aprendizagem de conteúdos e propósitos democráticos.

À luz dessa perspectiva crítica, a educação é uma atividade ética e política e, por isso, não é possível concebê-la a partir de um de vazio social, preconizando a neutralidade e a objetividade do conhecimento. A prática educativa (e por extensão, a formação de professores) é uma prática social. Portanto, como agentes políticos, os professores devem assumir uma postura crítica nas práticas de sala de aula e o compromisso de transformar a sociedade em que vivem.

A exemplo de toda prática social, a educação não é neutra. É prática social e histórica, por isso, instável, que se transforma na e pela ação dos homens em relação (PIMENTA, 1998). Como tal, a educação é determinada por práticas materiais e ideológicas que incorporam uma multiplicidade de contradições e disputas dentro de relações assimétricas de poder que definem as realidades vivenciadas das várias sociedades, como lembra Foucault (1998, 2014). Daí porque o ato de educar é sempre imbuído de intencionalidades, na medida em que exige tomada de decisão sobre concepção de educação, articulada a uma visão de homem e a um projeto de sociedade. O ato de educar é, portanto, um ato político porque visa à formação humana, o que implica definição de finalidades (por que, para que, o que e como ensinar), escolhas de valores, crenças e compromissos éticos (FREIRE, 2015).

Estamos atentas à recomendação de Giroux e Penna (1997) de que a escolarização não pode ajudar o professor a desenvolver todo o seu potencial como intelectual crítico, atuante e comprometido com o processo democrático somente alterando o conteúdo e a metodologia do programa de formação. Todavia, entendemos que uma proposta pedagógica não pode ser

compreendida como um pacote vazio, pois o conteúdo a ser ensinado desempenha papel fundamental na socialização política dos estudantes. Como assinalam os referidos autores, “[...] o modo como o conhecimento é selecionado e organizado representa suposições apriorísticas por parte do educador acerca de seu valor e legitimidade. Em última análise, estas são considerações ideológicas que estruturam a percepção de mundo dos estudantes” (GIROUX; PENNA, 1997, p. 64). Com base nessas considerações passamos a apresentar a estrutura e organização curricular do curso de Geografia do Parfor / UFPI que consideramos capaz de aprimorar o processo formativo, de modo a possibilitar aos professores da Educação Básica a ressignificação da prática docente por meio do exercício de uma ação crítico-emancipatória na realidade educativa na qual estão inseridos.

3.1 Estrutura e organização curricular

O curso de Geografia da UFPI ofertado através do Parfor formará o profissional que atua no magistério da Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, a sua estrutura e organização curricular alinha-se com os princípios e fundamentos definidos pela BNCC-Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019), que focalizam a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e, sobretudo, a mobilização desses saberes para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais para o desenvolvimento humano global.

Articula-se com a LDB (Lei n. 9.394/1996), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Geografia (CNE/CES 492/2001 de 03 de abril de 2001), e com as diretrizes e metas do PNE (2014-2024), mormente, no tocante à proposição de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, que perpassa pela garantia de que todos os cidadãos tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e que encontrem nelas as condições propícias para concluir a escolaridade, na idade certa, com níveis satisfatórios de aprendizagem.

Em conformidade com os fundamentos pedagógicos da BNCC - Educação Básica (*foco no desenvolvimento de competências; compromisso com a educação integral*), o curso de Geografia deve organizar seus currículos de modo a considerar as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral.



Nesse sentido, o curso de Geografia delineado nesta proposta visa garantir formação inicial de professores multidisciplinares que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que lhes qualifique para o exercício da docência com vistas a assegurar a todos os alunos as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em consonância com os preceitos do PNE (2014-2024), sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, em conformidade com as disposições da BNCC.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, aqui denominados núcleos de estudo, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, explicitadas na seção anterior, a carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

Grupo I - 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola;

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Itinerários formativos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – *conhecimento, prática e engajamento profissionais* – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, e anos iniciais do Ensino Fundamental.



Para o Grupo II, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área de conhecimento, a carga horária de 1.600 horas deve efetivar-se do 2º ao 4º ano, devendo ser incluídas, nas 1.600 horas, as habilidades indicadas nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 13 da Resolução CNE/CP n. 2/2019.

No Grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, e devem ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso, entre os temas dos Grupos I e II.

O curso de Licenciatura em Geografia da UFPI ofertado através do Parfor caracteriza-se por oferecer formação voltada especificamente para professores que atuam em escolas públicas de Educação Básica, por isso o seu funcionamento ocorrerá no período de recesso escolar das redes de ensino municipal e estadual. Cada semestre letivo comporta um período intensivo, que ocorrerá nas férias dos professores cursistas, e um período complementar, nos finais de semana, de acordo com o cronograma de desenvolvimento de disciplina de cada curso, observando-se o calendário escolar das escolas básicas públicas.

A estrutura curricular prevê a organização de três núcleos que integram todo o percurso formativo, cujo propósito é concretizar estudos teórico-práticos e interdisciplinares no processo acadêmico de formação, nos termos da Resolução CNE/CP n. 1/2006 e em consonância com o que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2019), visando propiciar formação mais dinâmica, contextualizada e compartilhada dos componentes curriculares propostos para o curso com a prática pedagógica dos professores cursistas. São eles: **núcleo de estudos básicos (base comum), núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e núcleo de estudos integradores (prática pedagógica).**

O **núcleo de estudos básicos (base comum)** compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do contexto histórico e sociocultural da educação na sociedade contemporânea e do contexto da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no que concerne aos aspectos organizativos, didático-pedagógicos, metodológicos, tecnológicos, éticos e estéticos do trabalho pedagógico, por meio de reflexão e ações crítica.



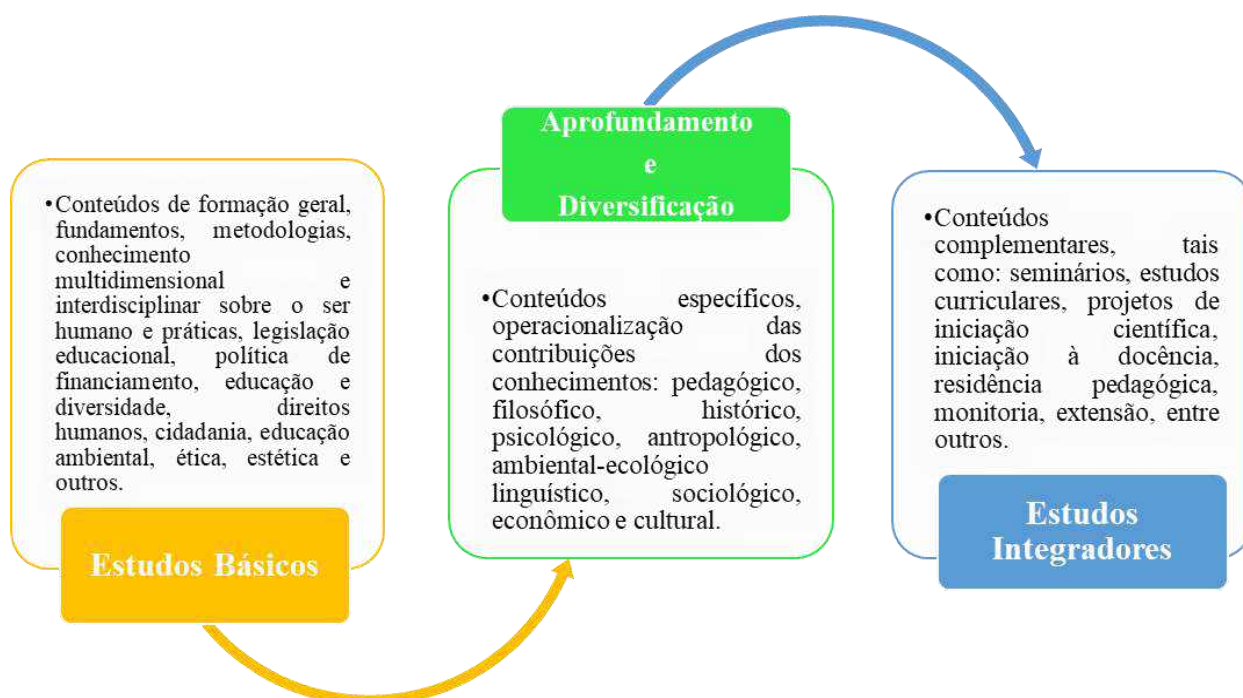
O **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** reúne conhecimentos voltados para as áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades, a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica, e o domínio pedagógico desses conteúdos, ampliando os conhecimentos do núcleo básico.

O **núcleo de estudos integradores (prática pedagógica)** reúne conhecimentos que proporcionarão enriquecimento curricular por meio da participação do cursista em atividades que compreendem áreas específicas de seu interesse, incluindo seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, estágios, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior; atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; atividades de comunicação e expressão cultural (congressos, seminários, simpósios, colóquios, minicursos e mesas redondas, audiência de defesas de TCC, monografias de especialização, dissertação ou tese etc.).

Embora distintos, os núcleos formativos estão interconectados e são indissociáveis no movimento de efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, tendo em vista o fornecimento de elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência. A Figura 8, a seguir, ilustra a interação entre os três núcleos que constituem o processo formativo.



Figura 8 - Interconexão entre os três núcleos do percurso formativo



Fonte: Comissão de elaboração do PPC (2022).

Os três núcleos formativos articulam e organizam as atividades curriculares segundo a sua especificidade, mas sem fragmentar e compartimentar o conhecimento. Constituem uma interação de áreas de conhecimento, condição para implementação do princípio da interdisciplinaridade, admite a diversificação curricular, à medida que engloba além das disciplinas, outras formas de atividades (oficinas, seminários, projetos, extensão etc.), possibilitando inovação curricular, e reconhece a especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática.

Em sua organização, o currículo do curso é estruturado por disciplinas interconexas de caráter teórico-prático e prático, Atividades Complementares (AC), Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e será desenvolvido em 08 (oito) semestres letivos, com carga horária total de 3.230 (três mil duzentos e trinta) horas, assim distribuídas: 810 horas do núcleo básico, 1.600 horas do núcleo de aprofundamento e 810 horas do núcleo integrador. No Quadro 11, a seguir, apresentamos o detalhamento das atividades curriculares obrigatórias do curso de Geografia, segundo sua natureza e seu ordenamento nos núcleos de formação.

Assinatura

Quadro 11 - Organização dos componentes curriculares por núcleo do percurso formativo

| Percurso Formativo | Componentes Curriculares | Carga Horária Teórica | Carga Horária Prática | Créditos | Carga Horária Total |
|---|---|------------------------------|------------------------------|-----------------|----------------------------|
| Núcleo Básico (Conhecimentos científicos, fundamentos, legislação educacional, política de financiamentos, metodologias etc.) | Filosofia da Educação | 60 | 0 | 4 | 60 |
| | Sociologia da Educação | 60 | 0 | 4 | 60 |
| | História da Educação | 60 | 0 | 4 | 60 |
| | LIBRAS | 30 | 30 | 4 | 60 |
| | Didática Geral | 60 | 0 | 4 | 60 |
| | Legislação e Organização da Educação Básica | 60 | 0 | 4 | 60 |
| | Avaliação da Aprendizagem | 60 | 0 | 4 | 60 |
| | Psicologia da Educação | 60 | 0 | 4 | 60 |
| | Atividade Curricular de extensão (ACE) | 0 | 330 | 22 | 330 |
| Total | | 450 h | 360 | 54 | 810 |
| Núcleo de Aprofundamento (Conteúdos específicos e pedagógicos, objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica) | Seminário de Introdução ao Curso de Geografia | 15 | 0 | 1 | 15 |
| | Introdução à Metodologia Científica | 60 | 0 | 4 | 60 |
| | História da Geografia | 60 | 0 | 4 | 60 |
| | Cartografia | 30 | 30* | 4 | 60 |
| | Introdução à Geologia | 45 | 15* | 4 | 60 |
| | Cartografia Temática | 30 | 30* | 4 | 60 |
| | Teoria e Método de Geografia | 45 | 15* | 4 | 60 |
| | Geografia Econômica | 30 | 0 | 2 | 30 |



| | | | | |
|---|----|-----|---|----|
| Climatologia Geográfica | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Estatística aplicada à Geografia | 15 | 15 | 2 | 30 |
| Português e técnicas de redação | 30 | 0 | 2 | 30 |
| Sistemas de Informações Geográficas | 30 | 30* | 4 | 60 |
| Hidrografia | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Geomorfologia | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Biogeografia | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Geografia da População | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Pedologia | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Metodologia do Ensino de Geografia | 30 | 30* | 4 | 60 |
| Bases Físico-naturais do Brasil | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Geografia Política e Geopolítica | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Geografia da Indústria, Comércio e Serviços | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Geografia Agrária | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Geografia Urbana | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Educação Ambiental | 30 | 30* | 4 | 60 |
| Fundamentos de Geografia Humana do Brasil | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Geografia do Piauí | 45 | 15* | 4 | 60 |
| Geografia do Nordeste Brasileiro | 45 | 15* | 4 | 60 |

| | | | | | | |
|--|--|-------------|-------------------------------|------------|---------------|-----|
| | Trabalho de Conclusão de Curso I | 45 | 0 | 3 | 45 | |
| | Trabalho de Conclusão de Curso II | 0 | 60 | 4 | 60 | |
| | Seminário de Conclusão do Curso de Geografia | 0 | 15* | 1 | 15 | |
| | Optativa I | 15 | 15 | 2 | 30 | |
| | Optativa II | 30 | 30 | 4 | 60 | |
| | Optativa III | 15 | 15 | 2 | 30 | |
| | Optativa IV | 30 | 30 | 4 | 60 | |
| | Optativa V | 15 | 15 | 2 | 30 | |
| | Subtotal | 1230 | 180 *405 (PCC) | 121 | 1410 | |
| | Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC | 0 | 200 | 0 | 200 | |
| Total | | 1230 | 380 | 121 | 1.610 | |
| Núcleo integrador (Prática pedagógica) | Estágio Supervisionado Obrigatório I | 0 | 135 | 9 | 135 | |
| | Estágio Supervisionado Obrigatório II | 0 | 135 | 9 | 135 | |
| | Estágio Supervisionado Obrigatório III | 0 | 135 | 9 | 135 | |
| | Subtotal | | | | 27 | 405 |
| | Prática como Componente Curricular | 0 | 0 | 27 | 405 | |
| Total | | | | 54 | 810 h | |
| Total Geral dos Núcleos | | | | | 3.230h | |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC.

A organização apresentada no Quadro 12 é apenas uma representação didática para fins de visualização de como os componentes curriculares integram cada núcleo ao longo do percurso formativo. Contudo, no desenvolvimento do curso esses componentes vão se entrelaçando, de forma interdisciplinar, visando superar a visão fragmentada do currículo por meio da efetiva integração dos componentes curriculares e a construção de um conhecimento que possibilite ao professor cursista ressignificar as experiências vivenciadas no tempo-universidade na sua prática pedagógica do espaço-tempo da escola básica (FERRO, 2017, 2019).

O currículo do curso de Geografia da UFPI por meio do Parfor foi planejado de modo a favorecer a interconexão entre dois processos essenciais da formação em serviço: o conhecimento que o professor cursista vem construindo ao longo da sua prática (*saberes da experiência/saberes pedagógicos*) e as novas elaborações teóricas construídas na formação (*saberes do conhecimento*). Para tanto, a organização curricular prevê eixos integradores, que constituem espaços de interdisciplinaridade em que os conteúdos das disciplinas das diferentes áreas são articulados em torno das experiências dos professores cursistas (BRASIL, 2004). Os eixos integradores são em número de oito (um por semestre letivo) e servirão como ponto de convergência das atividades, auxiliando o cursista na articulação dos conteúdos das áreas temáticas com sua prática pedagógica e na reflexão sobre ela de modo a aperfeiçoar a sua atuação docente.

As ações interdisciplinares são conduzidas por atividade de pesquisa/extensão com base em um tema gerador, abordado em diferentes enfoques disciplinares, tendo como eixo condutor uma disciplina integradora. O tema gerador escolhido é *Educação, Diversidades, Meio Ambiente e Cidadania*, que articula importantes aspectos da vida que se materializam no contexto escolar e possibilitam abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, em consonância com os princípios e fundamentos da BNCC-Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2017).

A partir desse tema, podem ser estudadas diversas temáticas, tais como: educação ambiental, gênero e sexualidade, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de

práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) foram escolhidas como disciplinas integradoras ao longo dos oito semestres letivos que integram o percurso formativo do curso, pela maior porosidade e possibilidade de integração dos conteúdos entre as demais disciplinas que compõem a matriz curricular em cada semestre e, conseqüentemente, pela viabilidade de garantia da relação orgânica entre teoria e prática, concretizada pela estreita vinculação entre o espaço acadêmico e o *lócus* de atuação docente (a escola básica) e pela possibilidade de fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, em cada semestre letivo, há uma disciplina integradora que promove a articulação entre os conteúdos das diferentes áreas temáticas e a prática pedagógica do professor cursista, tomando como eixo temático um dos temas transversais contemporâneos, conforme veremos no trecho dedicado às ACE neste PPC.

O professor responsável pela disciplina integradora em cada semestre fará a articulação do trabalho interdisciplinar e será intitulado *professor articulador*, cujo papel é coordenar os demais professores do bloco e articular o trabalho de pesquisa para a realização de atividades propostas pelos professores das demais disciplinas do semestre. Em síntese, sua função é a de ser o articulador do Projeto de Trabalho Interdisciplinar (PTI), mantendo contato constante com os professores das outras disciplinas, auxiliando-os na consecução das atividades referentes ao trabalho. Os demais professores são denominados orientadores.

O Projeto de Trabalho é atividade de pesquisa e/ou ação pedagógica a respeito de algum aspecto (social, histórico, cultural, ecológico, etc.) da realidade local do professor cursista e será planejado de forma colaborativa pelos professores formadores devem focar os problemas que as várias disciplinas suscitam, a partir do tema gerador definido para o semestre, tendo como eixo condutor a disciplina integradora. O resultado do trabalho interdisciplinar previsto no PTI é socializado num evento protagonizado pelos professores cursistas, intitulado Seminário Interdisciplinar do Parfor (SIMPARFOR), que ocorre no encerramento do semestre letivo em todos os *Campi* e polos de realização do curso, conforme previsto no calendário acadêmico semestral do Parfor.

A organização dos componentes curriculares que integralizarão o curso é coerente com os objetivos do curso e os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das competências



previstas no perfil desejado para o egresso do curso e visa garantir ao licenciando uma formação alicerçada nos princípios formativos realçados por meio da interdisciplinaridade, da contextualização, da explicitação da unidade teoria-prática e do trabalho coletivo, evidenciando relação orgânica entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A estrutura curricular segue uma lógica formativa encadeada e consistente, visando garantir ao professor cursista o fortalecimento de sua base de conhecimentos e o aperfeiçoamento das qualidades e habilidades docentes necessárias ao seu crescimento na sua prática de sala de aula da Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Na organização curricular do curso de Geografia do Parfor/UFPI estão definidas duas categorias de disciplinas: obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias destinam-se a propiciar ao licenciando formação teórica sólida e consistente sobre os conteúdos da Geografia e das ciências afins, domínio dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica, necessários à concretização de uma prática educativa na perspectiva da Educação Integral. O Quadro 12, a seguir, apresenta os componentes curriculares obrigatórios e optativos que integram a matriz curricular do curso.



Quadro 12– Matriz Curricular (Integral)

| PRIMEIRO PERÍODO | | | | | | | | | |
|------------------|---|-----------------|-----------------|----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------------------|
| Centro/Código | Disciplinas | CT ¹ | CP ² | E ³ | ACE ⁴ | Cr ⁵ | CH ⁶ | Créditos | Pré-requisito/ Correquisito |
| | Seminário de Introdução ao Curso de Geografia | 15 | - | - | - | 1 | 15 | 1.0.0.0 | - |
| | Introdução à Metodologia Científica | 60 | - | - | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | - |
| | História da Geografia | 60 | - | - | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | - |
| | Filosofia da Educação | 60 | - | - | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | - |
| | Cartografia | 30 | 30* | - | - | 4 | 60 | 2.2.0.0 | - |
| | Introdução à Geologia | 45 | 15* | - | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Optativa (Prática Desportiva I) | 0 | 30 | - | - | 2 | 30 | 0.2.0.0 | - |
| | Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 1 | 0 | 0 | - | 30 | 2 | 30 | 0.0.0.2 | - |
| TOTAL | Disciplinas: 7 (345h) / ACE: 1 (30h) | 270 | 75 | - | 30 | 25 | 375 | 18.5.0.2 | - |
| SEGUNDO PERÍODO | | | | | | | | | |
| Centro/Código | Disciplinas | CT ¹ | CP ² | E ³ | ACE ⁴ | Cr ⁵ | CH ⁶ | Créditos | Pré-requisito/ Correquisito |
| | Cartografia Temática | 30 | 30* | - | - | 4 | 60 | 2.2.0.0 | - |
| | Psicologia da Educação | 60 | 0 | - | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | - |
| | Teoria e Método de Geografia | 45 | 15* | - | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Geografia Econômica | 30 | 0 | - | - | 2 | 30 | 2.0.0.0 | - |
| | Climatologia Geográfica | 45 | 15* | - | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Estatística aplicada à Geografia | 15 | 15 | - | - | 2 | 30 | 1.1.0.0 | - |
| | Optativa | 15 | 15 | - | - | 2 | 30 | 1.1.0.0 | - |
| | Português e técnicas de redação | 30 | 0 | - | - | 2 | 30 | 2.0.0.0 | - |
| | Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 2 | 0 | - | - | 30 | 2 | 30 | 0.0.0.2 | - |
| TOTAL | Disciplinas: 8 (360h) / ACE: 1 (30h) | 270 | 90 | - | 30 | 26 | 390 | 18.6.0.2 | - |
| TERCEIRO PERÍODO | | | | | | | | | |
| Centro/Código | Disciplinas | CT ¹ | CP ² | E ³ | ACE ⁴ | Cr ⁵ | CH ⁶ | Créditos | Pré-requisito/ Correquisito |
| | Didática Geral | 60 | - | - | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | |



| | História da Educação | 60 | - | - | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | - |
|-----------------------|---|-----------------|-----------------|----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------------------|
| | Sistemas de Informações Geográficas | 30 | 30* | - | - | 4 | 60 | 2.2.0.0 | - |
| | Hidrografia | 45 | 15* | - | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Geomorfologia | 45 | 15* | - | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Optativa | 15 | 15 | - | - | 2 | 30 | 1.1.0.0 | - |
| | Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 3 | 0 | - | - | 45 | 3 | 45 | 0.0.0.3 | - |
| TOTAL | Disciplinas: 6 (330h) / ACE: 1(45h) | 255 | 75 | - | 45 | 25 | 375 | 17.5.0.3 | - |
| QUARTO PERÍODO | | | | | | | | | |
| Centro/Código | Disciplinas | CT ¹ | CP ² | E ³ | ACE ⁴ | Cr ⁵ | CH ⁶ | Créditos | Pré-requisito/ Correquisito |
| | Biogeografia | 45 | 15* | 0 | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Geografia da População | 45 | 15* | 0 | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Pedologia | 45 | 15* | 0 | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Metodologia do Ensino de Geografia | 30 | 30* | 0 | - | 4 | 60 | 2.2.0.0 | - |
| | Optativa | 60 | - | 0 | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | - |
| | Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 4 | - | 45 | 0 | 45 | 3 | 45 | 0.0.0.3 | - |
| TOTAL | Disciplinas: 5 (300h) / ACE: 1 (45h) | 225 | 75 | 0 | 45 | 23 | 345 | 15.5.0.3 | - |
| QUINTO PERÍODO | | | | | | | | | |
| Centro/Código | Disciplinas | CT ¹ | CP ² | E ³ | ACE ⁴ | Cr ⁵ | CH ⁶ | Créditos | Pré-requisito/ Correquisito |
| | Avaliação da Aprendizagem | 60 | 0 | 0 | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | - |
| | Bases Físico-naturais do Brasil | 45 | 15* | 0 | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Geografia Política e Geopolítica | 45 | 15* | 0 | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Geografia da Indústria, Comércio e Serviços | 45 | 15* | 0 | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Sociologia da Educação | 60 | - | 0 | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | - |
| | Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 5 | - | - | 0 | 45 | 3 | 45 | 0.0.0.3 | - |
| TOTAL | Disciplinas: 5 (300h) / ACE:1 (45h) | 255 | 45 | 0 | 45 | 23 | 345 | 17.3.0.3 | - |
| SEXTO PERÍODO | | | | | | | | | |
| Centro/Código | Disciplinas | CT ¹ | CP ² | E ³ | ACE ⁴ | Cr ⁵ | CH ⁶ | Créditos | Pré-requisito/ Correquisito |
| | Estágio Supervisionado Obrigatório I | - | - | 135 | - | 9 | 135 | 0.0.9.0 | - |
| | Geografia Agrária | 45 | 15* | - | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Legislação e Organização da Educação Básica | 60 | - | - | - | 4 | 60 | 4.0.0.0 | - |

| | Geografia Urbana | 45 | 15* | - | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
|---------------------------|--|-----------------------|-----------------------|----------------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|--|
| | Trabalho de Conclusão de Curso I | 45 | 0 | - | - | 3 | 45 | 3.0.0.0 | - |
| | Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 6 | 0 | - | - | 45 | 3 | 45 | 0.0.0.3 | - |
| TOTAL | Disciplinas: 5 (360h); ACE: 1 (45h) | 195 | 30 | 135 | 45 | 27 | 405 | 13.2.9.3 | - |
| SÉTIMO PERÍODO | | | | | | | | | |
| Centro/ Código | Disciplinas | CT¹ | CP² | E³ | ACE⁴ | Cr⁵ | CH⁶ | Créditos | Pré-requisito/ Correquisito |
| | Estágio Supervisionado Obrigatório II | - | - | 135 | - | 9 | 135 | 0.0.9.0 | - |
| | LIBRAS | 30 | 30 | 0 | - | 4 | 60 | 2.2.0.0 | - |
| | Educação Ambiental | 30 | 30* | 0 | - | 4 | 60 | 2.2.0.0 | - |
| | Fundamentos de Geografia Humana do Brasil | 45 | 15* | 0 | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Trabalho de Conclusão de Curso II | - | 60 | 0 | - | 4 | 60 | 0.4.0.0 | - |
| | Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 7 | - | - | 0 | 45 | 3 | 45 | 0.0.0.3 | - |
| TOTAL | Disciplinas: 5 (375h) / ACE: 1 (45h) | 105 | 135 | 135 | 45 | 28 | 420 | 7.9.9.3 | - |
| OITAVO PERÍODO | | | | | | | | | |
| Centro/Código | Disciplinas | CT¹ | CP² | E³ | ACE⁴ | Cr⁵ | CH⁶ | Créditos | Pré-requisito/ Correquisito |
| | Estágio Supervisionado Obrigatório III | - | - | 135 | - | 9 | 135 | 0.0.9.0 | - |
| | Geografia do Piauí | 45 | 15* | - | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Geografia do Nordeste Brasileiro | 45 | 15* | - | - | 4 | 60 | 3.1.0.0 | - |
| | Seminário de Conclusão do Curso de Geografia | - | 15* | - | - | 1 | 15 | 0.1.0.0 | - |
| | Optativa | 30 | 30 | - | - | 4 | 60 | 2.2.0.0 | - |
| | Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 8 | - | - | 0 | 45 | 3 | 45 | 0.0.0.3 | - |
| TOTAL | Disciplinas: 5 (330h) ACE: 1 (45h) | 120 | 75 | 135 | 45 | 25 | 375 | 8.5.9.3 | - |

CT¹ - Carga Horária Teórica; CP² - Carga Horária Prática; E³ – Estágio Supervisionado Obrigatório; ACE⁴ - Atividades Curriculares de Extensão; Cr⁵ – Total de Créditos; CH⁶ – Carga Horária Total.

* Disciplinas que contemplam a Prática como Componente Curricular.



As disciplinas optativas (**Quadro 13**) destinam-se ao aprofundamento dos conteúdos próprios de um campo mais especializado da atuação do pedagogo, visando propiciar ao aluno outras possibilidades para a sua formação profissional, bem como o incentivo necessário para a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. O aluno deverá cursar, obrigatoriamente, 210h de disciplinas optativas ao longo do curso, as quais serão disponibilizadas para realização de matrícula pelos cursistas no oitavo período do curso. O Quadro 13, a seguir, apresenta as disciplinas optativas do curso de Geografia do Parfor da UFPI.

Quadro 13 - Disciplinas optativas do curso de Geografia do Parfor da UFPI

| Centro /Código | Disciplinas | CT | CP | Cr | CH | Créditos |
|----------------|---|----|----|----|----|----------|
| | Cartografia Escolar | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Geografia Cultural | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Ensino sobre Cidades | 15 | 15 | 2 | 30 | 1.1.0.0 |
| | Análise Ambiental | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Geotecnologia Aplicada ao Ensino de Geografia | 15 | 45 | 4 | 60 | 1.3.0.0 |
| | Educação Patrimonial e Ambiental | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Práticas de Ensino de Ciência do Solo | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Geologia Ambiental e Geodiversidade | 15 | 15 | 2 | 30 | 1.1.0.0 |
| | Geografia Rural do Brasil | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Prática Desportiva I | 0 | 30 | 2 | 30 | 0.2.0.0 |
| | Geografia, Currículo e Ensino | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Pesquisa e Educação Geográfica | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Recursos Didáticos para o Ensino de Geografia | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Estudos de Clima Urbano | 30 | 30 | 4 | 60 | 2.2.0.0 |
| | Geografia e Arqueologia | 15 | 15 | 2 | 30 | 1.1.0.0 |
| | Antropologia Cultural | 60 | 0 | 4 | 60 | 4.0.0.0 |

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC (UFPI, 2018).

3.1.1 Prática como componente curricular

A dimensão prática nos currículos de formação de professores é concebida como um elemento articulador que visa inserir o professor no contexto da prática, mas que, sem se limitar ao saber fazer (TARDIF, 2014), constitui-se em atividade de reflexão apoiada na teoria.

À luz do pensamento de Pimenta e Lima (2012, p. 44), é possível afirmar que a adoção do princípio da prática como componente curricular significa que todas as disciplinas são ao mesmo tempo, teóricas e práticas e devem cumprir o propósito de “formar professores a partir da análise, da crítica e da proposição de novas maneiras de fazer educação”, o que favorece a *aproximação entre as instituições de formação e a escola básica*. Assim, a ênfase na prática, como base da formação dos professores, é um indicativo da busca da práxis autêntica, uma vez que implica tomar o contexto concreto para examiná-lo de maneira crítica para então intervir nele, o que extrapola a noção de prática como senso comum (FREIRE, 2015).

Estudos realizados sobre a formação de professores (ALMEIDA; PIMENTA, 2011; ANDRÉ, 2016; GATTI *et al*, 2019; NÓVOA, 2011; PIMENTA, 2012, 2015; TARDIF, 2014; VEIGA, 2010, 2012, 2016; ZEICHNER, 1983) revelam que a aproximação entre as instituições formadoras e o espaço do exercício profissional dos docentes tem se mostrado muito benéfica, tanto para os cursos de formação quanto para a escola. Com efeito, ao se aproximar da escola a universidade pode efetivar melhor a articulação entre teoria e prática, o que impacta a sobrevivência da condição pública legitimada para o Ensino Superior de produzir e socializar o conhecimento, fundado no constante exercício da crítica e cultivado por meio do ensino, pesquisa e extensão. Este tripé é considerado referencial de qualidade da formação e da relação orgânica entre os lugares formativos e o local de trabalho, proposição com a qual, também, estamos inteiramente de acordo.

Essa articulação é positiva, inclusive porque, como ressalta André (2016), os currículos de formação de professores poderão ser reformulados a partir da realidade concreta da escola básica com seus dilemas e problemas práticos, de modo a inspirar projetos e ações integrados para a qualificação de docentes e das práticas de ensino, promovendo o desenvolvimento profissional dos participantes que estão envolvidos no processo formativo em ambas as instituições. Nesse contexto, a prática docente é colocada como ponto de partida e de chegada da formação possibilitando ao professor “articular e traduzir os novos saberes em novas práticas” (PIMENTA, 2012, p. 17)



através de uma ressignificação mútua, construindo, assim, o verdadeiro sentido da práxis como ação humana transformadora.

Outro ponto importante a destacar é que a relação orgânica entre os lugares formativos e o local de trabalho potencializa o fortalecimento das licenciaturas e a valorização do profissional da educação à medida que os cursos de formação de professores formem profissionais que respondam, efetivamente, às demandas e necessidades da escola básica, face à sua função social, que consiste em assegurar aos estudantes a construção de conhecimentos necessários à interpretação e à intervenção crítica e consciente no mundo contemporâneo. Em suma, a imperatividade da conexão entre o Ensino Superior e a Educação Básica sobrevém da própria finalidade socialmente definida para a universidade enquanto instituição educativa, a qual, segundo Almeida e Pimenta (2011, p. 21):

[...] é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão. Ou seja, na produção do conhecimento a partir da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos e de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que esta coloca. Estes, por sua vez, são produzidos e identificados inclusive nas análises que se realizam no próprio processo de ensinar, na experimentação e na análise dos projetos de extensão, por meio das relações que são estabelecidas entre os sujeitos e os objetos de conhecimento.

Na área da educação, especificamente, dizemos que a universidade cumpre seu papel através da formação de profissionais qualificados para responderem às questões que perpassam a escola básica, a fim de que esta possa enfrentar o desafio de qualificar a educação escolar por meio da melhoria dos resultados das aprendizagens de conhecimentos e dos valores necessários à socialização dos estudantes. Sob essa ótica, a universidade (lugar da formação) é articuladamente uma instância social dependente e complementar da escola (local de trabalho). Concordamos com André (2016) no que tange ao entendimento de que a iniciativa dessa parceria deve partir, principalmente, da universidade, tendo em vista o seu compromisso científico, ético e político ante a sociedade.

A prática dos professores da escola básica é rica em possibilidades para a construção da teoria, visto que não é apenas espaço de aplicação de saberes oriundos da teoria, mas também de produção de saberes provenientes dessa mesma prática (TARDIF, 2014). Por isso mesmo, esses saberes devem ser valorizados pelo docente universitário como expressão do compromisso de profissional que presta serviço à sociedade em uma universidade pública. O desafio posto aos formadores é o de colaborar na ressignificação dos saberes na formação de professores, tendo como



ponto de partida a mobilização dos saberes da docência (ALMEIDA; PIMENTA 2011; PIMENTA, 2012).

Ratificamos que não se trata de adotar uma concepção praticista da formação docente, mas sim de um movimento que presume o que Nóvoa (2011) denomina de “transformação deliberativa”, isto é, uma transformação dos saberes que impõe uma resposta a dilemas pessoais, sociais e culturais. Tal afirmação nos reporta a uma provocação inusitada desse autor de que “[...]. É preciso passar a formação de professores para dentro da profissão [...]. Não haverá nenhuma mudança significativa se a ‘comunidade dos formadores de professores’ e a ‘comunidade dos professores’ não se tornarem mais permeáveis e imbricadas” (p. 18). Ou seja, é necessário que os professores formadores assumam lugar predominante na formação dos colegas de profissão. A proposição, nessa direção, é que sejam construídos um ambiente e uma *cultura de colaboração* entre os formadores e os profissionais da escola, entre as IES e as escolas, por meio da realização de projetos conjuntos.

Em se tratando do Parfor, essa relação dialógica é absolutamente necessária por ser um Programa destinado à formação de professores em exercício na Educação Básica, que produz saberes da docência, os quais incluem, segundo Pimenta (2012), a experiência, os conhecimentos específicos e os saberes pedagógicos e didáticos, necessários ao processo formativo.

Por isso, o Parfor vale-se dos benefícios da formação em serviço, o que torna possível a observação e a intervenção adequada nas condições reais em que se dá a prática do professor cursista, considerando as características, necessidades, limites e possibilidades da escola onde ele atua. Dessa forma, a própria escola básica torna-se o *locus* privilegiado da formação docente, com efeitos claros e imediatos sobre a sua prática pedagógica, aqui entendida como:

[...] prática social específica, de caráter histórico e cultural, que vai além da prática docente, das atividades didáticas dentro da sala de aula, abrangendo os diferentes aspectos do projeto pedagógico da escola e as relações desta com a comunidade e a sociedade. É ponto de partida para a teoria, mas que também se reformula a partir dela. Supõe análise e tomada de decisões em processo, beneficiando-se do trabalho coletivo e da gestão democrática (BRASIL, 2004, p. 21).

A capacidade de tematizar a própria prática, enquanto atividade inerente ao professor crítico-reflexivo, é fonte de ação instituinte e transformadora, orientando o professor cursista para construir conhecimentos e realizar as atividades de estudo a partir da reflexão da prática na e da escola e, ao mesmo tempo, desenvolver sua prática à luz dos conhecimentos construídos no percurso formativo.



Nessa perspectiva, a Prática como Componente Curricular (PCC) no âmbito do curso de Geografia da UFPI ofertado por meio do Parfor é compreendida como o elo de articulação entre os estudos sistematizados no tempo universidade e a prática cotidiana do chão da escola, integrando os professores cursistas à realidade social, histórico e cultural na qual a prática pedagógica é desenvolvida. Tem como pressuposto o reconhecimento de que a formação de professores em serviço inclui mecanismos de intervenção na prática cotidiana do professor cursista, como parte integrante do curso, contribuindo para que o processo de formação tenha impacto efetivo sobre a Educação Básica.

No contexto do curso de Geografia do Parfor/UFPI, a PCC vai muito além do momento de estágio obrigatório e deverá ser trabalhada na perspectiva da pesquisa, da extensão e de estratégias didático-pedagógicas, proporcionando ao professor cursista, formação concreta, contínua e relacionada à prática pedagógica da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, em consonância com o Art. 15 da Resolução CNE/CP n. 2/2019, com a finalidade de incentivar a participação dos cursistas em projetos integrados, favorecendo o diálogo entre as ações formativas e a dinâmica concreta das escolas.

À luz do referido dispositivo legal, as 400 (quatrocentas) horas da Prática como Componente Curricular serão distribuídas ao longo do percurso formativo, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, preferencialmente, realizadas na própria escola e com as turmas que estiverem sob responsabilidade do professor cursista, tendo em vista a melhoria e atualização do ensino, de modo a efetivar a articulação entre a teoria e a prática e a aproximação entre a universidade (UFPI) e a escola básica, campo de atuação docente.

A prática deve ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da experiência docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa, em conformidade com o § 3º do Art. 15 da Resolução CNE/CP n. 2/2019.

De acordo com as disposições do § 4º e § 5º do Art. 15 da Resolução CNE/CP n. 2/2019, as práticas consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na



aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor e devem ser registradas em **portifólio**, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.

Desse modo, o **portifólio** será um referencial para os professores formadores do curso de Geografia do Parfor, no sentido de considerá-lo tanto como estratégia de aprendizagem quanto como instrumento de avaliação (formativa e somativa) do professor cursista, para estabelecer reflexões e críticas sobre o percurso formativo, em busca da ampliação dos conhecimentos construídos no espaço acadêmico na interface com a melhoria da sua prática pedagógica. Portanto, as atividades desenvolvidas no interior dos componentes curriculares que integram a PCC devem ser canalizadas para a construção do **portifólio**.

Conforme normatizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019), no curso de Geografia da UFPI ofertado por meio do Parfor a Prática como Componente Curricular está presente em todas as disciplinas, distribuída em 405 (quatrocentas e cinco) horas e será desenvolvida ao longo do curso por meio dos componentes curriculares que perpassam os temas dos Grupos I e II do percurso formativo, explicitados anteriormente, e será trabalhada na perspectiva da pesquisa, extensão e intervenção pedagógica, por meio das demais atividades formativas. O Quadro 14, a seguir, indica as disciplinas selecionadas como integradoras de toda a prática como componente curricular neste PPC, o que não elimina o caráter prático que perpassa todas as outras disciplinas da matriz curricular, as quais abordam a formação pedagógica ou específica da área de formação que constituem intencionalmente a PCC no curso de Geografia do Parfor:



Quadro 14 – Disciplinas que contemplam a Prática como Componente Curricular

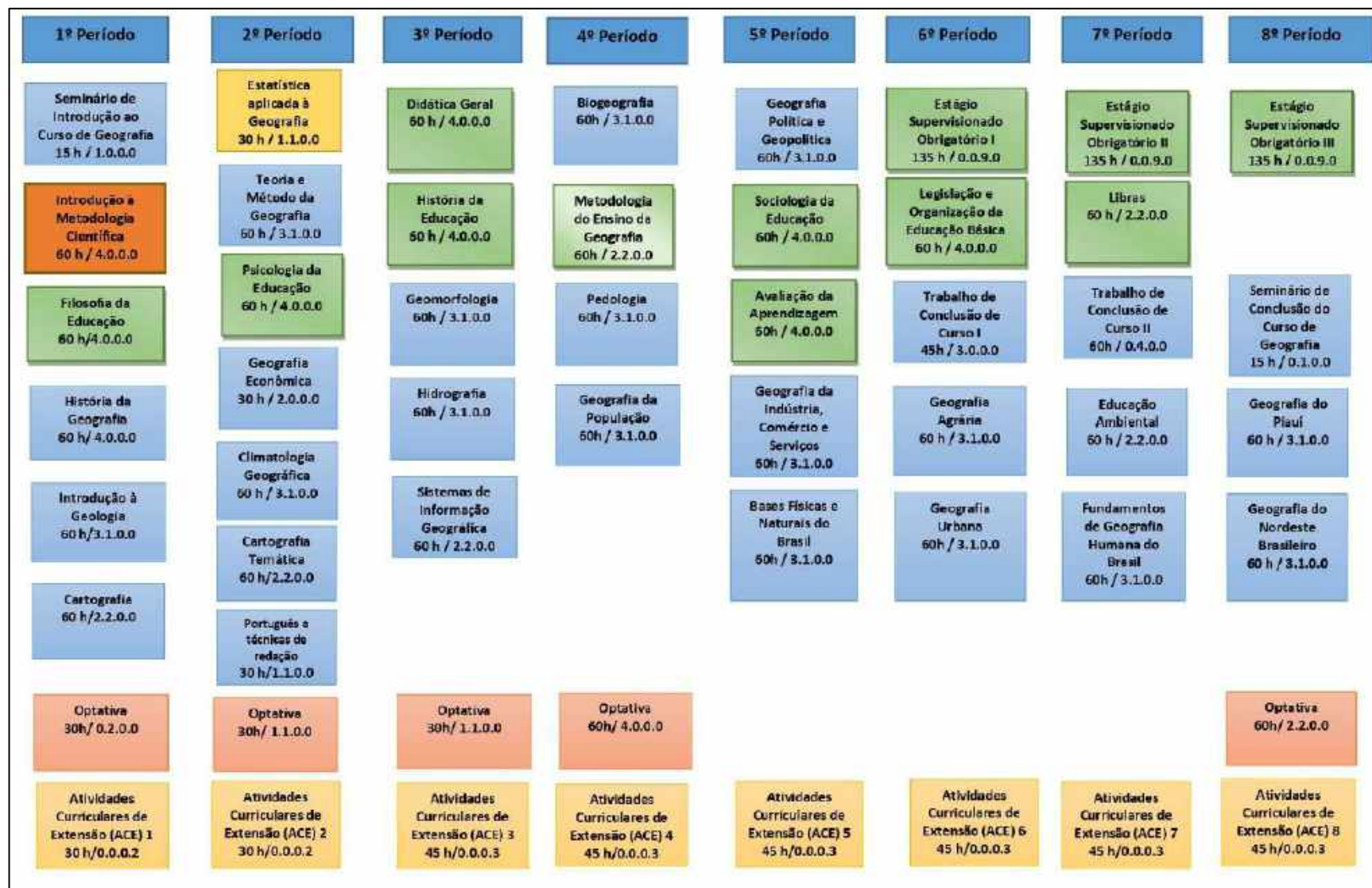
| Disciplinas | Período | Carga horária prática |
|--|----------|-----------------------|
| Cartografia Geral | Primeiro | 30 |
| Introdução à Geologia | Primeiro | 15 |
| Cartografia Temática | Segundo | 30 |
| Teoria e Método de Geografia | Segundo | 15 |
| Climatologia Geográfica | Segundo | 15 |
| Sistemas de Informações Geográficas | Terceiro | 30 |
| Geomorfologia | Terceiro | 15 |
| Hidrografia | Terceiro | 15 |
| Biogeografia | Quarto | 15 |
| Geografia da População | Quarto | 15 |
| Metodologia do Ensino de Geografia | Quarto | 30 |
| Pedologia | Quarto | 15 |
| Geografia Política e Geopolítica | Quinto | 15 |
| Bases Físico-naturais do Brasil | Quinto | 15 |
| Geografia da Indústria, Comércio e Serviços | Quinto | 15 |
| Geografia Agrária | Sexto | 15 |
| Geografia Urbana | Sexto | 15 |
| Educação Ambiental | Sétimo | 30 |
| Fundamentos de Geografia Humana do Brasil | Sétimo | 15 |
| Geografia do Nordeste Brasileiro | Oitavo | 15 |
| Geografia do Piauí | Oitavo | 15 |
| Seminário de Conclusão do Curso de Geografia | Oitavo | 15 |
| Total de Horas | | 405 |

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC.

3.2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Geografia – Parfor / UFPI

O Fluxograma (Figura 9) apresentará a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Geografia – Parfor / UFPI.

Figura 9 – Fluxograma do Curso de Licenciatura em Geografia



3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão de curso

3.3.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se intervenção prática em situações de vida e trabalho, nos termos do Art. 61 do Regulamento Geral da Graduação da UFPI, aprovado pela Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012.

À luz do pensamento de Pimenta e Lima (2012), o estágio curricular nos cursos de formação de professores que já exercem a docência (a exemplo dos cursos ofertados através do Parfor) se configura como espaço de reflexão de suas práticas a partir das elaborações teóricas construídas no processo formativo, de formação contínua, de ressignificação da identidade profissional docente e de produção de conhecimentos.

Ou seja, o estágio para quem já exerce a docência tem seu sentido e significado a partir da natureza do trabalho docente, que demanda “constante revisão das práticas, no sentido de tornar o professor um sujeito que constrói conhecimentos, com capacidade de fazer análise de sua prática fundamentado em um referencial teórico que lhe permita, como resultado, a incessante busca de uma educação de qualidade” (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 139). Nesse processo, professor formador e cursista, sujeitos de experiência, constroem constantemente suas identidades, tanto na dimensão individual como na dimensão coletiva, e ressignificam seus saberes docentes.

O professor formador ao mediar, à luz da teoria, a discussão coletiva sobre as experiências dos colegas de profissão que atuam na escola básica trazem para o espaço da formação, articula a construção de novas elaborações teóricas favorecendo a transformação da consciência profissional do professor cursista e a ressignificação da sua prática. Ao colocar em pauta os dilemas e possibilidades do cotidiano escolar, o estágio abre possibilidade para o professor cursista se sentir coautor de sua formação. O estágio como espaço de diálogo e de reflexão também favorece o professor formador abrindo possibilidade para ressignificar sua identidade profissional, que está sempre em constante construção face às novas demandas sociais que são impostas à escola e à universidade.



Essa visão mais abrangente e contextualizada do estágio exige que os cursos de formação, em parceria com docentes da escola básica, desestabilizem modelos que apelam para a fragmentação do conhecimento e a separação entre teoria e prática. Pimenta (2005), em suas conclusões, sinaliza para a importância da pesquisa na formação de professores que exercem a docência a partir da compreensão de que eles podem construir coletivamente conhecimento sobre o ensinar refletindo criticamente sobre a sua atividade para transformar seu saber fazer docente, gerando novos contornos a sua identidade.

A referida autora acredita que a *pesquisa-ação*, a *pesquisa colaborativa* e a *pesquisa-ação crítico-colaborativa*¹⁷ respondem bem ao propósito de ressignificar o Estágio Supervisionado como oportunidade de reflexão da prática docente e como possibilidade de formação contínua partindo do pressuposto de que a realização de pesquisas no contexto escolar investe na formação de qualidade de seus docentes, com vistas à transformação das práticas institucionais na direção da democratização da sociedade.

Considerando que o curso de Geografia ofertado no contexto do Parfor destina-se a formar professores que estão exercendo a docência na escola básica pública visando à melhoria da qualidade do ensino, o processo formativo deve favorecer o desenvolvimento de uma atitude permanente de ampliação, problematização e crítica dos conhecimentos pelos quais os professores cursistas compreendem a realidade educacional e concebem os modos de intervir sobre ela, promovendo seu desenvolvimento profissional.

Destarte, conforme determina a Resolução CNE/CP n. 1, de 11 de fevereiro de 2009, as atividades de estágio curricular supervisionado deverão ser, preferencialmente, realizadas na própria escola e com as turmas que estiverem sob responsabilidade do professor cursista. As atividades deverão ser orientadas por um projeto de melhoria e atualização do ensino, realizado sob supervisão concomitante da instituição formadora e da escola, devendo buscar a mobilização, integração e aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades reais vivenciadas no contexto da prática do cursista, articulando teoria e prática.

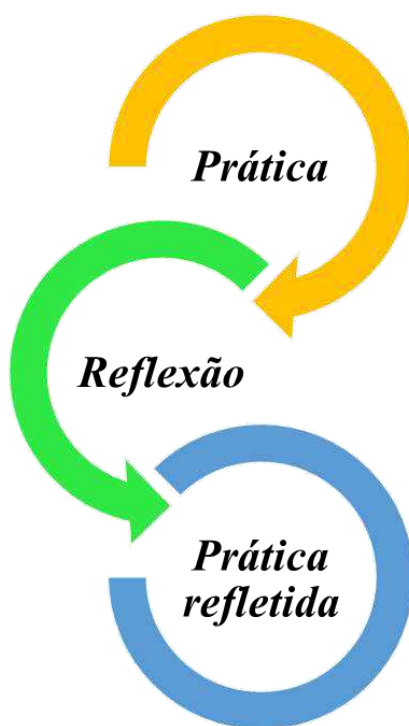
¹⁷Pesquisa denominada de *colaborativa*, realizada na relação entre pesquisadores-professores da universidade e professores-pesquisadores nas escolas, utilizando como metodologia a pesquisa-ação (PIMENTA, 2005).



À luz do exposto, consideramos o estágio no contexto do Parfor como espaço de reflexão ancorada na análise das dificuldades que o professor cursista enfrenta para realizar o seu trabalho e, ao mesmo tempo, no levantamento de atividades coletivas e individuais para a reelaboração das práticas e das finalidades educativas.

Entendemos, como Pimenta e Lima (2012), que a ressignificação do estágio como espaço de formação contínua e desenvolvimento profissional deve fundamentar-se em três pilares que configuram a atividade docente como práxis (Figura 10): análise da prática docente (*prática*), relação teoria e prática (*reflexão teórica*) e o trabalho docente na escola como categoria central dessa atividade (*prática refletida, analisada e contextualizada*). Em suma, o estágio supervisionado para quem já exerce a docência é circunstância de reflexão, ressignificação de saberes da prática docente e de formação contínua, realimentada por uma teoria que ilumina a prática, que, por sua vez, ressignifica a teoria.

Figura 10 - Pilares do estágio na perspectiva da reflexão a partir da práxis docente



Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC com base em Pimenta e Lima (2012)

Para tanto, é preciso lançar mão de metodologias que estejam a serviço da reflexão e da produção de conhecimentos capazes de oferecer a fundamentação teórica necessária para a compreensão da prática didático-pedagógica e da realidade social na qual essa prática está inserida. As metodologias de ensino e pesquisa como as **narrativas de formação** (*memoriais, autobiografias, histórias de vida*) e a **metodologia de projetos** (projeto didático de intervenção com vistas ao enfrentamento de um problema educacional específico, de natureza interdisciplinar voltado para a Educação Infantil e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental) são alguns exemplos de práticas coletivas que favorecem a emergência de experiências formativas inovadoras.

No curso de Geografia do Parfor, o estágio é componente curricular indispensável para integralização do curso e totaliza 405 horas de atividades em situação real de trabalho na escola básica de atuação do professor cursista distribuídas em três disciplinas: Estágio Supervisionado Obrigatório I - Ensino Fundamental (6º e 7º ano): 135h; Estágio Supervisionado Obrigatório II - Ensino Fundamental (8º e 9º ano): 135h; e Estágio Supervisionado Obrigatório III - Ensino Médio (1º a 3º ano) - 135h, em atendimento ao disposto na Resolução CNE/CP n. 2/2019.

Como o cursista já exerce a docência, a prática pedagógica permeia todo o processo de formação, a integralização desse componente no currículo do curso ocorrerá sob a forma de aproveitamento de experiências profissionais, por meio de ações que enfoquem planejamento, regência e a avaliação de aula, desenvolvimento de projetos escolares, acompanhamento e análise das diferentes propostas pedagógicas, incluindo pesquisas sobre o processo de ensino e minicurso com as famílias dos estudantes e a comunidade, possibilitando ao professor cursista oportunidade de aprofundar a compreensão da sua prática, refletir sobre ela e tomar novas decisões.

A expectativa é que os professores cursistas possam alternar momentos de reflexão, análise e problematização da prática (tempo universidade) com momentos de planejamento e sistematização de estratégias de enfrentamento dos problemas que emergem do contexto escolar passíveis de intervenção pedagógica (tempo escola). Para isso, o professor formador deve promover encontros incluindo os demais profissionais das escolas envolvidas no estágio com o objetivo de discutir as problemáticas trazidas pelos cursistas para, colaborativamente, (re)definir as estratégias de ação.

No curso de Geografia do Parfor/UFPI, o estágio inicia no sexto semestre letivo, conforme desenho curricular anteriormente apresentado e será realizado sob a mentoria e acompanhamento efetivo do professor formador, que supervisionará um grupo de até 10 (dez) professores cursistas,



nos termos da Portaria Capes n. 220, de 21 de dezembro de 2021. Vislumbramos que o projeto de estágio dialogue com o projeto de pesquisa que será elaborado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

3.3.2 Atividades Complementares

As atividades complementares, consideradas estudos independentes, realizados por meio de atividades acadêmico-científico-culturais, se constituem em um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. As atividades serão avaliadas durante a realização do curso de Licenciatura em Geografia, com possibilidade de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes realizadas no decorrer ou até o último período.

As atividades acadêmicas desenvolvidas pelos alunos de Geografia, para efeito de integralização curricular, correspondem a 200 horas, as quais deverão ser registradas no Histórico Escolar do aluno, em conformidade com as normas internas da UFPI a respeito do tema.

Considerar-se-ão atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (ACs) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução n.177/12 CEPEX-UFPI.

Tabela 1 - Categoria: ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA

Carga horária máxima da categoria: 180 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 180 h

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|---|---|-----------------------|-----------------------|---|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Participação em grupo de estudo/pesquisa. | O aluno deverá participar de atividades/projetos de ensino ou pesquisa, orientado por docente da UFPI. Anual. | 60 h | 180 h | Relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidade competentes. |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

Tabela 2 - Categoria: ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS**Carga horária máxima da categoria: 60 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h**

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|---|--|-----------------------|-----------------------|--|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Participação e Organização em evento científico | Participação e organização em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas. | 10 h | 30 h | Certificado de participação, organização ou declarações dos órgãos/unidade competentes. |
| | Apresentação de trabalhos em eventos científicos. | Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, semanas acadêmicas, na área de Geografia ou áreas afins. | 10 h | 30 h | Certificado de apresentação de trabalho ou declarações dos órgãos/unidade competentes, referentes a apresentação do trabalho científico. |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

Tabela 3 - Categoria: TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS**Carga horária máxima da categoria: 90 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|---|--|-----------------------|-----------------------|---|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Publicação de artigo completo em periódico. | Publicação de artigo completo em revista nacional ou internacional, como autor ou co-autor. | 10 h | 20 h | Cópia de artigos ou página de título do artigo publicado ou carta de aceite da revista. |
| | Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico | Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico na área de Geografia ou afins. | 10 h | 50 h | Cópia da capa dos anais do evento, bem como a página na qual conste o trabalho publicado. |
| | Aprovação em concurso | Aprovação em concurso para professor | 20 h | 20 h | Comprovante de aprovação ou nomeação |



Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 4 - Categoria: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Carga horária máxima da categoria: 90 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|---|--|-----------------------|-----------------------|--|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Estágios não obrigatórios de 50 a 100 horas | Estágio realizado na área da Geografia | 20 h | 20 h | Declarações dos órgãos/unidade competentes |
| | Estágios não obrigatórios de 101 a 200 horas | Estágio realizado na área da Geografia | 30 h | 30 h | Declarações dos órgãos/unidade competentes |
| | Estágios não obrigatórios com mais de 200 horas | Estágio realizado na área da Geografia | 40 h | 40 h | Declarações dos órgãos/unidade competentes |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

Tabela 5 - Categoria: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES

Carga horária máxima da categoria: 120 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 120 h

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|------------------------------|--|-----------------------|-----------------------|--|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Participação em projetos | Participação em projetos sociais governamentais e não-governamentais, voltado a área de Geografia, com duração mínima de 60 dias. | 10 h | 10 h | Declarações dos órgãos/unidade competentes |
| | Trabalho de campo geográfico | Participação em atividades extraclasse organizadas pelos professores formadores do curso de Geografia, por grupos de pesquisa vinculados ao curso ou em eventos científicos, desde que haja documento comprobatório da efetiva participação do discente, emitido pelo docente ou | 30 | 90 | Declarações dos órgãos/unidade competentes |

| | | | | | |
|--|--------------------------|--|------|------|--|
| | | responsável. Certificação: relatório e/ou declaração do órgão/unidade competente. | | | |
| | Experiência Profissional | Atuação como docente acima de 6 meses. | 10 h | 20 h | Declarações dos órgãos/unidade competentes |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

Tabela 6 - Categoria: ATIVIDADES ARTÍSTICO—CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICA

Carga horária máxima da categoria: 90 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|--|--|-----------------------|-----------------------|--|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre a área de Geografia | Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre/para a atuação pedagógica (área de Geografia) | 30 h | 30 h | Apresentação dos trabalhos produzidos ou produtos. |
| | Organizador e/ou participante de eventos artístico-culturais ou esportivos | Organização e/ou participação em eventos artístico-culturais e em torneios, campeonatos, olimpíadas, organizadas pela UFPI ou outras instituições. | 30 h | 60 h | Atestados/certificados de participação |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

Tabela 7 - Categoria: ATIVIDADES DE EXTENSÃO**Carga horária máxima da categoria: 90 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|--|---|-----------------------|-----------------------|---|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Participação em Programas ou projetos de extensão | Participação em Programas ou projetos de extensão, sob orientação de professor da UFPI. | 10 h | 10 h | Atestados ou certificados de participação |
| | Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo. | Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo. Se for grupo de estudo, este deve ser orientador por professor da UFPI ou outra IES. | 10 h | 30 h | Atestados ou certificados de participação |
| | Participação em eventos junto à comunidade. | Participação em apresentações, eventos, projeções comentadas de vídeos técnicos à comunidade durante o período de integralização do curso. | 10 h | 10 h | Atestados ou certificados de participação |
| | Excursões científicas | Excursões científicas que estejam relacionadas com atividades de extensão. | 10 h | 10 h | Atestados ou certificados de participação |
| | Curso de extensão | Curso de extensão na área de Geografia e/ou áreas afins | 10 h | 20 h | Atestados ou certificados de participação |
| | Participação em exposições e feiras. | Participação em exposições, feiras, datas temáticas na área de Geografia. | 10 h | 10 h | Atestados ou certificados de participação |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).



Tabela 8 - Categoria: VIVÊNCIAS DE GESTÃO**Carga horária máxima da categoria: 40 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 40 h**

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|--|--|-----------------------|-----------------------|--|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Participação em atividades de gestão | Participação em atividades de gestão no âmbito da escola em que o cursista atua. | 15 h | 30 h | Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou |
| | Participação em comissões de trabalho na universidade. | Participação nas diversas comissões de trabalho da UFPI ou outra IES | 10 h | 10 h | Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

Tabela 9 - Categoria: VISITAS TÉCNICAS:**Carga horária máxima da categoria: 10 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 10 h**

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|-----------------------------------|--|-----------------------|-----------------------|--|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Visitas técnicas na área do curso | Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente. | 5 h | 10 h | Relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente. |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).



Tabela 10 - Categoria: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Carga horária máxima da categoria: 60 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h

| Componente | | | CH mínima aproveitada | CH máxima aproveitada | Exigências |
|------------|--------------------|---|-----------------------|-----------------------|---|
| Código | Atividade | Descrição | | | |
| | Disciplina eletiva | Disciplina de graduação cursada em outro curso desta instituição ou em outras instituições de educação superior | 30 h | 60 h | Histórico escolar, no qual conste a disciplina cursada. |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

3.3.3 Atividade Curricular de Extensão

A Extensão, compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, compreendendo, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão são definidas pelas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do Parfor, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam a políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

As ACE têm por objetivos: I - reafirmar a articulação universidade/sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social; II – fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão; III – contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica dos cursos de graduação; IV – estimular a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com problemas da comunidade e da sociedade; V – compartilhar conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, da cultura, da tecnologia e das artes.



3.3.3.1 Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão

- O curso de Licenciatura em Geografia deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI;
- Os alunos do curso de Licenciatura em Geografia deverão, obrigatoriamente, atuar na organização ou execução de uma ACE semestralmente (quando regularmente matriculado) até integralizar o total de 405h definido neste PPC;
- Os programas, projetos, cursos e eventos devem contemplar um conjunto articulado de ações, pedagógicas, de caráter teórico e prático, que favoreçam a socialização e a apropriação, pela comunidade, de conhecimentos produzidos na Universidade, ou fora dela, de forma presencial ou a distância, contribuindo para uma maior articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais;
- As ACE devem ser desenvolvidas por meio de metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo;
- Os programas, projetos, cursos e eventos de extensão ofertados por meio de disciplinas do currículo de cada curso de graduação devem ser cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PREX), após sua prévia aprovação pela instância de vínculo direto dos docentes responsáveis pelo componente curricular (disciplina);
- As ACE devem estar em consonância com a especificidade formativa de cada curso e envolver diversidade de ações;
- O Quadro 15 a seguir, no que tange à carga horária e aos eixos temáticos das ACE semestrais, se constitui como referência para o curso de Licenciatura em Geografia. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais, buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.



Quadro 15 - Atividades Curriculares de Extensão

| Período | Carga horária | Atividades Curriculares de Extensão | Eixo temático |
|----------------|----------------------|--|---|
| 1° | 30 h | O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão | Ética e Relações étnico-raciais. |
| 2° | 30 h | O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão | Ciência e tecnologia. |
| 3° | 45 h | O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão | Meio Ambiente, Educação Ambiental e Educação para o consumo. |
| 4° | 45 h | O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão | Cidadania e Civismo, Vida Familiar e Social, Educação para o Trânsito, Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso. |
| 5° | 45 h | O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão | Multiculturalismo, Diversidade Cultural, Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras. |
| 6° | 45 h | O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão | Orientação Sexual. |
| 7° | 45 h | O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão | Saúde, Educação Alimentar e Nutricional. |
| 8° | 45 h | O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão | Economia, Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal. |

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência do Conselho Nacional de Educação e configura-se como um instrumento de iniciação científica. Constitui-se numa oportunidade privilegiada de desenvolvimento de um trabalho sistematizado e de natureza teórico-



prática, por meio do planejamento da intervenção na prática, oportunizando ao aluno a investigação do funcionamento das organizações educativas e suas inter-relações com a comunidade.

O TCC é o espaço curricular destinado à realização de pesquisa e/ou publicação científica, representando a culminância da produção intelectual do aluno. Objetiva a consagração de um processo de maturidade intelectual e de autonomia do aluno em face do desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza teórico-investigativa sobre a educação e a docência (BRASIL, 2009). Constitui-se, assim, em instrumento de articulação entre teoria e prática, oportunizando a aproximação do ambiente acadêmico com as práticas realizadas nos espaços escolares, favorecendo a reflexão e aperfeiçoamento profissional e humano do fazer pedagógico.

Desse modo, o TCC envolve pesquisa, aqui entendida como atividade que envolve produção de conhecimento novo, que preenche uma lacuna em determinada área do conhecimento, fazendo avançar a ciência e, por isso, tem relevância teórica e social (SEVERINO, 2002).

Na mesma direção, Marques (2002, p. 229) ressalta que a pesquisa envolve diálogo com a comunidade científica e com a teoria, resultando numa interlocução de vozes, ou seja, numa conversa que amplia perspectivas e horizontes, reconstrói e reformula os saberes. De acordo com o autor, pesquisar é:

[...] produzir um texto de rica intertextualidade no qual se conjuguem, em uma intersubjetividade sempre ativa e provocante desde suas bases socioculturais, as muitas vozes de uma comunidade argumentativa especialmente convocada para o debate em torno de uma determinada temática; sejam as experiências do pesquisador, sejam os testemunhos de um campo empírico, sejam os testemunhos de respectivo campo teórico.

A pesquisa é fundamental para a formação profissional do indivíduo, haja vista que as transformações ocorridas ao longo dos últimos tempos afetaram radicalmente vários campos sociais, notadamente, a educação, o ensino, exigindo profissionais com conhecimento do método científico para responder adequadamente às novas imposições da sociedade.

Nessa perspectiva, o TCC em nível de graduação é de grande relevância porque permite o contato do graduando com a pesquisa, atividade essencial que fornece os fundamentos científicos necessários para a materialização da sua formação acadêmica, podendo servir, assim, como contributo para trabalhos futuros.

No âmbito da UFPI, o TCC, conforme definido no Regulamento Geral da Graduação (Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012), corresponde à produção acadêmica que expresse as



competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Tem sua regulamentação em cada colegiado de curso, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado de curso. Poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até 3 (três) alunos, de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico (PPC), sob a orientação de um docente designado para esse fim.

O TCC objetiva a produção acadêmica que expresse as aprendizagens e habilidades desenvolvidas pelo cursista no seu campo de atuação profissional, bem como os conhecimentos produzidos no decorrer do curso. Em virtude da especificidade da clientela do Parfor (professores em exercício na Educação Básica), a produção do TCC deve ser orientada por um projeto investigativo que busque respostas para questões subjacentes à prática docente, priorizando o planejamento e intervenção na prática docente, com vista à melhoria e atualização do ensino. Desse modo, a atividade de investigação também deverá ser, preferencialmente, realizada na própria escola e com as turmas que estiverem sob a responsabilidade do professor cursista, na sua área ou disciplina de atuação, nos termos das normativas do Programa.

Se queremos formar professores, na perspectiva da formação contínua e do desenvolvimento profissional, com condições de fazer análise de sua prática de modo a favorecer resultados de melhores aprendizagens dos alunos da Educação Básica (PIMENTA; LIMA, 2012), é preciso lançar mão de metodologias que reforcem dispositivos e práticas coletivas que tenham a pesquisa (pesquisa/ação/colaborativa) como eixo formativo e valorizem a atividade docente e o trabalho escolar como problemática de investigação (GATTI *et al*, 2019; NÓVOA, 1999, 2011; ZEICHNER, 1983, 2011).

Reiteramos a importância da integração do TCC com os demais componentes curriculares e a interconexão particular com as experiências resultantes do estágio supervisionado. Por isso, também devem ser priorizadas as metodologias de pesquisa que lançam mão da elaboração de **narrativas de formação** (*memoriais, autobiografias, histórias de vida*), que autorrevelam os vínculos com a profissão e, por meio das quais o professor cursista pode se reapropriar de sua experiência docente, e a **metodologia de projetos** com ênfase em projetos didáticos para intervenção em problemas educacionais específicos, de natureza interdisciplinar voltados para a Educação Infantil e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental.



À vista disso, no curso de Geografia da UFPI ofertado através do Parfor a produção acadêmica do TCC deverá ser comunicada, preferencialmente, por meio de *artigo científico*, *relato de experiência*, *memorial de formação*, *projeto didático* ou outro instrumento de comunicação definido pelo Colegiado de curso (Quadro 16).

Quadro 16 - Possibilidades para o Trabalho de Conclusão de Curso

| Tipo de Trabalho | CrITÉrios de Avaliação | Validação |
|---|---|---|
| Monografia | Trabalho monográfico deverá ser escrito sobre alguma temática referente ao curso de Geografia. O texto da monografia deverá seguir às normatizações estabelecidas pela ABNT. | O trabalho deverá ser feito individualmente com a orientação de um (a) professor (a) vinculado (a), preferencialmente, ao curso de Geografia da UFPI. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso. |
| Relatos de experiência do Estágio Supervisionado Obrigatório | Além da experiência vivenciada durante o estágio, deverá abordar conteúdos geográficos que poderão ser trabalhados na educação básica. | O texto deverá seguir às normatizações de um relatório de atividades. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso. |
| Artigo científico | O artigo científico deverá ser escrito sobre alguma temática referente ao curso de Geografia. O texto deverá seguir às normatizações estabelecidas pela ABNT. | Os artigos devem ter de 15 a 20 páginas. Deverá ser apresentado no TCC II e no Seminário de Conclusão do Curso. |
| Projetos de intervenção (didáticos) | Projetos de intervenção em escolas ou instituições que promovam a educação. No texto final deverá conter as etapas de elaboração do projeto, o relato da execução do projeto e os resultados com indicações propositivas. | Tais projetos deverão ser encaminhados à coordenação do curso de Geografia para a ciência e possíveis emissões de solicitações junto à UFPI ou às entidades receptoras do projeto. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso. |
| Relatórios/ portfólios | Poderão ser referentes aos trabalhos de campo geográfico realizados no curso ou em algum evento; uma visita técnica em instituições públicas ou privadas; participação e organização de eventos (como relato de experiência); participação nos grupos de pesquisa vinculados ao curso de Geografia. | Os graduandos receberão orientações sobre a elaboração desses relatórios de atividades que deverão ser entregues por escrito ao orientador. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso. |
| Memorial de formação | Deverá ser construído um texto acadêmico autobiográfico no qual se analisa de forma crítica e reflexiva a formação intelectual e profissional na área de Geografia, explicitando o papel que as pessoas, fatos e acontecimentos mencionados exerceram sobre si. | Os graduandos receberão orientações sobre a elaboração desses relatórios de atividades que deverão ser entregues por escrito ao orientador. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso |
| Outras modalidades | Produção de recursos audiovisuais e outros. | Os graduandos produzirão um texto que explique as etapas da produção de sua escolha. Deverão apresentar no Seminário de Conclusão de curso. |

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

No curso de Geografia do Parfor/UFPI, o TCC tem caráter obrigatório e totaliza 120 horas, distribuídas em dois componentes curriculares: TCC I (45 horas) e TC e Seminário de Conclusão de Curso será realizada no 6,º 7º e 8º semestres, respectivamente. A relação entre os três componentes curriculares é de continuidade, articulada por duas importantes atividades: planejamento da pesquisa, culminando com a elaboração do projeto de pesquisa, no TCC I e realização da pesquisa, conforme cronograma de execução no TCC II, exigindo-se apresentação e defesa do trabalho ao final do curso. No Seminário de Conclusão de Curso o estudante irá realizar as adequações no texto defendido do TCC II visando a entrega da versão final.

A apresentação do trabalho ocorrerá publicamente e será avaliada por uma banca formada pelo professor orientador vinculado ao curso e dois pareceristas escolhidos, preferencialmente, entre os professores formadores que contribuíram no processo formação do cursista do aluno. Em consonância com o regulamento do Parfor, cada professor poderá orientar até 10 (dez) professores cursistas por semestre.

O Quadro 17, a seguir sintetiza a integralização curricular do curso de Geografia do Parfor, contabilizando disciplinas de formação obrigatória e optativa, estágio curricular obrigatório, trabalho de conclusão de curso, atividades curriculares de extensão e atividades complementares:

Quadro 17 - Síntese da Integralização Curricular do Curso de Geografia Parfor

| Componentes Curriculares | Carga horária |
|---|----------------------|
| Disciplinas de formação obrigatórias (OB) (disciplinas/estágios + TCC + ACE) | 2.820 h |
| Disciplinas de formação optativas (OP) | 210 h |
| Atividades Complementares (AC) | 200 h |
| Carga Horária Total | 3230 |

Fonte: Elaborado pela comissão de reformulação do PPC (2022).

3.4 Metodologia

Quando lemos os textos oficiais acerca do processo educativo, compreendemos a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo em que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizarmos a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais e menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno-cursista e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos cursistas por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos (VYGOTSKY, 1993). Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade.

Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos (SACRISTAN; GÓMEZ, 1998).

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.



Dessa maneira, o papel do aluno-cursista ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um sujeito questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que se superam noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (DEMO, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (MOITA LOPES, 1996). Espaço em que se equilibram as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino- aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno-cursista, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o cursista compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

3.4.1 Pedagogia da Alternância

Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa assunção da Pedagogia da Alternância como norte para nossas ações, já que esta se trata de uma proposta educacional que pensa a relação entre os espaços formativos e a realidade de atuação dos cursistas, como possibilidade de formação centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas e se adequa à nossa proposta na medida em que ressaltamos a necessidade de que os cursistas voltem ao seu lócus de atuação para a reflexão sobre sua prática.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiares Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo tomada como uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos cursistas a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas que aquelas de aluno-professor, já que se trata de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com um grande número de ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação a aqueles que atuam sem terem tido a oportunidade de cursar uma graduação, o Curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.

Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de Curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse cursista, definindo-se as atividades intensivas que ocorrem no tempo-escola, as ações do tempo-comunidade e as atividades integradoras, para que docentes e discentes do Curso movimentem-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.



4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

A promoção de oportunidades de aprendizagem é contemplada nas políticas institucionais definidas pelo PDI/UFPI (2020-2024) para ensino, pesquisa e extensão, conforme elencado a seguir.

Para ensino de graduação:

- Promover novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a política de internacionalização da UFPI;
- Avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades;
- Dar continuidade aos programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender outras demandas sociais importantes;
- Buscar a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis de ensino oferecidos, bem como sua vinculação com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade;
- Enfatizar a internacionalização, fortalecendo relações além das fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnico-administrativos e em programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras;
- Estimular a excelência do processo ensino-aprendizagem é um compromisso com o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos, uma vez que se encontra voltada para sua formação integral, atendendo e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte sua repercussão no exercício social e profissional como egressos da universidade;
- Incentivar o emprego de diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista;
- Abordar a questão ambiental, como tema transversal, em todos os PPCs da UFPI, de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de disciplinas diversas com as questões ambientais.



Para pesquisa e inovação

- Envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente;
- Estimular a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes;
- Incluir o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos.
- Apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação;
- Fomentar e consolidar a formação de discentes da graduação para que tenham continuidade de sua formação na pós-graduação;
- Aumentar a inserção da UFPI na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional;
- Promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

Para extensão e cultura

- Ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.
- Estimular programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social;



- Implantar o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica;
- Integrar a extensão universitária à matriz curricular dos cursos de graduação como componente obrigatório;
- Proporcionar a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- Promover a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- Impactar e transformar o social, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, implementando o desenvolvimento regional e o desenvolvimento de políticas públicas;
- Corroborar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, de geração e socialização de conhecimento, tecnologia, protagonismo estudantil e compromisso social.

4.2 Apoio ao discente

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Geografia.

No que tange ao apoio psicopedagógico, a UFPI dispõe de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária. Esta Pró-Reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.



A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos *Campi* do interior.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº54/2017 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem em disciplinas do curso de Geografia atenderá às normas comuns a todos os cursos da UFPI, especificadas na Resolução 177/12 CEPEX-UFPI, notadamente em seu Título VIII, que, dentre outras determinações, indica que:

[...]

Art. 101. Para efeito de registro, o número de notas parciais deverá ser proporcional à carga horária da disciplina, respeitado o mínimo de:

I – 2 (duas), nas disciplinas com carga horária igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) horas;

II – 3 (três), nas disciplinas com carga horária de 60 (sessenta) a 75 (setenta e cinco) horas;

III – 4 (quatro), nas disciplinas com carga horária superior a 75 (setenta e cinco) horas.

Art. 102. A avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina.

§1º Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

§ 2º O rendimento acadêmico deve ser expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.

Art. 103. A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais deverão considerar a sistemática de avaliação definida no projeto pedagógico do curso (PPC) e estar explícitos no plano de disciplina, de acordo com a especificidade.

§1º Nos instrumentos destinados às verificações parciais e exame final, deverão constar o valor correspondente a cada item.

§2º Em cada disciplina, é obrigatória a realização de, pelo menos, uma avaliação escrita realizada individualmente.

Art. 104. As avaliações devem verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina.

Parágrafo único. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados, pelo professor, de forma clara para os alunos.

Art. 105. O professor deve discutir os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação junto aos alunos.

Parágrafo único. A discussão referida no caput deste artigo será realizada por ocasião da publicação dos resultados e o aluno terá vista dos instrumentos de avaliação, devendo devolvê-los após o fim da discussão.

Art. 106. O rendimento acadêmico é calculado a partir média dos resultados obtidos nos instrumentos de avaliação utilizados durante a disciplina.

§1º A divulgação do rendimento acadêmico é obrigatoriamente feita no sistema de registro e controle acadêmico. O professor responsável pela disciplina deverá fazer o registro do rendimento no sistema acadêmico.

§2º É obrigatória a divulgação do rendimento da avaliação feita pelo professor da disciplina, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado este prazo a partir da realização da avaliação, ressalvados os limites de datas do Calendário Acadêmico. [...]

Art. 110. Será “aprovado por média” o aluno que obtiver média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), desde que os requisitos de assiduidade do Art. 117 sejam satisfeitos.

Art. 111. Será considerado “aprovado” no componente curricular o aluno que:

I – obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e média aritmética igual ou superior a 7 (sete) nas avaliações parciais;

II – submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 112. Será considerado “reprovado” o aluno que se incluir em um dos três itens:

I – obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular;

II – obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) nas avaliações parciais;

III – obtiver média aritmética inferior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 113. É reprovado no componente curricular o aluno cuja média final for menor que 4 (quatro). Neste caso, o aluno não poderá se submeter ao exame final.

Art. 114. A presença do aluno é registrada por sua frequência em cada 60 (sessenta) minutos de aula.

Art. 115. É reprovado no componente curricular o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no período letivo, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 116. O aluno cuja média parcial for maior ou igual a 4 (quatro) e menor que 7 (sete) e que satisfaça os requisitos de assiduidade definidos no Art. 117 terá direito à realização do exame final. Parágrafo único. O prazo para realização do exame final é de, no mínimo, 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do aluno.

Art. 117. O rendimento acadêmico final (média final) é obtido pela média aritmética simples entre a média parcial e o resultado do exame final.

§1º O valor da média final será igual ao da média parcial para os alunos que se encontrarem na situação do Art. 1141 .

§2º Ao aluno reprovado por falta será atribuída a media final igual a zero.

Art. 118. A média final mínima para aprovação, depois de realizado o cálculo definido no Art. 117, é 6 (seis).

Respeitadas essas normas gerais, entende-se a avaliação da aprendizagem, no âmbito do curso de Geografia, como parte integrante do processo educativo, vinculando-se diretamente aos objetivos da aprendizagem no contexto do projeto do Curso de Geografia, devendo, portanto, ser realizada de forma contínua, considerando o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, visando à tomada de decisão em relação à consecução dos objetivos propostos e envolvendo também o julgamento do aluno sobre sua própria aprendizagem, sempre que possível.

Assim, a avaliação, utilizando diferentes instrumentos, tem finalidades diagnóstico-formativas:

- Comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação aplicados aos objetivos traçados pela disciplina e pelo Curso;
- Detectar dificuldades na aprendizagem;
- Re-planejar;
- Tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno;
- Realimentar o processo de implantação e consolidação do Projeto-Pedagógico.

No Curso de Geografia, entende-se que é relevante analisar a capacidade de reflexão crítica dos cursistas frente às suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos do projeto pedagógico. Neste sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativa no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor formador/ professor cursista se torna fundamental. O trabalho do professor formador, portanto, ao organizar o material didático básico para a orientação do cursista deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a este saber.

Para que isso ocorra, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como ocorre não só a aprendizagem dos conteúdos disciplinares, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teórico-metodológicos trabalhados no curso. Por isso, a



verificação da aprendizagem ocorrerá de forma presencial, com utilização de instrumentos diversos, que exijam dos estudantes não só a síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções.

Esses instrumentos de avaliação (**tais como pesquisas, memorial, portfólio, projeto de trabalho, produções textuais escritas e orais, seminários, autoavaliações, testes diagnósticos, provas individuais e em grupo, e outros**) são elaborados pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento, que, juntamente com a Coordenação do Curso, ficarão responsáveis por adequar o sistema de avaliação como melhor se adaptar à sua disciplina.

Em suma, a avaliação no curso de Geografia do Parfor deve ser efetuada tendo em vista: o contexto em que o Programa se realiza; o perfil de professor que o Programa deseja formar e as competências que se pretendem desenvolver. Também deve levar em conta que todos os recursos técnicos, administrativos e pedagógicos têm papel mediador na construção do conhecimento pretendido e que as formas de avaliação são subsidiárias de uma forma determinada de trabalho, englobam uma concepção de aprendizagem, uma metodologia de ensino, de conteúdos e a relação professor-aluno e aluno-aluno (BRASIL, 2004). Seguindo a proposta pedagógica definida no Programa, a avaliação do professor cursista deve: ocorrer de maneira contínua e progressiva, e abranger todos os momentos do curso; envolver os múltiplos aspectos da aprendizagem do cursista, ir além da aferição de conhecimentos, e considerar o conjunto das competências descritas no item "Competências e Habilidades" deste PPC; e utilizar diferentes procedimentos e instrumentos, contemplando a autoavaliação, a avaliação dos colegas e a do professor formador.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

Conforme especificado no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024), o Projeto Pedagógico do Curso deve adotar como princípio, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade, a fim de que o estudante alcance sua autonomia intelectual.

Visando ao atendimento dessas exigências, o PPC do curso de Geografia estará em permanente avaliação com o objetivo de identificar falhas e defasagens nos diferentes componentes curriculares (princípios, objetivos do curso, perfil, conteúdos, sequência das disciplinas, etc.), bem como para indicar alternativas de ação com vistas à melhoria qualitativa do PPC.



Essa avaliação, de caráter formativo, será realizada, principalmente, a partir das seguintes fontes: ao final de cada período letivo, através de questionários envolvendo professores e estudantes, visando à melhoria da operacionalização do curso; pelo acompanhamento de egressos, através de aplicação de questionários aos mesmos e junto às instituições que absorvem os profissionais qualificados no curso de Geografia Parfor/UFPI, considerando os aspectos relacionados aos objetivos do curso e do perfil profissional; a partir dos resultados de cada ciclo avaliativo fornecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14.04.2004.

Os dados coletados dessas fontes serão periodicamente analisados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) para que seja verificado se o PPC continua atendendo satisfatoriamente às demandas relacionadas ao perfil dos licenciados em Geografia. A partir dessa análise, se for constatada a necessidade de modificação do PPC, serão seguidas as normas constantes no Art. 29 da Resolução 177/2012:

Art. 29. Todas as mudanças no projeto pedagógico (PPC) devem ser propostas pelo núcleo docente estruturante (NDE), deliberadas pelo colegiado do curso e, após análise pela Coordenação de Currículo da PREG (CC/PREG), homologadas pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) até 30 (trinta) dias antes da publicação da solicitação de oferta de componentes curriculares referente ao semestre letivo da sua implementação.

§1º A Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) será a instância final de aprovação de mudanças no projeto pedagógico (PPC), desde que tais mudanças não tenham como consequência alterações na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular.

§2º Havendo alteração na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular, ou ainda nos casos previstos no parágrafo único do Art. 10, a instância final de aprovação das mudanças será o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX).

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS¹⁸

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

¹⁸ A escolha dos ementários e referências para as disciplinas priorizou a atualização das temáticas referentes aos conteúdos centrais elencados pelos professores do curso de Geografia da UFPI. Quanto às referências bibliográficas nota-se que foram incluídas citações de e-book, artigos divulgados em periódicos, livros impressos e outros tipos de publicações, com intuito de atender ao planejamento pedagógico para às disciplinas do curso. Embora, ainda permaneçam as indicações de livros de décadas passadas, os quais não possuem atualizações, porém são necessários para a construção do conhecimento geográfico.

Disciplina: Seminário de Introdução ao Curso de Geografia/ Créditos: 1.0.0.0 / Carga Horária: 15h

Ementa: Conceitos sobre o Curso de Geografia. O Guia Universitário. Conhecimentos sobre a Organização Acadêmica e Administrativa da Universidade Federal do Piauí.

Bibliografia básica

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPEX/UFPI N° 017/15**. Guia Acadêmico do aluno, 2017.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPEX/UFPI N° 177/2012**, de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2012.

UFPI. Conselho Universitário. **Resolução n° 032/05**, de 10 de outubro de 2005. Estatuto da Universidade Federal do Piauí, 2005.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Resolução CNE/CES N° 14**, de 13 de março de 2002. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura em Geografia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Implementação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2008.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 76/15**, de 09 de junho de 2015. Regulamenta o programa de monitoria da UFPI, 2015.

BRASIL. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia - UFPI**. Teresina, 2007.

BRASIL. Conselho Universitário. **Resolução N° 21/00**, de 21 de setembro de 2000. Regimento Geral da UFPI, 2000.

Disciplina: Introdução à Metodologia Científica / Créditos: 4.0.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Metodologia das ciências. Metodologia do estudo. Metodologia de trabalho científico. Método e processo de conhecimento humano. A ciência e a pesquisa científica.

Bibliografia básica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução á filosofia. São Paulo, Moderna, 1986.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). **Construindo o saber**: técnicas de metodologia científica. Campinas, Papirus, 1998.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para o uso dos estudantes universitários. 3 ed. São Paulo: Mc-Craw-Hiil do Brasil, 1993.

Bibliografia complementar

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasilienses, 1993.

HUHINE. Leda Miranda (org.) **Metodologia Científica**: caderno de textos e técnicas, 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1988.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica** 12 ed. Amp., Porto Alegre, Vozes: 1988.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

Disciplina: Filosofia da Educação / Créditos: 4.0.0.0/ Carga Horária: 60h

Ementa: Filosofia e a filosofia da educação: concepções e especificidades da filosofia. Concepções de educação, tarefas da filosofia da educação. Relação entre educação, pedagogia e ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ética, política e estética: as discussões sobre gênero, diversidade étnico-racial, sexual, religião e questões geracionais. Filosofia da educação e a formação do/a professor/a.

Bibliografia básica

ARANHA, M. L. de. **A Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRITO, E. F. de; CHANG, H. (org.) **Filosofia e Método**. São Paulo: Loyola, 2002.

CHAUÍ, Marilena et al. **Primeira filosofia: lições introdutórias**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Bibliografia complementar

ARANHA, M. L. de. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1986.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense; 1986.

FAYE, J. P. **O que é filosofia?** 14 ed. Rio de Janeiro: 2002.

GIROUX, H, **Teoria Crítica e resistência em educação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

GIROUX H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Poro Alegre: Artes Medicas, 1997.

Disciplina: História da Geografia / Créditos: 4.0.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Aspectos históricos do conhecimento geográfico. Correntes do pensamento geográfico. A consolidação da Geografia como ciência moderna e a constituição das disciplinas geográficas. A Geografia e perspectivas.

Bibliografia básica

MORAES, Antônio Carlos Robert. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Parte 2.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; VIADANA, Alder Guilherme. Fundamentos históricos da Geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga. In: DEFFONTAINES, Pierre. Posições da geografia Humana – Porque Geografia Humana? Tradução de Amarante Romariz. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 32, jul. 1959.



DAVIS, William Moris. O Ciclo Geográfico. Tradução de Vancil Cardoso Cabral e Fernanda Aparecida Leonardi. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 139-166, 2013.

GODOY, Paulo R. Teixeira de (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2010. (v. 2).

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico: interface natureza e sociedade**. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n.35, p. 43-53, jan/jun. 2003.

Disciplina: Introdução à Geologia / Créditos: 3.1.0.0/ Carga Horária: 60h

Ementa: Origem do Universo e da Terra. A Terra como um sistema. Tempo Geológico. Estrutura e composição da Terra. Geodinâmica interna. Tectônica de placas, vulcanismo e abalos sísmicos. Crosta terrestre: mineralogia e petrografia. Geodinâmica externa. Geodiversidade e Geoconservação.

Bibliografia básica

GUERRA, Antonio T.; GUERRA, Antonio J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

POPP, José H. **Geologia geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LCT Editora, 1999.

PRESS, Frank; SILVER, Raymond; GROTZINGER, John.; THOMAS, Jordan. H. **Para entender a terra**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, Maria. C. de; FAIRCHILD, Thomas R.; TAIOLI, Fábio. **Decifrando a terra**. São Paulo: IBEP, 2009.

Bibliografia Complementar

BIZZI, Luiz A.; SCHOBENHAUS, Carlos; VIDOTTI, Roberta M.; GONÇALVES, João Henrique. **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CPRM, 2003.

LEINZ, Viktor; AMARAL, Sergio E do. **Geologia geral**. São Paulo: Nacional, 2001.

MANZIG, Paulo C. **O tempo geológico**. Disponível em: <http://www.geoturismobrasil.com/REVISTA%20ARTIGOS/o%20tempo%20geol%C3%B3gico%20-%20Manzig.pdf>. Seção de Textos Geotematicos em PDF. Acesso em: 24 jan. 2015.

SGARBI, Geraldo N. C. **Petrografia macroscópica das rochas ígneas, sedimentares e metamórficas**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Disciplina: Cartografia / Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Algumas definições para a Cartografia. Relação histórica e a produção do conhecimento cartográfico. Processos de orientação Sistema de referência terrestre – coordenadas geográficas. Escala cartográfica. Projeções cartográficas. Convenções cartográficas. Planimetria e altimetria.

Bibliografia básica

ANDRADE, Paulo Araújo. **Curso de cartografia básica**. Florianópolis: UFSC, 1988.



DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia**. 2. ed. Florianópolis: EDFSC, 2003.
OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

Bibliografia Complementar

RAISZ, Erwin. **Cartografia Geral**. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1969.
DBAULT, André. **Geocartografia**. São Paulo: Editora Nacional – USP, 1975.
INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Cartografia. **Noções básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro. 1999. (Manuais técnicos em geociências).
JOLY, F. A **Cartografia**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2003.
MARTINELLI, Marcello. **Cartografia temática: cadernos de mapas**. São Paulo: Edusp, 2003.
NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. São Paulo: Edgard Blucher, 1988.
OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário Cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

2º PERÍODO

Disciplina: Estatística Aplicada à Geografia / Créditos: 1.1.0.0 / Carga Horária: 30h

Ementa: Geografia, método científico e quantificação. Amostragem. Mensuração e descrição estatística. Estatística espacial: medidas padrão e medidas de variabilidade. Similaridade e classificação. Técnicas selecionadas de quantificação.

Bibliografia básica

LEVIN, J. **Estatística aplicada às ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987.
GERARDI, L. H. O.; SILVA, B. C. N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981.
COLE, J. P.; KING, C. A. M. **Quantitative Geography**. John Wiley & Sons, London, 1968.

Bibliografia complementar

EBDON, D. **Statistics in Geography - A practical Approach**. Basil Blackwell: Oxford, 1978.
HAGGETT, P.; CLIFF, A.; FREY, A. **Locational Analysis in Human Geography**. London: Edward Arnold, 1977.
HAMMOND, R.; McCULLAGH, P. **Quantitative Techniques in Geography – an introduction**. Clarendon Press: Oxford, 1975.
SMITH, D. M. **Patterns in Human Geography**. Penguin Books Middlesis, 1977.
TAYLOR, P. J. **Quantitative methods in Geography**. Houghton Mifflin Co.: Boston, 1977.

Disciplina: Português e técnicas de redação / Créditos: 2.0.0.0 / Carga Horária: 30h

Ementa: A Língua Portuguesa na comunicação oral e escrita. A linguagem falada, escrita e habilidades linguísticas de produção textual oral e escrita. Variedade linguística. Concepções e estratégias de leitura. O processo de produção textual. Diversidade dos gêneros textuais. Aspectos linguístico-gramaticais aplicados aos textos. A argumentação nos textos orais e escritos. Os gêneros textuais da esfera acadêmica. Redação oficial.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo, SP: PubliFolha, 2012.

BELTRÃO, Odair; BELTRÃO, Mariúsa. **Correspondência**: linguagem & comunicação - oficial, empresarial e particular. 24.ed. São Paulo-SP: Atlas, 2011.

FARACO, Carlos Alberto; MANDRYK, David. **Língua portuguesa**: prática de redação para estudantes universitários. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Bibliografia Complementar:

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2.ed. Ampliada e atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. **Correspondência**: Linguagem & comunicação oficial, empresaria e particular. 23 ed. São Paulo, Atlas, 2005.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17.ed. São Paulo, SP: Ática, 2010.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Disciplina: Teoria e Método de Geografia / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Princípios filosóficos e teóricos do saber científico. Os métodos, as teorias e as categorias de análise da natureza e da sociedade para a Geografia. As abordagens atuais na epistemologia das ciências: paradigma da complexidade, fenomenologia, hermenêutica e semiótica e suas implicações na produção do conhecimento geográfico. Teoria social e pensamento geográfico brasileiro. Teoria de aprendizagem e o ensino de Geografia.

Bibliográfica básica

CAPEL, H. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**: una introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia complementar

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa: edições 70, 2006. P. 103 à 135.

FEYRABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GOMES, P. C. da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

Disciplina: Psicologia da Educação / Créditos: 4.0.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Ciência psicológica. Desenvolvimento e aprendizagem. Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem.

Bibliografia básica

MACEDO, Rosa Maria de Almeida. O processo de desenvolvimento humano explicando por que somos tão iguais e tão diferentes. In: CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. (org.). **Temas em Psicologia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOLON, S. I. **Psicologia Social – subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ZANELLA, Liane. Aprendizagem: uma introdução. In: LA ROSA, Jorge (org.). **Psicologia e Educação: o significado do aprender**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

Bibliografia complementar

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologia Sócio-Histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRAGHIROLI, E. M. *et al.* **Psicologia Geral**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. Trad. Lenke Perez. São Paulo: Makron Books, 2001.

LAROCCA, P. **Psicologia na formação docente**. Campinas, SP: Alínea, 1999.

REY, F. G. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

Disciplina: Geografia Econômica / Créditos: 2.0.0.0 / Carga Horária: 30h

Ementa: Modos de produção e formações socioespaciais. O processo de formação da economia internacional (DIT's). As correntes da economia: o Keynesianismo, Toytismo, Neoliberalismo. Organização das atividades produtivas e os respectivos impactos territoriais. Fontes de energia no mundo e no Brasil. Mudanças ocorridas na produção contemporânea do espaço brasileiro. Os movimentos estruturais e conjunturais da economia brasileira: as crises econômicas e as crises financeiras.

Bibliografia básica

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia econômica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MARTIN, Ron. Teoria econômica e a geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (org.). **A geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966.

Bibliografia complementar

GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. São Paulo: Difel, 1983.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1994.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem – do feudalismo ao século XXI**. 22. ed. São Paulo: LTC, 2010.

SANTOS, Milton e Silveira, Maria Laura. **O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

Disciplina: Climatologia Geográfica/ Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Tempo. Clima. Fatores e elementos climáticos. Circulação Atmosférica: escalas e dinâmica. Classificações climáticas: abordagens e modelos. Tipos climáticos da Terra e do Brasil. Clima urbano.

Bibliografia básica

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 43. ed. São Paulo: DIFEL, 1993.
 MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVERIA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
 MONTEIRO, Carlos Augusto de F.; MENDONÇA, Francisco (org.). **Clima urbano**. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia Complementar

CONTI, José Bueno. **Clima e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.
 FANNERY, Tim. **Os senhores do clima**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
 MONTEIRO, Carlos A. de Figueiredo. **Teoria e clima urbano**. Série Teses e Monografia. 25. ed. São Paulo: IGEO/USP, 1976.
 SANT'ANNA NETO, João Lima. **História da climatologia no Brasil: gênese e paradigmas do clima como fenômeno geográfico**. Tese de Livre-Docência. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001.
 ZAVATTINI, João Afonso; BOIN, Marcos Norberto. **Climatologia geográfica: teoria e prática de pesquisa**. Campinas-SP: Editora Alinea, 2013.

Disciplina: Cartografia Temática/ Créditos: 2.2.0.0/ Carga Horária: 60 horas

Ementa: Cartografia e Geografia. Cartografia Temática: princípios e fundamentos. O mapa sob a ótica da comunicação. Semiologia gráfica: mapas, gráficos, redes. Métodos de representação temática. Análise e Interpretação de mapas temáticos. Cartografia Temática Digital. Cartografia escolar.

Bibliografia básica

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2009.
 MENESES, Paulo Márcio Leal de.; FERNANDES, Manoel Couto. **Roteiro de cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, [s.d].
 NOGUEIRA, Ruth E. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

Bibliografia Complementar

ARCHELA, Rosely. S.; ARCHELA, Edison. Mapeamento sistemático brasileiro: evolução histórica da cartografia. *In*: SEEMANN, Jörn. (org.). **A aventura cartográfica - perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005, p. 21-38.
 DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia temática**. Florianópolis: editora da UFSC, 1991.
 JOLY, Fernand. **Cartografia**. Campinas: Papirus, [s.d].
 MARTINELLI, Marcello. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991.
 MARTINELLI, Marcello. **Gráficos e mapas: construa-os você mesmo**. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.

3º PERÍODO

Disciplina: Didática Geral / Créditos: 4.0.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.

Bibliografia básica

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2010.
CORDEIRO, Jaime. **Didática**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2009.
LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Cortez, 2008.

Bibliografia complementar

HYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.
GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2005.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. As dimensões do processo didático na ação docente. *In: A aventura de formar professores*. Campinas, SP: Papirus, 2009.
MARTINS, Pura Lúcia Oliver. As formas e práticas de interação entre professor e alunos. *In: RIOS, Teresinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade*. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2003.
ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

Disciplina: História da Educação / Créditos: 4.0.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.

Bibliografia básica

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **A Educação negada: introdução aos estudos da educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Cortez, 1991.
NUNES, C. (org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.
LOPES, E. M. T; FARIAS FILHO, M; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Bibliografia Complementar

FARIA FILHO, Luciano M. de (org.) **Pesquisa em História da Educação: perspectiva de análise**. Belo Horizonte: HG edições, 1999.
GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Disciplina: Geomorfologia / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Natureza e objeto da Geomorfologia. Teorias e metodologias utilizadas no estudo da Geomorfologia. Processos endógenos e exógenos na formação do relevo. Escalas espaciais no estudo geomorfológico. Domínios morfoclimáticos. Tipos e evolução do relevo nas unidades estruturais e formas recentes. A Geomorfologia no planejamento e na gestão ambiental.

Bibliografia básica

FLORENZANO, Teresa. G. (org.). **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GUERRA, Antonio J. T. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994.

ROSS, Jurandyr L. S. **Geomorfologia, ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 2000.

Bibliografia complementar

CASSETI, Valter. **Geomorfologia**. [S.l]: 2005. Disponível em: <http://www.funape.org.br/geomorfologia/>. Acesso em: 10 out. 2016.

GUERRA, Antonio José T. **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

IBGE. **Manual técnico de geomorfologia**. Série - Manuais Técnicos em Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 1995, n. 5.

JATOBÁ, Lucivânio; LINS, Raquel C. **Introdução à geomorfologia**. 2. ed. Recife: Bagaço, 1998.

PENTEADO, Margarida M. **Fundamento de Geomorfologia**. IBGE. Rio de Janeiro, 1983.

VENTURI, Luis A. B. (org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e de laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

Disciplina: Hidrografia / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Hidrografia: conceitos. Distribuição da água na Terra, usos e importância de seu estudo geográfico. Águas marinhas. Águas subterrâneas e Águas superficiais. Bacias e redes hidrográficas. Tipos e representação do trabalho dos rios. Água: legislação e desenvolvimento sustentável.

Bibliografia básica

REBOUÇAS, Aldo; BRAGA JUNIOR, Benedito Pinto Ferreira; TUNDISI, José Galizia. (org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 1. ed. São Paulo: Escrituras, 1999.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; TORRES, Fillipe T. **Introdução a hidrogeografia**. [S.l]: Cengage Learning, 2013.

TUNDISI, José Galizia. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. 3. ed. São Carlos: RIMA, 2009.

Bibliografia Complementar

- BRANCO, Samuel Murgel. **Água**: origem, uso e preservação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- LIMA, Iracilde M. Moura Fé. **Água**: recurso natural finito. Teresina: SEMAR, 2004. Disponível em: <http://iracildefelima.webnode.com>. Acesso em: 10 out. 2016.
- LIMA, Iracilde M. Moura Fé; AUGUSTIN, Cristina H. R. R. Rio Parnaíba: dinâmica e morfologia do canal fluvial no trecho do médio curso. **Revista Equador (UFPI)**, Edição Especial XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Teresina - Piauí. [S.l], v. 4, n. 3, p. 418 – 424, 2015. Disponível em: <http://iracildefelima.webnode.com>. Acesso em: 10 out. 2016.
- LIMA, Iracilde M. Moura Fé; AUGUSTIN, Cristina H. R. R. Bacia hidrográfica do rio Poti: dinâmica e morfologia do canal principal no trecho do baixo curso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 10. **Anais [...]**. Manaus, AM, 2014.
- PORATH, Soraia Loechelt. **A paisagem de rios urbanos**: a presença do rio Itajaí-açu na cidade de Blumenau. 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Disciplina: Sistema de Informações Geográficas/ Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Bases conceituais e teóricas sobre os Sistemas de Informações Geográficas (SIG's). Potencial das técnicas de Geoprocessamento para a representação de fenômenos e modelos ambientais relacionados a diversos campos de estudos. Noções de Sensoriamento Remoto. Obtenção, armazenamento, tratamento e apresentação de dados georreferenciados na elaboração de mapas, utilizando técnicas, aplicativos e equipamentos computacionais.

Bibliografia básica

- FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- MEIRELLES, Margareth S. P; CAMARA, Gilberto; ALMEIDA, Cláudia M. **Geomática**. Modelos e Aplicações Ambientais. Brasília: Embrapa, 2007.
- NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto**: princípios e aplicações. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

Bibliografia complementar

- FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- JENSEN, John R. **Sensoriamento Remoto do Ambiente**: Uma perspectiva em recursos terrestres. São José dos Campos: Parêntese, 2009.
- MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**. 2. ed. Belo Horizonte: Nacional, 2005.
- SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento e análise ambiental**: aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ZAIDAN, R.T. **Fotointerpretação e sensoriamento remoto**. Juiz de Fora: UFJF, [s.d].

4º PERÍODO

Disciplina: Biogeografia / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h



Ementa: Biogeografia: definições, conceitos básicos, história e desafios. As teorias biogeográficas. Padrões e processos de distribuição geográfica das espécies: cosmopolitas, disjuntivas e endêmicas. O papel dos fatores ambientais na distribuição dos seres vivos. Biogeografia e Sistemas. Paisagens naturais mundiais, brasileiras e piauienses e a problemática ambiental. Biodiversidade: natureza, perdas, estratégias de conservação e recuperação. Relações entre a Biogeografia e o planejamento ambiental dos biomas. Trabalho de Campo.

Bibliografia básica

BROW, James H.; LOMOLINO, Mark V. **Biogeografia**. Tradução Iulo F. Afonso. 2. ed. rev. ampl. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2006.

COX, C. Barry; MOORE, Peter D. **Biogeografia**: uma abordagem ecológica e evolucionária. Tradução e revisão técnica de Luiz Felipe C. F da Silva. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

FIGUERÓ, Adriano. **Biogeografia**: dinâmicas e transformações da natureza. São Paulo: Oficina de textos, 2015.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Cláudio J. B. de; ALMEIDA, Eduardo A. B. (org.). **Biogeografia da América do Sul**. Padrões e processos. São Paulo: Roca, 2010.

PASSOS, Messias M. dos. **Biogeografia e paisagem**. 2. ed. Maringá: [S.n], 2003.

ROMARIZ, Dora A. **Aspectos da vegetação do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

ROMARIZ, Dora A. **Biogeografia**: temas e conceitos. São Paulo: Scortecci, 2008.

TROPPEMAIR, Helmut. **Biogeografia e meio ambiente**. 7. ed. Rio Claro: Divisa, 2006.

Disciplina: Metodologia do Ensino de Geografia/ Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: O ensino-aprendizagem de Geografia na educação básica. Métodos, técnicas e instrumentos do ensino de Geografia. Conteúdos: como selecionar, organizar e mediar no ensino. Os recursos didáticos e o ensino de Geografia.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Yasuko. **Espaço geográfico**: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia**: o professor. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Lugares periféricos da cidade, vida cotidiana e o ensino de geografia. *In*: CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: história, geografia. Brasília, DF, 1997. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.



BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Geografia**: ensino de quinta a oitava séries. Brasília, DF: MEC-SEF, 1998a. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf. Acesso em: 6 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC-SEF, 1998b. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 5 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Parte I – Bases legais. Brasília, DF: MEC-SEB, 2000a. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF: MEC-SEB, 2000b. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

Disciplina: Pedologia / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Fatores de formação do solo. O perfil do solo. Horizontes dos Solos. Caracteres morfológicos dos solos. Principais propriedades físicas do solo. Pedogênese. Sistema de classificação de solos. Classificação brasileira de solos.

Bibliografia básica

EMBRAPA. CNPS. **Sistema Brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA – IBGE. Diretoria de Geociências. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Manual Técnico de Pedologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

SANTOS, Raphael David dos. [et al.] **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 6. ed. Viçosa - MG: Sociedade Brasileira de ciência do solo, 2013.

Bibliografia complementar

BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. **Conservação do solo**. São Paulo: Ícone, 1990.

BRADY, Nyle C. **Natureza e propriedade dos solos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1989.

EMBRAPA. **Manual de métodos de análise de solo**. Rio de Janeiro, 1997.

LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

MONIZ, Antonio. C. **Elementos de pedologia**. São Paulo: Polígono, 1972.

Disciplina: Geografia da População / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Teorias demográficas. Análise dos indicadores populacionais. Estrutura da população: etnia e gênero. Os movimentos populacionais. Classes, grupos e camadas sociais, elementos da formação econômico-social capitalista. Fenômenos e produção do espaço urbano ligado à população. Trabalhos práticos: pesquisa em diferentes contextos populacionais. A Geografia da População e o ensino de Geografia. Diversidade étnico-racial e étnico-social desigualdade racial e social no Brasil.

Bibliografia básica



BECKER, Olga. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. *In*: CASTRO, Iná Elias de [*et al.*] **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1986.

Bibliografia Complementar

JACQUARD, Albert. **Explosão demográfica**. A. São Paulo, Ática, 2002.

SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maira Stella Ferreira; SZMARECSÁNYI, Tamás (org.) **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SZMARECSÁNYI, Tomás. **Dinâmica da população: teoria métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

VARRIÈRE, Jacques. **As políticas de população**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.

MOORE, C. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

5º PERÍODO

Disciplina: Geografia Política e Geopolítica / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Geografia política e Geopolítica: as diferentes abordagens conceituais. Geografia e geopolítica: definição, geoestratégia e fronteiras. As diversas concepções de poder: o político, o econômico e o militar. Conflitos contemporâneos: etnias, religiões, recursos naturais e tecnológicos. Os poderes hegemônicos na redefinição das políticas territoriais da América Latina e do Brasil.

Bibliografia básica

CASTRO, Iná Elias de. O sistema internacional contemporâneo: globalização e organizações supranacionais. *In*: **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 213-275.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

MAGNOLI, Demetrio. **O mundo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2008.

Bibliografia complementar

ARBEX JR., José. **A outra América: apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos**. São Paulo: Moderna, 1993.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica - discurso sobre o território e o poder**. São Paulo: Edusp, 1992.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Relações internacionais: cenários para o século XXI**. São Paulo: Scipione, 2000.

SCARLATO, Francisco Capuano [*et al.*] **O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VESENTINI, José William. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. Campinas-SP: Papyrus Editora, 2003.

Disciplina: Sociologia da Educação / Créditos: 4.0.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: A Sociologia como ciência. Teorias sociológicas clássicas. Conceitos fundamentais para a compreensão da relação Educação/ Sociedade. A Educação como objeto de estudo da Sociologia. Teorias contemporâneas em Sociologia da Educação. Campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais, trajetórias escolares e estruturas sociais.

Bibliografia básica

BAUDELLOT, C. A. Sociologia da Educação para que? **Teoria & Educação**. Porto Alegre. n. 3, p. 29-42, 1991.

CUNHA, L. A. Reflexões sobre as condições sociais de produção da sociologia da educação: primeiras aproximações. **Tempo Social**. São Paulo, n. 1-2, p. 169-182, 1994.

CUNHA, L. A. **A Educação na sociologia:** um objeto rejeitado In. Caderno CEDE, 27, p.9-22, 1992.

Bibliografia complementar

DURKHEIM, Émile – **Educação e Sociedade**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ENGUITA, Mariano F. **Trabalho, escola e ideologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. **A Sociologia na escola:** professores, educação e desenvolvimento, 1992.

GOMEZ, A. I. P. **A cultura na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (org.) **Família e escola:** trajetória de escolarização em camadas médias e populares. 4. ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

Disciplina: Avaliação da aprendizagem / Créditos: 4.0.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.

Bibliografia básica

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 10. ed. Porto Alegre: Mediacao, 2007.

Bibliografia complementar

DALBEN, Ângela I. L de F. **Conselhos de classe e avaliação:** perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DEPRESBITERIS, Lea. **Avaliação educacional em três atos**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MELCHIOR, Maria Celina. **Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação**. Porto Alegre: Premier, 2001.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Disciplina: Geografia da Indústria, Comércio e Serviços/ Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Transformações das atividades: indústria, artesanato à manufatura. A revolução industrial e a reordenação espacial da sociedade moderna. Modelos de industrialização. O paradigma técnico-científico moderno e os problemas ambientais e locacionais do espaço industrial. A crise do padrão, as inovações tecnológicas e a nova espacialidade. Economia dos serviços. Mercado de trabalho e a questão racial.

Bibliografia básica

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**. São Paulo, Contexto, 2001.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

MAMIGONIAN, Armen. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. *In:* MAMIGONIAN, Armen. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. Livre Docência: FFLCH-USP, 2005, p. 78-87.

Bibliografia complementar

AMÂNCIO, I. **África-Brasil-África: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

ARAÚJO, Tânia Barcelar. Industrialização no Nordeste: intenções e resultados. *In:* MARANHÃO, Silvio (org.). **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

MOORE, C. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOREIRA, L. R. (org.). **Identidade Organizacional**. Um diferencial para a competitividade de empresas moçambicanas. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.

SQUEFF, G. C. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro**. Brasília: Ipea, jun. 2012. (Texto para Discussão, n. 1747). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15031. Acesso em: 29 ago. 2017.

Disciplina: Bases Físico-naturais do Brasil / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Bases lito-estruturais da América do Sul e do Brasil. Os grandes domínios estruturais do Brasil e os relevos derivados. Gênese e evolução das formas de relevo brasileiro. Propostas de Classificação do relevo brasileiro. Sistemas atmosféricos atuantes no Brasil. Quadro climático,

vegetacional e hidrográfico do Brasil. Relação unidades geomorfológicas x clima x solo x vegetação: os grandes domínios morfoclimáticos brasileiros. Estudos integrados da paisagem no Brasil.

Bibliografia básica

BIZZI, Luiz A.; SCHOBENHAUS, Carlos; VIDOTTI, Roberta M.; GONÇALVES, João Henrique. **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

ROSS, Jurandyr L. S. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

SCHOBENHAUS, Carlos. **Geologia do Brasil**. Brasília: DNPM, 1984.

TORRES, Fillipe T. P.; MARQUES NETO, Roberto; MENEZES, Sebastião. O. **Introdução a geomorfologia**. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. (Coleção textos básicos de Geografia).

Bibliografia complementar

AB' SABER, Aziz Nacib. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil**. São Paulo: USP/IG, 1970.

CASSETTI, Walter. **O ambiente e a apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

GUERRA, Antonio T.; Guerra, Antonio J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Recursos naturais e estudos ambientais, 1992.

PENTEADO, Margarida. **Fundamentos de geomorfologia**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1983.

SGARBI, G. N. C. **Petrografia macroscópica das rochas ígneas, sedimentares e metamórficas**. 2. ed rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

6º PERÍODO

Disciplina: Estágio Supervisionado Obrigatório I / Créditos: 0.0.9.0 / Carga Horária: 135h

Ementa: Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, como monitorias, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Atividades de docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem sob orientação do professor orientador e do supervisor no local de estágio. Elaboração de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino execução do projeto sob orientação do professor de estágio e do supervisor da escola, redação e apresentação do relatório final. Atividades de investigação da realidade da escola e ou espaços onde será desenvolvido o estágio que visem conhecer de forma aprofundada o cotidiano da atividade educativa. Regência de aulas no segmento de 6º e 7º ano do ensino fundamental.

Bibliografia básica

BURIOLLA, Marta A. F. **O estágio supervisionado**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELLAR, Sonia M. V. Educação geográfica: formação e didática. *In*: MORAIS, E. M. B. de; MORAES, L. B. (org.) **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de geografia**. Goiânia: NEPEG, 2010.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria. S. L. **Estágio e docência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia complementar

DIAS, Rosanne E.; LOPES, Alice C. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1155-1177, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (Coleção Leitura).

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 de 20 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 2783327841, dez. 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Geografia: ensino de quinta a oitava séries**. Brasília, DF: MEC-SEF, 1998. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf. Acesso em: 6 jan. 2015.

Disciplina: Legislação e Organização da Educação Básica / Créditos: 4.0.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: A Dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº. 9.394/96).

Bibliografia básica

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e Funcionamento do Ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.

CARNEIRO, Moacir A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MENESES, João Gualberto et al. **Educação Básica políticas, legislação e gestão – Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

Bibliografia complementar

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 de 20 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 2783327841, dez. 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ENRICONE, Délcia e GRILLO, Marlene (org.). **Avaliação: uma discussão em aberto**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LIBÂNEO, J., OLIVEIRA, J. TOSCHI, M. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



MORAES, Salete. **Novas ágoras**: desenhos alternativos para políticas em educação. Porto Alegre: Redes, 2008.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I / Créditos: 3.0.0.0 / Carga Horária: 45h

Ementa: Conhecimento científico geográfico. Teorias e métodos geográficos. Linhas de pesquisa no campo da pesquisa geográfica. Iniciação científica: projeto de pesquisa, relatório, monografia, etc. Uso de técnicas e de instrumentos.

Bibliografia básica

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico**: do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

VELOSO, Waldir de P. **Como redigir trabalhos científicos**: monografias, dissertações, teses e TCC. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

Disciplina: Geografia Agrária/ Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: História da agricultura. Correntes teóricas da Geografia Agrária. A renda fundiária. Modernização do campo/agricultura (Agronegócio/complexos agroindustriais, a “revolução verde” e a industrialização da agricultura). Reforma agrária, relações de trabalho e movimentos sociais no campo. Formação histórica do espaço agrário brasileiro. Agricultura familiar/camponesa no Brasil. A questão agrária e o meio ambiente.

Bibliografia básica

BERNARDES, Julia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (org.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia**: geografia agrária no Brasil: 1930 – 1990. São Paulo: UNESP, 2002.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.



Bibliografia complementar

CAUME, David José. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan./abr. 2009.

ESTERCI, Neide; VALLE, Raul Silva Telles do. (org.). **Reforma agrária e meio ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano [et al.] (org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVERIA JUNIOR, Paulo H. B. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro, 1989. (PTA – Projeto Tecnologias Alternativas).

Disciplina: Geografia Urbana / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Conceitos, evolução do objeto de estudo e parâmetros teórico-metodológicos da Geografia Urbana. Capitalismo, urbanização e inserções históricas. Urbanização: conceitos e dimensões de sua abordagem. O processo de urbanização no Brasil. A rede urbana e o território em questão. O espaço intraurbano nas cidades: agentes produtores, processos e formas espaciais. Temas contemporâneos das Cidades: uma aproximação às escalas regional/local.

Bibliografia básica

CARLOS, Ana F. A. de. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1997.

CORREA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Bibliografia complementar

CARLOS, Ana F. A. C.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de e SPOSITO, Maria E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contextos, 2011.

RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

ROLNIK, R. **O que é cidade?** São Paulo, SP: ED. Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

7º PERÍODO

Disciplina: Estágio Supervisionado Obrigatório II / Créditos: 0.0.9.0 / Carga Horária: 135h

Ementa: Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, como monitorias, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Atividades de docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor no local de estágio. Elaboração de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino execução do projeto sob orientação do professor de estágio e do supervisor da escola, redação e apresentação do relatório final. Atividades de investigação da realidade da escola e ou espaços onde será desenvolvido o estágio que visem conhecer de forma



aprofundada o cotidiano da atividade educativa. Regência de aulas no segmento de 8º e 9º do ensino fundamental.

Bibliografia básica

PONTUSCHKA, Nídia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org.). **Geografia em Perspectiva: Ensino e Pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. **O estágio enquanto espaço de pesquisa: caminhos a percorrer na formação docente em Geografia**. Porto Alegre: UFRGS/PPGea, 2012.

VESENTINI, José Willian (org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC-SEB-DICEI, 2013. Disponível em: [//portal.mec.gov.br/docman/abril-2014-pdf/15547-dietrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf](http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2014-pdf/15547-dietrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf). Acesso em: 20 set. 2015.

PAIVA, Irene Alves de; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. **Educação e realidade:interdisciplinar**. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

PIMENTA, Selma G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GUEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-52.

SAMPAIO, T. V. M. Professor-Geógrafo: papel e importância profissional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 7. 2003, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2003. p. 691-697.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Pereira. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**, 2000. Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2006.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) / Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.

Bibliografia básica

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo dos surdos em Libras**. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GESSER, Audrei. **Libras?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia complementar

BOTELHO, P. **Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos**. Editora Autentica, Minas Gerais, 712, 1998.



FERNANDES, Eulália (org.). QUADROS, Ronice Muller de [et al.] **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIMA, M. S. C. **Surdez, bilinguismo e inclusão**: entre o dito, o pretendido e o feito. 2004, 261f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada); Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2004.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II / Créditos: 0.0.0.4 / Carga Horária: 60h

Ementa: Elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia básica

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico**: do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

VELOSO, Waldir de P. **Como redigir trabalhos científicos**: monografias, dissertações, teses e TCC. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

Disciplina: Educação Ambiental / Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Meio ambiente e desenvolvimento. Histórico da Educação ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Educação Ambiental e o Ensino de Geografia. Educação Ambiental no ambiente urbano e em Unidades de Conservação. Projetos de Educação Ambiental: Planejamento, execução e avaliação.

Bibliografia básica

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2010.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: Papirus, 1995.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. [et al.] **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.

DIAS, Genebaldo F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006.

PENTEADO, Heloisa D. **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2003.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2004

REIGOTA, Marcos **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2009.

Disciplina: Fundamentos de Geografia Humana do Brasil / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: A formação espacial brasileira. A regionalização do espaço brasileiro. A industrialização no Brasil. O processo de urbanização no Brasil. A dinâmica populacional brasileira. A industrialização brasileira. A industrialização no Nordeste. A estrutura fundiária e as novas relações de trabalho no campo. As novas relações campo e cidade. Temas da economia contemporânea brasileira.

Bibliografia básica

CASTRO, Iná Elias de. **Brasil, questões atuais da reorganização territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MOREIRA, Rui. **A formação espacial do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

Bibliografia complementar

BECKER, Olga. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARLOS, Ana F. A. C.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

ESTERCI, Neide; VALLE, Raul Silva Telles do. (org.). **Reforma agrária e meio ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

8º PERÍODO

Disciplina: Estágio Supervisionado Obrigatório III / Créditos: 0.0.9.0 / Carga Horária: 135h

Ementa: Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, como monitorias, ou outras ações que possibilitem ao



aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Atividades de docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor no local de estágio. Elaboração de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino execução do projeto sob orientação do professor de estágio e do supervisor da escola, redação e apresentação do relatório final. Atividades de investigação da realidade da escola e ou espaços onde será desenvolvido o estágio que visem conhecer de forma aprofundada o cotidiano da atividade educativa. Regência de aulas no segmento de 1º a 3º ano do ensino médio.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Parte I – Bases legais. Brasília, DF: MEC-SEB, 2000a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF: MEC-SEB, 2000b.

CANAU, Vera Maria (org.). Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATHIAS, M. T. Professor de ou em Geografia? Considerações sobre a estrutura de formação de professores a partir do estágio supervisionado. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA*, 7., 2003. Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2003. p. 327-333.

Bibliografia complementar

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio-ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a04v2566.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2015.

DUARTE JR., João Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação do sensível**. Curitiba: Criar, 2001.

MONTEIRO, A. M., A prática de ensino e a formação inicial de professores. In PEREIRA, S. D. (coord.), **Ensino e formação de professores na perspectiva das licenciaturas em ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

PERRENOUD, Philippe et al. **Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?**. 2. ed. Tradução de Fátima Murad e Eunice Gruman. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Disciplina: Seminário de Conclusão do Curso de Geografia / Créditos: 0.1.0.0 / Carga Horária: 15h

Ementa: Finalização do Trabalho de Conclusão de Curso, após defesa realizada no período anterior (sétimo), e entrega da versão final na Coordenação do Curso de Geografia. Apresentação do TCC em evento específico.

Bibliografia básica

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico: do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de**

pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

VELOSO, Waldir de P. **Como redigir trabalhos científicos**: monografias, dissertações, teses e TCC. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

Disciplina: Geografia do Piauí / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: O processo de formação e evolução histórica do território piauiense. As bases naturais do território piauiense. Processo de organização político-administrativo do espaço do Piauí Desenvolvimento, território e espaço no Piauí. Visão geral da economia piauiense: planejamento e território A urbanização do Piauí e as dinâmicas recentes. Território, desenvolvimento e meio ambiente. Temas contemporâneos do território piauiense.

Bibliografia básica

MARTINS, Agenor et al. **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. 3. ed. rev. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

ARAÚJO, José L. L. de (coord.). **Atlas escolar do Piauí**: geo-histórico e cultural. João Pessoa, PB: Ed. Grafset, 2006.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Mons. Chaves, 2003.

Bibliografia complementar

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Piauí**: visão global. 2. ed. rev. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

SANTANA, Raimundo. N. M. de. **Evolução histórica da economia piauiense**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras-Banco do Nordeste, 2001.

SANTANA, Raimundo. N. M. de. (org.). **Piauí**: formação – desenvolvimento – perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

Disciplina: Geografia do Nordeste Brasileiro / Créditos: 3.1.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Processo sócio-histórico de formação territorial do espaço nordestino. Aspectos físicos e ambientais: caracterização, diversidade e relação humana. Políticas de intervenção do Estado brasileiro no Nordeste. O Nordeste no âmbito das novas dinâmicas territoriais e regionais no Brasil e no Mundo. As transformações na economia regional contemporânea. Novos desafios para o desenvolvimento no século XXI. Nordeste: identidade e cultura.

Bibliografia básica

ANDRADE, Manuel Correia de. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. 2. ed. Recife: SUDENE, Coord. de Plan. Regional – Divisão de Política Espacial, 1979. (cap. 2 a 9)

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9. ed. São Paulo: Editora Civilização brasileira, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Bibliografia complementar

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> . Acesso em: 28 set. 2016.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Nordeste, Nordestes**: que Nordeste?, [2016?] Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414. Acesso em: 12 mar. 2016.

BRASIL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste**: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI. Recife: Abril de 2006. (Versão para discussão. Documento de base 4). Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=dfcd33d2-f5b6-4de3-bf28-d303ca22510a&groupId=24915. Acesso em: 03 jul. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. (cap. X e XI).

VIDAL, Francisco Baqueiro. **Quo vadis Nordeste?** vicissitudes da questão regional no contexto do capitalismo contemporâneo. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/44941ART6%20Francisco%20Baqueiro%20Vidal.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

6.2 Disciplinas Optativas

Disciplina: Cartografia Escolar/ Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Cartografia escolar e ensino de Geografia. As representações cartográficas. O atlas como recurso didático de referência. Cartografia tátil. O ensino de escala, fuso horário, localização e orientação.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Rosângela D.; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 2001.

ALMEIDA, Rosângela D.; PASSINI, E. Y. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ARCHELA, Rosely Sampaio; CALVENTE, Maria del Carmen M. H. **Ensino de geografia: tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo.** Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina, 2008.

SANTOS, Catarina Maria dos. **A cartografia no ensino fundamental: construindo a percepção do espaço, a partir da vivência do aluno.** Teresina: 2001.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas.** 30. ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Rosângela D. (org.). **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia.** São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Rosângela D. (org.). **Cartografia escolar.** São Paulo: Contexto, 2008.

CAZETTA, V. Aproximações e distanciamentos entre a linguagem cartográfica e outras linguagens. **Biblio3w**, Barcelona, v.14, p. 1-14, 2009.

CRIPPA, G; LASTORIA, A. C. Um passeio pelas imagens: a Ribeirão Preto de Tony Miyasaka. **Educação Temática Digital**, v. 1, p. 1, 2010.

LESANN, J. **Geografia no ensino fundamental I.** Argvmentvm: Belo Horizonte, 2009.

SCHAFFER, N. O. [et al.]. **Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

Disciplina: Geografia Cultural / Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Conceitos de cultura numa perspectiva geográfica. Cultura e civilização – o debate filosófico da relação homem X natureza. Epistemologia da geografia cultural. Tradição e renovação da geografia cultural. Cultura e espaço: conceitos de paisagem geográfica, lugar, território, região cultural e identidade territorial.

Bibliografia básica

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço.** 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, [s.d].

Bibliografia complementar

CLAVAL, Paul. **A terra dos homens.** São Paulo: Contexto, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.) **Paisagens, textos e identidade.** Rio de Janeiro: Ed UERJ, [s.d].

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Espaço e cultura**, UERJ, n. 3, p. 20-32, jan./jun. 1997.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

Disciplina: Ensino sobre Cidades Créditos: 1.1.0.0 / Carga Horária: 30h

Ementa: o ensino sobre as cidades brasileiras: aspectos sociais, econômicos, naturais. Os problemas das cidades no cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Metodologias de ensino sobre as cidades.

Bibliografia básica

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VINTRÓ, Eulália. Educación, escuela, ciudad: el proyecto educativo de la ciudad de Barcelona. In: GÓMEZ-GRANELL, Carmem; VILA, Ignacio (org.). **La ciudad como proyecto educativo**. Barcelona: Ediciones Octaedro, SL, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semenovich [1896-1934]. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. por Michel Cole [*et al.*] (org.). Tradução: de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia complementar

CALLAI, Helena Copetti. Estudo do lugar e o livro didático no ensino e na aprendizagem da Geografia. In: CASO, Maria Victoria; GUREVICH, Raquel. **Prácticas escolares y formación de profesores**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio-ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a04v2566.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Lugares periféricos da cidade, vida cotidiana e o ensino de geografia. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

GUREVICH, Raquel; CASO, Maria Victoria Fernandez Caso. Buenos Aires: itinerarios para su enseñanza. In: LANCHE, Núbia Moreno. **Ciudades leídas, ciudades contadas: la ciudad latino-americana como escenario didático para la enseñanza de la geografía**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

Disciplina: Análise Ambiental / Créditos: 2.2.0.0/ Carga Horária: 60h

Ementa: Dinâmica espacial e temporal da paisagem: causas e consequências. Análise Ambiental como instrumento para a sustentabilidade. Objetos da análise integrada: meio físico, biótico e antrópico. Avaliação e interpretação de dados ambientais. Planejamento ambiental: regulação, controle e fiscalização.

Bibliografia básica

MILLER JUNIOR, G. T. **Ciência ambiental**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2008.

SILVA, J. X.; ZAIDAN, R.T. **Geoprocessamento e análise ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TAUK, S. M. (org.). **Análise ambiental: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unep, 1995.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, G. H. de S.; ALMEIDA, J. R. de; GUERRA, A. J. T. **Gestão ambiental de áreas degradadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CUNHA, Sandra B. **Geomorfologia e meio ambiente**. Bertrand Brasil, 2009.

PRESS, F.; SILVER, R.; GROTZINGER, J.; THOMAS, J.H. **Para entender a Terra**. Porto Alegre, Editora Artmed, 2006.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Disciplina: Geotecnologias Aplicadas ao ensino de Geografia / Créditos: 1.3.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: As geotecnologias como apoio analítico. Sistemas de Informações Geográficas. Técnicas e práticas didáticas.

Bibliografia básica

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

JENSEN, J.R. **Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres**. São José dos Campos: Parêntese, 2009.

MEIRELLES, M. S. P.; CAMARA, G.; ALMEIDA, C. M. **Geomática**. Modelos e aplicações ambientais. Brasília: Embrapa, 2007.

Bibliografia complementar

BLASCHKE, T.; LANG, S. **Análise da paisagem com SIG**. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

PONZONI, F.J.; SHIMABUKURO, Y.E.; KUPLICH, T.M. **Sensoriamento remoto da vegetação**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

SOUZA, R. B. (org.). **Oceanografia por satélites**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

Disciplina: Educação Patrimonial e Ambiental / Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Patrimônio cultural no Brasil e no mundo. Metodologias e a aplicabilidade da educação patrimonial. Paisagem cultural e construção da identidade.

Bibliografia básica

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: UNI-RIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.

CHOAY, F. A. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

Bibliografia complementar

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

GRUNBERG, Evalina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência do Iphan na Paraíba. **Educação patrimonial:** educação, memórias e identidades. João Pessoa: Iphan, 2013. (Caderno Temático; 3.). Disponível em: <http://casadopatrimoniojp.com/wp-content/uploads/2013/10/Caderno-Tem%C3%A1tico-03-Parte-011.pdf>. Acesso em 20 jan. 2017.

Disciplina: Práticas de Ensino de Ciência do Solo/ Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Solo como componente da paisagem e sua relação com a educação ambiental. A importância da conservação dos solos e o desenvolvimento sustentável. Recursos didáticos e ensino de solos.

Bibliografia básica

LEPSCH, Igo F. **19 lições de pedologia.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

ALVAREZ, V. H. V; FONTES, L. E. F; FONTES, M. P. F. **Os solos nos grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado.** Viçosa, BR, SBCS/UFV, 1996.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola.** Campinas, SP: Papirus, 2012 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

Bibliografia complementar

EMBRAPA. **Manual de métodos de análise de solo.** Rio de Janeiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA – IBGE. Diretoria de Geociências. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Manual Técnico de Pedologia.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

KER, João Carlos; CURI, Nilton; SCHAEFER, Carlos Ernesto; TORRADO, Pablo Vidal. **Pedologia:** fundamentos. Viçosa, 2012.

MUGGLER, Cristine Carole; ARAÚJO PINTO SOBRINHO, Fábio de Araújo; AZEVEDO MACHADO, Vinícius. Educação em solos: princípios, teoria e métodos. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 30, n. 4, 2006.

ARAÚJO PINTO SOBRINHO, Fábio de Araújo. **Educação em Solos:** construção conceitual e metodológica com docentes da Educação Básica. UFV, 2005.

Disciplina: Geologia Ambiental e Geodiversidade / Créditos: 1.1.0.0 / Carga Horária: 30h

Ementa: Fundamentos básicos do meio ambiente. Interações homem-ambiente. Estudos ambientais. Geodiversidade. Geoturismo. Patrimônio geológico. Geoparque.

Bibliografia básica

NASCIMENTO, Antonio L.; RUCHKYS, Úrsula. A.; MANTESSO-NETO, Virgílio. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.

POPP, José H. **Geologia geral.** 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LCT Editora, 2013.

SILVA, C. R. **Geodiversidade no Brasil: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro.** Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

Bibliografia complementar

BIZZI, Luiz A.; SCHOBENHAUS, Carlos; VIDOTTI, Roberta M.; GONÇALVES, João Henrique. **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília/CPRM, 2003.

DREW, David. **Processos interativos homem meio ambiente.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LEINZ, Viktor; AMARAL, Sergio E do. **Geologia geral.** São Paulo: Nacional, 2001.

MANZIG, Paulo C. **O tempo geológico.** Disponível em: <http://www.geoturismobrasil.com/REVISTA%20ARTIGOS/o%20tempo%20geol%C3%B3gico%20-%20Manzig.pdf>. Seção de Textos Geotematicos em PDF. Acesso em: 24 jan. 2015.

SGARBI, Geraldo N. C. **Petrografia macroscópica das rochas ígneas, sedimentares e metamórficas.** 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Disciplina: Geografia Rural do Brasil / Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Formação da estrutura fundiária brasileira. O rural e o urbano: uma dialética. Relações de produção e trabalho no campo. Ruralidade contemporânea. Reforma agrária e movimentos sociais no campo brasileiro: a luta pela terra. As políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.

Bibliografia básica

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; ROSA, Lucelina Rosseti. As categorias do rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. *In:* SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.). **Cidade e campo: Relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (org.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras.** Brasília: IICA, 2013 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela, Paz e Terra, 2004.

Bibliografia complementar

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 5. ed. Recife: UFPE, 1986.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** São Paulo: Paz, 1981.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 43, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Disciplina: Prática Desportiva I / Créditos: 0.0.0.2 / Carga Horária: 30h

Ementa: Evolução do treinamento desportivo. Princípios científicos do Treinamento Desportivo. Qualidades e Capacidades Físicas. Mecanismos fisiológicos do treinamento desportivo.

Bibliografia básica

BARBANTI, Valdir José. **Teoria e prática do treinamento desportivo**. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.

BOMPA, Tudor O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento**. São Paulo: Phorte, 2002.

TUBINO, Manoel J. G. **Metodologia científica do treinamento desportivo**. São Paulo: IBASA, 1984.

Bibliografia complementar

DANTAS, Estélio H. M. **A prática da preparação física**. 3. ed. Rio de Janeiro: Shape, 1995.

FERNANDES, José Luis. **O treinamento desportivo: procedimentos, organizações, métodos**. São Paulo: EPU, 1981.

GOMES, Antônio C. **Treinamento desportivo: estruturação e periodização**. PortoAlegre: Artmed, 2002.

MATVEEV, Lev P. **Treino desportivo: metodologia e treinamento**. Guarulhos: Phorte., 1997.

VERKHOSHANSKI, Yuri V. **Treinamento desportivo: teoria e metodologia**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Disciplina: Geografia, Currículo e Ensino/ Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Teorias do Currículo. História do Currículo. Articulação entre Geografia, Currículo e Ensino. O currículo como conceito fundamental no Ensino de Geografia.

Bibliografia básica

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. Trad. Carlos Eduardo F. de Carvalho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

Bibliografia complementar

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia: o professor**. Ijuí: UNIJUÍ, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papyrus, 2012

NÓVOA, António. **Profissão Professor**. 2. ed. Tradução de Irene L. Mendes e Regina Correia, Luísa S. Gil. Porto – Portugal: Porto Editora, 1999.

PAULO, Jacks Richard de. **A formação de professores de geografia**: contribuições para mudança de concepção de ensino. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Hucitec, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Disciplina: Pesquisa e Educação Geográfica/ Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: A articulação entre Geografia, Pesquisa e Ensino. O desenvolvimento da pesquisa em geografia e a contribuição para o ensino de Geografia. A escola como centro de excelência para estudos e pesquisas em ensino de Geografia.

Bibliografia básica

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia**. 2. ed. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, Papirus, 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOULART, Ligia Beatriz. Aprendizagem e ensino: uma aproximação necessária à aula de Geografia. In: TONINI, Ivaine Maria [*et al.*]. (org.). **O ensino de geografia**: e suas composições curriculares. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

PEREIRA, J. E. D. **Formação de professores**: pesquisas, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disciplina: Recursos Didáticos para o Ensino de Geografia/ Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Planejamento da aula e do recurso didático. Construção do Recurso Didático. Atividade prática com o recurso didático. Possibilidades de utilização dos recursos didáticos.

Bibliografia básica

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos ; CALAI, Helena C.; KAERCHER, Nestor A. (org.).

Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2010.

Bibliografia Complementar

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia: o professor.** Ijuí: UNIJUÍ, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigo. Construir uma didática da geografia e cartografia: entre linguagem cartográfica, cultura, saberes e práticas docentes. *In:* CALLAI, Helena Copetti. **Educação geográfica: reflexão e prática.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

PONTUSCHKA, Nídia N; PAGANELLI, Tomoko I; CACETE, Núria H. Representações e linguagens no ensino de Geografia. *In:* PONTUSCHKA, Nídia N; PAGANELLI, Tomoko I; CACETE, Núria H. **Para ensinar e aprender Geografia.** São Paulo: Cortez, 2007.

RESENDE, Márcia Spyer. **A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino.** São Paulo: Edições Loyola, 1986.

Disciplina: Estudos de Clima Urbano / Créditos: 2.2.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Cidade e clima. Escalas geográficas do clima. O sistema clima urbano. Planejamento urbano e clima. Meio ambiente urbano e clima. Técnicas e instrumentos de pesquisa em clima urbano.

Bibliografia básica

AMORIM, Margarete Cristiane de C. Trindade; NETO, João Lima Sant'Anna; Monteiro, Ana (org.). **Climatologia urbana e regional: questões teóricas e estudos de caso.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MONTEIRO, Carlos A. de Figueiredo. **Teoria e clima urbano.** São Paulo: IGEO/USP, 1976. (Série Teses e Monografia, 25).

ZAVATTINI, João Afonso e BOIN, Marcos Norberto. **Climatologia geográfica: teoria e pratica de pesquisa.** Campinas-SP: Editora Alinea, 2013.

Bibliografia Complementar

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos.** 43. ed. São Paulo: DIFEL, 1993.

FUNBEC. Projeto Brasileiro Para o Ensino de Geografia. **O Tempo e o Clima.** EDART Livraria e Editora LTDA, São Paulo, 1980.

MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVERIA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil.** Oficina de Textos, 2007.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F.; MENDONÇA, Francisco. (org.). **Clima urbano.** São Paulo, Contexto, 2010.

STEINKE, Ercilia Torres. **Climatologia fácil.** São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

Disciplina: Geografia e Arqueologia / Créditos: 1.1.0.0/ Carga Horária: 30h

Ementa: Geografia e Arqueologia: conceitos e metodologias. Geoarqueologia: conceito, métodos e técnicas. Arqueologia Experimental e a Etnoarqueologia. O sítio arqueológico como espaço geográfico. A escavação arqueológica. A interpretação dos vestígios arqueológicos.

Bibliografia básica

BICHO, Nuno. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

- ROSS, J. L. S. **Geomorfologia, ambiente e planejamento**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.
- RENFREW, C.; Bahn, P. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. [S.l.]: Ediciones Akal, S.A., 1993.
- RUBIN DE RUBIN, J. C; SILVA, Rosiclér T. (org.). **Geoarqueologia - teoria e prática**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2009, p. 71-92.

Bibliografia complementar

- BROCHIER, L. L. **Controles geoarqueológicos e modelos morfoestratigráficos: implicações para o estudo das ocupações pré-históricas na costa sul-sudeste do Brasil**. 2009. 129f. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SILVA, Hilton; CARVALHO, Cláudia (org.). **Nossa origem**. O povoamento das Américas: visões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.
- SOUZA, C. R. G.; SUGUIO K.; SANTOS, A. M.; OLIVEIRA, P. E. **Quaternário do Brasil**. Ribeirão Preto: ABEQUA / Holos Editora, 2005.
- SUGUIO, Kenitiro. **Geologia do quaternário e mudanças ambientais (Passado + Presente = Futuro ?)**. São Paulo: Paulo's Editora, 2001.
- TRIGGER, B. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Editora Odysseus, 2004.

Disciplina: Antropologia Cultural - Créditos: 4.0.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Caracterização da Antropologia, histórico de seu desenvolvimento e de seu objeto de estudo, levando em conta os aspectos biológico e cultural. Conceito de cultura, etnocentrismo, relativismo e diversidade cultural.

Bibliografia básica

- HOEBEL, E. A. **Antropologia cultural e social**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- MARCONI, M. A. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia complementar

- AUGRAS, Monique. **O que é Tabu**, São Paulo. Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos).
- LAPLATINE, François. **Aprender Antropologia**. 4 ed. São Paulo. Brasiliense, 1991.
- MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural**. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 1991.
- SANTOS, José Luís dos . **O que é cultura**. 9. ed. São Paulo, Brasiliense. 1989. (Coleção Primeiros Passos).
- ROCHA, Everardo. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo, Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos).

6.3 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

1º Período

Disciplina: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 1 / Créditos: 0.0.0.2 / Carga Horária: 30

Ementa: Preconceito, racismo, etnocentrismo, relações sociais e pessoais nos diferentes espaços de ensino. Origem histórica e social do preconceito racial/étnico brasileiro. Legislação brasileira sobre



Educação para as Relações Étnico-Raciais. Práticas educativas envolvendo a Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Bibliografia básica

PEGORARO, Olinto. **Ética através dos maiores mestres da história**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PLETSCH, Marcia Denise. **Relações étnico-raciais e educação: contextos, práticas e pesquisas**. Rio de Janeiro: Editora Nay, 2013.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das relações étnico-raciais: pensando referências para a organização da prática pedagógica**. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2011

Bibliografia complementar

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. Edusp: São Paulo, 2003.

GIROUX, Henri A. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Disciplina: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 2 / Créditos: 0.0.0.2 / Carga Horária: 30

2º Período

Ementa: Advento do campo da CTE (Ciência, Tecnologia e Educação). Conceituação e definição a respeito do que é técnica e tecnologia. Ciência, tecnologia e inovação. Política científica e tecnológica. Valores e ética na prática científica. Ciência, Tecnologia e Formação de Professores. Controvérsias científicas.

Bibliografia básica

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ANGOTTI, José A.P.; AUTH, Milton A. **Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação**. Ciência e Educação, v.7, n.1, p.15-27, 2001.

BAZZO, W. A. **Ciência, tecnologia e sociedade: o contexto da educação tecnológica**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.

Bibliografia complementar

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia: um convite**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência**. Campinas: UNICAMP, 2008.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Editora 34, 2008.

Disciplina: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 3 / Créditos: 0.0.0.3 / Carga Horária: 45

3º Período

Ementa: Meio Ambiente, Educação Ambiental, Educação para o consumo e cidadania. Políticas de Educação Ambiental. Educação Ambiental e o Ensino de Geografia. Projetos de Educação Ambiental.

Bibliografia básica

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2010.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: Papirus, 1995.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. [et al.] **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2003.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2004.

REIGOTA, Marcos **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2009.

Disciplina: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 4 / Créditos: 0.0.0.3 / Carga Horária: 45

4º Período

Ementa: Cidadania e Civismo. Vida Familiar e Social. Educação para o Trânsito. Educação em Direitos Humanos. Direitos da Criança e do Adolescente. Processo de Envelhecimento. Respeito e valorização do Idoso.

Bibliografia básica

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org.). **A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 4**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Bibliografia complementar

BALL, Stephen John. Cidadania global, consumo e política educacional. *In*: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-137.

BONETI, Lindomar Wessler; BLEY, Regina Bergamaschi; SILVEIRA, André Bakker da; SCHIO, Murillo Amboni (org.). **Educação em direitos humanos**: história, epistemologia e práticas pedagógicas. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2019.

CARVALHO, Lucas Pelegrini Nogueira de; NOVAES, Areta Dames Cachapuz; GRAMANI-SAY, Karina; ORLANDI, Fabiana de Souza; CASEMIRO, Francine Golghetto; SANTOS-ORLANDI, Ariene Angelini dos (org.). **Temas sobre envelhecimento – atividades cognitivas para idosos**. São Carlos: RiMa, 2020.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina (org.). **O direito das crianças à cidade**: perspectivas desde o Brasil e Portugal. São Paulo: FEUSP, 2022.

VIEIRA, Ana Luisa; PINI, Francisca; ABREU, Janaina (org.). **Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.

Disciplina: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 5 / Créditos: 0.0.0.3 / Carga Horária: 45

5º Período

Ementa: Multiculturalismo. Diversidade Cultural. Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.

Bibliografia básica

LOEWE, Daniel. **Multiculturalismo e direitos culturais**. Tradução: Paulo César Nodari e Elsa Mónica Bonito Basso. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011.

MORAES, Elisângela Lambstein Franco de. **Diversidade Cultural**: 18 anos da Lei 10.639. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Bibliografia complementar

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; BECALLI, Fernanda Zanetti (org.). **Educação para as relações étnico-raciais**: experiências e reflexões. Vitória, ES: Edifes, 2018.

COSTA, Rodriana Dias Coelho; SANTOS, Edinei Carvalho dos; SILVA, Kleber Aparecido da (org.) **Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente**. Campinas, SP: Abralín, 2021.

GUILHERME, Willian Douglas (org.). **A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 5**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

SILVA, G. F. da. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. *In*: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural**: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TRINDADE, Azoilda L. da; SANTOS, Rafael. **Multiculturalismo**: mil e uma faces da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Disciplina: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 6 / Créditos: 0.0.0.3 / Carga Horária: 45

6º Período

Ementa: Sexualidade – aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e discursivos. Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Relações de gênero. Diversidade sexual no cotidiano escolar. Recursos didático-metodológicos para o trabalho de Educação Sexual na Educação Básica. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial.

Bibliografia básica

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na sala de aula**: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres/ Editora UnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC/SECAD; 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Disciplina: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 7 / Créditos: 0.0.0.3 / Carga Horária: 45

7º Período

Ementa: Saúde no contexto social, econômico e ambiental. Responsabilidades do Poder Público. Direitos e alternativas para os cuidados com a saúde individual e coletiva. Hábitos necessários para manter a saúde e o bem-estar. Educação Alimentar e Nutricional. Prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Direito Humano à Alimentação Adequada. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Problemáticas brasileiras referentes à má nutrição.



Bibliografia básica

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

LANCHA Jr, Antonio Herbert; LONGO, Sueli. **Nutrição: do exercício físico ao esporte**, 1.ed. São Paulo – SP, Manole, 2019.

VASCONCELLOS, Marcelo Barros. **Atividade Física, Nutrição e Saúde: Políticas Públicas de Prevenção e Controle de Obesidade em Adolescente**, 1.ed. São Paulo, SP: Paco Editorial, 2017.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno Teórico. **Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais**. Brasília - DF: MDS; 2014.

JEUKENDRUP, Asker; GLEESON, Michael. **Nutrição no esporte: Diretrizes nutricionais e bioquímica e fisiologia do exercício**, 3.ed. São Paulo – SP, Manole, 2021.

McARDLE, William D; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do Exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Humano**, 8.ed. Rio de Janeiro – RJ, Guanabara Koogan, 2016.

MELLO, Ana Paula de Queiroz; DAMASCENO, Nágila Raquel Teixeira. **Educação alimentar e nutricional como estratégia para a prevenção da obesidade e seus agravos: práticas pedagógicas aplicadas à escola**. 1.ed. São Paulo – SP: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2022.

Disciplina: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 8 / Créditos: 0.0.0.3 / Carga Horária: 45

8º Período

Ementa: Economia. Educação Financeira. Educação Fiscal. Preparo para a sustentabilidade financeira. Equilíbrio financeiro. Dificuldades de planejamento. Direitos e deveres fiscais dos cidadãos. Trabalho. Inserção social e técnica no mundo do trabalho. Desemprego e reflexos sobre as relações sociais e familiares.

Bibliografia básica

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**, 2.ed. São Paulo – SP, Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno Economia: educação financeira, educação fiscal, trabalho**. Brasília, Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. (Série: temas contemporâneos transversais: Base Nacional Comum Curricular – BNCC).

SINGER, Paul. **Aprender economia**. 20 ed. São Paulo, Contexto, 2001.

Bibliografia complementar

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Educação fiscal no contexto social**, Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014. (Série Educação Fiscal. Caderno 1).

BRASIL. **Código de defesa do consumidor e normas correlatas**. 2. ed. Brasília, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Decisões econômicas**: você já parou para pensar? São Paulo: Saraiva, 2007.

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 Infraestrutura física e acadêmica

No *Campus* sede, o Curso de Geografia da UFPI conta com laboratórios e espaços em que podem desenvolvidas aulas e demais atividades, a fim de garantir que o cursista possa ter domínio dos conhecimentos necessários à sua formação e atuação profissional, bem como, mais especificamente, os domínios das novas tecnologias aplicadas ao processo educacional. A infraestrutura da Coordenação do Curso de Geografia é composta por cinco laboratórios, os quais são de: Formação docente para o Ensino de Geografia, de Cartografia, Climatologia, Geoambiente, Geomática e Solos. Esses espaços servem como locais de pesquisas, atividades práticas e a outras demandas. A infraestrutura dos laboratórios conta com mobiliário, equipamentos eletrônicos, equipamentos didáticos, estereoscópios, bússolas, termômetros, lupas, pantógrafos, altímetros, amostra de rochas, mapas e outros. O curso utiliza, também, a infraestrutura do CCHL: salas de aula, bibliotecas setoriais, auditórios, salas de vídeo, sala de vídeo conferência, Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) e setor administrativo.

Há também laboratórios de informática destinados aos alunos de graduação, corroborando o desenvolvimento de atividades propiciadoras da articulação entre as novas tecnologias da comunicação e informação e o campo da educação, além de serem estes espaços legítimos para que os cursistas possam realizar seus trabalhos acadêmicos. Estrutura similar à apontada no *Campus* sede também pode ser encontrada nos demais Campi da UFPI. No que se refere às outras localidades em que o Curso de Geografia possa ser ofertado, utilizar-se-á a estrutura dos polos do CEAD, os espaços oferecidos pelas Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, além de Laboratórios que também estejam disponíveis.



7.2 Biblioteca

As demandas bibliográficas do curso de Licenciatura em Geografia são atendidas pela Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco (BCCB), a qual contém atualmente, em seu acervo, apresenta obras constantes nas bibliografias obrigatórias e complementares utilizadas nas disciplinas do curso em quantidade suficiente de exemplares para atender tanto aos alunos do Curso de Geografia. Complementarmente, também podem ser considerados os exemplares existentes em todas as bibliotecas setoriais da UFPI.

Quanto às solicitações à BCCB para atualização do acervo bibliográfico referente ao curso, são seguidas as orientações contidas no PDI sobre a política de atualização do acervo das bibliotecas integrantes do SIBi.

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos

Não haverá equivalência entre projetos pedagógicos de Geografia Parfor/UFPI, uma vez que o projeto que se apresenta difere substancialmente dos anteriormente implementados.

8.2 Cláusula de vigência

Este PPC entrará em vigor a partir da implantação da primeira turma aprovada pelo Edital Capes nº 8/2022, no segundo semestre do ano de 2022.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Isabel de (org.). **Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores**. 1. ed. São Paulo: Cortez: 2011. p. 19-43.
- ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. *In*: ANDRÉ, Marli (org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).
- BALL, Stephen J. Cidadania global, consumo e política educacional. *In*: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-137.
- BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. 23. ed. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em: 20 jul. 2017.
- BRASIL. **Fundação CAPES**. Nossas ações. Formação de professores da educação básica. Parfor, 2019. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22.mar.2022.
- BRASIL. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=lei-no-12711-de-29-de-agosto-de-2012>. Acesso em 22.mar.2022.
- BRASIL. **Lei n. 13.409**, de 28 de dezembro de 2016, altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em:



<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-norma-pl.html>. Acesso em 22.mar.2022

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: ensino médio**. Brasília, 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jan. 2009a. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=decreto+n.6.755+de+29+de+janeiro+de+2009>. Acesso em: 1 fevereiro 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC n. 09**, de 05 de maio de 2017, altera a Portaria Normativa MEC n. 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC n. 21, de 5 de novembro de 2012, e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20200505/do1-2017-05-08-portaria-normativa-n-9-de-5-de-maio-de-2017-20200490. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 21 jul. 2018.

BRASIL. O Estatuto da Fundação (FUFPI). Aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC Nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993. Teresina: UFPI, 1978.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 22, de 07 de novembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Portaria Capes n. 220**, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regulamento do Parfor. Disponível em <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3785/portaria-capes-n-220>. Acesso em 22.mar.2022.



BRASIL. **Portaria Normativa MEC n. 9**, de 30 de junho de 2009, que institui o Parfor no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_normt_09_300609.pdf. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto** nº 8.752, de 09 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8752-9-maio-2016-783036-publicacaooriginal-150293-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02/97**. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 11 de fevereiro de 2009, estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01_09.pdf. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2**, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 4**, de 17 de dezembro de 2018, institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 02**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCC-Formação). Brasília, DF, 2019. Republicada em 15 abr. 2020.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-



formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2011. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3489-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-61-de-11-de-novembro-de-2011>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. 2. ed. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2004.

FAZENDA, Ivani. A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-20.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 21-32.

FERRO, Maria da Glória Duarte. Formação interdisciplinar de professores da educação básica: o projeto formativo do Parfor/UFPI em foco. *In*: MOURA, João Benvindo de; FERRO, Maria da Glória Duarte; VIANA, Bartira Araújo da Silva (org.). **Professores em formação: saberes e práticas - interdisciplinaridade em foco**. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 99-122. (Coleção Professores em Formação).

FERRO, Maria da Glória Duarte. Projeto formativo interdisciplinar: a experiência do Parfor no contexto da UFPI. *In*: SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira; FRISSELLI, Rosângela Ramsdorf Zanetti (org.). **O Parfor, a formação e a ação dos professores da educação básica**. v. 2. Londrina: PARFOR/UDEL, 2017. p. 335-348.

FLORES, Maria Assunção. Desafios atuais e perspectivas futuras na formação de professores: um olhar internacional. *In*: FLORES, Maria Assunção (org.). **Formação e desenvolvimento profissional de professores: contributos internacionais**. Tradução: Líliliana Fernandes. Coimbra: ALMEDINA, 2014. p. 217-238. (Coleção de Ciências da Educação e Pedagogia).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Leituras Filosóficas).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 17. ed. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução: Moacir Gadotti, Lilian Lopes Martin. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e Comunicação, v. 1).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE**, Campus Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, jan.-jun./ 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 8 mar. 2019.

GATTI, Bernardete Angelina *et al.* **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

GIROUX, Henry A. Pedagogia crítica, política cultural e o discurso da experiência. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997c. p. 123-144.

GIROUX, Henry A. Professores como intelectuais transformadores. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997b. p. 157-164.

GIROUX, Henry A. Repensando a linguagem da escola. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997a. p. 33-41.

GIROUX, Henry A.; MACLAREN, Peter. A educação de professores e a política de reforma democrática. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997a. p. 194-212.

GIROUX, Henry A.; PENNA, Anthony N. Educação social em sala de aula: a dinâmica do currículo oculto. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 55-77.

GIROUX, Henry A.; SHUMWAY, David; SMITH, Paul; SOSNOSKI, James. A necessidade de estudos culturais. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 179-193.



GIROUX, Henry A.; SIMON, Roger. Estudo curricular e política cultural. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 165-178.

GOMES, Marineide de Oliveira; PIMENTA, Selma Garrido. Unidade teoria e prática e Estágios Supervisionados na formação de professores polivalentes: indícios de inovação em cursos de pedagogia no Estado de São Paulo. *In*: PEDROSO, Cristina Cinto Araújo *et al* (org.). **Cursos de pedagogia: inovações na formação de professores polivalentes**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019. p. 61-111.

GÓMEZ, Angel I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 353-379.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**, 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=22. Acesso em: 04 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@: Piauí**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sintese/>. Acesso em 20 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância**. Brasília, 2015. Disponível em: www.portal.inep.gov.br/instrumentos. Acesso em: 20 set. 2017.

LÉNOIR, Yves. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 45-75.

LIBÂNIO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHENDIN, Evandro. (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um contexto**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 53-79.

LIBÂNIO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-61.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de linguística aplicada**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

NÓVOA, António. **O regresso dos professores**. Pinhais: Melo, 2011.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a02.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018

PÉREZ-GÓMEZ, Angel I. A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. *In*: SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ-GÓMEZ, Angel I.

Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 353-379.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor:** profissionalização e razão pedagógica. Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola.** Tradução: Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação:** perspectivas sociológicas. 2. ed. Tradução: Helena Faria, Helena Tapada, Maria João Carvalho, Maria Nóvoa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. (Nova Enciclopédia; Temas de educação -3).

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 15-38.

PIMENTA, Selma Garrido. Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação: educação, pedagogia e didática. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia, ciência da educação?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 39-70.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-52.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação – Série saberes pedagógicos).

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção memória).

SCHEIBE, Leda. Formação dos profissionais da educação pós-LDB: vicissitudes e perspectivas. *In*: VEIGA, Ilma Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (org.). **Formação de professores:** políticas e debates. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-60. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SEVERINO, Antonio Joaquim. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. *In*: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de educadores:** desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 71-89.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Tradução: Francisco Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. A pedagogia de amanhã. *In*: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (org.). **A pedagogia**: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. 3. ed. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 423-436.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **RBE - Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/site/rbe/rbe>. Acesso em: 8 mar. 2019.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 15. ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Tradução: Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 2011.

UFPI. **Estatuto da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, PI: UFPI, 2004.

UFPI. **Portaria PREG/CAMEN/UFPI n. 330**, de 22 de junho de 2017, que aprova as Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da UFPI. Teresina, PI:UFPI, 2017.

UFPI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia da UFPI**. Teresina, PI, 2018.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019**, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 076**, de 20 de maio de 2019, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes público-alvo da educação especial. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 115**, de 28 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores da Educação Básica e define o Perfil do Profissional da Educação formado na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2005..

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 148**, de 18 de outubro de 2019, que altera a Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 177**, de 05 de novembro de 2012, que aprova as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI e suas alterações. Teresina, PI: UFPI, 2012.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 220**, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2016.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 35/2014**, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2014.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 53**, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CONSUN/UFPI n. 20**, de 29 de junho de 2020, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024). Teresina, PI: UFPI, 2020.

UFPI. **Resolução CONSUN/UFPI n. 21**, de 21 de setembro de 2000, aprova o Regimento Geral da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (org.). **Docentes para a educação superior: processos formativos**. Campinas: Papyrus, 2010. p. 13-27. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação superior: políticas educacionais, currículo e docência**. Curitiba: CRV, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Professor: tecnólogo do ensino ou agente social? *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012. p. 61-86. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZEICHNER, Kenneth M. (org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 61-83.

ZEICHNER, Kenneth M. Alternative paradigms of teacher education. **Journal of Teacher Education**. v. XXXIV, number 3, p. 3-9, may/June. 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002248718303400302>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ZEICHNER, Kenneth M. Formação de professores para a justiça social em tempos de incerteza e desigualdades crescentes. *In*: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. (org.). **Justiça social: desafio para a formação de professores**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 11-34.